

**Nº 04 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 18 de Fevereiro  
de 2011. -----**

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Sra. Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, Sr. Dr. José Fernando Carvalho Montanha, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves e comigo, Helena Presa Fernandes, Assistente Técnica. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de quinze de Fevereiro do corrente ano. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----**

Foi designada secretária da reunião a Assistente Técnica, Helena Presa Fernandes, na ausência do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado. -----

**II - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ARQTO. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----**

O Sr. Vereador Arqto. António Cândido Monteiro Cabeleira, esteve ausente na reunião ordinária do executivo camarário, por se encontrar em Lisboa, no desempenho das suas funções de Deputado da Assembleia da República. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**III - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFEP. PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta, sob o nº. 1 - -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**IV - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

**Reunião com a UNICER** - Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo camarário que, no pretérito dia 09 de Fevereiro, se realizou uma reunião de trabalho com a UNICER, tendo esta como principal assunto, a elaboração de um protocolo de cedência de água para o abastecimento do Balneário Termal de Vidago.

**Assemblei Geral do Eixo Atlântico** - Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo camarário que, no pretérito dia 10 de Fevereiro, se realizou, em Santiago de Compostela, Assembleia Geral do Eixo Atlântico. -----

**Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo camarário, que, no passado dia 16 de Fevereiro, se realizou uma reunião de trabalho da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, tendo como assunto principal a análise e discussão do memorando da Associação Nacional de Municípios, relativamente à promoção da execução dos investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN 2007-2013. -  
-----

#### **V - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES.** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

**1. RENOVAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PREVISTAS NO N.º 4, DO ART. 14º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE EM VIGOR NESTE CONCELHO. PROPOSTA N.º. 8/GAPV/2011.** -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos referidos assuntos.** -----  
-----

### **I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:**

#### **1. ACTAS:**

**1.1.** Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 07 de Fevereiro de 2011. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

#### **2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

#### **3. FREGUESIAS**

### 3.1. PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE VILELA DO TAMEGA - REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA DO TAMEGA E ALTERAÇÃO DO OBJECTO DO COMODATO - PROPOSTA Nº4/GATF/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Vilela do Tâmega**, necessita de proceder à reparação do edifício da antiga Escola de Vilela do Tâmega, nomeadamente na colocação de tectos e janelas, cujo valor dessas obras importa em **6.500,00€**. -----

#### **II - DA PROPOSTA** -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Vilela do Tâmega**, para as obras especificada (**reparação do edifício da antiga Escola de Vilela do Tâmega, nomeadamente na colocação de tectos e janelas**), no valor de 6.500,00€, (seis mil e quinhentos euros), com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

Propõe-se ainda que seja alterado o Contrato de Comodato aprovado em reunião da Câmara Municipal de 6/12/2010, passando o seu objecto de Sede da Junta para Centro de Dia, conforme documentos apresentados pela Junta de Freguesia -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 15 de Fevereiro de 2011 -----

A Funcionária -----

Em anexo: Matriz do Protocolo -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

##### **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída

e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----  
Assim, -----

## **II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO** -----

### **ENTRE:** -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

**2. Outorgante:** Freguesia de **Vilela do Tâmega**, pessoa colectiva 506 859 711, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Paulo Alexandre Gomes da Cunha. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vilela do Tâmega**, a execução das seguintes obras: -----

**a) Reparação do Edifício da Antiga Escola de Vilela do Tâmega, nomeadamente na colocação de tectos e janelas**, pelo valor de 6.500,00€, €. -----

**2a.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3ª.** - A freguesia de **Vilela do Tâmega**, no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras antes mencionadas. -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vilela do Tâmega**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

**6a.** - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **-6.500,00 €** (seis mil e quinhentos euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

**8a.** - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de

Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----  
Chaves, de de 2011 -----

**O Presidente da Câmara Municipal** -----

(Dr. João Batista) -----

**O Presidente da Junta de Freguesia** -----

(Paulo Alexandre Gomes da Cunha) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.02.15** -----

À reunião de camara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.2. ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA PARA COBRANÇA DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. ANO DE 2011/PROPOSTA Nº 5/GATF/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira** do Concelho de Chaves vem, neste data, através de ofício que se anexa, solicitar a delegação da competência para efectuar a cobrança da tarifa de resíduos sólidos nas aldeias que compõem a Freguesia e a taxa de saneamento na aldeia de Cimo de Vila; -----

Considerando que por essa via é mais fácil efectuar a cobrança junto de todas as pessoas residentes na freguesia em virtude do conhecimento e da proximidade; -----

Considerando que dessa forma a Junta de Freguesia consegue arrecadar mais receita para investir na freguesia. -----

#### **II DA PROPOSTA** -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um Protocolo com a referida Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira** nos termos e para os efeitos solicitados. -----

À consideração superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 15 de Fevereiro de 2011. -----

A Funcionária -----

Anexo: -----

Ofício da Junta de Freguesia -----

Minuta do Protocolo -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

#### **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário a aprovar um documento formalizador da delegação de

competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes.

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno a celebração de um PROTOCOLO na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia. -----

Assim, -----

**PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA----**  
**PROTOCOLO** -----

**Cláusula 1ª** -----

**(Enquadramento Legal)** -----

O Presente Protocolo é celebrado ao abrigo do disposto nos artigos 15º da lei n.º 159/99 de 14 de Setembro e 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ficando a sua eficácia condicionada à adopção dos seguintes pressupostos: -----

a) Aprovação pelos Órgãos do Município (Câmara e Assembleia Municipal) - Matriz aprovada na Câmara Municipal em reunião ordinária de 21/12/2009 e na Assembleia Municipal em sessão ordinária de 30/12/2009); -----

b) Aprovação pela Junta de Freguesia; -----

c) Ratificação pela Assembleia de Freguesia. -----

**CLÁUSULA 2ª** -----

**(Da Delegação de Competências)** -----

Com o presente protocolo o Município de Chaves delega na Freguesia de **CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA** e esta aceita, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, as seguintes competências: -----

**No domínio do Ambiente e Saneamento Básico, a saber:** -----

Cobrança das respectivas tarifas/taxas, relativamente à recolha de **resíduos sólidos** e **saneamento**, enquanto não vigorarem outras decisões que por força de regulamentação adequada, venham a ser aplicadas, descontando-se esse valor em futuros Protocolos a executar com a Junta de Freguesia; -----

**CLÁUSULA 3ª** -----

**(Obrigações da Câmara Municipal)** -----

No cumprimento no disposto no n.º 1, do artigo 66.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, o Município de Chaves, com vista à boa execução das competências objecto da presente delegação, obriga-se a prestar o apoio que se entender por necessário; -----

**CLÁUSULA 4ª** -----

**(Obrigações da Junta de Freguesia)** -----

A Junta de freguesia obriga-se a entregar na Câmara Municipal - Gabinete de Apoio às Freguesias uma listagem actualizadas de todos os consumidores da Freguesia, incluindo emigrantes, no acto da assinatura do presente Protocolo, com vista a determinar o valor da receita arrecadado, tendo em conta o referido na Cláusula 3ª, do presente documento. -----

**CLÁUSULA 5ª** -----

**(Denúncia do presente protocolo)** -----

1. O Presente protocolo poderá ser denunciado por qualquer uma das partes outorgantes se a outra parte não cumprir as obrigações previstas nas cláusulas do presente protocolo. -----

2. A denúncia por qualquer uma das partes outorgantes deverá ser efectuada através de comunicação escrita devidamente fundamentada com a antecedência mínima de 60 dias sobre a produção dos seus efeitos. -----

3. A denúncia por parte da Câmara Municipal deverá ser objecto de ratificação pela Assembleia Municipal e só produzirá efeitos após a recepção da respectiva acta da Assembleia na Câmara Municipal. -----

4. A denúncia por parte da Junta de Freguesia deverá ser objecto de ratificação pela Assembleia de Freguesia e só produzirá efeitos após a recepção da respectiva acta da Assembleia de Freguesia na Câmara Municipal. -----

**CLÁUSULA 6ª** -----  
**(Prazo de Validade)** -----

O presente protocolo terá a duração de um ano, podendo, o aludido prazo, ser sucessivamente renovado se não for denunciado por qualquer das partes outorgantes. -----

**CLÁUSULA 7ª** -----  
**(Casos omissos)** -----

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste acordo serão decididos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. -----

**CLÁUSULA 8ª** -----  
**(Entrada em vigor)** -----

O presente acordo entrará em vigor durante o ano civil de 2010 e logo que se encontrem devidamente salvaguardados os mecanismos legalmente previstos quanto à competência orgânica para a sua aprovação. -----

Chaves, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2011. -----

**Pelo Primeiro Outorgante** -----

Presidente da Câmara -----

(João Batista) -----

**Pelo Segundo Outorgante** -----

Presidente da Junta de Freguesia -----

(José Bruno Pereira) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.02.15** -----

À reunião de camara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## II

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

**1. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORARIO DE FUNCIONAMNETO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "FABIO LUCCI". INFORMAÇÃO/PARECER Nº 15/DASJ/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Dos Factos** -----

1. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia nº 503772836, a requerente "Fabio Lucci -Representações Ida" veio solicitar, a este Município, o

alargamento do respectivo horário de funcionamento para o referido estabelecimento comercial aos Domingos e Feriados, com abertura às 9 horas e encerramento às 20 horas. -----

2. É, pois, neste contexto que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

## II - Do Direito -----

1. No dia 15 de Outubro de 2010, foi publicado o DL n° 111/2010, o qual veio alterar o regime dos horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais, entendendo-se como tal os estabelecimentos com uma área de venda superior a 2000m2. -----

2. Neste sentido, as Câmaras Municipais passam a decidir sobre os horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais. -----

3. Acontece, porém, que o estabelecimento denominado "Fabio Lucci -Representações Lda", de acordo com a informação técnica constante do respectivo processo da requerente, a mesma possui uma área de venda de 1020m2. -----

4. Logo, tal diploma legal não é aplicável - DL n° 111/2010 - ao referido estabelecimento comercial. -----

5. Nesta conformidade, e pelas características do estabelecimento em causa, o mesmo deve ser classificado como pertencente ao 1º grupo do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste concelho. -----

6. E, com base em tal enquadramento jurídico-administrativo, o seu horário de funcionamento encontra-se regulamentado no n°1, do art. 3º do referido Regulamento. -----

7. Ou seja, os estabelecimentos pertencentes ao 1º grupo, podem funcionar entre as 8 horas e as 22 horas, de Segunda a Sábado, com encerramento obrigatório aos Domingos, feriados e dias santos, ressaltando-se as situações aí contempladas<sup>1</sup>. -----

8. No entanto, e por forma a conseguir um justo equilíbrio entre todos os interesses e direitos do comerciantes e dos consumidores, bem como o desenvolvimento e progresso sustentado do concelho, veio a ser adoptada deliberação, pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no pretérito dia 2000/11/07, traduzida na autorização, a título excepcional, da abertura dos estabelecimentos comerciais integrados no 1º grupo do nosso Regulamento, aos Domingos e Feriados, durante os meses de Novembro e Dezembro entre as 6 horas e as 22 horas e nos restantes meses do ano entre as 8 horas e as 13 horas<sup>2</sup>. -----

9. Assim, no caso sub-judice, poderá, então, o estabelecimento comercial denominado "Fabio Lucci -Representações Lda" adoptar o seguinte horário de funcionamento: -----

- **De Segunda a Sábado** entre as 8 horas e as 22 horas; -----  
 - **Domingos e Feriados**, durante os meses de Novembro e Dezembro entre as 6 horas e as 22 horas e nos restantes meses do ano entre as 8 horas e as 13 horas<sup>3</sup>. -----

## III - Da proposta -----

Em coerência com as razões acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente

<sup>1</sup> O sublinhado é nosso. -----

<sup>2</sup> O sublinhado é nosso. -----

<sup>3</sup> O sublinhado é nosso. -----



decisão administrativa substantivada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, com base nas razões anteriormente expostas, devendo ser adoptado o seguinte horário de funcionamento, nos termos da alín. a), do nº1, do art. 3º, do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste concelho e conforme deliberação<sup>4</sup> tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no dia 2000/11/07, a saber: -----

- **De Segunda a Sábado:** entre as 8 horas e as 22 horas; -----  
 - **Domingos e Feriados:** durante os meses de Novembro e Dezembro entre as 6 horas e as 22 horas e nos restantes meses do ano entre as 8 horas e as 13 horas. -----

b) Alcançado tal desiderato, e no cumprimento do disposto no art. 100º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Para o efeito, deverá ser expedida a competente notificação, nos termos do disposto, sobre a matéria no Código do Procedimento Administrativo, a qual deverá ser acompanhada do texto integral do presente parecer e da deliberação que, sobre o assunto, venha a ser praticada; -----

d) Decorrido o aludido prazo, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitiva, sendo a interessada notificada, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo; -----

e) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. João Batista. ----  
 É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----  
 À consideração superior. -----  
 Chaves, 4 de Fevereiro de 2011. -----  
 A Chefe de Divisão, -----  
 (Drª. Sandra Lisboa) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2011.02.07** -----

Visto. Concorro com a presente proposta, a qual merece o meu inteiro acolhimento. À consideração do Presidente da Câmara, Dr. João Batista. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.07** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

---

<sup>4</sup> Tal deliberação mantém-se inteiramente válida até que sejam alterados os parâmetros plasmados na alín. a), do nº 1, do art. 3º, do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, de molde a permitir que todos os estabelecimentos comerciais pertencentes ao 1º grupo, do referido Regulamento Municipal, possam ficar vinculados a um regime de abertura e funcionamento aproximado ao definido para as Unidades Comerciais de Dimensão Relevante. -----

**2. PEDIDO DE ALARGAMENTO DO HORARIO DE FUNCIONAMNETO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "GOLD BAR". PROPOSTA Nº. 06/GAPV/2011 -----**

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Justificação -----**

Considerando que o órgão executivo municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2010/04/19, adoptou deliberação consubstanciada na redução do horário de funcionamento do Estabelecimento Comercial denominado "Gold Bar", sito na Travessa Cândido dos Reis nº24 e 26, Freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas na Proposta nº 27/GAPV/2011; -----

Considerando que o explorador do aludido Estabelecimento Comercial veio, através de requerimento com NIPG 1047/2011, solicitar que lhe seja autorizado o alargamento do respectivo horário de funcionamento, nos termos do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste concelho, passando o mesmo a funcionar com o seguinte horário: -----

- De Segunda a Sexta - abertura às 13h e encerramento às 2h; -----
- Ao Sábado e vésperas de Feriados e Dias Santos - abertura às 13h e encerramento às 4h; -----

Considerando que, no caso individual e concreto, o horário de funcionamento do referido estabelecimento veio a ser reduzido, mediante deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no dia 19/04/2010, com fundamento no seu funcionamento excessivo e irregular, provocando ruído incomodativo em prejuízo do sossego dos cidadãos aí residentes; -----

Considerando todo o histórico do estabelecimento comercial em causa, nomeadamente o grande número de processos contra-ordenacionais instaurados contra o aludido estabelecimento e correlacionados com a violação do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, bem como, com a violação do Código de Posturas em vigor neste Município, não esquecendo, ainda, as queixas apresentadas por moradores residentes nessa área de localização ----

Considerando que, na presente data, as circunstâncias da pretensão ora formulada não justificam, de "per si", que o órgão executivo municipal altere a sua decisão, praticada em 2010/04/19, e consubstanciada na redução do horário de funcionamento do estabelecimento comercial denominado "Gold Bar", passando o mesmo a funcionar entre as 8horas e as 24horas, durante todos os dias da semana, excepto aos Sábados ou em dias imediatamente anteriores a feriados ou dias Santos, em que foi autorizado o seu funcionamento até às 2horas do dia imediato, tudo isto, com fundamento na salvaguarda do direito ao repouso, à tranquilidade e ao sono dos cidadãos residentes nessa área de localização, direitos estes constitucionalmente consagrados; -----

**II - Da Proposta em Sentido Estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte Proposta: -----

- a) Que seja praticada decisão administrativa consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo interessado, e traduzida no pedido de alargamento do horário de funcionamento do Estabelecimento Comercial denominado "Gold Bar", de acordo com as razões acima enunciadas, mantendo-se, por isso, inalterável a

decisão já tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião ordinária do pretérito dia 2010/04/19; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, deverá a mesma, numa primeira fase, no cumprimento do disposto no artigo 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, ser submetida à audiência prévia dos interessados, sendo o explorador do estabelecimento notificado para, no prazo de dez dias e por escrito, vir ao processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão, expedindo-se, para o efeito, a competente notificação; -----

c) Por último, decorrido o referido prazo, dever-se-á praticar decisão administrativa, agora definitiva, sobre o presente assunto, notificando-se o explorador do referido estabelecimento da decisão tomada, de acordo com as regras fixadas no art. 68º e ss, do Código de Procedimento Administrativo, sobre notificações. -----

Chaves, 07 de Fevereiro de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

João Gonçalves Martins Batista -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

##### 1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DED. PARA CONHECIMENTO. ----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

##### 2. APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJECTO DE REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO INFORMAÇÃO N.º 36/DED/2011 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 6 de Dezembro de 2010, veio a ser aprovado o Projecto de Regulamento identificado em epígrafe, nos termos da informação nº350/DED/2010, de 30 de Novembro de 2010; -----

2. Na esteira da estratégia de actuação então delineada, o dito Projecto de Regulamento, no cumprimento do quadro legal aplicável, veio a ser submetido a um período de discussão pública, durante o prazo de 30 dias, garantindo-se a sua adequada divulgação através de Edital nº 130/2010, bem como no site oficial desta Autarquia, nos termos do disposto no art. 91º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações; -----

3. Concluído o referido período de discussão pública, no passado dia 21 de Janeiro de 2011, encontram-se registadas, no correspondente processo administrativo, durante o decurso de tal fase participativa, duas sugestões e ou observações sobre as soluções nele contempladas, as quais mereceram a análise por parte destes

serviços, estando, assim, reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a sua ulterior aprovação definitiva por parte do executivo camarário; -----

4. Refira-se, ainda, que, por iniciativa dos próprios serviços municipais, foram introduzidos, durante este período, pequenos ajustamentos ao clausulado do Regulamento, indissociáveis não só da correcção de erros materiais detectados no respectivo texto, mas também para permitir um melhor aperfeiçoamento da redacção conferida às disposições nele incorporadas, sendo certo que, tais modificações, não comprometem substancialmente a filosofia perfilhada pelo Regulamento; -----

5. Contudo, por razões de certeza, segurança e paz jurídicas, é apresentado, em anexo à presente proposta, documento dando exclusivamente ênfase às alterações acima enunciadas, com a indicação expressa dos artigos que vieram a ser retocados. -----

## **II - Da análise das sugestões/observações apresentadas -----**

a) O Sr. José Alberto Conceição Ribeiro, na qualidade de Presidente da Direcção do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Chaves, veio, via e-mail com registo de recepção às 15h02 do dia 21 de Janeiro de 2011, apresentar sugestão, no sentido do Projecto de Regulamento de Apoio ao Associativismo passar a contemplar mais uma cláusula, sob a epígrafe "Regime Transitório", da qual conste que os pedidos que antecedem a aprovação do regulamento em causa, respectiva publicação e entrada em vigor, dever-se-ão reger pelas normas até àquela data em vigor, conforme documento que se anexa à presente informação. -----

Analisado o seu conteúdo é nosso entender não estar o mesmo, em condições de merecer o acolhimento favorável, susceptível de poder alterar qualquer princípio do Regulamento em causa. Mais pertinência assume a sua rejeição, tanto mais que, recentemente, veio a lume o Decreto-Lei n.º 13/2011 de 25 de Janeiro, que estabelece os critérios para a atribuição de apoios financeiros pelas câmaras municipais às instituições constituídas por trabalhadores municipais. -----

b) O Sr. Dr. José Matos, na qualidade de Presidente da Direcção do Clube de Ténis de Mesa de Chaves, veio, via e-mail com registo de recepção às 15h39 do dia 10 de Janeiro de 2011, apresentar sugestão, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e se anexa à presente informação. -----

De igual modo, analisado o seu conteúdo, o mesmo não mereceu acolhimento favorável por parte destes serviços, pois as sugestões apresentadas não se adequam à generalidade do Regulamento no que concerne à diversidade de Clubes/Associações e Entidades. -----

## **III - Da Proposta em sentido estrito -----**

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara, Dr. João Batista, a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) e b), do n.º 4 e 7, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em vista à aprovação, agora definitiva, do Projecto de Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado das respectivas fichas de candidatura às quatro medidas de apoio; -----

b) Por último, caso o presente Regulamento venha a ser aprovado nos termos anteriormente sugeridos por parte do órgão executivo municipal, dever-se-á promover a sua publicação através de Edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à

tomada da decisão, num jornal local, em jornal oficial, no site oficial desta Autarquia e no respectivo Boletim Municipal. -----

O Técnico Superior -----  
(Maciel Duque) -----

Em anexo: -----

- Fichas de candidatura às medidas de apoio; -----
- O referido Regulamento de Apoio ao Associativismo, com as alterações mencionadas nos pontos 4 e 5 desta informação a negrito. -----

#### **REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO -----**

Os Clubes e Associações Desportivas, Culturais e Recreativas assumem, cada vez mais, um papel fundamental no processo de participação dos cidadãos na vida pública e, consequentemente, uma importância significativa no processo de desenvolvimento sustentado do concelho de Chaves. -----

De facto, é através destas colectividades, cujo objecto é o fomento e a prática de actividades desportivas, culturais e recreativas, que está representada a principal via de acesso à prática generalizada de acções neste âmbito pelos diferentes grupos sociais, com um claro e meritório papel na sociabilização, dissipação de tensões, construção de identidade e dinamização cultural e desportiva do Concelho. -----

Contudo, tais colectividades encontram ao longo da sua vida um conjunto de constrangimentos que, não raras vezes, implicam a assumpção, por parte das mesmas, de grandes sacrifícios para levar a efeito as actividades e objectivos que se propõem. -----

Tais constrangimentos acabam, igualmente, por dificultar o aparecimento de novas colectividades, bem como a realização de novas actividades. -----

Neste contexto, é indubitável que os Municípios, enquanto entidades públicas com uma relação de maior proximidade com as populações, têm uma importante função na definição e desenvolvimento de uma política que promova o aparecimento e a realização de projectos culturais, recreativos, artísticos, sociais e desportivos, de iniciativa dos cidadãos, de reconhecida qualidade e interesse para o Concelho, devendo possibilitar a criação de condições técnicas, logísticas e materiais a todos os níveis para o fomento e o apoio a este desenvolvimento. -----

Tanto mais que, de acordo com o disposto no artigo 78º e no art. 79º, da Constituição da República Portuguesa, incumbe ao Estado incentivar e assegurar o acesso a todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, apoiar iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, bem como, em colaboração com as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto. ----

Também, sobre esta matéria, a alínea f), do n.º 1, do art. 13º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, deixa claro que os Municípios dispõem de competências na área dos tempos livres e desporto, enquanto que a alínea b), do n.º 2, do artigo 21º, do mesmo diploma legal, dispõe, expressamente, que é competência dos Municípios "apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal." -----

Por sua vez, as alíneas a) e b), do n.º 4, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, estipulam que é competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e ou actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -----

Ora, tendo em conta o quadro de competências legais acima descrito, a Câmara Municipal de Chaves pretende desenvolver uma política que promova o aparecimento e a realização de projectos, de iniciativa dos cidadãos, de reconhecida qualidade e de interesse para o Município de Chaves, tendo plena consciência que tais desideratos só poderão ser alcançados através de parcerias sólidas com o movimento associativo. -----

Contudo, a consolidação de tais parcerias deverá ser acompanhada pela regulamentação do relacionamento entre os seus intervenientes, garantindo-se a completa transparência, rigor, eficácia e democratização dos apoios e financiamentos municipais e, simultaneamente, uma boa utilização dos dinheiros públicos. -----

Assim, com o presente regulamento, pretende-se criar um mecanismo regulador, com o objectivo de estipular de forma clara e concreta, as regras de apoio aos projectos de desenvolvimento desportivo, cultural e recreativo. -----

Neste âmbito é fundamental salientar que os apoios ou participações financeiras concedidas pelas Autarquias Locais, na área do desporto, são tituladas por contratos - programas de desenvolvimento desportivo, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 46º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro e no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro. -----

É a partir destas premissas que se estrutura a presente proposta de Regulamento, que pretende disciplinar a atribuição de apoios aos Clubes e Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho de Chaves, materializado nas seguintes medidas: -----

MEDIDA 1: Apoio ao funcionamento e desenvolvimento da actividade regular. -----

MEDIDA 2: Apoio à organização e realização de actividades pontuais/especiais. -----

MEDIDA 3: Apoio à construção/beneficiação de instalações. -----

MEDIDA 4: Apoio à aquisição de veículos de transporte. -----

Por último, importa referir que o presente Regulamento dá concretização aos objectivos propostos no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infracções conexas da Câmara Municipal de Chaves, em vigor neste concelho, nomeadamente o disposto no Capítulo III - B "Indicação das medidas preventivas", alínea b.b.), a qual prevê, expressamente, o seguinte: -----

"Aprovação de regulamento municipal relativo à concessão de benefícios públicos, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição." -----

Nestes termos, ao abrigo das disposições previstas no art.78º e art.79º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea f), do n.º 1, do art. 13º da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, e alín. b), do n.º2, do art. 21º da mesma Lei, e ainda pelo determinado na alínea b), do n.º 4, do art. 64º e alínea a), do n.º 7, do art. 64º ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, realizada no dia \_\_\_\_\_, deliberou aprovar o presente Regulamento. -----

## **CAPÍTULO I** -----

### **DISPOSIÇÕES GERAIS** -----

#### **Artigo 1.º** -----

##### **Âmbito e objecto** -----

1. O presente regulamento visa definir as normas e condições dos apoios a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves aos clubes e

colectividades desportivas, culturais e recreativas sedeadas no concelho de Chaves. -----

2. Podem ainda beneficiar dos apoios previstos no presente regulamento os agrupamentos de clubes e federações, bem como os praticantes individuais residentes no concelho, desde que fomentem actividades de natureza desportiva de relevante interesse municipal.

3. Salvo os casos previstos na Lei, não pode ser objecto de comparticipação financeira o desporto profissional. -----

#### **Artigo 2º** -----

##### Registo das Associações -----

Para efeitos de acesso aos apoios definidos, todas as Associações e Clubes deverão possuir o seu registo na Câmara Municipal de Chaves, através do preenchimento de ficha própria (anexo 1), à qual terão de anexar os seguintes documentos: -----

a) Fotocópia da escritura pública da sua legal constituição; -----

b) Cópia dos estatutos; -----

c) Cópia do NIPC; -----

d) Declaração de Utilidade Pública, se a tiver; -----

e) Acta actualizada da tomada de posse dos corpos dirigentes. -----

#### **Artigo 3º** -----

##### Candidatura -----

Para se candidatarem aos apoios previstos no presente Regulamento, as colectividades, para além dos requisitos previstos no artigo 2º, terão de entregar a respectiva ficha de candidatura, devidamente preenchida. -----

#### **Artigo 4º** -----

##### Prazo de candidatura -----

O processo de candidatura deverá ser entregue até 31 de Outubro. ---

#### **Artigo 5º** -----

##### Objectivos e princípios gerais -----

1. Os objectivos dos apoios financeiros são os indicados a seguir: -

a) Promover e fomentar o desenvolvimento da prática desportiva no concelho de Chaves, aumentando o número de praticantes das diversas modalidades, estruturando e qualificando os espaços desportivos e de lazer e apoiar equitativamente a iniciativa desportiva e cultural de associações, clubes e colectividades, bem como de cidadãos que pratiquem actividades de natureza desportiva de relevante interesse Municipal; -----

b) Reconhecer o papel essencial dos clubes e organizações desportivas, culturais e recreativas e a importância do fomento do associativismo desportivo e cultural, proporcionando a participação das estruturas associativas do concelho de Chaves na definição da política desportiva e cultural Municipal; -----

c) Garantir a participação de equipas, desportistas, praticantes desportivos, associações culturais e recreativas, nas competições/provas/actividades/encontros de âmbito local, distrital, regional, nacional e internacional; -----

d) Fomentar projectos de desenvolvimento desportivo, criando condições de estabilidade financeira e de programação sustentada de actividades às entidades desportivas do concelho; -----

e) Consagrar um sistema de apoios diversificados e progressivos à prática desportiva em função de critérios objectivos e de mérito; --

f) Integrar a actividade desportiva do concelho nos objectivos comuns de educação pelo desporto e cultura, de hábitos de vida saudáveis e de solidariedade colectiva. -----

2. Constituem princípios gerais da atribuição de apoios os seguintes:

- a) Isenção: o processo de atribuição dos apoios previstos assenta em pressupostos transparentes, justos e equilibrados, sendo de acordo com as disponibilidades financeiras da autarquia; -----
- b) Subsidiariedade: a atribuição de apoios aos clubes desportivos e associações pressupõe que estes se constituam como organizações fundamentais de base do processo de desenvolvimento desportivo, cultural e social; -----
- c) Utilidade social: os apoios serão atribuídos atendendo à respectiva utilidade social do programa de desenvolvimento desportivo e cultural; -----
- d) Planeamento e programação: a atribuição de apoios depende da apresentação de programas de desenvolvimento; -----
- e) Comparticipação: os apoios a conceder representam apenas uma parte dos custos com as actividades, materiais, equipamentos e acções a financiar, de forma a evitar que as actividades das colectividades dependam exclusivamente da ajuda da autarquia; -----
- f) Repercussão social: serão tidas em consideração as aplicações sociais da actividade desenvolvida pelas colectividades em termos de intervenção comunitária e acesso à prática desportiva pelas camadas sociais mais desfavorecidas; -----
- g) Sustentabilidade: os apoios serão atribuídos a entidades que comprovadamente assegurem o funcionamento dos seus órgãos em respeito pelos princípios fundamentais da democracia, com garantia de sustentabilidade e continuidade dos mesmos; -----
- h) Avaliação: a manutenção, redução ou supressão dos apoios concedidos dependerão da avaliação regular, de acordo com a prossecução do plano de actividades apresentado e objectivos propostos. -----

## **CAPÍTULO II** -----

### **APOIO AO FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE REGULAR** -----

#### **Artigo 6º** -----

##### **Candidatura** -----

Para se candidatarem a este apoio, as colectividades terão de entregar a ficha de candidatura (anexo 2) devidamente preenchida e anexar os seguintes documentos: -----

- a) Lista dos praticantes/participantes oficialmente inscritos por modalidade/actividade, com referência para o binómio masculino/feminino; -----
- b) Relatório de Actividades e Contas relativo ao último exercício, com o parecer do Conselho Fiscal e data de aprovação em Assembleia Geral. -----

#### **Artigo 7º** -----

##### **Critérios de apreciação** -----

Na definição dos apoios a atribuir, são observados como factores de ponderação: -----

- a) Número total de praticantes envolvidos (federados e não federados), com seguro; -----
- b) Número de modalidades / actividades; -----
- c) Regime de prática (regular ou pontual); -----
- d) Número de escalões em cada modalidade/actividade; -----
- e) Número de competições/actividades oficiais (distritais, regionais, nacionais e internacionais); -----
- f) Número de competições/actividades não oficiais (distritais, regionais, nacionais e internacionais); -----
- g) Número de treinadores Licenciados em Educação Física e/ou Desporto e treinadores habilitados pelas federações desportivas; ---



- h) Total de horas semanais de actividade de preparação por equipa, no caso de modalidades colectivas, ou por treinador, no caso de modalidades individuais; -----
- i) Total de quilómetros efectuados para cumprir as competições/actividades oficiais, contando-se a distância entre a sede do clube e local da competição/actividade; -----
- j) Actividades físicas para deficientes e idosos; -----
- k) Apoio a pessoal administrativo; -----
- l) Historial associativo; -----
- m) Contributo das actividades propostas para promoção do concelho a nível nacional/internacional; -----
- n) Integração das actividades no quadro de objectivos de desenvolvimento desportivo e cultural concelhio, promoção da actividade física e desportiva e ocupação saudável dos tempos livres de toda a população; -----
- o) A participação em iniciativas lançadas pelo Município de Chaves; -----
- p) Tipo e encargos com instalações utilizadas - próprias, arrendadas, municipais; -----
- q) Atletas que integrem o quadro de Alta Competição ou representação nacional; -----
- r) Capacidade de angariação de outras fontes de financiamento ou de outros tipos de apoio, designadamente participações de outras entidades ou patrocínios. -----

#### **Artigo 8º** -----

##### Cálculo dos apoios -----

1. Para facilitar os cálculos, será utilizado um sistema de pontos. Cada ponto corresponde a um valor determinado em Euros. -----
2. Para o ano de 2011, cada ponto equivale a 1 Euro. As futuras alterações do valor pecuniário dos pontos serão objecto de deliberação em reunião de Câmara. -----

#### **Artigo 9º** -----

##### Critérios de atribuição -----

- 1 - Será determinante para o cálculo do apoio financeiro anual, o número de atletas/participantes nos escalões de formação (até à idade de 18 anos inclusivé), comprovadamente inscritos nas respectivas associações e federações, com prática regular federada e competição regular na época em curso. A cada atleta/participante inscrito serão atribuídos 100 pontos. -----
- 2 - Por cada modalidade/género/escalão que o clube ou associação se faça representar oficialmente, será atribuída a seguinte pontuação:
- 2.1 - Modalidades com participação colectiva: -----
- I. Escolas - 1000 pontos -----
- II. Equipas no Distrital/Regional - 1 000 pontos -----
- III. Equipas no Nacional -----
- a. 1º Nível Competitivo - 6 000 pontos -----
- b. 2º Nível Competitivo - 4000 pontos -----
- c. Restantes níveis/nível único - 2000 pontos -----
- 2.2. Pontuação por mérito nos desportos colectivos e individuais ---
- a) A vitória em campeonato distrital ou regional individual, implica a atribuição de um adicional de 250 pontos; -----
- b) A vitória em campeonato distrital ou regional colectivamente, implica a atribuição de um adicional de 1000 pontos; -----
- c) A vitória em campeonato nacional individual, implica a atribuição de um adicional de 1000 pontos; -----
- d) A vitória em campeonato nacional colectivamente, implica a atribuição de um adicional de 2500 pontos; -----

e) Participação de atletas em Selecções Nacionais implica a atribuição de um adicional de 500 pontos por atleta e época desportiva. -----

3.Desporto Adaptado: A participação de atletas deficientes implica a atribuição de um adicional de 250 pontos por atleta e época desportiva. -----

4. Nível técnico dos treinadores: -----

a) Treinadores licenciados em Educação Física e/ou Desporto e habilitados com o grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 800 pontos por cada um; ----

b) Treinadores licenciados em Educação Física e/ou Desporto, implica a atribuição de um adicional de 400 pontos por cada um; -----

c) - Treinadores habilitados com o grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 400 pontos por cada um; -----

d) Treinadores habilitados com o 2º grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 300 pontos por cada um; -----

e) Treinadores habilitados com o 3º grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 200 pontos por cada um; -----

f) Treinadores habilitados com os restantes graus da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 100 pontos por cada um. -----

5. Apoio médico: -----

a) Acompanhamento de médico especializado, implica a atribuição de um adicional de 400 pontos; -----

b) Acompanhamento de fisioterapeuta/enfermeiro, implica a atribuição de um adicional de 300 pontos; -----

c) Acompanhamento de massagista, implica a atribuição de um adicional de 100 pontos. -----

6. Será atribuído um apoio adicional de 500 pontos para pessoal administrativo, desde que devidamente comprovado (comprovativo da Segurança Social). -----

7. O apoio ao transporte/deslocações dos atletas/participantes/equipas será calculado através do número de quilómetros efectuados, para cumprir as competições/actividades oficiais, contando-se a distância entre a sede do clube/associação e o local de competição/actividade, multiplicado por 0,50 pontos. ----

8. Os clubes que possuam três ou mais modalidades federadas em competição, serão objecto de subsídio adicional, no montante de 10% do total referido. -----

9. Outros níveis competitivos e modalidades poderão ser definidos ou dada equivalência consoante informações da respectiva Associação ou Federação da modalidade. -----

10. As Associações Culturais e Recreativas ou outras que não se integrem nos critérios atrás mencionados, será analisado o respectivo Plano de Actividades, com as actividades calendarizadas, objectivos anuais propostos e razão de ser em função dos estatutos e actividade já desenvolvida. -----

**Artigo 10º** -----

Méritos -----

Os clubes /associações que projectem de uma forma expressiva o nosso Concelho em termos desportivos/culturais, poderão beneficiar de um suplemento que poderá ir até ao máximo de 20000 pontos. -----

**Artigo 11º** -----

Condições -----

1. As colectividades deverão apresentar técnicos habilitados (Licenciados em Educação Física e/ou Desporto ou credenciados pela respectiva federação) que sejam responsáveis pela formação desportiva. -----

2. A formação desportiva deve promover os valores da ética desportiva, a recusa da violência e a não utilização de drogas ou outras substâncias proibidas. -----

3. Os alunos inseridos em Projectos Especiais de Formação Desportiva desenvolvidos pelos clubes ou escolas de formação, nunca poderão ser contabilizados na candidatura ao subsídio anual. -----

4. A concessão de apoios financeiros obriga à aceitação pelas entidades apoiadas do exercício dos poderes de fiscalização da Câmara Municipal de Chaves, destinados a controlar a correcta aplicação dos montantes atribuídos e a avaliar de forma descritiva as actividades propostas. -----

#### **Artigo 12º** -----

Concretização do apoio -----

1. A concretização do apoio será feita caso a caso através de uma das seguintes formas: -----

a) Da atribuição, pela Câmara Municipal, de um subsídio; -----

b) Da celebração de um Protocolo entre o Município e a entidade beneficiária; -----

c) Da celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos casos abrangidos pelo artigo 46º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

2. Para efeito do disposto no número anterior, e fora dos casos previstos na alínea c), será celebrado um protocolo sempre que o valor do apoio a atribuir seja igual ou superior a €50.000 (cinquenta mil euros). -----

#### **CAPÍTULO III** -----

#### **APOIO À ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES PONTUAIS/ESPECIAIS -**

#### **Artigo 13º** -----

Âmbito e objecto -----

1. A autarquia apoiará a organização de pequenos, médios ou grandes eventos desportivos e culturais, acções de formação e seminários, organizados pelas colectividades desportivas ou culturais, Associações de modalidade e Federações, desde que atempadamente programadas e considerados de interesse local, regional, nacional ou internacional. -----

2. Esta medida poderá concretizar-se através de apoio financeiro ou apoio logístico. -----

#### **Artigo 14º** -----

Definição -----

1. Os eventos desportivos a apoiar pela Autarquia deverão inserir-se, preferencialmente, numa modalidade desportiva tutelada por uma Federação devidamente reconhecida. -----

2. Os eventos não competitivos/desportivos a apoiar pela Autarquia estarão, preferencialmente, dependentes da participação de agentes do concelho de Chaves. -----

#### **Artigo 15º** -----

Condições -----

1. As participações, apoios e subsídios para o programa dos eventos desportivos e culturais poderão ser realizadas, nomeadamente, através de participação financeira, alojamento, transportes, alimentação, cedência de instalações, acompanhamento técnico, material e equipamento desportivo. -----

2. Os eventos desportivos e culturais sujeitos a contrato - programa devem observar, as seguintes condições: -----

- a) Participação de clubes, associações, entidades e desportistas/participantes do concelho; -----
- b) Representarem benefícios promocionais para o concelho; -----
- c) Representarem benefícios económicos para o concelho; -----
- d) Deterem interesse para a formação desportiva/cultural; -----
- e) Deterem interesse para o desenvolvimento desportivo e cultural do concelho; -----
- f) Demonstrem ser detentores de qualidades com vista à continuidade da sua realização. -----

#### **Artigo 16º** -----

##### Espectáculos -----

As comparticipações, apoios e subsídios a espectáculos desportivos e culturais que impliquem transmissões televisivas, de âmbito nacional ou internacional, serão objecto de protocolo ou contrato - programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e a entidade promotora do evento e não estão abrangidos pelo presente Regulamento, embora o interesse na sua comparticipação seja apreciado de acordo com os critérios a seguir mencionados, para os espectáculos desportivos: --

- a) Nível qualitativo do evento; -----
- b) Tradição e implementação e antecedentes da actividade pontual; --
- c) Objectivos desportivos, culturais e sociais da actividade -----
- d) Custos inerentes à sua organização e implementação; -----
- e) Autonomia financeira da implementação do evento; -----
- f) Número previsto de espectadores na assistência; -----
- g) Cobertura comprovada nos meios de comunicação social. -----

#### **Artigo 17º** -----

##### Candidatura -----

1. A candidatura decorre nos moldes definidos no art. 3º, com as necessárias adaptações nos casos especialmente contemplados na Lei, podendo ainda ser feita separadamente (anexo 3). -----

2. O processo deve conter, cumulativamente, os seguintes elementos:

- a) Provas competitivas: -----
- Data do evento proposto; -----
- Caracterização do evento proposto; -----
- Número de participantes previsto; -----
- Escalões/competição abrangidos; -----
- Expectativa de cobertura pelos media; -----
- Estimativa orçamental prevista para a sua execução; -----
- Expectativa de apoio financeiro. -----
- b) No caso de intercâmbios o processo deve conter: -----
- Proposta de intercâmbio recebida; -----
- Data prevista; -----
- Caracterização; -----
- Constituição da representação; -----
- Custo estimado. -----

c) No caso de acções de formação ou seminários, a caracterização da actividade proposta e seus objectivos. -----

#### **Artigo 18º** -----

##### Análise de candidatura -----

- 1. As candidaturas são analisadas de forma global. -----
- 2. A atribuição de apoio é feita mediante a relevância da candidatura. -----
- 3. A não concretização da actividade implica a anulação do apoio atribuído. -----

4. A solicitação do apoio logístico deverá ser feita com 30 dias de antecedência. -----

#### **CAPÍTULO IV -----**

#### **APOIO À CONSTRUÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES -----**

##### **Artigo 19º -----**

Âmbito e processo de candidatura -----

1. Quando se julgar de interesse para o concelho e respeitando os artigos 1º, 2º e 3º deste regulamento, a autarquia apoiará dentro das suas possibilidades, as iniciativas das colectividades do concelho na construção de sedes sociais, desde que haja disponibilidade financeira em orçamento. -----

2. A candidatura a este apoio decorre paralelamente às que se efectuam para outros apoios. -----

3. Privilegiar-se-ão situações de melhoria das condições de exercício e prática do desporto em detrimento das de natureza complementar. -----

4. Serão objecto de exclusão imediata os seguintes factores: -----

a) A inexistência de promoção de Actividades Desportivas/Culturais Regulares ou da candidatura, na época em causa, aos correspondentes subsídios Municipais; -----

b) A inexistência de escalões de formação, nas modalidades praticadas, dirigidas aos jovens do concelho; -----

c) Não ter parecer favorável dos serviços camarários competentes e da Junta de Freguesia da área de implementação do projecto. -----

##### **Artigo 20º -----**

Candidatura -----

Para se candidatarem a este apoio, as colectividades terão de entregar a ficha de candidatura (anexo 4) devidamente preenchida e anexar os seguintes documentos: -----

a) Projecto detalhado das intervenções a realizar, incluindo orçamento previsto das mesmas; -----

b) Entrega das facturas comprovativas das despesas efectuadas com as intervenções realizadas. -----

#### **CAPÍTULO V -----**

#### **APOIO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE -----**

##### **Artigo 21º -----**

Definição -----

A aquisição de meios de transporte por parte dos agentes desportivos/culturais deve reforçar a prática desportiva/cultural, a disponibilidade logística e a parceria local no fomento da actividade desportiva/cultural do concelho. -----

##### **Artigo 22º -----**

Condições -----

1. As participações a atribuir dependerão da disponibilidade financeira da Autarquia e são apenas destinadas a aquisição de viaturas novas ou usadas, para apoio à actividade das respectivas colectividades desportivas do concelho. -----

2. A Autarquia, na atribuição de participações financeiras às colectividades desportivas/culturais, pode estabelecer a obrigatoriedade de aquisição de determinado tipo de viatura, desde que seja economicamente mais vantajoso. -----

3. Este apoio, a atribuir mediante deliberação da Câmara Municipal, apenas é aplicável aos titulares de Estatuto de Utilidade Pública. -

##### **Artigo 23º -----**

**Critérios -----**

As comparticipações financeiras aos agentes desportivos/culturais para aquisição de viaturas para apoio à actividade desportiva, obedecem às seguintes condições: -----

- a) As entidades que promovam a formação desportiva e participem em competições regionais, distritais e nacionais, entidades que, não se encontrando em competição regular, prestem relevante serviço desportivo/cultural, poderão candidatar-se a apoio de 50% do valor de aquisição para uma viatura usada, num máximo de 5.000€, e 50% do valor de aquisição para uma viatura nova, num máximo de 10.000 €; --
- b) As comparticipações financeiras da Autarquia estão dependentes da apresentação, por parte do agente desportivo/cultural, de capacidade de investimento, que assegure o restante capital para a aquisição da viatura a ser alvo de apoio. -----

#### **Artigo 24º** -----

Candidatura -----

Para se candidatarem a este apoio, as colectividades terão de entregar a ficha de candidatura (anexo 5) devidamente preenchida e anexar os seguintes documentos: -----

- a) Cópia do registo de propriedade ou recibo na Conservatória do Registo automóvel; -----
- b) Cópia do livrete; -----
- c) Cópia do recibo/declaração de venda. -----

#### **CAPÍTULO VI** -----

#### **CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS** -----

#### **Artigo 25º** -----

Objecto -----

A cedência de espaços desportivos municipais visa aumentar a rentabilização dos mesmos, privilegiando a formação desportiva, a competição, a promoção de actividade física e desportiva para toda a população, realização de eventos e espectáculos desportivos, optimizando a iniciativa dos agentes desportivos do Concelho. -----

#### **Artigo 26º** -----

Condições -----

1. Os apoios são realizados através da cedência de espaços nas instalações desportivas municipais para realização de aulas, treinos, competições e eventos oficiais, das respectivas modalidades e regem-se pelo regulamento existente para as instalações desportivas Municipais. -----
2. As colectividades estarão sujeitas às taxas em vigor, aplicadas pela utilização das instalações municipais e terão de ser devidamente liquidadas até ao término da época desportiva. -----
3. Em caso de incumprimento do ponto anterior, a Autarquia poderá descontar o valor final no apoio a conceder à colectividade ou não autorizar a cedência das instalações na época seguinte. -----
4. A Autarquia reserva-se o direito de ceder as instalações municipais para a realização de eventos ou espectáculos desportivos, que fora do âmbito das competições oficiais, se revelem de manifesto interesse municipal. -----

#### **CAPÍTULO VII** -----

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS** -----

#### **Artigo 27º** -----

Contratos-Programa -----

Os contratos-programa celebrados com vista à atribuição de comparticipações financeiras, o acompanhamento e controle, modificação, revisão, cessação, incumprimento e contencioso dos contratos, regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro. -----

**Artigo 28°** -----  
 Incumprimentos/falsas declarações -----  
 1- O incumprimento dos projectos ou actividades, das contrapartidas ou das condições estabelecidas no presente Regulamento, no Contrato - Programa, Protocolo ou na deliberação que atribua um subsídio, consoante os casos, constitui motivo para a rescisão imediata dos contratos celebrados, bem como implica a devolução dos montantes recebidos ou, sendo o caso, a reversão imediata dos bens cedidos à posse da Câmara Municipal, sem prejuízo das devidas indemnizações ao Município pelo uso indevido e danos sofridos. -----  
 2- Para além das consequências previstas no número anterior, o incumprimento, por parte do beneficiário dos apoios previstos no presente Regulamento, impedirá a atribuição, a este último, de novos apoios num período a estabelecer pela Câmara Municipal. -----  
 3- A prestação de falsas declarações por parte do beneficiário dos apoios terá, igualmente, as consequências previstas nos números anteriores, sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal. ----

**Artigo 29°** -----  
 Direito Subsidiário -----  
 Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente regulamento recorrer-se-á à Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro), à Lei geral, aos princípios gerais de direito e ao disposto no Código de Procedimento Administrativo. -----

**Artigo 30°** -----  
 Revisão -----  
 A Câmara Municipal deve rever o presente regulamento no prazo de 5 anos. -----

**Artigo 31°** -----  
 Entrada em vigor -----  
 O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2011.02.14** -----

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.14**  
 Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Vereador do Desporto Arqº. Carlos Penas. -----

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR DO DESPORTO ARQTO CARLOS CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.15**-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

**3. RECTIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 42/DED 02-02-2011 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - LISTA DEFINITIVA INFORMAÇÃO N.º 52/DED 10-02-11** -----  
 Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----  
 Por deliberação de Câmara de 07 de Fevereiro foi aprovada a lista definitiva dos candidatos aptos à atribuição da bolsa de estudo para o ensino superior. -----

Considerando que o candidato Ricardo Filipe Moço Coutinho tinha a candidatura pendente pela falta de apresentação de um documento necessário à competente instrução do processo (média de ingresso no Ensino Superior) o qual foi posteriormente entregue em mão nos serviços da Divisão de Educação e Desporto; -----

Considerando que, por lapso, o referido documento foi agrafado a outro processo, o que levou a Comissão de análise a excluir o candidato; -----

Considerando que, no passado dia 8 de Fevereiro, ao proceder-se ao arquivamento dos processos, se deu conta do lapso identificado anteriormente; -----

Considerando que o candidato reúne as condições para ser admitido como apto à bolsa de estudo, não nos primeiros vinte lugares, mas em situação de espera. -----

Assim pelo exposto, a comissão de análise toma a liberdade de submeter à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. a seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a rectificação da lista definitiva dos candidatos admitidos para a atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, na qual o Candidato Ricardo Filipe Moço Coutinho passa a ocupar a 24<sup>a</sup> posição, conforme lista infra: -----

	Nome do Candidato	Objecto
1	Pedro Miguel dos Santos Teixeira	Renovação
2	Mara Vanessa Martins Fontoura	Renovação
3	Vítor Manuel Martins Ferreira	Renovação
4	Ana Rita Pires Pereira	Renovação
5	Filipa Vilabril Ramos	Renovação
6	Cláudia Sofia Rodrigues Matias	Renovação
7	Marília Rafaela Batista Gonçalves	Renovação
8	Liliana Patrícia Guimarães Martins	1 <sup>a</sup> Candidatura
9	Stephanie Belo Guerreiro	1 <sup>a</sup> Candidatura
10	Deolinda Rosa Moura	1 <sup>a</sup> Candidatura
11	Ana Andreia Ventura Machado	1 <sup>a</sup> Candidatura
12	Marlene Gomes Vilar Ferreira	1 <sup>a</sup> Candidatura
13	António Emanuel Pereira Ferreira	1 <sup>a</sup> Candidatura
14	Silvi Luís do Canto	1 <sup>a</sup> Candidatura
15	Daniela Sofia Pinto Fernandes	1 <sup>a</sup> Candidatura
16	Vítor Gonçalves Fernandes	1 <sup>a</sup> Candidatura
17	Ariana Soraia dos Anjos do Nascimento	1 <sup>a</sup> Candidatura
18	Gabriel Filipe Maeiro dos Santos	1 <sup>a</sup> Candidatura
19	Tânia Seixas Cabeleira	1 <sup>a</sup> Candidatura
20	Joana Maria Lopes Barroco	1 <sup>a</sup> Candidatura
21	Joana dos Santos Gradíssimo	1 <sup>a</sup> Candidatura
22	Heitor Luís Teixeira Luzio	1 <sup>a</sup> Candidatura
23	Diana Carina Cabeleira de Carvalho	1 <sup>a</sup> Candidatura
24	Ricardo Filipe Moço Coutinho	1 <sup>a</sup> Candidatura
25	Andreia Teixeira Freitas	1 <sup>a</sup> Candidatura
26	Katy Teixeira Freitas	1 <sup>a</sup> Candidatura
27	Vanessa Filipa da Costa	1 <sup>a</sup> Candidatura



	Rodrigues	
28	Ana Margarida Ribeiro Barros	1ª Candidatura
29	Daniel Fernando Neves dos Santos	1ª Candidatura

Caso esta proposta mereça concordância de V. Ex<sup>a</sup>, mais se sugere que a mesma seja remetida a reunião de Câmara para rectificação. -----

À consideração Superior -----

Os elementos da Comissão de análise: -----

A Chefe de Divisão -----

(Dr<sup>a</sup>. Lúdia Pinto) -----

Técnica Superior -----

(Dr<sup>a</sup>. Júlia Forte) -----

Técnica Superior -----

(Dr<sup>a</sup>. Zuleika Alves) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.10**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente da Câmara -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.11** -----

À reunião de Câmara para ratificação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA MARCAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO CAMINHO DE SANTIAGO DO INTERIOR DE PORTUGAL. INFORMAÇÃO N.º 58 / DCC/ 11.02.14** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Os Caminhos de Santiago são trilhos percorridos pelos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela, desde o Séc. IX, tendo recuperado, recentemente, grande protagonismo, constituindo um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem. -----

Existem vários Caminhos que percorrem toda a Europa e que desembocam em Santiago de Compostela. Em Portugal, existem pelo menos 2 troços principais, bem identificados na literatura: um pelo litoral, que entra em Espanha por Tui; e outro, interior, que entra em Espanha por Feces de Abaixo, e desemboca no Caminho da Prata. -----

Considerando que o Caminho Português de Interior, ainda desprovido de qualquer marcação ou divulgação, atravessa o território dos Concelhos de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, sendo que neste último concelho o trilho atravessa a fronteira; -----

Considerando que o principal objectivo do projecto em questão visa projectar o Caminho Português Interior como uma via de peregrinação a Santiago de Compostela, fomentando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas; -----

Considerando que após a realização de várias reuniões, que contaram com a presença de técnicos dos supra mencionados municípios, ficou estabelecido a necessidade de se efectivar a assinatura de um protocolo de cooperação, cuja minuta se anexa, tendo em vista a prossecução do projecto. -----

Considerando que o presente protocolo tem por objectivo assumir o projecto de marcação e dinamização do caminho e definir os princípios orientadores de cooperação a estabelecer entre os municípios atravessados pelo Caminho Português Interior de Santiago;

Considerando que o compromisso dos municípios envolvidos no projecto implica: -----

1. Proceder ao levantamento e reconhecimento do percurso, com base em documentação bibliográfica em coordenação com a VitAguiar, E.M.;
2. Elencar pontos de interesse para o turismo e infra-estruturas de alojamento e restauração existentes nas imediações do caminho; -----
3. Elencar escolas e edifícios que, ao longo do caminho, sejam passíveis de reconversão em albergues, para alojamento de peregrinos; -----

4. Proceder à limpeza e marcação do caminho, até Junho de 2011. ----  
Face ao exposto e para que o processo de adesão se efective, sob o ponto de vista formal, torna-se necessário: -----

a) Que o Município de Chaves, se constitua como parceiro cooperador aderente ao projecto denominado "Caminho Português Interior de Santiago". -----

b) Caso esta proposta mereça concordância por parte do executivo camarário, que desde já fique legitimado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves a assinar o respectivo Protocolo de Cooperação, em data a agendar posteriormente. -----

a) Propõe-se também o agendamento desta informação à próxima reunião de Câmara, para deliberação. -----

À Consideração Superior. -----

A Técnica Superior, -----

(Cláudia Araújo) -----

O Técnico Superior -----

(Jorge Leite) -----

Anexo: Minuta do Protocolo de Cooperação para Marcação e Dinamização do Caminho Português Interior de Santiago -----

#### **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A MARCAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO CAMINHO PORTUGUÊS INTERIOR DE SANTIAGO** -----

Os Caminhos de Santiago são trilhos percorridos pelos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela, desde o Séc. IX, tendo recuperado, recentemente, grande protagonismo, constituindo um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem. -----

O Caminho tornou-se muito popular nos últimos anos devido a vários factores: as autoridades espanholas e as juntas locais trabalham para atrair peregrinos, publicitando o Caminho e melhorando as infra-estruturas para os receber, já que são estes "turistas" que mantêm vivas muitas das aldeias ao longo da rota. Outra das razões prende-se com o surgimento de cada vez mais associações que promovem peregrinações em grupo. Existe também uma mudança de mentalidade que promove a ligação com a natureza e publicita este tipo de rotas. ---  
Existem vários Caminhos que percorrem toda a Europa e que desembocam em Santiago de Compostela. Em Portugal, existem pelo menos 2 troços principais, bem identificados na literatura: um pelo litoral, que entra em Espanha por Tui; e outro, interior, que entra em Espanha por Feces de Abaixo, e desemboca no Caminho da Prata. -----

Se é verdade que o Caminho Português do Litoral tem sido alvo de variadas acções, encontrando-se actualmente marcado, e dispondo já de vários albergues e estruturas de apoio, o Caminho Português de Interior, por seu lado, encontra-se, ainda, desprovido de qualquer marcação ou divulgação. -----

O Caminho Português de Interior atravessaria o território dos Concelhos de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, sendo que neste último concelho o trilho atravessaria a fronteira. De facto, a partir desse ponto, em território espanhol, o percurso já se

encontra assinalado com painéis e marcações, conduzindo o peregrino até Santiago. -----

O principal objectivo visa projectar o Caminho Português Interior como uma via de peregrinação a Santiago de Compostela, fomentando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas, bem como de toda a região. -----

Objectiva-se, também, contribuir para o desenvolvimento de um produto estratégico, em termos turísticos, que permita complementar a oferta da região, simultaneamente nas vertentes Turismo Religioso, Turismo de Natureza e Touring Cultural e Paisagístico. -----

Assim, entre: -----

O Município de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, é celebrado o presente protocolo que se regerá pelas seguintes normas:

## **Capítulo I** -----

Disposições Gerais -----

### **Cláusula 1.ª** -----

Objectivos -----

O presente protocolo tem por objectivo definir os princípios orientadores de cooperação a estabelecer entres os municípios atravessados pelo Caminho Português Interior de Santiago. -----

## **Capítulo II** -----

Responsabilidades das partes -----

### **Cláusula 1ª** -----

Coordenador do projecto -----

Fica desde já nomeada, como coordenadora do projecto, a empresa municipal VitAguiar, agindo em representação da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar. -----

### **Cláusula 2ª** -----

Compromissos dos municípios -----

1. Proceder ao levantamento e reconhecimento do percurso, com base em documentação bibliográfica fornecida pela VitAguiar, E.M.; -----

2. Elencar pontos de interesse para o turismo e infra-estruturas de alojamento e restauração existentes nas imediações do caminho; -----

3. Elencar escolas e edifícios que, ao longo do caminho, sejam passíveis de reconversão em albergues, para alojamento de peregrinos; -----

4. Proceder à limpeza e marcação do caminho, até Junho de 2011. ----

### **Cláusula 3ª** -----

Delegação de competências -----

Os municípios poderão delegar noutras entidades a execução do previsto no presente protocolo, assegurando o cumprimento do estabelecido. -----

### **Cláusula 4ª** -----

Vigência -----

Este protocolo produz efeitos a partir da data em que é assinado e é válido até à conclusão dos compromissos assumidos na cláusula segunda. -----

### **Cláusula 5ª** -----

Disposições finais -----

Após a execução dos compromissos, constantes do presente protocolo, os municípios envolvidos comprometem-se a diligenciar pela celebração de outro onde se preveja, nomeadamente, local e número de albergues a construir, material de divulgação, acções de dinamização, e outras necessárias ao desenvolvimento do projecto. --

Vila Pouca de Aguiar, ....., de ....., de 2011. -----

Pelo Município de Viseu -----

Pelo Município de Castro Daire -----  
 Pelo Município de Lamego -----  
 Pelo Município de Peso da Régua -----  
 Pelo Município de Santa Marta de Penaguião -----  
 Pelo Município de Vila Real -----  
 Pelo Município de Vila Pouca de Aguiar -----  
 Pelo Município de Chaves -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.14**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente da Câmara -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.02. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

#### V

#### ACÇÃO SOCIAL:

**1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DAS. PARA CONHECIMENTO. ----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA VEREADORA DRA.MARIA DE LURDES, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DAS. PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO A ANA ISABEL PEREIRA MARTINS. INFORMAÇÃO N.º 46/ 2011-02-03 -----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 5. -----

**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.11-----**

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dra. Maria de Lurdes Campos.-----

**DESPACHO DA SRA. VEREADORA DOUTORA MARIA DE LURDES CAMPOS 2011.02.14-----**

Visto. À consideração do Senhor Presidente da Câmara.-----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, 2011.02.14--**  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 47/ 2011-02-03-----**  
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa  
 a presente acta sob o número 6. -----  
**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR**  
**ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.03 -----**  
 Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dra. Maria de Lurdes  
 Campos.-----  
**DESPACHO DA SRA. VEREADORA DOUTORA MARIA DE LURDES CAMPOS**  
**2011.02.09-----**  
 Visto. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----  
**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE**  
**2011.02.15 -----**  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. Notifique-se. -----

**5. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 49/ 2011-02-03 -----**  
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa  
 a presente acta sob o número 7. -----  
**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR**  
**ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.03-----**  
 Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dra. Maria de Lurdes  
 Campos.-----  
**DESPACHO DA SRA. VEREADORA DOUTORA MARIA DE LURDES CAMPOS 2011.02.09**  
 Visto. À consideração do Senhor Presidente da Câmara.-----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

#### 1- PLANEAMENTO

##### 1.1 REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### I. ANTECEDENTES -----

1.1. Em sua reunião ordinária realizada em 3 de Janeiro de 2011, o  
 Executivo Municipal deliberou concordar com a "Proposta de aprovação  
 do Projecto do Regulamento de Compensações e da Matriz do Contrato

de Urbanização elaborados para efeitos de prossecução da execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite”, nos termos do nº 2 do artigo 125º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>5</sup> e do nº 3 do artigo 20º do Regulamento do Plano de Pormenor da Fonte do Leite<sup>6</sup>, sob proposta da Divisão de Planeamento, Ambiente e Ordenamento do Território consubstanciada na Informação datada de 22 de Dezembro de 2010. -----

1.2. Na sequência da estratégia de actuação definida na mencionada informação, o Projecto do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite veio a ser submetido a um período de discussão pública durante o prazo de 30 dias úteis (com início no dia 6 de Janeiro e termo no dia 16 de Fevereiro de 2011), garantindo-se a sua adequada divulgação através da afixação de editais nos lugares de estilo e sua publicitação no sítio institucional do Município e na imprensa local, em cumprimento das disposições previstas no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo DL nº 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo DL nº 6/96, de 31 de Janeiro. -----

## **II. DAS PARTICIPAÇÕES APRESENTADAS -----**

### **2.1. Identificação dos requerimentos de participação registados durante o período de discussão pública do projecto de regulamento em apreciação -----**

2.1.1. Concluído o referido período de discussão pública no dia 16 de Fevereiro de 2011, apenas se encontra registada no correspondente processo administrativo e durante o decurso de tal fase participativa, uma participação de um particular abrangido pela execução do plano, o Sr. Mário de Araújo Marracho, proprietário de duas parcelas de terreno (nº 4 e nº 38), cuja cópia se anexa à presente proposta para os devidos efeitos. -----

### **2.2. Do teor das observações e ou sugestões vertidas no requerimento apresentado -----**

2.2.1. Na participação apresentada, o interessado solicita alguns esclarecimentos sobre as soluções contempladas no projecto do regulamento em apreciação e expõe algumas questões de pormenor relacionadas com a proposta de plano, estando este último tipo de questões descontextualizado dos objectivos prosseguidos pela discussão pública do mencionado regulamento, as quais poderão ser oportuna e devidamente ponderadas no âmbito da celebração de contratos de urbanização a celebrar com cada um dos proprietários e cuja matriz já foi aprovada pelo órgão executivo municipal na sua reunião realizada no dia 3 de Janeiro de 2011. -----

2.2.2. Analisando o conjunto e o respectivo âmbito das sugestões e ou observações apresentadas pelo interessado, em sede do período de discussão pública concedido nos termos legais, as mesmas circunscrevem-se, sinteticamente, a quatro grandes áreas de intervenção do mencionado projecto de regulamento, a saber: -----

a) Estatuto das parcelas referidas como "sobrantes", enquanto não abrangidas pela disciplina urbanística do plano de pormenor, e a estratégia preconizada, sobre esta matéria, pela Autarquia; -----

<sup>5</sup> Aprovado pelo DL nº 380/99 de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo DL nº 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações, Adiante designado por RJIGT. -----

<sup>6</sup> Publicado em Diário da República, 2ª Série - nº 245, de 21 de Dezembro de 2009, através do Aviso nº 22926/2009. -----

- b) Critérios de avaliação das parcelas de terreno abrangidas pelo plano de pormenor e estimativa do preço por metro quadrado resultante dessa avaliação; -----
- c) Mecanismos associados à justa distribuição dos encargos e benefícios resultantes da execução do plano de pormenor - perequação dos encargos de urbanização e das cedências; -----
- d) Modalidades de pagamento das compensações: opção de pagamento em espécie ou em numerário. -----

### **III. DO DEVER DE PONDERAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES APRESENTADAS** -----

3.1. O órgão executivo municipal tem o dever de ponderação das sugestões, observações ou petições apresentadas pelos interessados, conforme estabelecido nas disposições combinadas nos artigos 8º, 9º e 117º do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.2. A participação apresentada não aponta qualquer desconformidade entre as normas preceituadas no projecto de regulamento em apreciação e o quadro legal em vigor sobre a matéria, nem com os princípios basilares enformadores da actividade de planeamento urbanístico confiados à Autarquia, tais como equidade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade, responsabilidade, entre outros. -----

3.3. Considerando que, independentemente das questões suscitadas pelo peticionário não implicarem qualquer modificação substantiva e ou formal das soluções plasmadas, provisoriamente, no Regulamento de Compensações em apreciação, as mesmas foram objecto de uma resposta por parte do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento consubstanciada no documento apresentado em anexo à presente proposta sob a designação de "*Relatório de ponderação das participações apresentadas no âmbito da discussão pública do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite*", tendo em vista a efectiva ponderação de tais sugestões por parte do executivo camarário. -----

3.4. No relatório mencionado conclui-se que as sugestões e ou observações apresentadas pelo interessado não são passíveis de poder contrariar o espírito, a filosofia e o carácter normativo e operacional do conteúdo do projecto do regulamento em causa, uma vez que não é apontado qualquer comprometimento do princípio da legalidade a que o mesmo está subordinado. -----

3.5. Nestes termos, consideram-se reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a apresentação da proposta de aprovação definitiva do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite por parte dos órgãos executivo e deliberativo do município. -----

### **IV. DA PROPOSTA DE ACTUAÇÃO** -----

4.1. Em coerência com as razões de facto e de direito supra expostas, sou a propor que superiormente seja adoptada decisão no sentido da aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, ao abrigo do preceituado nas disposições combinadas na alínea a), do nº 6 e na alínea a), do nº 7, ambos do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, no nº 2 do artigo 125º do RJIGT e do nº 3 do artigo 20º do Regulamento do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, seja aprovada, agora definitivamente pelo Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a Proposta de aprovação do Regulamento em causa ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar no dia 28 de Fevereiro do ano

corrente, para ulterior sancionamento por parte do citado órgão deliberativo do Município, no cumprimento do disposto na alínea a), do nº 2 e na alínea b), do nº 3, ambos do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações; -----

c) Caso a presente Proposta venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, por parte do órgão deliberativo do Município, deverá promover-se a sua publicação no sítio institucional do Município, no respectivo Boletim Municipal e através de edital a afixar nos lugares de estilo, bem como num Jornal Regional e na 2ª Série do Diário da República, por força do preceituado no artigo 91º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

d) Por último, deverá ser dado conhecimento das deliberações em causa ao interessado que apresentou a única participação no âmbito da discussão pública do Regulamento de Compensações do PPFL. -----

4.2. A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

**Em anexo:** -----

- Relatório de ponderação das participações apresentadas em sede de discussão pública do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite; -----

- Participação apresentada pelo Sr. Mário de Araújo Marracho; -----

- Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite e respectivos documentos complementares (Anexos I e II). -----

À consideração do Sr. Director de Departamento, -----

Chaves, 17 de Fevereiro de 2011 -----

A Chefe de Divisão -----

(Ana Isabel Morais Gomes Augusto, Arq.ª) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQTO. RODRIGO MOREIRA DE 2011.02.17.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece o meu inteiro acolhimento. -----

Neste sentido, propõe-se ao Senhor Vice-Presidente que a submeta a Reunião de Câmara para deliberação e, em caso de concordância com a proposta apresentada, se promova o seu agendamento para a próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar em 28-02-2011, para sancionamento. -----

À consideração do Sr. Vice-Presidente, -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.17.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara para deliberação. -----

**RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES APRESENTADAS NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE** -----

#### **I. ENQUADRAMENTO** -----

O Projecto do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite foi aprovado em reunião do Executivo Municipal realizada em 3 de Janeiro de 2011. Na sequência dessa deliberação, o documento em causa foi submetido a um período de discussão pública durante o prazo de 30 dias úteis (com início no dia 6 de Janeiro e termo no dia 16 de Fevereiro de 2011), divulgada através da afixação de editais nos lugares de estilo e da sua publicitação no sítio institucional do Município e na imprensa local, em cumprimento das disposições previstas no artigo 118º do Código do Procedimento



Administrativo aprovado pelo DL n° 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo DL n° 6/96, de 31 de Janeiro. -----

## **II. PARTICIPAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE DISCUSSÃO PÚBLICA -----**

### **1.Da identificação dos requerimentos de participação pública registados no processo administrativo -----**

1.1. Durante o período de discussão pública do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, apenas se encontra registada no respectivo processo administrativo a participação de um particular abrangido pela execução do plano, o Sr. Mário de Araújo Marracho, proprietário de duas parcelas de terreno (n° 4 e n° 38). -----

### **2.Do teor das observações e ou sugestões vertidas no requerimento apresentado -----**

2.1. A cópia da participação apresentada foi anexa ao presente relatório para conhecimento. Analisadas as observações e ou sugestões vertidas no requerimento apresentado, conclui-se que as mesmas se circunscrevem, resumidamente, a quatro grandes áreas de intervenção do mencionado projecto de regulamento, a saber: -----

e)Estatuto das parcelas referidas como "sobrantes", enquanto não abrangidas pela disciplina urbanística do plano de pormenor, e a estratégia preconizada, sobre esta matéria, pela Autarquia; -----

f)Critérios de avaliação das parcelas de terreno abrangidas pelo plano de pormenor e estimativa do preço por metro quadrado resultante dessa avaliação; -----

g)Mecanismos associados à justa distribuição dos encargos e benefícios resultantes da execução do plano de pormenor - perequação dos encargos de urbanização e das cedências; -----

h)Modalidades de pagamento das compensações: opção de pagamento em espécie ou em numerário. -----

2.2. Algumas das questões apontadas pelo interessado são de mero pormenor e relacionadas com discrepâncias nas medições de áreas das parcelas do interessado abrangidas pela execução do plano de pormenor, considerando-se que as mesmas estão descontextualizados dos objectivos prosseguidos pela discussão pública do Regulamento de Compensações e que poderão ser oportunamente ponderadas no âmbito da celebração de contratos de urbanização a celebrar com cada um dos proprietários abrangidos, cuja matriz já foi aprovada pelo órgão executivo municipal na sua reunião realizada no dia 3 de Janeiro de 2011 -----

## **III. RESPOSTA ÀS OBSERVAÇÕES E OU SUGESTÕES VERTIDAS NO REQUERIMENTO APRESENTADO -----**

### **1.Metodologia de resposta às questões suscitadas pelo interessado --**

1.1. Após análise de todas as questões apresentadas pelo interessado, foi organizada uma resposta concreta para cada uma delas por parte de técnicos do Departamento de Planeamento envolvidos no processo de execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite. -----

1.2. As respostas apresentadas para cada uma das questões apontadas pelo interessado contemplam a sua ponderação, para efeitos de fundamentação de uma proposta de decisão por parte do Órgão Executivo Municipal. -----

### **2.Resposta a cada uma das questões suscitadas pelo interessado -----**

#### **GRUPO 1 - ÁREAS IDENTIFICADAS NO PLANO DE PORMENOR**

<b>Questão</b>	<b>Parcela 4 - Diferença entre área a expropriar (5,775m<sup>2</sup>) e</b>
<b>1.1</b>	<b>área abrangida pelo PPFL (5,663m<sup>2</sup>)</b>

#### **RESPOSTA**

A diferença resulta do facto de a área do Plano de Pormenor da
--

Fonte do Leite não abranger a totalidade da plataforma da Rodovia de Acesso Prioritário ao Hospital (cujo procedimento de expropriação decorreu noutra unidade orgânica da autarquia), nomeadamente de uma faixa de 2 metros de largura no lado Norte, destinado a passeio, mas cuja execução do mesmo caberá aos particulares, no âmbito da realização de operações urbanísticas [ver peça desenhada anexa]. -----

O facto desta área de cerca de 112m<sup>2</sup> não estar abrangida pela execução do PPFL poderá beneficiar o particular, uma vez que a mesma poderá ser contabilizada para efeitos de cálculo da edificabilidade máxima admissível na sua parcela de terreno (no âmbito de uma operação urbanística ou de um prévio contrato ou acordo entre este e a autarquia), mas resultando numa cedência ao domínio público municipal para a via citada. -----

**Questão  
1.2**

**Parcela 38** - Diferença entre a área do levantamento topográfico encomendado pelo interessado (15.764,35m<sup>2</sup>) e área abrangida pelo PPFL (14.866m<sup>2</sup>)

#### RESPOSTA

O interessado não apresenta o levantamento topográfico da parcela n° 38 (apresenta novamente a configuração da parcela n° 4), não permitindo a estes serviços aferir a discrepância suscitada.

No entanto, considera-se que a diferença resulta do facto de a área do Plano de Pormenor da Fonte do Leite não abranger a totalidade da parcela do interessado. -----

Para efeitos da execução do plano, apenas são contempladas as parcelas ou parte destas abrangidas pela Unidade de Execução nele definida. As parcelas ou parte destas que estejam para além dos limites da Unidade de Execução não relevam para os mecanismos de perequação nem tão pouco para a contabilização do número de votos que consta do Anexo I do Regulamento de Compensações do PPFL.

**Questão  
1.3**

**Requerimento** - face ao exposto nas questões 1.1 e 1.2 o interessado solicita a rectificação das áreas que constam do PPFL e em todos os documentos que sobre este são produzidos e a partir do qual produzem efeitos.

#### RESPOSTA

Tendo em consideração as respostas apresentadas às questões precedentes, considera-se que não existem motivos para a rectificação pretendida pelo interessado. Quaisquer eventuais divergências que se venham a revelar no âmbito da execução do PPFL poderão ser harmonizadas em sede dos contratos de urbanização a celebrar com os particulares, pois tal instrumento contratual contempla todos os direitos e deveres das partes envolvidas na sua celebração. -----

#### GRUPO 2 - ÁREAS SOBRANTES DAS PARCELAS IDENTIFICADAS NO PLANO DE PORMENOR

**Questão  
2**

Áreas sobrantas das Parcelas n° 4 e n° 38

#### RESPOSTA

As áreas que constam dos documentos do PPFL vinculativos dos particulares reportam-se às parcelas ou parte de parcelas abrangidas pela Unidade de Execução do plano. As partes sobrantas não são contabilizadas quer para a perequação dos benefícios e encargos, quer para a contabilização do número de votos por proprietário na comissão de Gestão do Fundo de Compensação que consta do Anexo I do Regulamento de Compensações do PPFL.

As parcelas sobrantas mencionadas pelo interessado serão objecto de análise autónoma do sistema de execução do PPFL. -----  
 O Plano não tem nem pode prever disposições para parcelas de terreno que não estejam abrangidas pelo mesmo. Em sede de execução do plano nada impede o aproveitamento urbanístico de terrenos parcialmente abrangidos pelo plano e parcialmente fora dele, aplicando-se a cada uma o regime em vigor no momento do licenciamento. -----

**Parcela nº 38** -----

Após análise da planta cadastral e do respectivo quadro de proprietários apresentado pelo topógrafo contratado pela autarquia, existe uma parcela (com o nº 12) cuja inscrição na matriz é a de um caminho de consortes (no prolongamento da Rua de Mécia Vasquez Coutinho) em compropriedade dos Senhores Maria Eugénia Martins e Mário de Araújo Marracho. -----

Admitindo estes serviços que a referida "parte sobrente da parcela nº 38", indicada pelo interessado na sua participação, corresponde à mencionada parcela nº 12, então parte da mesma está localizada no espaço canal da Rodovia de Acesso Prioritário ao Hospital - Lanço 3 e será futuramente adquirida pelo Município, uma vez que é necessária para a execução do Lanço da via citada. -----

Contudo, tendo posteriormente entrado em vigor o PPFL, tal expropriação, se ainda fosse necessária na sequência do insucesso da implementação do sistema de cooperação preconizado na programação da execução do plano, seria uma competência da Assembleia Municipal de Chaves e não da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL). -----

Por outro lado, a capacidade construtiva da parte da parcela nº 4 abrangida pela Unidade de Execução do PPFL, está garantida pela atribuição de um Índice Médio de Utilização (Imu) de  $0,65\text{m}^2/\text{m}^2$  - a que corresponde uma Edificabilidade Abstracta (EA) de  $3.680\text{m}^2$ . ----

Embora esta parcela não tenha uma Edificabilidade Concreta (EC), uma vez ser destinada a infra-estruturas viárias - Vias estruturantes e Equipamentos - Centro Coordenador de Transportes, tal edificabilidade está garantida, através dos mecanismos de perequação preconizados no plano e mediante uma compensação de edificabilidade atribuída pelo Fundo de Compensação à parcela nº 38 do interessado (mais concretamente nos lotes numerados 14 a 17 com uma edificabilidade de  $4.440\text{m}^2$ ). -----

Neste sentido, a parcela nº 38 (que tem uma Edificabilidade Concreta de  $9.540\text{m}^2$ ) beneficiará de uma edificabilidade adicional, resultante da aplicação dos mecanismos de compensação do plano, num total de  $13.980\text{m}^2$ , a qual excede o Edificabilidade Abstracta prevista na mesma ( $9.660\text{m}^2$ ). -----

**Parcela nº 4** -----

No que respeita ao aproveitamento da parcela nº 4, cabe referir que, independentemente da vigência do PPFL, parte desta estaria sempre sujeita ao condicionalismo imposto pela execução da via citada e teria que ser adquirida pelo Município para tal fim, pelo que, neste contexto, se justifica ter sido o proprietário notificado dessa intenção. -----

Quanto à parte sobrente da parcela nº 4 e considerando a inclusão da faixa de 2 metros de largura destinado a passeio e não incluído no PPFL, tal como referido na resposta à questão 1.1, poderá ser alvo de uma operação urbanística autónoma, a qual, presentemente, dispõe de um índice de ocupação do solo de  $0,8\text{m}^2/\text{m}^2$ . Ora, como a parcela em causa tem cerca de  $1.182\text{m}^2$ , terá uma edificabilidade

máxima de 945,6m<sup>2</sup>. -----

No âmbito de uma operação urbanística ou de um prévio contrato ou acordo entre o proprietário e a autarquia, a tal faixa de passeio com cerca de 112,1m<sup>2</sup> será contabilizado como cedência ao domínio público municipal para infra-estruturas viárias. -----

Caso o interessado entenda, poderá associar-se aos proprietários dos terrenos confinantes, tendo em vista o melhor aproveitamento urbanístico da parcela sobranse em análise. -----

Estes serviços têm conhecimento da pretensão apresentada pelos proprietários das parcelas nº 48 e nº 53 (Sr. Avelino José Lavrador e esposa), para construção de um edifício de habitação colectiva, comercio e/ou serviços no R/C, na sequência de um acordo celebrado com a autarquia para a cedência antecipada de parte das parcelas em causa para a execução da rodovia de Acesso Prioritário ao Hospital. Neste sentido, o Sr. Mário de Araújo Marracho poderá contactá-los para uma eventual associação numa operação urbanística conjunta, beneficiando de condições mais favoráveis para a implantação de um edifício que, nesse caso, abrangeria 3 parcelas. -----

Uma operação urbanística deste género seria ainda mais favorável para todos os envolvidos se incluísse a participação da proprietária da parcela nº 40A - Sr.<sup>a</sup> Armada Sevivas Caetano. ---

### GRUPO 3 - ESTIMATIVA DO PREÇO POR M2 DE TERRENO NA ZONA

<b>Questão</b> <b>3.1</b>	Utilização da Fórmula do CIMI
------------------------------	-------------------------------

#### RESPOSTA

Sem prejuízo de se partilhar da opinião proferida no que respeita à dificuldade em se estabelecer, em sede de avaliação, uma relação homogénea entre o Valor Patrimonial e o Valor de Mercado, entendem estes serviços que a metodologia seguida no caso do PPFL, utilizando a fórmula do CIMI, é, apesar de tudo, aquela que assenta em factores objectivos, com coerência interna e sem espaço para subjectividade e discricionariedade dos avaliadores. -----

Refira-se, a propósito, que foi realizada uma outra avaliação pela Comissão de Avaliação do Património Municipal (CAPM), seguindo o Código de Expropriações, aprovado pela Lei Nº 168/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 56/2008, de 4 de Setembro, da qual resultaram valores muito inferiores aos obtidos pela fórmula do CIMI. -----

Com o intuito de estabelecer um valor justo, o mais próximo possível do valor de mercado, e tendo em conta a conjuntura actual (baixa de preços), a referida Comissão entendeu propor a adopção dos valores resultantes da fórmula do CIMI. -----

Destaca-se, ainda, que a maioria dos terrenos se encontra no seu estado rústico, o que, por si só, é factor depreciativo do seu valor por falta de infra-estruturas que lhe permitam um aproveitamento urbanístico imediato e sem encargos adicionais. ----

<b>Questão</b> <b>3.2</b>	Utilização do mesmo critério de Valorização dos usos de habitação, comércio disperso e centro comercial
------------------------------	---

#### RESPOSTA

Sem prejuízo de se reconhecer que o CIMI prevê diferentes -----

Coeficientes de Afectação (Ca) em função do tipo de utilização dos prédios edificados, assumindo valores de 1,0, 1,1 e 1,2, conforme previstos na tabela II do artigo 41º do CIMI, ou seja, conforme se trate de habitação, serviços ou comércio, a Comissão de Avaliação

do Património Municipal entendeu adoptar para o "Ca" o valor de 1,0 tendo em conta que o uso dominante atribuído pelo plano às parcelas incluídas na área de intervenção é a habitação e no pressuposto de estar a adoptar um valor superior ao que seria atribuído à maioria das parcelas caso se optasse por uma avaliação das mesmas tendo em conta o efectivo estado rústico em que se encontra a maioria delas.

<b>Questão 3.3</b>	Sugestão para uma correcta estimativa do Preço por m2 de terreno na zona
--------------------	--

**RESPOSTA**

No que respeita à sugestão de ser nomeada uma "comissão de avaliação, com representantes dos interessados" segundo uma "fórmula de representatividade que garanta a defesa dos proprietários de menor dimensão", estes serviços consideram que esse mecanismo está previsto no "Artigo 11º -Avaliações" do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, o qual, ao remeter para o "Artigo 31º - Compensação em espécie" do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, prevê, no nº 2, a constituição de uma comissão composta por três elementos: -----

- Um representante da Câmara Municipal; -----
- Um representante do proprietário do prédio; -----
- Um técnico designado por cooptação pela Comissão. -----

**GRUPO 4 - FÓRMULA DE PEREQUAÇÃO**

<b>Questão 4.1</b>	Perequação relativa à edificabilidade
--------------------	---------------------------------------

**RESPOSTA**

Sobre a alegada falta de mecanismos na fórmula, para garantir uma distribuição equitativa das receitas esperadas, estes serviços consideram que a fórmula apenas deve transformar a diferença entre a Edificabilidade Abstracta (EA) e a Edificabilidade Concreta (EC) numa área de terreno equivalente à que seria necessária para realizar tal diferença de construção, face ao índice médio aplicável. -----

Desta forma, a perequação está sempre indexada ao valor do terreno e não a um hipotético valor subjectivo da construção resultante dessa diferença, ou, pior ainda, do lucro indeterminado, calculado pela diferença entre o valor da construção e da respectiva venda, variáveis dependentes das imperfeições e flutuações especulativas do mercado.

<b>Questão 4.2</b>	Perequação relativa às cedências
--------------------	----------------------------------

**RESPOSTA**

No que respeita à perequação das cedências, à referência feita à Portaria 216-B/2008, de 3 de Março, e à alegada necessidade da "criação de um mecanismo que harmonize as cedências necessárias conforme os usos", consideram estes serviços que esta sugestão fica prejudicada por duas ordens de razões: -----

A primeira, porque o valor da Cedência Média (Cm) é fixo (0,665 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>), tendo sido estabelecido pelo plano, o qual já se encontra aprovado, estando tal valor justificado no nº 2 do artigo 21º do respectivo regulamento, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 245 – 21 de Dezembro de 2009, do qual se transcreve o seguinte extracto: -----

"2 – A área de cedência média (Cm), relativa à unidade de execução

do plano definida no n.º 1 do artigo 18.º, é igual a 0,665 m²/m² de Abc. Este valor foi determinado através do quociente entre a totalidade das áreas destinadas a zonas verdes, equipamentos e vias sem construção adjacente (vias estruturantes), pela totalidade da Abc, existente e admitida, destinada a habitação, comércio e serviços." -----

) A segunda, porque a Portaria em causa, sendo uma referência para a gestão urbanística de operações de loteamento e apenas no caso de tal dimensionamento não estar previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território, não tem aplicação directa às parcelas abrangidas pelo Plano de Pormenor aprovado, na medida em que este já definiu em concreto, para a totalidade da 'Área Plano', o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva. -----

#### **Questão**

**4.3**

Perequação de encargos de urbanização

#### **RESPOSTA**

A metodologia de execução da perequação de encargos de urbanização foi desenvolvida em respeito pelo que se encontra estabelecido no artigo 142º do RJGT e no artigo 21º do regulamento do PPFL (já aprovado). Nesta metodologia, teve-se em conta o seguinte: -----

- Tal como previsto no regulamento do PPFL, designadamente na alínea c) do nº 2 do artigo 19º, o Custo Médio de Urbanização (Cmu) "corresponde ao custo médio envolvido na materialização das infra-estruturas e espaços verdes por m² de Abc calculado para a área a que se refere o n.º 1"; -----

- Os encargos com as infra-estruturas das vias estruturantes não foram contabilizados como encargos de urbanização para os proprietários; -----

- Cada proprietário fica obrigado a compartilhar apenas parte dos restantes custos de urbanização na proporção directa dos respectivos benefícios, medidos pela edificabilidade concreta que o proprietário/promotor do lote e/ou parcela passa a deter como resultado da execução do PPFL; -----

- O montante total dos custos de urbanização é actualizado anualmente, em função do custo final efectivo da execução das obras e da taxa de inflação verificada no período em referência, publicitada nos termos legais. -----

- Tais custos ficarão concretamente definidos nos contratos de urbanização que serão celebrados entre a Câmara e os particulares envolvidos, momento em que a ponderação do valor será feita com base em custos reais e actualizados. -----

Neste contexto, entendem estes serviços que as instalações de maior dimensão, traduzida em maior edificabilidade concreta, como será o caso da unidade comercial com a dimensão prevista, participa nos encargos de urbanização geral de forma proporcional e adequada, para além dos encargos inerentes às obras de urbanização de utilização directa, naturalmente de maior dimensão que os demais lotes de dimensão menor. -----

#### **Questão**

**4.4**

Sugestão para uma correcta redistribuição dos proveitos e encargos

#### **RESPOSTA**

No que respeita à «introdução de um factor de correcção que considere "diferentes valorizações para o m² de área bruta de construção de habitação, comércio e serviços (desigualdades criadas



pelo Plano)" como refere José Cardeiro<sup>7</sup>, cabe esclarecer o seguinte: -----

• Embora o autor citado se refira a um modelo complexo, segundo o qual "são incorporadas as diferenças de valor económico entre as parcelas originais, decorrentes de factores como a localização, a proximidade a serviços, acessos, entre outros, e características biofísicas (ex. declives, proximidade ao rio ou ao mar...), bem como as diferenças de valor devidas aos usos e tipologias que o plano propõe", acontece porém, que o mesmo autor acaba por induzir a preferência pelo modelo mais simplificado quando refere que "no entanto, embora o modelo complexo permita atingir situações de maior justiça entre proprietários de um dado plano, esta solução nem sempre se revela a mais vantajosa. De facto, a maior complexidade dos pressupostos de negociação assumidos poderá afectar a operacionalidade dos planos, designadamente pela maior dificuldade de compreensão e aceitação por parte dos vários proprietários envolvidos, sobretudo quando se tratam de pequenos proprietários, não directamente associados com a promoção imobiliária". -----

Foi, precisamente, por partilhar deste entendimento sobre a realidade presente na área do plano em causa que estes serviços consideraram mais ajustado seguir um modelo simplificado para atenuar as desigualdades criadas pelo plano. -----

#### GRUPO 5 – MODALIDADES DE PAGAMENTO

**Questão  
5**

Opção de pagamento em numerário ou em espécie

#### RESPOSTA

As modalidades de pagamento estão definidas e reguladas no "Artigo 8.º- Modalidades de pagamento" do Regulamento que está ser objecto de análise. No que respeita ao critério para aplicação das modalidades previstas, o regulamento estabelece textualmente no nº 1 que a "compensação é paga em espécie ou em numerário". -----

Esta é a regra que permite optar, às partes intervenientes no processo, por uma das duas modalidades. -----

Contudo, por razões de interesse público, foi previsto no nº 4 que a "câmara municipal pode determinar o pagamento da compensação em numerário quando fundamentadas razões de carácter urbanístico o aconselhem"<sup>8</sup>. No entender destes serviços, as "fundamentadas razões" revestem um carácter excepcional e não a regra, pelo que se considera salvaguardado o princípio do respeito pelos direitos e interesses legítimos dos particulares. -----

No caso de terrenos que não possuem qualquer capacidade construtiva, é entendimento destes serviços que, estando integrados na unidade de execução e abrangidos pelos mecanismos de perequação, a compensação dever-se-á operar à medida que os mesmos sejam sujeitos às obras de urbanização por necessidade de concretização da execução programada do plano. -----

#### GRUPO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

**Questão**

Da representatividade dos interessados

<sup>7</sup> Cardeiro, José (1999). **Avaliação da Execução Perequacionada de Planos Municipais de Ordenamento do Território**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Lisboa: LNEC.-----

<sup>8</sup> Sublinhado nosso. -----

6

**RESPOSTA**

A solução encontrada para determinar a participação dos interessados na eleição dos dois representantes que irão integrar a Comissão de Gestão do Fundo de Compensação, constituída por cinco membros, permite que todos os interessados (proprietários) participem na reunião (assembleia) que elege os seus representantes, com direito a voto proporcional à área territorial de que são legítimos proprietários. -----  
 Não se considerou oportuna a distinção entre pequenos e grandes proprietários. Entende-se que não haverá outra forma mais justa de distribuição de votos que não passe pela proporcionalidade das áreas de terreno abrangidas pela unidade de execução do plano.

**IV. PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES E OU OBSERVAÇÕES APRESENTADAS -----**

1. Na participação apresentada pelo interessado são solicitados alguns esclarecimentos sobre as soluções contempladas no Projecto do Regulamento de Compensações do PPFL e são expostas algumas questões de pormenor relacionadas com a proposta de plano, estando este último tipo de questões descontextualizado dos objectivos prosseguidos pela discussão pública do mencionado regulamento, as quais poderão ser oportuna e devidamente ponderadas no âmbito da celebração de contratos de urbanização a celebrar com cada um dos proprietários e cuja matriz já foi aprovada pelo órgão executivo municipal na sua reunião realizada no dia 3 de Janeiro de 2011. ----

2. A participação apresentada não aponta qualquer desconformidade entre as normas preceituadas no Projecto do Regulamento de Compensações e o quadro legal em vigor sobre a matéria, nem com os princípios basilares enformadores da actividade de planeamento urbanístico confiados à Autarquia, tais como equidade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade, responsabilidade, entre outros. -----

3. Considerando que, independentemente das questões suscitadas pelo peticionário não implicarem qualquer modificação substantiva e ou formal das soluções plasmadas, provisoriamente, no Projecto do Regulamento de Compensações objecto de discussão pública, as mesmas foram objecto de ponderação por parte destes serviços, tendo em vista a fundamentação de uma proposta de decisão por parte do executivo camarário. -----

**V. CONCLUSÕES E PROPOSTA DE ACTUAÇÃO -----**

1. No presente relatório conclui-se que as sugestões e ou observações apresentadas pelo interessado não são passíveis de poder contrariar o espírito, a filosofia e o carácter normativo e operacional do conteúdo do projecto do regulamento em causa, uma vez que não é apontado qualquer comprometimento do princípio da legalidade a que o mesmo está subordinado. -----

2. Atendendo às razões de facto e de direito expostas neste relatório, e uma vez que o mesmo será incorporado na proposta de Divisão de Planeamento, Ambiente e Ordenamento do Território que será submetida a reunião dos órgãos executivo e deliberativo municipais para tomada de decisão definitiva sobre o Regulamento de compensações do PPFL, considera-se que superiormente deverá ser adoptada decisão no sentido da manutenção do seu teor. -----

3. Mais se propõe que seja dado conhecimento do conteúdo do presente documento e da deliberação que vier a ser tomada sobre o mesmo ao interessado, para os devidos efeitos. -----

Chaves, 17 de Fevereiro de 2011 -----



O Director do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento -----  
 (Rodrigo Moreira, Arq.º) -----  
 A Chefe de Divisão de Planeamento, Ambiente e Ordenamento do  
 Território -----  
 (Ana Isabel Gomes Augusto, Arq.ª) -----  
 A Técnica Superior da Divisão de Gestão Urbanística e Territorial --  
 (Conceição Fernandes Rei, Eng.ª Civil) -----  
 -----

**Projecto de Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da  
 Fonte do Leite** -----

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual, prevê no seu artigo 125.º a possibilidade de ser associado um fundo de compensação a cada unidade de execução com o objectivo de liquidar as compensações devidas pelos particulares e respectivos adicionais, cobrar e depositar em instituição bancárias quantias liquidadas e liquidar e pagar as compensações devidas a terceiros. -----

Na verdade, *"existe uma íntima relação entre as questões da execução dos planos, perequação compensatória dos benefícios e encargos e a indemnização por danos decorrentes dos planos. Com efeito, a perequação só pode operar na fase da execução das previsões dos planos e, por outro lado, só haverá indemnização por danos decorrentes dos planos, quando não existam mecanismos de perequação, ou quando, apesar de existirem, eles não possibilitem a compensação daqueles prejuízos"* (v. Parecer n.º 115/2003 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República). -----

Por outro lado, cumpre salientar que nos termos do n.º 2 do artigo 120.º do RJIGT as unidades de execução, que podem corresponder a uma unidade operativa de planeamento e gestão, à área abrangida por um plano de pormenor ou a parte desta (cf. n.º 3 da mesma disposição), deverão ser delimitadas de forma a assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso e a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos. -----

O Plano de Pormenor da Fonte do Leite (PPFL), foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Chaves de 25 de Novembro de 2009, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 16 de Novembro de 2009, tendo sido publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 245 – 21 de Dezembro de 2009. - De acordo com o PPFL, as matérias relativas ao regime aplicável a compensações devidas pela aplicação da perequação compensatória ao nível da Unidade de Execução, nomeadamente pela realização das obras de urbanização pelos particulares e ao fundo obriga à implementação de mecanismos de perequação compensatória relativamente à distribuição equitativa de benefícios e encargos. -----

É com o intuito de prosseguir estas determinações legais, bem como pelo facto de o n.º 2, do artigo 125.º do RJIGT impor que o fundo de compensação deve ser gerido nos termos a definir em Regulamento Municipal, que se elaborou o presente Regulamento. -----

O presente Regulamento foi submetido a apreciação pública nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo e aprovado na reunião da Câmara Municipal de Chaves de \_\_\_\_\_ e sessão da Assembleia Municipal de Chaves de \_\_\_\_\_. -----

**CAPÍTULO I** -----

**Disposições gerais** -----

**Artigo 1.º** -----

**Lei habilitante** -----

O presente Regulamento, de ora em diante identificado apenas por RC, é elaborado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 125.º do RJIGT aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações, bem como no uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e do poder conferido pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

## **Artigo 2.º -----**

### **Âmbito de aplicação -----**

O RC aplica-se aos mecanismos de perequação compensatória decorrentes da execução do PPFL e da unidade de execução nele delimitada. -----

## **CAPÍTULO II -----**

### **Da perequação -----**

## **Artigo 3.º -----**

### **Perequação Compensatória -----**

Todas as operações urbanísticas resultantes e realizadas no âmbito da execução do PPFL darão lugar a compensação e à aplicação de mecanismos de perequação compensatória de benefícios e encargos. ---

## **Artigo 4.º -----**

### **Mecanismos de perequação de edificabilidade e de cedências -----**

1 - Nos casos em que os proprietários venham a deter excesso ou falta de edificabilidade relativamente ao índice médio de utilização (Imu) definido para a zona ou excesso ou falta de área de cedência relativamente à área de cedência média (Cm), ficam os mesmos, consoante os casos, obrigados a compensar ou com o direito a serem compensados. -----

2 - Para efeitos de aplicação dos mecanismos de perequação são aplicáveis parâmetros definidos no PPFL: Índice Médio de Utilização (Imu), área de Cedência Média (Cm) e Custo Médio de Urbanização (Cmu), com vista à justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da urbanização. -----

3 - Os valores a que se refere o número anterior são os seguintes: -

a) Imu = 0,65 m<sup>2</sup> de Abc por m<sup>2</sup> de terreno; -----

b) Cm = 0,665 m<sup>2</sup> de cedência por m<sup>2</sup> de Abc; -----

c) Cmu - a distribuição dos custos de urbanização é feita proporcionalmente à área de construção em conformidade com o estabelecido no artigo 7.º. -----

4 - A edificabilidade abstracta (EA) de cada prédio abrangido pelo PPFL resulta do produto do Imu pela área do prédio incluído na unidade ou sub-unidade de execução relevante. -----

5 - A fixação da edificabilidade concreta (EC) decorre do cumprimento das prescrições estabelecidas no plano. -----

6 - A área de cedência abstracta resulta do produto da Cm pela área do prédio incluída na unidade ou sub-unidade de execução relevante.

7 - A Cedência Concreta (CC) é a que está prevista no plano. -----

## **Artigo 5.º -----**

### **Perequação relativa à edificabilidade -----**

1 - Para efeitos de aplicação dos mecanismos de perequação relativamente à edificabilidade de cada prédio abrangido pelo PPFL, a compensação é realizada do seguinte modo: -----

a) Quando a edificabilidade concreta for superior à média, o proprietário, aquando da emissão do alvará ou título equivalente, realiza a compensação a favor do Fundo referido no art. 12.º, em

numerário ou em espécie. -----  
 b) Quando a edificabilidade concreta for inferior à média, o proprietário, aquando da emissão do alvará ou título equivalente, é compensado pelo Fundo referido no art. 12º, em numerário ou em espécie. -----

2 - A fórmula de cálculo da compensação é a seguinte: -----

**V1=[ (EA-EC)/Imu]xVmt** -----

Em que: -----

V1 - Valor da compensação relativa à edificabilidade; -----

EA - Edificabilidade Abstracta; -----

EC - Edificabilidade Concreta; -----

(EA-EC)/Imu - Expressão que determina a área de terreno necessária à concretização da edificabilidade resultante da diferença entre as Edificabilidades Abstracta e Concreta. -----

Vmt - Preço por m2 de terreno na zona, de acordo com o Anexo I -----

**Artigo 6.º** -----

**Perequação relativa às cedências** -----

1 - Para efeitos de aplicação dos mecanismos de perequação relativamente às cedências previstas no PPFL, a compensação é realizada do seguinte modo: -----

a) Quando a área de cedência efectuada for inferior à cedência média, o proprietário deve efectuar a compensação, em numerário ou espécie, a favor do Fundo referido no art. 12.º -----

b) Quando a área de cedência efectiva for superior à cedência média, a compensação é prestada ao proprietário pelo Fundo previsto no art 12.º, em numerário ou espécie. -----

2 - A fórmula de cálculo da compensação é a seguinte: -----

**V2=(ACE-ACM)xVmt** -----

Em que: -----

V2 - Valor da compensação relativa às cedências; -----

ACE - Área de Cedência Efectiva; -----

ACM - Área de Cedência Média; -----

Vmt - Preço por m<sup>2</sup> de terreno na zona, de acordo com o Anexo I. -----

**Artigo 7º** -----

**Perequação de encargos de urbanização** -----

1 - A repartição dos custos de urbanização processar-se-á em respeito pelo que se encontra estabelecido no artigo 142º do RJIGT e no artigo 21º do regulamento do PPFL. -----

2 - Para efeitos de aplicação do mecanismo de perequação dos encargos a que se reporta o artigo 21º do regulamento do PPFL, cada proprietário fica obrigado a compartilhar os custos de urbanização na proporção directa dos respectivos benefícios, medidos pela edificabilidade concreta que o proprietário/promotor do lote e/ou parcela passa a deter como resultado da execução do PPFL. -----

3 - São devidos pelos proprietários/promotores encargos proporcionais à área bruta de construção (Abc) que lhe for licenciada ou admitida, os quais serão satisfeitos através do pagamento de uma taxa (taxa de urbanização) aquando da emissão dos títulos das respectivas operações urbanísticas. -----

4 - O valor da taxa a pagar por cada proprietário/promotor de lote ou parcela, para suporte dos custos de urbanização previstos para a unidade de execução a que se reporta o presente regulamento, é fixado anualmente, tendo por referência o metro quadrado de área bruta de construção que vier a ser licenciada ou admitida para o lote ou parcela em causa. -----

5 - O montante total dos custos de urbanização é actualizado anualmente, em função do custo final efectivo da execução das obras

e da taxa de inflação verificada no período em referência, publicitada nos termos legais. -----

6 - Na fixação dos encargos a assumir referentes aos custos de urbanização são também contabilizados os custos dos projectos urbanísticos de carácter público, dos equipamentos públicos, das obras de infra-estruturas e de obras de urbanização, devendo os demais encargos necessários à concretização da operação urbanística ser contabilizados e assumidos como investimentos. -----

#### **Artigo 8.º** -----

##### **Modalidades de pagamento** -----

1 - A compensação é paga em espécie ou em numerário. -----

2 - A compensação paga em espécie efectua-se através da entrega de prédios urbanos ou suas fracções, prédio rústicos, lotes ou parcelas de terrenos, de valor equivalente à compensação em numerário devida, conforme a avaliação a realizar de acordo com o previsto no art. 11.º. -----

3 - Nas situações previstas no número anterior, os lotes ou parcelas edificáveis podem ser provenientes ou ser cedidos ao fundo de compensação previsto no artigo 12.º, ficando neste caso afectos ao domínio privado municipal. -----

4 - A câmara municipal pode determinar o pagamento da compensação em numerário quando fundamentadas razões de carácter urbanístico o aconselhem. -----

5 - Não são pagas quaisquer compensações se o proprietário se encontrar em situação de incumprimento perante o Município, por dívidas ou obrigações, bem como perante a Segurança Social e a Administração Fiscal. -----

#### **Artigo 9.º** -----

##### **Compensação em espécie** -----

1 - A compensação em espécie é preferencialmente realizada na área da unidade de execução, através de prédios urbanos ou suas fracções, prédios rústicos, lotes ou parcelas de terrenos. -----

2 - A compensação em espécie tem valor igual ao da compensação em numerário. -----

3 - Sempre que se verifique existir saldo entre o valor calculado para a compensação em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, o mesmo é pago da seguinte forma: -----

a) Se o saldo for favorável ao fundo de compensação, o mesmo é pago em numerário pelo interessado; -----

b) Se o saldo for favorável ao interessado, o mesmo é-lhe entregue em numerário. -----

4 - Mediante instrumentos contratuais adequados, poderá ser estabelecido entre o Município e os proprietários/promotores que o valor das compensações devidas pode ser liquidado através da realização das obras de urbanização previstas no PPFL, e que devam ser concretizadas em execução do mesmo. -----

#### **Artigo 10.º** -----

##### **Compensação em numerário** -----

1 - A fixação do valor em numerário é efectuada de acordo com as fórmulas previstas no nº 2, do artigo 5.º e no nº 2, do artigo 6.º.

2 - Quando V1 ou V2, resultantes da aplicação das fórmulas referidas no número anterior, forem: -----

a) Negativos, os mesmos correspondem ao montante a cobrar pelo Município a título de compensação, através do Fundo de Compensação;

b) Positivos, os mesmos correspondem ao montante da compensação devida pelo Fundo de Compensação ao proprietário/promotor. -----

#### **Artigo 11.º** -----

**Avaliações -----**

A todas as avaliações que sejam necessárias em virtude da aplicação deste regulamento aplica-se supletivamente o disposto no art. 31º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, aprovado pelos Órgãos Municipais competentes e publicado em Diário da República, 2ª Série – N.º 63, de 31 de Março de 2010. -----

**CAPÍTULO III -----****Fundo de compensação -----****Artigo 12.º -----****Constituição e objectivos do Fundo de Compensação -----**

1 – Tendo em vista a operacionalização dos mecanismos de perequação compensatória previstos no PPFL, a Câmara Municipal de Chaves constituirá um Fundo de Compensação, associado à unidade de execução de acordo com o preconizado no n.º 1, do artigo 125.º, do RJIGT. ---

2 – Para efeitos de gestão e prossecução dos objectivos do Fundo de Compensação compete à Câmara Municipal de Chaves, designadamente: --

a) Proceder à gestão e planeamento operacional e administrativo do Fundo de Compensação, no que respeita à inscrição de rubrica: -----

i) Para cobrança de receitas no orçamento do Município de Chaves; --

ii) Respeitante às despesas do fundo de compensação, através da abertura de códigos GOP (AMR ou PPI) relativa aos investimentos ou compensações derivados das regras do Fundo, utilizando para este efeito os critérios base da contabilidade pública; -----

b) Liquidar as compensações devidas pelos particulares e respectivos adicionais; -----

c) Cobrar e depositar em instituição bancária as quantias liquidadas; -----

d) Liquidar e pagar as compensações devidas a terceiros; -----

e) Discriminar, para efeitos de afectação ao domínio privado municipal, as parcelas edificáveis ou os lotes cedidos por proprietários; -----

f) Adquirir ou permutar prédios ou partes de prédios que correspondem a edificabilidade abstracta não concretizada ou a áreas de cedência em excesso; -----

g) Proceder ao pagamento das indemnizações devidas por expropriações por utilidade pública; -----

h) Aprovar o relatório final de gestão previsto no n.º 5 deste artigo. -----

3 – A Câmara Municipal de Chaves procede à abertura de uma conta bancária específica e autónoma para gerir o Fundo, no âmbito do número anterior. -----

4 – A movimentação da conta bancária referida no número anterior é efectuada com a assinatura conjunta de dois dos membros da Comissão de Gestão designados pela Câmara Municipal, sendo uma delas, a do seu Presidente. -----

5 – O Fundo de Compensação extingue-se com a aprovação pela Câmara Municipal do relatório final de gestão, ouvida a Comissão de Gestão. -----

**Artigo 13.º -----****Participação dos interessados -----**

1 – A participação dos interessados é efectuada através de uma Comissão de Gestão, com a composição estabelecida no artigo seguinte.-----

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se interessados os que no registo predial, na matriz ou em títulos bastantes de prova figurem como proprietários abrangidos pela respectiva unidade de execução. -----

Artigo 14.º -----

**Composição e funcionamento da Comissão de Gestão** -----

1 - A Comissão de Gestão é composta por cinco elementos, sendo três deles designados pela Câmara Municipal de Chaves, um dos quais preside à Comissão, e os restantes, devidamente credenciados nos termos gerais de direito, designados pelas pessoas referidas no n.º 2 do artigo anterior. -----

2 - A designação dos demais elementos que integram a Comissão de Gestão será efectuada em reunião composta pela maioria dos interessados mencionados no n.º 2 do artigo anterior, após convocatória dos mesmos, por parte da Câmara Municipal de Chaves. --

3 - Para efeitos do preconizado no número anterior, os proprietários têm direito ao número de votos indicado no Anexo II, calculados em função da área das parcelas abrangidas pela unidade de execução. ---

4 - A Comissão de Gestão pode ser convocada por iniciativa da Câmara Municipal de Chaves ou mediante petição devidamente subscrita e fundamentada por um terço dos interessados e que, para o efeito, aquela disponibilizará instalações e meios de apoio adequados. -----

5 - A reunião solicitada pelos interessados nas condições do número anterior será convocada nos cinco dias úteis seguintes à recepção do pedido e ocorrerá nos dez dias subsequentes ao da expedição da convocatória. -----

6 - As reuniões da Comissão de Gestão são dirigidas pelo seu Presidente ou, na ausência deste, por outro membro da comissão expressamente designado por aquele. -----

7 - O que resultar das reuniões da Comissão de Gestão deve ser ponderado pelos órgãos do Município quando deliberem sobre assuntos relacionados com a gestão do Fundo de Compensação, com a prossecução dos objectivos do Plano de Pormenor e, em especial, com o respeito devido ao princípio da equidade. -----

8 - O mandato dos membros da Comissão de Gestão cessa quando for verificada uma das seguintes condições: -----

a) Transferência da propriedade de terrenos de que sejam titulares, sendo substituídos pelos novos proprietários; -----

b) Renúncia; -----

c) Extinção do Fundo de Compensação. -----

Artigo 15.º -----

**Gestão do fundo de compensação** -----

1 - O fundo de compensação é administrado pela Comissão de Gestão, a quem compete, nomeadamente: -----

a) Gerir administrativamente todas as receitas e despesas relativas ao fundo de compensação; -----

b) Elaborar um relatório semestral sobre os movimentos do fundo de compensação; -----

c) Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal ou pelos interessados que participam no fundo de compensação; -----

d) Prestar contas no final da sua gerência. -----

2 - Compete ao Presidente da Comissão de Gestão, nomeadamente: -----

a) Representar a Comissão de Gestão perante os órgãos municipais e os interessados referidos no n.º 2 do artigo 12.º; -----

b) Fornecer ao serviço ou departamento competente o Programa de Financiamento de Execução do respectivo plano, o qual deve conter o valor dos bens e dos investimentos devidamente discriminados; -----

c) Dar cumprimento às orientações e directivas emanadas pelos órgãos municipais com vista ao prosseguimento dos objectivos do fundo de compensação; -----

- d) Convocar as reuniões da Comissão de Gestão, por sua iniciativa, com a periodicidade que se mostre mais adequada, ou a pedido de qualquer um dos restantes elementos, com uma antecedência mínima de quatro dias úteis; -----
- e) Incluir na ordem de trabalhos as matérias para deliberação, por sua própria iniciativa ou a pedido de qualquer um dos restantes elementos, neste último caso desde que apresentados com dois dias úteis de antecedência; -----
- f) Dar início às reuniões logo que esteja presente a maioria simples dos elementos da Comissão de Gestão; -----
- g) Autorizar a presença nas reuniões de elementos estranhos à Comissão de Gestão, os quais podem emitir opinião ou parecer desde que devidamente autorizados pelo Presidente, sem direito a voto; ---
- h) Elaborar as actas das reuniões; -----
- i) Exercer o direito de voto, beneficiando de voto de qualidade em caso de empate na votação; -----
- j) Zelar pela regularidade do bom funcionamento do fundo de compensação e pela legalidade das deliberações tomadas pela Comissão; -----
- k) Informar o Presidente da Câmara das irregularidades que venha a tomar conhecimento pelo exercício das suas funções; -----
- l) Promover todos os procedimentos que se mostrem necessários à boa gestão do fundo de compensação. -----

## CAPÍTULO IV -----

**Disposições finais** -----

## Artigo 16.º -----

**Delegação de competências** -----

A câmara municipal pode delegar no presidente da câmara e este subdelegar nos vereadores as competências que lhe estão conferidas no RC. -----

## Artigo 17.º -----

**Derrogações** -----

A aplicação deste regulamento determina a não incidência das taxas pela realização de infra-estruturas e/ou compensações pela não cedência de áreas destinadas à implantação de espaços verdes públicos, equipamentos de utilização colectiva e para as infra-estruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio público municipal. -----

## Artigo 18.º -----

**Entrada em vigor** -----

O Regulamento de Compensações entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO****3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO****3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para

todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º8. --

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º9. --

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º10. -

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.4. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ALTERAÇÕES, OBRAS DE AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE DOIS MUROS DE VEDAÇÃO/SUPORTE - GRILLO E FILHOS - ESTRADA DAS ANTAS - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA ENG<sup>a</sup>. BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2011/02/03.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.- Introdução**-----

1.1.- Grillo e Filhos, Lda, apresenta sob requerimento n.º 213/11, referente ao processo n.º 582/02, elementos, relativos ao pedido de aprovação de projecto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de ampliação<sup>9</sup> de estabelecimento industrial com a actividade de "fabricação de betão pronto" e construção de dois muros de vedação/suporte (lic.<sup>a</sup> inicial n.º 60/04), situado na estrada das Antas, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

**2.- Antecedentes**-----

2.1.-No que diz respeito a antecedentes do presente processo, o requerente é titular do seguinte processo:-----

2.1.1.- Licença n.º 60/04, para construção de unidade fabril de betão pronto e muro de vedação, com a área de 498.63 m<sup>2</sup> e 55.00 ml, respectivamente;-----

**3.-Instrução do Pedido**-----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>10</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, bem como de acordo com o

---

<sup>9</sup> «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

<sup>10</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação-----



n.º1 do art.º 11<sup>11</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas de Edificação, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio;-----
- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;--
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Calendarização da execução da obra;-----

---

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:---

- a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;-----
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----
- e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----
- f) Projecto de arquitectura; -----
- g) Memória descritiva e justificativa;-----
- h) Estimativa do custo total da obra;-----
- i) Calendarização da execução da obra;-----
- j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;-----
- l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----
- m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;-----
- n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----
- o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;-----
- p) Acessibilidades - desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006.-----

<sup>11</sup> Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal.-----

- Termos de responsabilidade (arquitectura e especialidades), subscrito pelo autor do projecto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Planta de implantação à escala de 1:500;-----
- Plantas à escala de 1:100;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto geo-referenciadas;-----
- Desenho de alterações;-----
- Projecto de especialidades; -----

#### **4.- Localização-----**

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 5 409.00 m<sup>2</sup> está inscrito na matriz com o n.º 3170 - P e descrito na conservatória sob o n.º 2219/19980623 da freguesia de Outeiro Seco.-----

#### **5.- Enquadramento da Pretensão-----**

##### **5.1.- No regime jurídico-----**

5.1.1.- As alterações apresentadas, tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4<sup>12</sup> do Dec.- Lei 555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, por se tratar de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa.-----

##### **5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----**

5.2.1.- O prédio urbano tem na sua totalidade 5 409.00 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória) e está inserido em espaço de classe 2 - espaços industriais, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 B sobre o terreno não impede nenhuma servidão e/ou restrição de utilidade pública;----

##### **5.3.- No Regime de exercício da actividade industrial - REAI-----**

5.3.1.- O presente pedido enquadra-se no disposto no art.º 18<sup>13</sup> do Regime de exercício da actividade industrial, relativamente aos estabelecimentos industriais do tipo 2.-----

---

<sup>12</sup> Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização -----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as excepções constantes da presente secção.-----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa:-----

a) As operações de loteamento;-----

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;-----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

<sup>13</sup> Artigo 18.º -Articulação com o RJUE -----

-1 - Sempre que a instalação do estabelecimento industrial envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, a articulação entre o regime previsto no presente decreto -lei e o regime jurídico de urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, é efectuada nos termos dos números seguintes.-----

**6.- Análise da Pretensão-----**

6.1.- Da análise do projecto de alterações apresentado constata-se que: -----

6.1.- O requerente pretende com o projecto apresentado, dar cabal cumprimento às condições impostas pela Direcção Regional da Economia do Norte, no âmbito da vistoria realizada em 23-02-2010, na sequência de uma reclamação apresentada aquela entidade.-----

6.2.- O requerente é titular de Autorização de Exploração, emitida, pela entidade coordenadora (Direcção Regional da Economia do Norte), referente ao estabelecimento industrial com a actividade de "fabricação de betão pronto", pelo que são cumpridas as disposições constantes na alínea b) do n.º 2 do art.º18 do Decreto-Lei n.º 209/2008 de 29 de Outubro.-----

6.3.- As alterações são ao nível do espaço destinado a armazém, ampliação do muro de vedação a Norte e muro lateral das valas adjacentes á rampa de acesso, instalação de um sistema de retenção de areias e projectos de especialidades.-----

6.4.- Há um aumento da área bruta de construção de 55. 77 m<sup>2</sup>, relativamente ao licenciado ao abrigo da licença de construção n.º 60/04, pelo facto de haver ampliação do armazém, ficando agora destinado a oficina.-----

6.5.- Este aumento de área é perfeitamente aceitável tendo em atenção a área do terreno e o Ic (índice de construção) permitido para o local, que é de 0.80 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado á área da parcela, ou seja, área do terreno x índice de construção = 5 409.00.00 m<sup>2</sup> x 0.80 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 4 327.20m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 554.40 m<sup>2</sup> (área bruta licenciada + área bruta a regularizar);-----

---

2 - Tratando-se de estabelecimento industrial do tipo 1 ou do tipo 2 cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de obra sujeita a controlo prévio, o requerente pode apresentar à câmara municipal competente, antes de iniciado o procedimento de controlo da actividade industrial: -----

a) Pedido de informação prévia sobre a operação urbanística, não estando a decisão deste pedido dependente de decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia;-----

b) Pedido de licença ou comunicação prévia, mas a câmara municipal só pode decidir depois de proferida a decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia de actividade industrial, ou emitida a certidão comprovativa do respectivo deferimento tácito.-----

3 - Nos estabelecimentos referidos no número anterior, o requerente apresenta obrigatoriamente pedido de informação prévia sobre a operação urbanística à câmara municipal competente sempre que, nos termos de instrumento de gestão territorial ou de licença ou comunicação prévia de loteamento, o estabelecimento se situe em área que não admita expressamente o uso pretendido.-----

4 - Tratando-se de estabelecimento do tipo 3, cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, deve ser dado prévio e integral cumprimento aos procedimentos aplicáveis nos termos do RJUE, só podendo ser apresentado -----

o pedido de registo após a emissão pela câmara municipal territorialmente competente do título de autorização de utilização do prédio ou fracção onde pretende instalar-se o estabelecimento ou de certidão comprovativa do respectivo deferimento tácito.-----

6.6.- O muro Norte, será ampliado em 3.28 metros, numa extensão de 105 ml, o muro lateral das valas adjacentes, será igualmente ampliado em 2.58 metros, numa extensão de 51.20 ml.-----

6.7.- Os espaços pertencentes á classe 2 - Espaços Industriais se destinam-se á instalação de unidades industriais, podendo o Município autorizar a construção de edifícios para armazéns ou instalações comerciais, que ficarão subordinados á disciplina de edificabilidade instituída para instalações comerciais, em conformidade com o disposto no n.º 1 do art. 27<sup>14</sup> do Plano Director Municipal, pelo que o uso industrial, se adequa ao espaço em que se insere.-----

6.8.- O projecto apresentado, está de acordo com o disposto no n.º 1 e 2 do art.º 28<sup>15</sup>, do P.D.M., designadamente:-----

<sup>14</sup> Artigo 27º - Destino de uso-----

1 - Os espaços pertencentes a esta classe destinam-se à instalação de unidades industriais, podendo porém o município autorizar a construção de edifícios para armazéns ou instalações comerciais, que ficarão subordinados à disciplina de edificabilidade aqui instituída para instalações industriais.-----

<sup>15</sup> Artigo 28º - Instalação avulsa de unidades industriais-----

Na ausência de plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz, a instalação avulsa de unidades industriais em parcelas localizadas em espaços desta classe só poderá realizar-se desde que se cumpram os requisitos expressos nos números seguintes:-

1) As parcelas destinadas à referida instalação, na área que estiver integrada em espaço industrial, terão de: -----

a) Confrontar, numa extensão mínima de 20 m, com estrada ou arruamento que delimite o espaço industrial em questão;-----

b) Possuir uma forma em planta que permita a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto à berma da referida via; -----

2) A implantação e a volumetria das edificações terão cumulativamente de: -----

a) Assegurar que no interior da parcela em que se localizam venham a existir espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego nas vias públicas;-----

b) Adoptar como alinhamento da fachada virada à via com que confronta com a parcela o afastamento estabelecido para o local de acordo com as disposições legais ou regulamentares em vigor, o qual não poderá ser inferior a 30 m; -----

c) Manter um afastamento mínimo de 5 m às extremas da parcela e, em simultâneo, um afastamento mínimo de 30 m às linhas limite do espaço industrial estabelecidas na planta de ordenamento; -----

d) Não ultrapassar os seguintes índices urbanísticos, aplicados à área de parcela integrada no espaço industrial: -----

Ic = 0,8 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>; -----

Área de implantação - 70%; -----

3) Quando a parcela destinada à instalação confrontar com estrada nacional ou municipal, exigir-se-á que: -----

a) A área compreendida entre as edificações e a plataforma da estrada contenha espaços de aparcamento pavimentado com dimensão adequada às necessidades geradas pelas actividades a instalar, sendo o espaço sobrance, se existir, devidamente tratado; -----

b) Ao longo da estrada e junto à sua berma seja instalado um separador não transponível pelo tráfego automóvel, estabelecendo um

- 6.8.1.- A parcela confronta numa extensão mínima de 20 metros com a estrada que delimita o espaço;-----
- 6.8.2.- Tem uma forma em planta que permite a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto á berma da referida via;-----
- 6.8.3.- No interior da parcela existem espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego nas vias publicas;-----
- 6.8.4.- Tem como alinhamento da fachada virada á via com que confronta a parcela o afastamento estabelecido para o local, o qual não é inferior a 30 m;-----
- 6.8.5.- Tem um afastamento mínimo de 5 metros ás extremas da parcela e um afastamento de 30 m ás linhas limite do espaço industrial, estabelecidas na planta de ordenamento;-----
- 6.9.- Dado as dimensões da parcela de terreno, o requerente cumpre o especificado na alínea d) do n.º 3 do art.12<sup>16</sup>do Plano Director

---

máximo de duas ligações entre a mesma estrada e a área de estacionamento, obrigatoriamente localizados nos pontos extremos da linha de confrontação da parcela com a plataforma da estrada; -----

c) Seja pavimentada e destinada à circulação automóvel, dentro da parcela, uma faixa contígua ao separador atrás referido com uma largura máxima de 5 m; -----

4) Quando for autorizada uma componente habitacional no âmbito da instalação cumprir-se-ão as seguintes regras: -----

a) A área edificada destinada a fins habitacionais será contabilizada para efeitos de cumprimento dos índices urbanísticos atrás estabelecidos; -----

b) A referida área não poderá constituir-se em fracção autónoma da restante área edificada, passível de comercialização separada desta;

c) Se a instalação se construir por fases, a licença de utilização da parte edificada destinada a habitação ou alojamento só será concedida em simultâneo com a da última fase; -----

d) Nos casos referidos nas alíneas b) ou c) do N° 2 do artigo anterior a respectiva área bruta de construção não poderá exceder 5% da área bruta total da unidade a instalar; -----

5) Ficará a cargo da entidade proprietária da unidade industrial, mediante compromisso formal assumido por quem juridicamente a obrigue, a construção, manutenção e gestão dos sistemas que garantam de modo permanente e eficaz o controlo e tratamento dos efluentes eventualmente produzidos, a eliminação de todas as formas de degradação ambiental resultante da laboração e a preservação ou utilização controlada dos recursos naturais; -----

6) Cumulativamente com todas as disposições anteriores, na instalação e laboração das unidades existentes ou a criar nestes espaços serão cumpridas todas as disposições legais e regulamentares em vigor aplicáveis a cada situação e actividade concreta; -----

7) A instalação avulsa de unidades industriais em áreas integradas em espaços desta classe que estejam subordinadas a plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz reger-se-á pela respectiva disciplina, que terá de respeitar as disposições do artigo seguinte. -----

<sup>16</sup> Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos-----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão

Municipal, ou seja, o mínimo de 6 lugares de estacionamento no interior do lote, são porém previstos 20 lugares.-----

**7.- Parecer Interno-----**

7.1.- Pelo facto de haver alteração ao nível dos projectos de abastecimento de água, águas residuais e pluviais, foi solicitado parecer à Divisão de Abastecimento Publico, a qual emite parecer favorável datado de 2010-12-14.-----

**8.- Proposta de Decisão-----**

8.1.- Propõe-se a aprovação do projecto de alterações, apresentado sob requerimento n.º 213/11.-----

8.2.- Em conformidade com o previsto pelo 4.º parágrafo, do art.º 20, do Dec.-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respectivo alvará de licença de construção, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----
- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra;-----
- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----
- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----
- Plano de segurança e saúde;-----

À consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANISTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 2011/02/08. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2011/02/11. -----**

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE SUPERMECADO - SILVESTRE BORGES FERNANDES - SITO NO LUGAR DE QUADRELAS - FREGUESIA DE VILARELHO DA**

de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

- a) Um lugar por cada fogo;-----
- b) Um lugar por cada 200 m<sup>2</sup> de área bruta de construção em moradias unifamiliares;-----
- c) Um lugar por cada 120 m<sup>2</sup> de área bruta de construção destinada a habitação colectiva;-----
- d) Um lugar por cada 50 m<sup>2</sup> de área bruta de construção destinada a comércio ou serviços;-----

**RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA ENGENHEIRA BRANCA MANUELA GIL FERREIRA, DATADA DE 2011/02/08 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.-Introdução-----**

1.1.- O Sr.º Silvestre Borges Fernandes, apresenta sob requerimento n.º 4062/08 referente ao processo n.º 536/08, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de construção<sup>17</sup>/instalação de um estabelecimento de Comércio a retalho não especializado de produtos alimentares - "Supermercado", situado no lugar de Quadrelas, freguesia de Vilarelho da Raia no concelho de Chaves.----

**2.-Antecedentes-----**

2.1.- Não foram encontrados antecedentes do presente processo, nos arquivos desta Edilidade.-----

**3.-Instrução do Pedido-----**

3.1.- O processo não está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>18</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, nem de acordo com o art.º 13<sup>19</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.--

<sup>17</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;

<sup>18</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação-----

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:---

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;-----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;-----

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;-----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;-----

f) Projecto de arquitectura;-----

g) Memória descritiva e justificativa;-----

h) Estimativa do custo total da obra;-----

i) Calendarização da execução da obra;-----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;-----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;-----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;-----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

<sup>19</sup> Artigo 13.º -Requerimento, comunicação e respectiva instrução-----

1 - Todos os procedimentos previstos no RJUE iniciam -se através de requerimento ou comunicação e obedecem ao disposto nos artigos-----  
8.º a 10.º desse diploma e devem ser acompanhados dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal.-----

2 - O requerimento ou comunicação e respectivos elementos instrutórios devem ser apresentados em duplicado, acrescidos de tantas cópias quantas as entidades exteriores a consultar.-----

3 - Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital - CD - nos seguintes termos:-----

a) Os textos - Peças Escritas - deverão ser entregues no formato PDF (Portable Document Format da Adobe Systems), DOC ou DOCX -----  
(extensão dos arquivos do Microsoft Word), ou outros formatos que sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais;----

b) As peças desenhadas deverão ser apresentadas num dos seguintes formatos: DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), DWF (Design Web Format da Autodesk), DGN (extensão dos arquivos do Microstation), SHP (extensão dos arquivos da ArcGIS - ESRI), DXF (Drawing Interchange File Format vector graphics (AutoCAD) ou outros formatosque sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais;-----

c) A planta de implantação (obras de edificação) ou a planta de síntese (operações de loteamento e obras de urbanização) devem estar georreferenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendoao Sistema de Coordenadas Hayford -Gauss, Datum73;-----

d) As plantas de Implantação/Síntese deverão ser elaboradas sobre levantamento topográfico, contendo ainda informação sobre a área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveisno local e ou edificações que permitam definir os parâmetros de edificabilidade;-----

e) Os limites físicos da área objecto da pretensão deverão ter umarepresentação gráfica inequívoca;-----

f) A concepção do projecto em suporte informático deverá ser à escala real 1:1 (Uma unidade no desenho correspondente a um metro noterreno), sem prejuízo das escalas normalmente adoptadas na representação em papel; -----

g) O ficheiro com as plantas de Implantação/Síntese deverá ser preferencialmente em formato DWG, organizado de forma que as referidas plantas se projectem sobre o levantamento topográfico já referido eestruturado com os níveis de informação, de acordo com exemplo emformato digital constante no site institucional do Município de Chaves([www.chaves.pt](http://www.chaves.pt)), ou a fornecer pelos serviços municipais, os quais correspondem à nomenclatura dos níveis "Layers" do desenho e do seguinte modo: -----

Nível 1 - Desenho da planimetria existente; -----

Exemplo: NÍVEL 1 -EXISTENTE -COTAS -----

Nível 2 - Quadro de cotas/quadro sinóptico do proposto; -----

Exemplo: NÍVEL 2 -QUADRO DE COTAS-----

Nível 3 - Cadastro existente na parcela a intervir; -----

Exemplo: NÍVEL 3 -EXISTENTE -MURO -----

Nível 4 - Cadastro resultante (deverá corresponder a uma poligonal fechada); -----

Exemplo: NÍVEL 4 -EXISTENTE -LIMITE -TERRENO; -----

Nível 5 - Zonas Exteriores, limites do lote, com descrição de cotas;



**4.- Localização-----**

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 768.00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 1042 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1780/20101021 da freguesia de Vilarelho da Raia.-----

**5.- Enquadramento da Pretensão-----****5.1.- No regime jurídico-----**

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º<sup>20</sup> do Dec.- Lei 555/99 alterado e republicado pelo Dec.- Lei 26/2010 de 30 de Março, por se tratar

---

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -ZONAS -VERDES; -----

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -LOTE1 (em Loteamentos) -----

Nível 6 - Implantação(ões), com descrição de cotas; -----

Exemplo: NÍVEL 6 -PROPOSTA -AREA -IMPLANTAÇÃO; -----

Nível 7 - Altimetria proposta (curvas de nível e cotas).-----

Exemplo: NÍVEL 7 -PROPOSTA -CURVA -DE -NÍVEL; -----

Nível 8 - Legendas; -----

Exemplo: NÍVEL 8 -LEGENDA; -----

Nível 9 - Elementos existentes de carácter público; -----

Exemplo: NÍVEL 9 -POSTE -DE -ILUMINAÇÃO; -----

4 - No pedido de informação prévia relativo a qualquer tipo de operação urbanística, o respectivo requerimento deve referir concretamente os aspectos que se pretende ver esclarecidos ou informados. -----

5 - O pedido de informação prévia deve ser instruído com os elementos constantes na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, bem como dos elementos seguintes: -----

a) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;-----

b) Quando o interessado não seja o proprietário do prédio, deve indicara morada do proprietário, bem como dos titulares de qualquer direito real sobre o prédio, com vista à sua correcta notificação por parte da Câmara Municipal, sob pena de aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no n.º 4, do artigo 11.º do RJUE. -----

11 - Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respectivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local.-----

12 - A Declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à i m plantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efectuada no estrito cumprimento do projecto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra.-----

<sup>20</sup> c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) don.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. ---

## **5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----**

5.2.1.- O prédio urbano tem na sua totalidade 768.00 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4, espaços agrícolas e florestais, sub-categoria 4.2.B - espaços Agrícolas Condicionados (RAN+REN) e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 21 B, sobre parte do terreno impedem restrições/servidões de utilidade pública, designadamente: -----

5.2.2.1. - Restrição relativamente à classificação do solo de acordo com a sua capacidade de uso - solo que possui aptidões e características mais adequadas à actividade agrícola (RAN) e áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial (REN); -----

## **6.- Análise da Pretensão-----**

6.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que: -----

6.1.1.- É proposta uma área bruta de construção de 389.34 m<sup>2</sup>, para o conjunto a edificar, sendo o imóvel a construir de rés-do-chão; ----

6.1.2.- A área de terreno situado dentro do perímetro de construção é de aproximadamente 390.00 m<sup>2</sup>, a implantação da habitação é feita nas duas classes de espaços referidas no ponto 5.2.1.;-----

6.1.3.- Na categoria de espaço em que se projecta parte do imóvel a construir - Reserva Agrícola e Ecológica Nacional, os solos não podem ser objecto de quaisquer acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades; -----

6.1.4.- As Áreas integradas na Reserva Agrícola e Ecológica Nacional, subordinam-se aos respectivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do regulamento do Plano Director Municipal, de acordo com o disposto no art.º 34<sup>21</sup> do Plano Director Municipal. Este Plano, refere na alínea c) do n.º2

---

<sup>21</sup> Artigo 34º - Usos dominantes e seus condicionamentos-----

1 - Os solos integrantes desta classe não podem ser objecto de quaisquer acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades, salvo as previstas neste Regulamento e as excepções consignadas na lei geral, quando aplicáveis.-----

2 - Nos espaços que integram esta classe não é permitida a realização de operações de loteamento urbano.-----

3 - As áreas pertencentes a qualquer das categorias desta classe integradas na Reserva Agrícola Nacional, no aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou na Reserva Ecológica Nacional, que estão devidamente assinaladas nas plantas de ordenamento e de condicionantes, subordinam-se aos respectivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do presente Regulamento.-----

4 - Exceptua-se dos condicionamentos constantes dos números anteriores a construção de equipamentos, instalações ou infra-estruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação.-----

do art.º 35<sup>22</sup>, que terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicável, quando o local destinado à edificação se situar em área subordinada aos regimes de Reserva Agrícola e Ecológica Nacional; -----

6.1.5.- Chama-se ainda atenção, para o índice de construção estabelecido para o local, no que diz respeito à área inserida dentro do perímetro de construção, que é de  $0.50\text{m}^2/\text{m}^2$  aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido em espaço Urbano x índice de construção) =  $390.00\text{ m}^2 \times 0.50\text{m}^2/\text{m}^2 = 195.00\text{m}^2$ ; -----

6.1.6.- A construção não cumpre o disposto no art.73<sup>23</sup> do RGEU, ou seja, afastamento mínimo de 3 metros à extrema da parcela, (alçado lateral esquerdo e direito do imóvel); -----

## **7.- Proposta de Decisão-----**

<sup>22</sup> Artigo 35º - Usos supletivos-----

1 - Para além dos casos referidos no Nº 4 do artigo anterior, nos espaços que integram esta classe e suas categorias só poderão ser autorizadas, como usos supletivos do uso dominante, as actividades, edificações, instalações e infra-estruturas a seguir enumeradas:----

a) Instalações directamente adstritas às explorações agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais; -----

b) Habitações unifamiliares; -----

c) Empreendimentos de turismo no espaço rural; -----

d) As actividades correspondentes às situações especiais especificadas na secção IX deste capítulo, de acordo com as disposições que a integram. -----

2 - As autorizações a que se refere o número anterior ficam ainda condicionadas aos seguintes requisitos: -----

a) O equilíbrio da paisagem não poderá ser perturbado pelas actividades, instalações ou edificações em causa, em razão da sua localização, volumetria ou aspecto exterior, nem pelas obras referentes à instalação das infra-estruturas julgadas necessárias em cada caso pelo município, sendo encargo e da responsabilidade do interessado as medidas necessárias a garantir aquele objectivo; ----

b) Terão de estar garantidas a obtenção da água potável e energia eléctrica, a eficaz eliminação de esgotos e acesso automóvel à construção, sem prejuízo para terceiros, mediante a apresentação das autorizações e licenças legalmente exigíveis e dos projectos técnicos necessários, sendo da responsabilidade e encargo do proprietário a realização das respectivas obras; -----

c) Terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicáveis a cada caso, quando o local destinado à edificação ou instalação se situar em área subordinada aos regimes da Reserva Agrícola Nacional, do aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou da Reserva Ecológica Nacional, ou sujeita a qualquer outra servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. -----

<sup>23</sup> Art. 73.º-----

As janelas dos compartimentos das habitações deverão ser sempre dispostas de forma que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiros, medido perpendicularmente ao plano da janela e atendendo ao disposto no artigo 75.º, não seja inferior a metade da altura desse muro ou fachada acima do nível do pavimento do comportamento, com o mínimo de 3 metros. Além disso não deverá haver a um e outro lado do eixo vertical da janela qualquer obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, devendo garantir-se, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros acima fixado. -----

7.1- Assim, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 24<sup>24</sup> do Licenciamento, salvo se tal declaração tiver por fim a realização da própria operação urbanística; -----

c) Tiver sido objecto de parecer negativo, ou recusa de aprovação ou autorização de qualquer entidade consultada nos termos do presente diploma cuja decisão seja vinculativa para os órgãos municipais. --- DL555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo DL177/01 de 4 de Junho alterado e republicado pelo Dec.- Lei 26/2010 de 30 de Março, propõe-se indeferimento ao projecto de arquitectura apresentado sob requerimento n.º 130/11.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 2011/02/11. -----**

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2011/02/11. -----**

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.6. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ALTERAÇÕES/AMPLIAÇÃO DE UMA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE EDIFICAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO RESTAURAÇÃO - RUI JORGE DA COSTA TEIXEIRA - SITO NO LUGAR DE QUINTA DA SALGUEIRA - FREGUESIA DE SANJURGE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA ENGENHEIRA BRANCA MANUELA GIL FERREIRA, DATADA DE 2011/02/15 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **1.- Introdução-----**

1.1.- O Sr.º Rui Jorge da Costa Teixeira, apresenta sob requerimento n.º 282/11, referente ao processo n.º 318/05, pedido de aprovação de projecto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de ampliação<sup>25</sup> do estabelecimento de alojamento local - "Hospedaria Quinta da Salgueira" (lic.ª de construção inicial n.º 214/89, alt. lic.ª n.º 255/90 e 153/06 e lic.ª de utilização n.º 01/07), para implantação de uma componente de restauração, situada na Quinta da Salgueira, freguesia de Sanjurge no concelho de Chaves.-----

<sup>24</sup> Artigo 24.- Indeferimento do pedido de licenciamento -----

1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando: -----

a) Violar plano municipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

b) Existir declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação que abranja o prédio objecto do pedido de licenciamento, salvo se tal declaração tiver por fim a realização da própria operação urbanística. -----

<sup>25</sup> «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente; -----

**2.- Antecedentes-----**

2.1.- No que diz respeito a antecedentes do presente processo, há a referir os seguintes:-----

2.1.1.- Licença de construção n.º 214/89 e alt. lic.<sup>a</sup> 255/90, para construção de uma moradia de cave, r/chão e sótão, com a área de 554.20 m<sup>2</sup>.-----

2.1.2.-Alterações Licença de construção n.º 153//06, referente à ampliação e modificação de uma habitação para hospedaria, com aumento de área de 236.23 m<sup>2</sup>.-----

2.1.3.- O imóvel possui Alvará de Licença de Utilização, para estabelecimento de hospedagem n.º 1/07.-----

**3.-Instrução do Pedido-----**

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>26</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, e de acordo com o art.º 13<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação -----

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:---

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;-----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;-----

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;-----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do Território vigente; -----

f) Projecto de arquitectura; -----

g) Memória descritiva e justificativa; -----

h) Estimativa do custo total da obra; -----

i) Calendarização da execução da obra; -----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação; -----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

<sup>27</sup> Artigo 13.º -Requerimento, comunicação e respectiva instrução-----

1 - Todos os procedimentos previstos no RJUE iniciam -se através de requerimento ou comunicação e obedecem ao disposto nos artigos 8.º a 10.º desse diploma e devem ser acompanhados dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal.-----

2 - O requerimento ou comunicação e respectivos elementos instrutórios devem ser apresentados em duplicado, acrescidos de tantas cópias quantas as entidades exteriores a consultar.-----

3 - Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital - CD - nos seguintes termos: -----

a) Os textos - Peças Escritas - deverão ser entregues no formato PDF (Portable Document Format da Adobe Systems), DOC ou DOCX (extensão dos arquivos do Microsoft Word), ou outros formatos que sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais; -----

b) As peças desenhadas deverão ser apresentadas num dos seguintes formatos: DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), DWF (Design Web Format da Autodesk), DGN (extensão dos arquivos do Microstation), SHP (extensão dos arquivos da ArcGIS - ESRI), DXF (Drawing Interchange File Format vector graphics (AutoCAD) ou outros formatosque sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais;-----

c) A planta de implantação (obras de edificação) ou a planta de síntese (operações de loteamento e obras de urbanização) devem estar georreferenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendoao Sistema de Coordenadas Hayford -Gauss, Datum73; -----

d) As plantas de Implantação/Síntese deverão ser elaboradas sobre levantamento topográfico, contendo ainda informação sobre a área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveisno local e ou edificações que permitam definir os parâmetros de edificabilidade; -----

e) Os limites físicos da área objecto da pretensão deverão ter umarepresentação gráfica inequívoca; -----

f) A concepção do projecto em suporte informático deverá ser à escala real 1:1 (Uma unidade no desenho correspondente a um metro noterreno), sem prejuízo das escalas normalmente adoptadas na representação em papel; -----

g) O ficheiro com as plantas de Implantação/Síntese deverá ser preferencialmente em formato DWG, organizado de forma que as referidas plantas se projectem sobre o levantamento topográfico já referido eestruturado com os níveis de informação, de acordo com exemplo emformato digital constante no site institucional do Município de Chaves([www.chaves.pt](http://www.chaves.pt)), ou a fornecer pelos serviços municipais, os quais correspondem à nomenclatura dos níveis "Layers" do desenho e do seguinte modo: -----

Nível 1 - Desenho da planimetria existente; -----

Exemplo: NÍVEL 1 -EXISTENTE -COTAS -----

Nível 2 - Quadro de cotas/quadro sinóptico do proposto; -----

Exemplo: NÍVEL 2 -QUADRO DE COTAS-----

Nível 3 - Cadastro existente na parcela a intervir; -----

Exemplo: NÍVEL 3 -EXISTENTE -MURO -----

Nível 4 - Cadastro resultante (deverá corresponder a uma poligonal fechada); -----

Exemplo: NÍVEL 4 -EXISTENTE -LIMITE -TERRENO; -----

Nível 5 - Zonas Exteriores, limites do lote, com descrição de cotas;

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -ZONAS -VERDES; -----

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -LOTE1 (em Loteamentos) -----

Nível 6 - Implantação(ões), com descrição de cotas; -----

Exemplo: NÍVEL 6 -PROPOSTA -AREA -IMPLANTAÇÃO; -----

Nível 7 - Altimetria proposta (curvas de nível e cotas). -----

Exemplo: NÍVEL 7 -PROPOSTA -CURVA -DE -NÍVEL; -----

do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Estimativa do custo total da obra; -----
- Calendarização da execução da obra; -----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:500; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- Plano de acessibilidades; -----
- Desenhos de alterações; -----
- CD, com peças desenhadas do projecto geo-referenciadas, mas com o levantamento topográfico incompleto; -----

#### **4.- Localização-----**

Nível 8 – Legendas; -----

Exemplo: NÍVEL 8 -LEGENDA; -----

Nível 9 – Elementos existentes de carácter público; -----

Exemplo: NÍVEL 9 -POSTE -DE -ILUMINAÇÃO; -----

4 – No pedido de informação prévia relativo a qualquer tipo de operação urbanística, o respectivo requerimento deve referir concretamente os aspectos que se pretende ver esclarecidos ou informados.-----

5 – O pedido de informação prévia deve ser instruído com os elementos constantes na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, bem como dos elementos seguintes: -----

a) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

b) Quando o interessado não seja o proprietário do prédio, deve indicara morada do proprietário, bem como dos titulares de qualquer direito real sobre o prédio, com vista à sua correcta notificação por parte da Câmara Municipal, sob pena de aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no n.º 4, do artigo 11.º do RJUE.-----

11 – Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respectivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local.-----

12 – A Declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à m plantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efectuada no estrito cumprimento do projecto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra.-----

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 11 041.08 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 324 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 240/19881003 da freguesia de Sanjurge.----

## **5.- Enquadramento da Pretensão-----**

### **5.1.- No regime jurídico-----**

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4<sup>28</sup> do Dec.- Lei555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, por se tratar de obras de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. -----

### **5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----**

5.2.1.- O prédio urbano tem na sua totalidade 11 041.08 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória) e está inserido, em classe 4 - espaços agrícolas e florestais, categoria 4.3 - espaços agro-florestais, sub-categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns em conformidade com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal.-----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 A sobre o terreno não impede nenhuma servidão e/ou restrição de utilidade pública.----

## **6.- Consulta a entidades externas ao Município-----**

6.1.- No âmbito do presente projecto de alterações, foi consultada a seguinte entidade, directamente pelo requerente, conforme previsto no art. 13-B<sup>29</sup> do Dec.- Lei555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março: -----

---

<sup>28</sup> Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização-----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as excepções constantes da presente secção.-----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----

- a) As operações de loteamento; -----
- b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----
- c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

<sup>29</sup> Artigo 13.º -B - Consultas prévias-----

1 - O interessado na consulta a entidades externas pode solicitar previamente os pareceres, autorizações ou aprovações legalmente exigidos junto das entidades competentes, entregando -os com o requerimento inicial ou com a comunicação prévia, caso em que não há lugar a nova consulta desde que, até à data da apresentação de tal pedido ou comunicação na câmara municipal, não haja decorrido mais de um ano desde a emissão dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos ou desde que, caso tenha sido esgotado este prazo, não se tenham verificado alterações dos pressupostos de facto ou de direito em que os mesmos se basearam.-----

2 - Para os efeitos do número anterior, caso qualquer das entidades consultadas não se haja pronunciado dentro do prazo, o requerimento inicial ou a comunicação prévia podem ser instruídos com prova da solicitação das consultas e declaração do requerente ou comunicante de que os mesmos não foram emitidos dentro daquele prazo.-----



6.1.1.- Delegação de Saúde, a qual emite parecer favorável datado de 2011-02-07; -----

#### **7- Análise da Pretensão**-----

Da análise do projecto alterações apresentado constata-se que: -----

7.1.- As alterações prendem-se com a ampliação do estabelecimento de alojamento local - "Hospedaria Quinta da Salgueira", para implantação de serviço de restauração - "Restaurante".-----

7.2.- O projecto de arquitectura, aprovado ao abrigo da licença de construção n.º 153/06, referente à ampliação e modificação de uma habitação para hospedaria, teve como base legal o n.º 1 do art. 55 do Plano Director Municipal de Chaves, sendo precedido de reconhecimento de interesse público para o desenvolvimento local, de acordo com deliberação de Câmara de 5 de Dezembro de 2005.-----

7.3.- O projecto de alterações apresentado, tem como base legal, o disposto no n.º 1<sup>30</sup> do art. 56, com a aplicação do índice proposto na alínea b) do n.º 2 do art. 58<sup>31</sup> (face ao disposto no n.º 3 do art.

---

3 - Não tendo o interessado promovido todas as consultas necessárias, o gestor do procedimento promove as consultas a que haja lugar ou, quando aplicável, comunica o pedido à CCDR, no prazo de cinco dias a contar da data do requerimento ou da data da entrega dos elementos solicitados nos termos do n.º 3 do artigo 11.º-----

4 - No termo do prazo fixado para a promoção das consultas, o interessado pode solicitar a passagem de certidão dessa promoção, a qual será emitida pela câmara municipal ou pela CCDR no prazo de oito dias.-----

5 - Se a certidão for negativa, o interessado pode promover directamente as consultas que não hajam sido realizadas ou pedir ao tribunal administrativo que intime a câmara municipal ou a CCDR a fazê-lo, nos termos do artigo 112.º do presente diploma.-----

<sup>30</sup> Artigo 56º - *Restaurantes, discotecas e estabelecimentos afins*----

1 - A instalação de restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins fora dos espaços urbanos e urbanizáveis e dos espaços de uso diversificado só é admissível quando se trate de iniciativa de interesse para o desenvolvimento local reconhecido pelo município, podendo em tais condições localizar-se em espaços pertencentes à classe 4 - espaços agrícolas e florestais. -----

<sup>31</sup> Artigo 58º - *Edificabilidade*-----

1 - As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28º relativas à instalação avulsa de unidades industriais, salvo no que diz respeito ao Ic, que passa a adoptar o valor de 0,25 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>.-----

2 - Às componentes edificadas referentes a instalações hoteleiras ou de alojamento turístico aplicam-se as disposições sobre edificabilidade em espaço rural a seguir mencionadas: -----

a) O disposto no Nº 1 do artigo 37º; -----

b) O disposto nas alíneas b) a f) do Nº 2 do artigo 37º, com as ressalvas de que o valor do Ic mencionado na alínea b) será nestes casos de 0,15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> e de que a percentagem referida na alínea f) será de 15%; -----

c) O disposto no Nº 4 do artigo 37º, quando se tratar das situações de recuperação ou reconversão de usos aí referidas. -----

3 - Às componentes edificadas referentes a restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins e a instalações desportivas ou de recreio

58) do Regulamento do Plano Director Municipal de Chaves, por se tratar da implantação de uma componente edificada referente a restaurante.-----

7.4.- Neste sentido, de acordo com o n.º1 do art.56 do PDM, só é admissível a instalação de restaurantes em espaços pertencentes á classe 4 - espaços agrícolas e florestais, desde que se trate de iniciativa de interesse público para o desenvolvimento local, reconhecido pelo Municipio. Dado que o requerente através do requerimento n.º 302/11, solicitou a este Municipio o reconhecimento de interesse público para o desenvolvimento local, e foi aprovado, conforme deliberação de Câmara de 7 de Fevereiro de 2011, julga-se salvo melhor opinião, que se encontra ultrapassado o condicionalismo para a sua aprovação. -----

7.5.- As alterações preconizam um aumento de área bruta de construção de 300.00 m<sup>2</sup>, relativamente ao licenciado ao abrigo das licenças supra citadas, o que é perfeitamente aceitável tendo em atenção a área do terreno e o Ic (índice de construção) permitido para o local, que é de 0.15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado á área da parcela, ou seja, área do terreno x índice de construção = 11 041.08 m<sup>2</sup> x 0.15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 1 656.16 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 1 090.43 m<sup>2</sup> (área bruta licenciada + área ampliada).-----

7.6.- O projecto de arquitectura está de acordo com o estipulado no n.º1 e 2 do art.º 20 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações.-----

7.7. - Sendo certo, que ao abrigo das licenças de construção anteriores, foram acauteladas as áreas mínimas de estacionamento de veículos automóveis, definidas na alínea f) do n.º 3 do art.12 do PDM, que prevê um lugar de estacionamento por cada dois quartos em estabelecimentos de hotelaria e que o projecto de alterações apresentado, não prevê aumento das unidade de alojamento, pelo que se mantem o mínimo de 8 lugares de estacionamento. No que se refere a componente para restauração, terá que ser previsto o mínimo de 95 lugares de estacionamento no interior do lote, sendo 3, para pessoas com mobilidade condicionada, devendo apresentar aquando das especialidades, planta de arranjos exteriores, com a demarcação dos lugares de estacionamento. -----

#### **8.- Proposta de Decisão-----**

8.1.- Propõe-se a aprovação do projecto de alterações á arquitectura, apresentado sob requerimento n.º 282/11.-----

8.2- De acordo com o n.º4 do art. 20º do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, dispõe a interessada do prazo de seis meses para apresentar projectos de especialidades conforme estabelecido no n.º 5 do art.º 11 da Portaria 232/2008 de 11 de Março, designadamente: -----

- Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- Projecto de águas pluviais; -----
- Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica; -----
- Projecto de instalação de gás ou declaração de isenção; -----
- Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- Estudo de comportamento térmico; -----
- Projecto acústico; -----

e lazer aplicam-se as disposições constantes do número anterior, com excepção da sua alínea a). -----

-Projecto de arranjos exteriores, com a demarcação dos lugares de estacionamento; -----

- Projecto de segurança contra incêndios (para consulta á ANPC); ---

➤ Deve ainda ser apresentada declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE). -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 2011/02/15.** -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2011/02/15.** -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.7. EXECUÇÃO DE DEMOLIÇÃO.DESPEJO SUMÁRIO - ANA GOUVEIA RUA VILANOVA - RUA DA TRINDADE 30 - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DO ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO DATADA DE 2011/02/10** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. Introdução/Antecedentes**-----

1.1 Em 20 de Setembro de 2010 foi realizada uma vistoria a um edifício situado na Rua da Trindade, 30, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, em cujo relatório se considerou que este apresentava indícios claros de instabilidade, com risco de derrocada, não se tendo considerado viável a reabilitação da construção, pelo que se propôs a sua demolição.-----

1.2 Foi dado um prazo de 30 dias ao proprietário para a execução da demolição, e de um ano para apresentação de projecto de reconstrução do edifício.-----

1.3 O proprietário do referido imóvel, em conjunto com o proprietário do imóvel vizinho apresentou uma exposição, onde veio manifestar a intenção de proceder à sua demolição, em conjunto com a edificação vizinha; no entanto, face a dificuldades na concretização desse objectivo, propunham a instalação dum tapume de protecção, até à concretização das obras de demolição ou reabilitação.-----

1.4 Essa exposição foi objecto da informação desta divisão, datada de 7 de Janeiro de 2011, onde se concordava, condicionalmente, com a estratégia proposta.-----

1.5 Por intermédio do requerimento n.º 3220/10, agora apresentado, o requerente, face ao impasse a que chegou nos contactos com o inquilino do rés-do-chão, visando a desocupação daquele espaço, solicita à Câmara Municipal que proceda ao despejo administrativo daquele espaço.-----

**2. Análise/Proposta**-----

2.1 Considerando que no auto da vistoria realizada a 20 de Setembro de 2010 a comissão de vistorias determinou a demolição do referido edifício, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações (RJUE);-----

2.2 Considerando que o proprietário do prédio pretende levar a efeito a referida demolição e que para tal requereu ao Município o despejo administrativo desse prédio, tal como previsto no n.º 2 do artigo 92.º do RJUE;-----

2.3 Face ao exposto, e nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do RJUE, entendemos que o presente pedido está em condições de ser deferido, pelo que se propõe que o assunto seja submetido à apreciação da Câmara Municipal de Chaves, no sentido de determinar a execução do despejo administrativo do prédio situado na Rua da Trindade, 30, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, conforme proposta N.º 7/GAPV/2011, que aqui se dá por integralmente reproduzida. A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----  
À Consideração Superior.-----

#### **PROPOSTA N.º 7/GAPV/2011 -----**

##### **I - Da Fundamentação-----**

Considerando que a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, de acordo com o disposto no n.º 3 do Artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações; -----

Considerando que as obras no retrocitado artigo são obras de demolição, as quais devem ser precedidas de vistoria, a realizar por três técnicos nomeados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 90.º do referido diploma legal;-----

Considerando que, no caso sub-judice, fazendo fé no Auto de Vistoria elaborado pelos técnicos nomeados para o efeito, datado de 22 de Setembro de 2010, ficou registada a necessidade de serem realizadas as obras de demolição, no prédio sito na Rua da Trindade, 30, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, a seguir discriminadas:--

"5 [...] Deverá ser notificada a proprietária para executar as seguintes acções:-----

5.1 Demolição da cobertura e dos elementos com estrutura de madeira dos dois pisos superiores (1.º e 2.º andar);-----

5.2 Consolidação das paredes remanescentes, e vedação do acesso ao interior da fracção."-----

Considerando que o retrocitado Auto de Vistoria resulta inequívoco que, não sendo as aludidas obras executadas de imediato, a estrutura de suporte do prédio em questão poderá entrar em colapso, provocando o desmoronamento do edifício;-----

Considerando que, em face da situação acima descrita, o prédio em questão se encontra em risco iminente de ruir, colocando em perigo não só a segurança de pessoas e bens das que aí possuem os seus estabelecimentos comerciais, mas também todas as pessoas que, a pé ou de carro, passam pela Rua da Trindade, em Chaves;-----

Considerando que o desmoronamento do edifício pode acontecer a qualquer momento, entende-se que as obras de demolição previstas implicam necessariamente a desocupação do prédio;-----

Considerando que o despejo sumário para a realização de obras pode ser determinado oficiosamente ou a requerimento do proprietário, quando este pretenda proceder às mesmas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do 92.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações;-----

Considerando que os direitos dos inquilinos e ocupantes dos prédio ou prédios só devem ser sacrificados na justa medida em que seja necessário para alcançar o fim visado, na esteira do princípio da proporcionalidade, mormente na vertente do subprincípio da necessidade;-----

Considerando, por último, que, no caso individual e concreto em apreciação, se encontram reunidos os pressupostos legitimadores do accionamento de tal medida cautelar - despejo sumário -, a saber:---

- Realização de prévia vistoria ao imóvel objecto de intervenção, de acordo com o Artigo 90.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações;-----

- Emerge do relatório elaborado pela Comissão a necessidade de realização de obras de demolição, as quais, pela sua natureza e extensão, não podem ser realizadas com a ocupação do prédio pelos respectivos ocupantes, sob pena de perigo iminente para a segurança de pessoas e bens que nele residem e dos transeuntes.-----

## **II - Da decisão**-----

Com base nos fundamentos acima expostos, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário, com base na alínea c), do n.º 5, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e no artigo 92.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, a aprovação da seguinte proposta:-----

a) Que o proprietário do prédio sito na Rua da Trindade, 30, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, proceda, no prazo de 30 dias, às obras de demolição descritas no relatório pericial, datado do pretérito dia 22 de Setembro de 2010, elaborado pela competente Comissão de Vistorias, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Que seja imediatamente desocupado o prédio aqui colocado em crise, a contar do dia subsequente à data da notificação aos ocupantes do mesmo, de acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do Artigo 92.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações;-----

c) Caso a presente ordem administrativa não seja cumprida voluntariamente pelos respectivos destinatários - proprietário e/ou arrendatário - no prazo fixado, deverão os serviços municipais promover de imediato a sua execução, realizando todas as operações materiais indispensáveis à efectiva desocupação do aludido prédio de pessoas e bens, tudo isto por forma a viabilizar as obras de demolição indispensáveis à segurança do local;-----

d) A presente decisão deverá ser levada ao conhecimento de todos os interessados - proprietário e inquilinos do prédio aqui colocado em crise - expedindo-se, para o efeito, as competentes notificações, sendo as mesmas acompanhadas de cópia integral da presente proposta;

e) A materialização da notificação da presente decisão junto dos respectivos destinatários/interessados, nos termos anteriormente exarados, ficará a cargo da unidade orgânica competente, no caso, a Divisão de Gestão Urbanística e Territorial, adoptando tal unidade, de imediato, todos os formalismos e diligências legalmente necessários e que se mostrem indispensáveis à sua plena eficácia.---

Chaves, 10 de Fevereiro de 2011-----

O Vereador responsável-----

(Arq. Carlos Castanheira Penas) -----

-----  
**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO CASTANHEIRA PENAS, DE 2011.02.15.** -----

Visto. Concorde, à reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VII OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

### 1- URBANIZAÇÃO

#### 1.1. ESCOLA DR. FRANCISCO CARNEIRO - CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO - REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **A - Antecedentes** -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 3ª Série, nº 43 de 20 de Fevereiro de 2003, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de Dezembro de 2003, o Município de Chaves adjudicou à firma "Santana & Companhia, Lda" a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 10 de Fevereiro de 2004. -----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 484.357,49 € (Quatrocentos e oitenta e quatro mil trezentos e cinquenta e sete euros e quarenta e nove centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições:----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

•Prazo de execução da obra: 540 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

##### **B - Da execução do contrato da empreitada** -----

1.O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 01 de Março de 2004. -----

2.A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, veio, através de ofício registado nos serviços administrativos municipais sob o nº 596 a 12 de Janeiro de 2011, solicitar o reembolso de 3.536,51 euros, retidos na revisão de preços. -----

3.Apresentou para o efeito, Garantia Bancária nº 00364135, do Banco Espírito Santo, S.A, no mesmo valor. -----

##### **C - Da proposta**-----

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Santana & Companhia, S.A"., assim tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia: -----

1. Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação. -----

2. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo: -----

2.1) Remeter cópia à Divisão de Gestão, Económica e Financeira e Patrimonial, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 3.536,51 Euros (Três mil quinhentos e trinta e seis euros e cinquenta e um cêntimos), respeitante ao valor retido na revisão de preços.-----

Unidade Flexível de Empreitadas, 09 de Fevereiro de 2011. -----

A Técnica -----

(Eng<sup>a</sup> Fernanda Serra)-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG<sup>a</sup> AMÉLIA RODRIGUES, DE 10/02/2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG<sup>o</sup>JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14/02/2011.** -----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção por parte do Órgão Executivo, de deliberação nos termos e para os efeitos enunciados no ponto c (da proposta), desta informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **1.2. AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE N<sup>o</sup>1 DE CHAVES. REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS** -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **A - Antecedentes**-----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 3<sup>a</sup> Série, n<sup>o</sup> 80 de 20 de Abril de 2006, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 17 de Agosto de 2006, o Município de Chaves adjudicou à firma "Santana & Companhia, Lda" a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 03 de Outubro de 2006. -----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 477.292,56 € (Quatrocentos e setenta e sete mil duzentos e noventa e dois euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

• Prazo de execução da obra: 240 dias, a contar da consignação dos trabalhos.-----

### **B - Da execução do contrato da empreitada** -----

1. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 03 de Novembro de 2006. -----

2. A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, veio, através de ofício registado nos serviços administrativos municipais sob o n<sup>o</sup> 596 a 12 de Janeiro de 2011, solicitar o reembolso de 2.949,63 euros.-----

3. Apresentou para o efeito, Garantia Bancária nº 00364136, do Banco Espírito Santo, S.A, no mesmo valor.-----

**C - Da proposta**-----

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Santana & Companhia, S.A"., assim tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia: -----

3. Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação.-----

4. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo: -----

2.1) Remeter cópia à Divisão de Gestão, Económica e Financeira e Patrimonial, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 2.949,63 Euros (Dois mil novecentos e quarenta e nove euros e sessenta e três cêntimos), respeitante aos valores retidos nos seguintes autos: -----

Auto de Medição Nº	Valor retido em euros
Auto nº13	2.798,90
Auto nº14 (Revisão de Preços)	150,73
<b>TOTAL</b>	<b>2.949,63</b>

Unidade Flexível de Empreitadas, 09 de Fevereiro de 2011.-----

A Técnica-----

(Eng<sup>a</sup> Fernanda Serra) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG<sup>a</sup> AMÉLIA RODRIGUES, DE 10/02/2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG<sup>o</sup> JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14/02/2011.**-----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção por parte do Órgão Executivo, de deliberação nos termos e para os efeitos enunciados no ponto c (da proposta), desta informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.3. ARQUIVO MUNICIPAL DE CHAVES. - REMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS ---**

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na integra, para todos os efeitos legais.-----

**A - Antecedentes** -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 3ª Série, nº 87 de 05 de Maio de 2006, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 03 de Outubro de 2006, o Município de Chaves adjudicou à firma "Santana & Companhia, Lda" a execução da referida empreitada. -----



3.0 acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 06 de Novembro de 2006. -----

4.0 valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 473.555,99 € (Quatrocentos e setenta e três mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições:----  
Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

• Prazo de execução da obra: 270 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

#### **B - Da execução do contrato da empreitada -----**

1.0 auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 06 de Dezembro de 2006. -----

2.A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, veio, através de ofício registado nos serviços administrativos municipais sob o nº 596 a 12 de Janeiro de 2011, solicitar a substituição de retenções efectuadas a título de garantia dos trabalhos efectuados no valor de 35.915,21 euros, sendo 29.687,71 euros referentes à empreitada "Arquivo Municipal de Chaves" e 6.227,50 euros referente à empreitada "Arquivo Municipal de Chaves - Aditamento". -----

3.Apresentou para o efeito uma Garantia Bancária nº 2507.002610.393, da Caixa Geral de Depósitos, S.A no valor global de 35.915,21 euros, que se anexa à presente informação. -----

#### **C - Da proposta -----**

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Santana & Companhia, S.A"., pelo que tomo a liberdade de propor que seja adoptada a seguinte estratégia: -----

1.Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação. -----

2.Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo: -----

2.1) Remeter cópia à Divisão de Gestão, Económica e Financeira e Patrimonial, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 35.915,21 Euros (Trinta e cinco mil novecentos e quinze euros e vinte e um cêntimos), respeitante aos valores retidos nos seguintes autos: -----

Auto de Medição N°	Valor retido em euros
Auto nº1	1.124,50
Auto nº2	1.101,49
Auto nº3	577,33
Auto nº4	351,57
Auto nº5	797,92
Auto nº6	538,42
Auto nº7	300,12
Auto nº8	430,27
Auto nº9	292,99
Auto nº10	2.355,74
Auto nº11	695,89
Auto nº12	593,45
Auto nº13	1.586,41
Auto nº14	1.122,50

Auto nº15	690,18
Auto nº16	735,07
Auto nº17	1.068,24
Auto nº18	2.083,93
Auto nº19	685,50
Auto nº20	3.116,24
Auto nº21	6.260,83
Auto nº22 (Rev. de Preços)	2.045,25
Auto nº24 (Rev.de Preços)	1.133,87
Auto nº1 (Aditamento)	6.227,50
<b>TOTAL</b>	<b>35.915,21</b>

Unidade Flexível de Empreitadas, 11 de Fevereiro de 2011. -----

A Técnica -----

(Eng<sup>a</sup> Madalena Branco)-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG<sup>a</sup> AMÉLIA RODRIGUES, DE 15/02/2011.**-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG<sup>o</sup> JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15/02/2011.**-----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção por parte do Órgão Executivo, nos termos e para os efeitos enunciados no ponto c(da proposta), desta documento.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **1.4. REABILITAÇÃO DE UM EDIFÍCIO SITUADO NA MADALENA PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE CONVÍVIO. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA** -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

Apresenta-se em anexo, o projecto de execução, aprovado em Reunião de Câmara de 08 de Novembro de 2010, e o processo de procedimento para a execução da obra "Reabilitação de um Edifício situado na Madalena para a criação de um Centro de Convívio", com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação.

Com o projecto de execução em referência, pretende-se a remodelação e restauro de um edifício, prevendo-se a demolição dos anexos e garagem existentes e a construção de um corpo novo com dois níveis R/chão e 1º piso. -----

**Assim e face ao descrito propõe-se:** -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reabilitação de um edifício situado na Madalena para a criação de um Centro de Convívio"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **352.075,92 Euros**, (Trezentos e cinquenta e dois mil setenta e cinco

euros e noventa e dois cêntimos), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -----

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Plano de Segurança e Saúde -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 210 dias. -----

6. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: João Geraldês -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

8. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projecto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP.-----

No entanto, dado tratar-se de uma obra de natureza simples, classificada na categoria I, é dispensável a revisão de projecto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:

1. Levantamentos e análise de campo - O projecto da presente empreitada compreende a reabilitação de um edifício existente, contemplando algumas alterações a nível estrutural, designadamente a demolição dos anexos e garagens e a construção de um novo corpo com dois níveis, R/chão e piso, respeitando a implantação existente, pelo que não existe necessidade de efectuar levantamento de análises de campo. -----

2. Estudo geológico - geotécnico - Dispensável tendo em consideração as características do terreno existente e do tipo de intervenção a realizar, verifica-se que não é necessário estudo geológico - geotécnico, dado que a zona já foi objecto de várias intervenções conhecendo-se a natureza do solo onde é necessário intervir.-----

3. Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não está sujeita a Avaliação de Impacto ambiental por não se enquadrar nos projectos abrangidos pelas alíneas a) e b) do nº3 pelo nº.

4 do artigo 1 do Decreto Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 197/2005, de 8 de

Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro. -----

4. Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não é necessário para a obra a realizar. -----

5. Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Não necessários para a obra a realizar. -----

10. É ainda de referir que foram utilizadas a fixação de especificações técnicas por referência acompanhadas da menção "equivalente", dado haver impossibilidade de descrever as características dos materiais de forma suficientemente precisa e inteligível. -----

11. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 352.075,92 €, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.3.2-MC/07010305/0101/2009/4. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Unidade Flexível de Empreitadas, 14 de Fevereiro de 2010. -----

A Chefe de Divisão -----

(Engª Amélia C. G. Rodrigues) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15/02/2011.** -----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que profira decisão conducente à obtenção de deliberação do Órgão Executivo, nos termos e para os efeitos enunciados na presente informação -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

#### **1.5. REABILITAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TELECOMUNICAÇÕES (FIBRA OPTICA) E COMBATE A INCENDIOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA** -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Apresenta-se em anexo, o projecto de execução, aprovado em reunião de Câmara de 17/01/2011, e o processo de procedimento para execução da obra de Reabilitação e Remodelação das Redes de Iluminação Pública, de Telecomunicações (Fibra óptica) e Combate a Incêndios no Centro Histórico de Chaves, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

Com o projecto de execução em referência, pretende-se intervir no centro histórico de modo a reabilitar e/ou remodelar a rede de iluminação pública, relativamente à rede de Telecomunicações, pretende-se criar uma rede de fibra óptica no Centro Histórico de modo a permitir acesso às novas tecnologias de informação e comunicação através da instalação de um serviço de transmissão de voz, dados e imagem, no que concerne à rede de combate a incêndios, pretende-se reforçar a rede de distribuição de água e a substituição

de marcos de incêndio, bem como o reforço da sinalização dos hidrantes. -----

**Assim e face ao descrito propõe-se:** -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reabilitação e Remodelação das Redes de Iluminação Pública, de Telecomunicações (Fibra óptica) e Combate a Incêndios no Centro Histórico de Chaves";

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **1.436.000,00 Euros**, (Um milhão quatrocentos e trinta e seis mil euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente:--

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Plano de Segurança e Saúde; -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 180 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: João Geraldes -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P; -----

9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projecto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

No entanto, dado tratar-se de uma obra de natureza simples, classificada na categoria II, é dispensável a revisão de projecto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:

1. Levantamentos e análise de campo - O projecto da presente empreitada compreende a intervenção em locais onde já houve inúmeras obras, consistindo a presente obra apenas na substituição (modernização) de infra-estruturas existentes, pelo que não existe necessidade de levantamentos e análises de campo. -----

-2. Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração que os arruamentos alvo da presente intervenção já foram objecto de várias intervenções, conhecendo-se deste modo a natureza do solo onde é necessário intervir e as características do terreno, verifica-se que não é necessário estudo geológico-geotécnico, -----

3.Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - Verifica-se que a obra do presente projecto não está sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projectos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----

4.Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projecto insere-se numa área urbana, não existindo expropriações, nem se prevendo igualmente qualquer impacto já que se trata de substituição de infra-estruturas existentes.-----

5.Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

10.O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 1.436.000,00 €, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.4.2-MC/07010401/0202/2009/11.----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 15 de Fevereiro de 2010. -----

A Chefe de Divisão-----  
(Engª Amélia C. G. Rodrigues)-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGºJOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15/02/2011.**-----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção de deliberação do Órgão Executivo, nos termos e para os efeitos enunciados na presente informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**1.6. ORDENAMENTO DO LARGO DE SANTA ANA - CASA MORTUÁRIA - NANTES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº11/UFE/2011** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº11/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma,Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 37.717,86 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGºJOÃO CARLOS BOTELHO GONÇALVES, DE 15/02/2011.** -----

Visto.Concordo À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 37.717,86 €, (trinta e sete mil setecentos e dezassete euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. --

## **2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

### **2.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº16/UFE/2011 -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº16/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 29.569,75 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGºJOÃO CARLOS BOTELHO GONÇALVES, DE 15/02/2011. -----**

Visto. Concorde. À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 29.569,75 €, (vinte e nove mil quinhentos e sessenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -

### **2.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº17/UFE/2011 -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº17/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 4.115,96 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGºJOÃO CARLOS BOTELHO GONÇALVES, DE 15/02/2011.-----**

Visto. Concorde À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 4.115,96 €, (quatro mil cento e quinze euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

## **3- HIGIENE PÚBLICA**

## **4- CEMITÉRIOS**

## **5- PROTECÇÃO CIVIL**

## **6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO**

## **7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

## **8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

## **9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- 10- SEGURANÇA PÚBLICA
- 11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- 12- TERMAS
- 13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII  
EXPROPRIAÇÕES

IX  
DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

X  
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI  
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XII  
EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII  
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

-----  
AUSENTOU-SE DA SALA, POR MOTIVOS PROFISSIONAIS, O SENHOR VEREADOR DO  
PARTIDO SOCIALISTA, DR. JOSE CARVALHO MONTANHA, QUANDO ERAM 09 HORAS  
E 45 MINUTOS, NÃO PARTICIPANDO NA ANALISE DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS  
QUE SE SEGUEM. -----  
-----

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE PARECER PREVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE  
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (ARTIGO 22º, DA LEI Nº. 55-A/2010, DE 31 DE  
DEZEMBRO). INFORMAÇÃO Nº. 07/DSI/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22.º, da Lei n.º  
55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento  
de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos  
membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da



Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

## **II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar** -----

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços de assistência técnica aos equipamentos de cópia e impressão existentes na Câmara Municipal de Chaves, para vigorar durante o ano de 2011. -----

2. O contrato de aquisição de serviços reveste a natureza de contrato de prestação de serviços e tem como objecto a assistência técnica aos equipamentos de cópia e impressão. -----

3. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa totaliza 26.300,00€, acrescido de IVA à taxa normal em vigor. -----

4. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo, com base no disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 20 de Janeiro. -----

5. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

6. O contrato de aquisição de serviços em causa tem enquadramento orçamental, na rubrica da despesa corrente 020205. -----

## **III - Da proposta** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de assistência técnica aos equipamentos de cópia e impressão da Câmara Municipal de Chaves, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração superior. -----

Paços do Município, 10 de Fevereiro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

João Carlos R. da Rocha -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.0210.** -----

Visto. Concorde com o teor da presente informação, a qual merece o meu acolhimento. Neste contexto deverá a mesma ser agendada para uma próxima reunião ordinária do executivo camarário, em vista à necessária obtenção do correspondente parecer prévio. Sugere-se, assim, o seu agendamento para a reunião do aludido órgão a ter lugar no próximo dia 18.02.2011. À consideração do Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.11.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2.2. PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INFORMAÇÃO Nº. 15/DSU/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

É intenção do Município de Chaves / Divisão de Serviços Urbanos celebrar um contrato de aquisição / prestação de serviços de reparação de máquinas de jardins, para vigorar durante o ano de 2011. -----

Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 11 000€.- Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento de ajuste direto em regime simplificado, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá aqui por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02 02 03. -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração/renovação do contrato de aquisição de serviços de reparação de máquinas de jardins, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À Consideração Superior -----

Chaves, 11 de Fevereiro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

(Paulo Jorge Rodrigues Branco, Eng.) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, ENG. JOSE CARNEIRO, DE 2011.02.14** -----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Vice-presidente. -----

**DESPACHO DO VICE-PRESIDENE DA CÂMARA, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.14** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.3. PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INFORMAÇÃO Nº.08/DRO/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----  
 É intenção do Município de Chaves / Departamento de Obras e Serviços Urbanos, celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços de reparação de viaturas, para vigorar durante o ano de 2011. -----  
 Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 60.000,00€. -----

Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento de ajuste directo em regime simplificado, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02 02 03. -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição/prestação de serviços de reparação de viaturas, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.---

À Consideração Superior, -----

Chaves, 14 de Fevereiro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----  
 ( Inácio Moraes, Eng.º) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, ENG. JOSE CARNEIRO, DE 2011.02.14** -----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente. -----

**DESPACHO DO SR.PRESIDENE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.14** -

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.4. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO DE EXECUÇÕES FISCAIS DO ELAG E ALTERAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SISTEMA COMERCIAL ELAG;**

**- ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----**

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

**II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar -----**

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços para implementação do módulo de execuções fiscais do ELAG e alteração do tarifário do sistema comercial ELAG, para vigorar durante o ano de 2011. -----

2. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é 4.762,00 (quatro mil setecentos e sessenta e dois euros). -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo em regime simplificado, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02.02.25.99. -----

**III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de implementação do módulo de execuções fiscais do ELAG e alteração do tarifário do sistema comercial ELAG, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se,

no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

Chaves, 15 de Fevereiro de 2011 -----

O Director de Departamento de Administração Geral -----

(Dr. Marcelo Delgado) -----

O Chefe de Divisão de Abastecimento Público -----

(Eng. Artur Baltazar) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.5. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; - ARTIGO 22º, DA LEI Nº 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.º 54 /DED 2011-02-11** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros dos Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte.-----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços de professores para o Projecto "Férias Lúdico-Desportivas Municipais Páscoa 2011", para vigorar de 11 a 20 de Abril de 2011 e revestindo a natureza de tarefa. -----

2. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 1900€.

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento ajuste directo regime simplificado com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

6. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02.02.25.99. -----

III - Da proposta em sentido escrito -----  
Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de professores para o Projecto "Férias Desportivas Municipais Páscoa 2011", para vigorar de 11 a 20 de Abril de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração superior. -----

O Técnico Superior, -----  
(Maciel Duque) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2011.01.28** -----

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.11**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.6. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.º 60/DED/11.02.15** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio** -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros dos Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

## **II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----**

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços de reparação e manutenção de equipamentos afectos ao Departamento Sócio - Cultural (Piscina Municipal, Pavilhão Municipal, Biblioteca Municipal, Museu, Edifício do Centro Cultural e Edifícios Escolares, para vigorar durante o ano 2011; -----

2. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é 5.000.00€; -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento ajuste **directo regime** simplificado com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos; -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

5. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato; -----

6. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02.02.03. -----

## **III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de reparação e manutenção de equipamentos afectos ao Departamento Sócio - Cultural (Piscina Municipal, Pavilhão Municipal, Biblioteca Municipal, Museu, Edifício do Centro Cultural e Edifícios Escolares), para vigorar durante o ano 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) O seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

b) Posteriormente, dar-se o devido conhecimento à Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial. -----

À consideração superior. -----  
 O Director do Departamento Sócio - Cultural -----  
 Dr. António Ramos -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE**  
**2011.02.14.** -----  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. -----

**2.7. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE**  
**DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.13/DRH/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio** -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º  
 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento  
 de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos  
 membros do Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da  
 Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular  
 por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a  
 renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e  
 serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008,  
 de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da  
 natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal,  
 esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão  
 executivo municipal e depende da verificação dos requisitos  
 previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias  
 adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º  
 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número  
 anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não  
 subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a  
 qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-  
 A/2010, de 31 de Dezembro. -----

**II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar** -----

1. No dia 31 de Janeiro de 2005, foi celebrado entre o Município  
 de Chaves e Vítor Manuel Fernando Madeira Brás, um contrato de  
 prestação de serviços de Consultadoria Jurídica e de Contencioso, na  
 modalidade de avença. -----

2. O contrato de prestação de serviços identificado supra, começou  
 a produzir efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2005, pelo  
 período de um ano, prorrogável por iguais períodos, desde que não  
 denunciado por qualquer das partes intervenientes com antecedência  
 mínima de 60 dias, conforme o disposto no artigo 6º, do referido  
 contrato de avença. -----

3. Nestes termos, é intenção do Município de Chaves renovar o  
 referido contrato de prestação de serviços de Consultadoria Jurídica  
 e de Contencioso, para vigorar durante o ano de 2011. -----

4. Sendo certo que os encargos financeiros emergentes da renovação  
 do contrato e para o ano de 2011 correspondem ao valor total



ilíquido de 22.789,44€ (vinte e dois mil e setecentos e oitenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos)<sup>32</sup>. -----

5. Com vista à adjudicação do contrato de prestação de serviços inicial, foi lançada mão do procedimento de ajuste directo, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. ----

6. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

7. De facto, o n.º 1, do artigo 76º, da Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, diploma legal que aprovou o Estatuto da Ordem dos Advogados, o exercício da advocacia é realizado sem subordinação, com autonomia técnica e isenção e não se encontra sujeito à disciplina do órgão contratante, nem impõe o cumprimento de horário de trabalho. -----

8. Tais características colocam igualmente em causa o recurso às modalidades da relação jurídica de emprego público previstas no artigo 9º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, muito concretamente, a Nomeação, o Contrato de Trabalho e a Comissão de Serviços, como, aliás, decorre expressamente do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro<sup>33</sup>.

9. Por outro lado, importa referir que o advogado em causa é conhecedor profundo de todo o contencioso jurídico do Município de Chaves, tendo tomado a defesa de todas as acções judiciais, quer com sentença já transitada em julgado, quer ainda em fase de julgamento.

10. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 01.01.07. -----

11. Atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se que foi dado cumprimento à redução remuneratória previstas no n.º 1, do art. 19º, do mesmo diploma legal. -----

12. Por último, nem o prestador de serviços em causa, nem o respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum, mantêm qualquer relação com o Município de Chaves, salvo aquela que decorre directamente da celebração do contrato de prestação de serviços que agora se pretende renovar. -----

13. Também não se regista, na presente data, a participação de ex - colaboradores do órgão ou serviço nas actividades profissionais desenvolvidas habitualmente pelo avençado. -----

### **III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto nas

<sup>32</sup> Valor esse que foi determinado tendo em linha de conta os mecanismos de redução remuneratória impostos pela Lei do Orçamento de Estado em vigor para o ano de 2011. -----

<sup>33</sup> De acordo com o disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, o exercício da advocacia é incompatível com o exercício de funções de funcionário, agente ou contratado de quaisquer serviços ou entidades que possuam natureza pública ou prossigam finalidades de interesse público. -----

disposições combinadas previstas, respectivamente, no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no n.º 4, do artigo 35º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e no artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços de Consultadoria Jurídica e de Contencioso, na modalidade de avença, celebrado no dia 31 de Janeiro de 2005, com Vítor Manuel Fernando Madeira Brás, para vigorar de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro<sup>34</sup>. -----

À Consideração Superior, -----  
Divisão de Recursos Humanos, 15 de Fevereiro de 2011. -----  
A Chefe de Divisão -----  
(Dra. Paula Cabugueira) -----

**DEPACHO DO DIRECTOR E DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.02.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2.8. HASTA PÚBLICA - ALIENAÇÃO DE MATERIAL LENHOSO. INFORMAÇÃO Nº 10/GTF/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Aos 17 dias do mês de Janeiro de 2011, foi aprovada pelo executivo camarário, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, a alienação em hasta pública, do material lenhoso constantes nos lotes: Lote 1 - Quinta do Rebentão (677 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo), Lote 2 - Estradas e Caminhos Municipais (30 toneladas de material lenhoso), Lote 3 - Jardins e Arruamentos Públicos (40 toneladas de material lenhoso) e Lote 4 - Margens do rio Tâmega (80 toneladas de material lenhoso). -----

Assim, e em consonância com o aludido foi publicado, nos lugares habituais e no jornal A Voz de Chaves, o edital n.º 5/2011, o qual identificou a entidade pública alienante, base de licitação, consulta, data limite para apresentação de propostas, local, hora e data da hasta pública, modalidades de pagamento e adjudicação. -----

Refere-se ainda, que as propostas tinham de ser entregues por correio em envelope fechado e com aviso de recepção ou pessoalmente pelos proponentes ou seus representantes, contra recibo, e dar entrada na Secção de Expediente Geral da Divisão Administrativa e Serviços Jurídicos, sita na Praça de Camões 5400 - 150 Chaves, até às 16:00 h do dia 28 de Janeiro de 2011. -----

Mais se informa, que o acto público teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 10:30 horas do dia 31 do mês de Janeiro do

---

<sup>34</sup> Considerando que a renovação do contrato de prestação de serviços em causa veio a ocorrer, efectivamente, no dia 1 de Janeiro de 2011, deverão os efeitos do presente parecer ser reportados a tal data.---

ano de 2011 e teve início após declaração de aberta a Hasta Pública pelo Presidente da Comissão. De seguida procedeu-se à abertura da proposta recebida, constante em anexo, a qual se destina à alienação do lote 4, margens do rio Tâmega, sendo o preço de licitação de 10,50 €/tonelada. -----

Tendo em conta, que a proposta apresenta um valor superior ao valor base de licitação (10 €/tonelada) e não havendo lugar à licitação do procedimento em causa, face à inexistência de qualquer outro interessado ao aludido lote, a comissão remeteu a competente decisão de adjudicação para o órgão executivo nesta matéria - Câmara Municipal, conforme acta de Hasta Pública destinada à alienação do Material Lenhoso em anexo. -----

Refere-se ainda, que o Lote 1 - Quinta do Rebentão (677 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo), Lote 2 - Estradas e Caminhos Municipais (30 toneladas de material lenhoso) e Lote 3 - Jardins e Arruamentos Públicos (40 toneladas de material lenhoso) não obtiveram qualquer proposta nem qualquer manifestação de interesse, aquando da realização da Hasta Pública, para a sua alienação. -----

Mais se informa, que é urgente que se processe à remoção do material dos lotes, não licitados, atendendo ao seguinte: -----

- O material do Lote 1 - Quinta do Rebentão (677 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo) é urgente que se processe ao seu corte e remoção de forma a reduzir o risco de incêndio florestal, no limite da Quinta do Rebentão, parcelas constantes na hasta pública, para que no período crítico que se avizinha, 1 de Julho, esta área esteja mais resiliente ao fogo; -----

- O Lote 2 - Estradas e Caminhos Municipais (30 toneladas de material lenhoso), encontra-se em execução. A execução visa o cumprimento do estipulado no ponto 1 do artigo 15.º, do Decreto-lei n.º 17/09, de 14 de Janeiro e o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Fruto da aludida execução, resulta o material lenhoso, que foi alvo de Hasta Pública, o qual é obrigatório remover do local até 30 de Junho do corrente ano. Mais se informa, que o aludido material perde peso e como tal valorização à medida que vai secando. -----

- Dado que o período de poda das árvores incide no seu período de dormência (Novembro a Março) as intervenções, estipuladas para o presente ano, estão a ser executadas. Fruto de tal intervenção é necessário eliminar o material lenhoso, alvo da Hasta Pública, e este perde peso e valorização à medida que vai secando. -----

A Hasta Pública, cessante, regeu-se pelo Decreto-lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro e pela Portaria n.º 1152-A/94 de 27 de Dezembro, que regulam os princípios gerais da aquisição, gestão e alienação dos bens móveis do domínio privado do Estado. O n.º 2, do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, refere que a alienação pode ser realizada por negociação directa, com pessoa determinada em caso de: -----

- Reconhecida urgência atenta à natureza do bem (alínea b, do n.º 2, do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro); ----

- Quando não tenha sido possível alienar os bens por qualquer das formas previstas (Hasta Pública ou concurso Público). -----

Dá-se ao conhecimento que no dia 03-02-2011 deu entrada no Serviço de Expediente, deste Município uma proposta alternativa ao Edital da Hasta Pública, em nome do Sr. Silvino de Freitas Nobre, para a alienação do lote 1. Mais se informa, que a proposta foi lançada à posterior da Hasta Pública, e o valor proposto de 13 524 € é inferior ao valor base de licitação. -----

A instalação no parque empresarial de Chaves da empresa ECORRED, a qual através da inovação tecnológica irá transformar a energia libertada da queima de material lenhoso em energia eléctrica, irá possibilitar no presente e no futuro, que todo o material lenhoso acumulados no decurso das intervenções s possam gerar dividendos económicos para o Município e não encargos como actualmente acarreta. -----

Cientes desta oportunidade contactou-se a empresa ECORRED a fim de certificar-se se estariam disponíveis para receber o aludido material lenhoso e quais o preços praticados. -----

A resposta foi afirmativa e os preços praticados, para mercadoria entregue nas instalações do Parque das Actividades Empresarial de Chaves, serão de acordo com o tipo de material e em função da sua pesagem nas instalações da fábrica e obedecem ao seguinte: -----

PRODUTO	Preço/Ton
<b>Rolaria de pinho</b>	<b>31€</b>
<b>Rolaria de choupo</b>	<b>29€</b>
<b>Castanheiros sem casca</b>	<b>32€</b>
<b>Castanheiros com casca</b>	<b>31€</b>
<b>BFR <sup>*1</sup> (Triturada)</b>	<b>28€</b>
<b>BFR (Não triturada)</b>	<b>16€</b>

\*1- BFR -Resíduos de exploração florestal (ramas, bicadas, matos, etc.). -----

Mais se informa, que para o Município entregar o material na referida empresa terá de preencher uma ficha de cliente (ficha em anexo). -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

a. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove: -----

a.1 - A alienação do lote 4 à proposta apresentada no decurso da Hasta Pública e constante na acta em anexo; -----

a.2 - A alienação dos lotes 1, 2 e 3 por negociação directa, à empresa ECORRED tendo por base que os preços praticados pela mesma são superiores aos valores bases de licitação da Hasta Pública (Valores de Hasta Pública - 21,7 €/m<sup>3</sup> e Valor pago pela Ecorred - 24,05€/m<sup>3</sup>). O valor em causa teve por base que 1 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo corresponde em termos médios a 775 kg. -----

b. Sequencialmente, caso o executivo venha a aprovar a presente informação nos termos anteriormente sugeridos, deverá conceder autorização ao Presidente deste Município para desenvolver todas as diligências necessárias junto dos alienadores. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 14 de Fevereiro de 2011 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** Acta da hasta pública para alienação de material lenhoso dos lotes 1 a 4; -----  
 Edital de publicitação da hasta pública. -----  
 Proposta para o Lote 4 decorrente da hasta pública para alienação de material lenhoso dos lotes 1 a 4; -----  
 Modelo da Ficha de Cliente da ECORRED e proposta de preço. -----  
 Proposta alternativa ao Edital n.º 5/2011. -----  
**DESPACHO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.14.** -----  
 Visto. Concorro. À consideração superior. -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.14.** -----  
 À reunião de câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se -----

## **2.9. PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA - INFORMAÇÃO Nº 17/DSU/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----  
 No pretérito dia 17 de Janeiro de 2011 foi aprovado pelo órgão executivo municipal, em reunião ordinária, o procedimento de hasta pública para alienação de veículos em fim de vida (VFV). -----  
 O acto público da referida hasta pública teve lugar no dia 14 de Fevereiro de 2011 e a comissão designada para o acto público teve a seguinte constituição: Presidente, Eng. José António Carneiro, 1º Vogal efectivo, Eng.º Inácio Morais e 2º Vogal efectivo, Eng. Paulo Branco. -----  
 Foram apresentadas até à data limite estabelecida no procedimento, 16:00 horas do dia 10 do mês de Fevereiro de 2011, três propostas para a aquisição dos dois lotes de VFV em concurso como mostra a próxima tabela: -----

MARCA / MODELO	LOTES
Nissan Cabstar	Lote 1 - Veículos ligeiros
Fiat Tempira	
Ford Escort	
Fiat Uno	
Bedford NKR	
Nissan Pick Up	
Peugeot 504	
Volvo N 7-54 (4x2)	Lote 2 - Veículos pesados
Ford D0607	

Tabela n.º 1 - Lotes de veículos em fim de vida para alienação  
 Quanto aos valores propostos por cada concorrente, para a aquisição dos dois lotes de VFV e, face ao preço base de licitação constante no programa de hasta pública, informa-se que as propostas apresentadas continham os seguintes valores: -----

- Recife, Desmontagem de Veículos, Lda., empresa oriunda de Braga e concorrente aos dois lotes de VFV, cuja proposta cumpriu o estabelecido no procedimento de hasta pública, nomeadamente o ponto 4 "Condições de Admissão das Propostas", propôs os seguintes valores: -----  
 o Aquisição do Lote 1, veículos ligeiros, pelo valor unitário de 80 € (cada veículo) + IVA à taxa legal em vigor. -----

o Aquisição do Lote 2, veículos pesados, pelo valor unitário de 170 € (cada veículo) + IVA à taxa legal em vigor. -----

- Recitâmega Unipessoal, Lda., empresa sediada em Chaves e concorrente aos dois lotes de VFV, cuja proposta não cumpriu o estabelecido no procedimento de hasta pública, nomeadamente o ponto 4 "Condições de Admissão das Propostas", pela não apresentação da totalidade dos documentos exigidos, como se pode verificar nos documentos que seguem anexos a esta informação. -----

- Mirapapel, Lda., empresa proveniente de Mirandela e concorrente aos dois lotes de VFV, cuja proposta cumpriu o estabelecido no procedimento de hasta pública, nomeadamente o ponto 4 "Condições de Admissão das Propostas", propôs os seguintes valores: -----

o Aquisição do Lote 1, veículos ligeiros, pelo valor unitário de 120 €. -----

o Aquisição do Lote 2, veículos pesados, pelo valor unitário de 300 €. -----

EMPRESA	CUMPRIU COM O PROCEDIMENTO	VALOR PROPOSTO
RECIFE	Sim	LOTE 1 - 80 € +IVA (Cada veículo)
		LOTE 2 - 170 € +IVA (Cada veículo)
RECITÂMEGA	Não	Empresa excluída
MIRAPAPEL	Sim	LOTE 1 - 120 € (Cada veículo)
		LOTE 2 - 300 € (Cada veículo)

Tabela n.º 2 - Análise das propostas recebidas para aquisição de VFV De referir que apesar da primeira proposta, da empresa "Recife, Desmontagem de Veículos, Lda." apresentar valores com acréscimo do IVA, os resíduos estão isentos desse imposto, ao abrigo da legislação vigente. -----

De acordo com o exposto, o operador de gestão de resíduos que apresentou a proposta com valor base de licitação mais elevado foi "Mirapapel, Lda.", pelo que a comissão lhe adjudicou provisoriamente os lotes de VFV incluídos na proposta, devido à ausência de lances.

Assim sendo, propõe-se que seja aprovada, pelo órgão executivo municipal, a decisão de adjudicação definitiva à empresa que apresentou a proposta com o valor base de licitação mais elevado - Mirapapel, Lda. -----

Caso o Sr. Vereador, Dr. Paulo Alves, concorde com o teor da presente informação, deve a mesma ser presente à próxima reunião de câmara para deliberação. -----

Em anexo: -----

- Cópia da Acta da hasta pública destinada à alienação de VFV ---

- Cópia das propostas apresentadas pelas empresas concorrentes --

- Cópia do procedimento de hasta pública para alienação de VFV

À Consideração Superior -----

Chaves, 15 de Fevereiro de 2011 -----

A Técnica Superior, -----

(Claudia Sofia Fernandes Costa Rego Martins, Dr.ª) -----

O Chefe de Divisão, -----

(Paulo Jorge Rodrigues Branco, Eng.) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, ENG. JOSE CARNEIRO DE 2011.02.15** -----

Visto. À consideração do senhor vereador responsável. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DR. PAULO ALVES, DE 2011.02.15 -----**

Visto. Concorde. À reunião da Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se -----

**XIV  
DIVERSOS**

**XV  
ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA  
(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro  
e ulteriores alterações)**

**1. RENOVAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PREVISTAS NO N.º 4, DO ART. 14º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE EM VIGOR NESTE CONCELHO. PROPOSTA N.º. 8/GAPV/2011. -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Antecedentes e Justificação -----**

1. Considerando que o órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no pretérito dia 21 de Abril de 2003, aprovou o Regulamento Municipal de Publicidade; -----

2. Considerando que o Município de Chaves reconhece o papel primordial que a publicidade desempenha na divulgação e no desenvolvimento da actividade económica dos agentes envolvidos; ----

3. Considerando que a publicidade é hoje, mais do que nunca, um meio indispensável de transmissão da mensagem de prestação dos respectivos serviços que os estabelecimentos disponibilizam; -----

4. Considerando que a publicidade acarreta custos significativos;

5. Considerando que a aplicação quotidiana das taxas estabelecidas no Regulamento Municipal de Publicidade e constantes do seu anexo - Anexo I -, vieram a evidenciar a necessidade de adoptar uma medida de auxílio ao combate à crise económica registada no meio empresarial, muito particularmente a crise sentida pelos pequenos comerciantes; -----

6. Considerando que na sequência da alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade, aprovada, respectivamente, pelo órgão executivo municipal no dia 5 de Fevereiro de 2009 e, posteriormente, pela Assembleia Municipal em sede de sessão ordinária realizada no dia 25 de Fevereiro de 2009, o n.º 4, do artigo 14º, do Regulamento Municipal de Publicidade, passou a prever o seguinte: -----

“Está isenta do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento toda a publicidade colocada nos respectivos estabelecimentos comerciais de venda ao público e prestação de serviços com sede no concelho de Chaves, excepto os estabelecimentos de comércio a retalho, de comércio por grosso em livre serviços e os

conjuntos comerciais, abrangidos pelo art. 4º, da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, bem como todos os estabelecimentos comerciais que, embora não abrangidos por tal regime legal, devam ser considerados de dimensão relevante ou não detenham a sua sede estatutária no concelho de Chaves.”; -----

7. Considerando que o n.º 6, do artigo 14º, do mesmo Regulamento Municipal, na redacção dada pela alteração acima referida, determina que a isenção a que se refere o n.º 4, do mesmo artigo, é concedida por um período de um ano, sendo possível a sua renovação, até ao limite máximo de cinco anos, mediante deliberação do órgão executivo; -----

8. Considerando, neste sentido, que a isenção concedida ao abrigo da retrocitada disposição do Regulamento Municipal de Publicidade em vigor no Concelho de Chaves, chega ao seu termo no próximo dia 25 de Fevereiro de 2011, caso não seja renovada mediante deliberação do órgão executivo; -----

9. Considerando que as premissas que justificaram a referida isenção se mantêm na presente data, pelo que se justifica a sua renovação; -----

10. Considerando que a renovação consubstanciada na isenção do pagamento de taxas previstas no n.º 4, do art. 14º, do Regulamento Municipal de Publicidade, compete à Câmara Municipal; -----

11. Considerando, por último, que a isenção do pagamento das taxas de publicidade concedida no ano anterior ao abrigo da retrocitada disposição normativa - art. 14º do Regulamento Municipal de Publicidade -, chega ao seu termo no próximo dia 25 de Fevereiro de 2011, e antes dessa data não se prevê que seja realizada qualquer outra reunião do órgão executivo municipal, justificando-se, assim, a urgência na tomada de deliberação sobre o presente assunto; -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo camarário a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que, ao abrigo do disposto no art. 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, e de acordo com as razões anteriormente aduzidas, o órgão executivo municipal reconheça a urgência de deliberar sobre o presente assunto, aceitando a introdução do mesmo na sua reunião ordinária a realizar no dia de hoje; -----

b) Que, ao abrigo do disposto no n.º 6, do art. 14º, do Regulamento de Publicidade em vigor no Concelho, seja renovada, pelo período de mais um ano, a isenção do pagamento de taxas previstas no n.º 4, do artigo 14º, do mesmo Regulamento, com efeitos a partir do dia 25 de Fevereiro de 2011; -----

c) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á dar publicidade à deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, no cumprimento do disposto no art. 91º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, ou seja, através de edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão, bem como, em Boletim da Autarquia e no Jornal Regional da área do Município. -----  
Chaves, 17 de Fevereiro de 2011 -----

Presidente da Câmara, -----  
(Dr. João Batista) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.



A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Helena Presa Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---

**Nº 04 - Reunião Ordinária da  
Câmara Municipal de Chaves  
Realizada no dia 18 de Fevereiro  
de 2011. -----**

Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, Sra. Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, Sr. Dr. José Fernando Carvalho Montanha, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves e comigo, Helena Presa Fernandes, Assistente Técnica. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de quinze de Fevereiro do corrente ano. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

**I - DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----**

Foi designada secretária da reunião a Assistente Técnica, Helena Presa Fernandes, na ausência do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado. -----

**II - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ARQTO. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----**

O Sr. Vereador Arqto. António Cândido Monteiro Cabeleira, esteve ausente na reunião ordinária do executivo camarário, por se encontrar em Lisboa, no desempenho das suas funções de Deputado da Assembleia da República. -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----**

**III - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFEP. PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta, sob o nº. 1 - -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**IV - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----**

O Presidente da Câmara começou por dar conhecimento ao Executivo Municipal sobre os seguintes assuntos relacionados com a Actividade Municipal: -----

**Reunião com a UNICER** - Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo camarário que, no pretérito dia 09 de Fevereiro, se realizou uma reunião de trabalho com a UNICER, tendo esta como principal assunto, a elaboração de um protocolo de cedência de água para o abastecimento do Balneário Termal de Vidago.

**Assemblei Geral do Eixo Atlântico** - Sobre este assunto o Senhor Presidente da Câmara informou o executivo camarário que, no pretérito dia 10 de Fevereiro, se realizou, em Santiago de Compostela, Assembleia Geral do Eixo Atlântico. -----

**Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes** - Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo camarário, que, no passado dia 16 de Fevereiro, se realizou uma reunião de trabalho da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, tendo como assunto principal a análise e discussão do memorando da Associação Nacional de Municípios, relativamente à promoção da execução dos investimentos de iniciativa municipal no âmbito do QREN 2007-2013. -  
-----

**V - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES.** -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

**1. RENOVAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PREVISTAS NO N.º 4, DO ART. 14º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE EM VIGOR NESTE CONCELHO. PROPOSTA N.º. 8/GAPV/2011.** -----

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução dos referidos assuntos.** -----  
-----

**I  
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:**

**1. ACTAS:**

**1.1.** Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 07 de Fevereiro de 2011. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

**2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**

**3. FREGUESIAS**

### 3.1. PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE VILELA DO TAMEGA - REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE VILELA DO TAMEGA E ALTERAÇÃO DO OBJECTO DO COMODATO - PROPOSTA Nº4/GATF/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Vilela do Tâmega**, necessita de proceder à reparação do edifício da antiga Escola de Vilela do Tâmega, nomeadamente na colocação de tectos e janelas, cujo valor dessas obras importa em **6.500,00€**. -----

#### II - DA PROPOSTA -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um protocolo de transferência de capital com a Freguesia de **Vilela do Tâmega**, para as obras especificada (**reparação do edifício da antiga Escola de Vilela do Tâmega, nomeadamente na colocação de tectos e janelas**), no valor de 6.500,00€, (seis mil e quinhentos euros), com cobertura orçamental através da rubrica 08.05.01.02.01. -----

Propõe-se ainda que seja alterado o Contrato de Comodato aprovado em reunião da Câmara Municipal de 6/12/2010, passando o seu objecto de Sede da Junta para Centro de Dia, conforme documentos apresentados pela Junta de Freguesia -----

À Consideração Superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 15 de Fevereiro de 2011 -----

A Funcionária -----

Em anexo: Matriz do Protocolo -----

#### I - JUSTIFICAÇÃO -----

##### EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa à execução de obras públicas, particularmente no que concerne às obras de construção e reparação extraordinária de infra estruturas e/ou equipamentos públicos, será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes. -----

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno titular tal comparticipação financeira, através da celebração de um PROTOCOLO DE EXECUÇÃO, na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia, fazendo-se agora uma referência expressa do valor da comparticipação financeira atribuída

e do fim específico a que se destina, designadamente o da execução de determinadas obras públicas. -----

**4** - Neste contexto, de forma concreta e individualizada, no cumprimento, aliás, do disposto sobre esta matéria na referida disposição do aludido protocolo, foram previstos nos instrumentos de gestão financeira a vigorar no presente ano económico e para cada uma das freguesias, os montantes financeiros a transferir do orçamento municipal e destinados a tal finalidade. -----  
Assim, -----

## **II - PROTOCOLO DE EXECUÇÃO** -----

### **ENTRE:** -----

**1. Outorgante:** Município de Chaves, com número de cartão equiparado a Pessoa Colectiva nº. 501 205 551, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, e -----

**2. Outorgante:** Freguesia de **Vilela do Tâmega**, pessoa colectiva 506 859 711, neste acto legalmente representada pelo Presidente da respectiva Junta de Freguesia, Senhor Paulo Alexandre Gomes da Cunha. -----

É celebrado, ao abrigo do disposto na lei 159/99, de 14 de Setembro, Lei 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, dando execução às decisões administrativas tomadas, sobre esta matéria, pelos respectivos Órgãos representativos, o presente protocolo de execução, o qual se irá reger nos termos e de acordo com as seguintes cláusulas: -----

**1a.** - O Município de Chaves, no cumprimento do protocolo de delegação de competências devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias, delega na Freguesia de **Vilela do Tâmega**, a execução das seguintes obras: -----

**a) Reparação do Edifício da Antiga Escola de Vilela do Tâmega, nomeadamente na colocação de tectos e janelas**, pelo valor de 6.500,00€, €. -----

**2a.** - As referidas obras têm dotação orçamental na rubrica 08.05.01.02.01; -----

**3ª.** - A freguesia de **Vilela do Tâmega**, no cumprimento do Protocolo de Delegação de Competências devidamente aprovado pelos seus Órgãos representativos, aceita a presente delegação, consubstanciada na execução das obras antes mencionadas. -----

**4a.** - Para o efeito, a segunda outorgante, freguesia de **Vilela do Tâmega**, obriga-se a incluir as referidas obras nos seus instrumentos de gestão financeira - plano de actividades e orçamento a vigorar para o correspondente ano económico. -----

**5a.** - A empreitada objecto da presente delegação, deverá estar concluída no prazo máximo de \_\_\_\_\_ dias, a contar da data da celebração do presente protocolo, obrigando-se a segunda outorgante ao integral cumprimento do citado prazo. -----

**6a.** - A transferência do montante financeiro indicado no artigo 2, no valor global de **-6.500,00 €** (seis mil e quinhentos euros), será efectuada em função dos encargos assumidos e vencidos com a execução da referida empreitada/ obra pública, mediante a prévia apresentação dos respectivos autos de medição de trabalhos. -----

**7a.** - O Município de Chaves, obriga-se a prestar todo o apoio no acompanhamento técnico da execução da empreitada/ obra pública, disponibilizando-se ainda a garantir a actividade tendente à sua adequada fiscalização. -----

**8a.** - Em tudo o que for omissa no presente protocolo, aplicar-se-ão as regras previstas, sobre esta matéria, na matriz "Protocolo de

Delegação de Competências" devidamente aprovado pelos Órgãos representativos das partes signatárias. -----  
Chaves, de de 2011 -----

**O Presidente da Câmara Municipal** -----

(Dr. João Batista) -----

**O Presidente da Junta de Freguesia** -----

(Paulo Alexandre Gomes da Cunha) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.02.15** -----

À reunião de camara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.2. ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA PARA COBRANÇA DA TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. ANO DE 2011/PROPOSTA Nº 5/GATF/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

Considerando que ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário, a aprovar um documento formalizador da delegação de competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho; -----

Considerando que a Junta de Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira** do Concelho de Chaves vem, neste data, através de ofício que se anexa, solicitar a delegação da competência para efectuar a cobrança da tarifa de resíduos sólidos nas aldeias que compõem a Freguesia e a taxa de saneamento na aldeia de Cimo de Vila; -----

Considerando que por essa via é mais fácil efectuar a cobrança junto de todas as pessoas residentes na freguesia em virtude do conhecimento e da proximidade; -----

Considerando que dessa forma a Junta de Freguesia consegue arrecadar mais receita para investir na freguesia. -----

#### **II DA PROPOSTA** -----

Neste contexto, de forma concreta e individualizada, propõe-se a execução de um Protocolo com a referida Freguesia de **Cimo de Vila da Castanheira** nos termos e para os efeitos solicitados. -----

À consideração superior -----

Câmara Municipal de Chaves, 15 de Fevereiro de 2011. -----

A Funcionária -----

Anexo: -----

Ofício da Junta de Freguesia -----

Minuta do Protocolo -----

#### **I - JUSTIFICAÇÃO** -----

#### **EXECUÇÃO DO PROTOCOLO - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** -----

**1** - Ao abrigo do disposto na credencial legal estatuída com a publicação da Lei 159/99, de 14 de Setembro, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, veio a Assembleia Municipal em sua sessão Ordinária do passado dia 30 de Dezembro de 2009, sob proposta do Executivo Camarário a aprovar um documento formalizador da delegação de

competências originariamente atribuídas ao Município, a favor das freguesias do Concelho. -----

**2** - Considerando que a materialização de delegação de competências relativa será formalizada através de celebração casuística de protocolo, contendo os direitos e obrigações das partes outorgantes.

**3** - No entanto, por razões de segurança e certezas jurídicas, conferindo também maior clareza e transparência a tal procedimento, julgou-se oportuno a celebração de um PROTOCOLO na sequência daquele que foi oportunamente aprovado, quer pelos órgãos próprios do Município, quer pelos órgãos próprios da freguesia. -----

Assim, -----

**PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA----**  
**PROTOCOLO** -----

**Cláusula 1ª** -----

**(Enquadramento Legal)** -----

O Presente Protocolo é celebrado ao abrigo do disposto nos artigos 15º da lei n.º 159/99 de 14 de Setembro e 66º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, ficando a sua eficácia condicionada à adopção dos seguintes pressupostos: -----

a) Aprovação pelos Órgãos do Município (Câmara e Assembleia Municipal) - Matriz aprovada na Câmara Municipal em reunião ordinária de 21/12/2009 e na Assembleia Municipal em sessão ordinária de 30/12/2009); -----

b) Aprovação pela Junta de Freguesia; -----

c) Ratificação pela Assembleia de Freguesia. -----

**CLÁUSULA 2ª** -----

**(Da Delegação de Competências)** -----

Com o presente protocolo o Município de Chaves delega na Freguesia de **CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA** e esta aceita, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 66.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, as seguintes competências: -----

**No domínio do Ambiente e Saneamento Básico, a saber:** -----

Cobrança das respectivas tarifas/taxas, relativamente à recolha de **resíduos sólidos** e **saneamento**, enquanto não vigorarem outras decisões que por força de regulamentação adequada, venham a ser aplicadas, descontando-se esse valor em futuros Protocolos a executar com a Junta de Freguesia; -----

**CLÁUSULA 3ª** -----

**(Obrigações da Câmara Municipal)** -----

No cumprimento no disposto no n.º 1, do artigo 66.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, o Município de Chaves, com vista à boa execução das competências objecto da presente delegação, obriga-se a prestar o apoio que se entender por necessário; -----

**CLÁUSULA 4ª** -----

**(Obrigações da Junta de Freguesia)** -----

A Junta de freguesia obriga-se a entregar na Câmara Municipal - Gabinete de Apoio às Freguesias uma listagem actualizadas de todos os consumidores da Freguesia, incluindo emigrantes, no acto da assinatura do presente Protocolo, com vista a determinar o valor da receita arrecadado, tendo em conta o referido na Cláusula 3ª, do presente documento. -----

**CLÁUSULA 5ª** -----

**(Denúncia do presente protocolo)** -----

1. O Presente protocolo poderá ser denunciado por qualquer uma das partes outorgantes se a outra parte não cumprir as obrigações previstas nas cláusulas do presente protocolo. -----

2. A denúncia por qualquer uma das partes outorgantes deverá ser efectuada através de comunicação escrita devidamente fundamentada com a antecedência mínima de 60 dias sobre a produção dos seus efeitos. -----

3. A denúncia por parte da Câmara Municipal deverá ser objecto de ratificação pela Assembleia Municipal e só produzirá efeitos após a recepção da respectiva acta da Assembleia na Câmara Municipal. -----

4. A denúncia por parte da Junta de Freguesia deverá ser objecto de ratificação pela Assembleia de Freguesia e só produzirá efeitos após a recepção da respectiva acta da Assembleia de Freguesia na Câmara Municipal. -----

**CLÁUSULA 6ª** -----  
**(Prazo de Validade)** -----

O presente protocolo terá a duração de um ano, podendo, o aludido prazo, ser sucessivamente renovado se não for denunciado por qualquer das partes outorgantes. -----

**CLÁUSULA 7ª** -----  
**(Casos omissos)** -----

Os casos omissos decorrentes da aplicação deste acordo serão decididos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. -----

**CLÁUSULA 8ª** -----  
**(Entrada em vigor)** -----

O presente acordo entrará em vigor durante o ano civil de 2010 e logo que se encontrem devidamente salvaguardados os mecanismos legalmente previstos quanto à competência orgânica para a sua aprovação. -----

Chaves, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2011. -----

**Pelo Primeiro Outorgante** -----

Presidente da Câmara -----

(João Batista) -----

**Pelo Segundo Outorgante** -----

Presidente da Junta de Freguesia -----

(José Bruno Pereira) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.02.15** -----

À reunião de camara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## II

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

**1. PEDIDO DE ALARGAMENTO DE HORARIO DE FUNCIONAMNETO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "FABIO LUCCI". INFORMAÇÃO/PARECER Nº 15/DASJ/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

**I - Dos Factos** -----

1. Através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia nº 503772836, a requerente "Fabio Lucci -Representações Ida" veio solicitar, a este Município, o



alargamento do respectivo horário de funcionamento para o referido estabelecimento comercial aos Domingos e Feriados, com abertura às 9 horas e encerramento às 20 horas. -----

2. É, pois, neste contexto que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

## II - Do Direito -----

1. No dia 15 de Outubro de 2010, foi publicado o DL n° 111/2010, o qual veio alterar o regime dos horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais, entendendo-se como tal os estabelecimentos com uma área de venda superior a 2000m2. -----

2. Neste sentido, as Câmaras Municipais passam a decidir sobre os horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais. -----

3. Acontece, porém, que o estabelecimento denominado "Fabio Lucci -Representações Lda", de acordo com a informação técnica constante do respectivo processo da requerente, a mesma possui uma área de venda de 1020m2. -----

4. Logo, tal diploma legal não é aplicável - DL n° 111/2010 - ao referido estabelecimento comercial. -----

5. Nesta conformidade, e pelas características do estabelecimento em causa, o mesmo deve ser classificado como pertencente ao 1º grupo do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste concelho. -----

6. E, com base em tal enquadramento jurídico-administrativo, o seu horário de funcionamento encontra-se regulamentado no n°1, do art. 3º do referido Regulamento. -----

7. Ou seja, os estabelecimentos pertencentes ao 1º grupo, podem funcionar entre as 8 horas e as 22 horas, de Segunda a Sábado, com encerramento obrigatório aos Domingos, feriados e dias santos, ressaltando-se as situações aí contempladas<sup>1</sup>. -----

8. No entanto, e por forma a conseguir um justo equilíbrio entre todos os interesses e direitos do comerciantes e dos consumidores, bem como o desenvolvimento e progresso sustentado do concelho, veio a ser adoptada deliberação, pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no pretérito dia 2000/11/07, traduzida na autorização, a título excepcional, da abertura dos estabelecimentos comerciais integrados no 1º grupo do nosso Regulamento, aos Domingos e Feriados, durante os meses de Novembro e Dezembro entre as 6 horas e as 22 horas e nos restantes meses do ano entre as 8 horas e as 13 horas<sup>2</sup>. -----

9. Assim, no caso sub-judice, poderá, então, o estabelecimento comercial denominado "Fabio Lucci -Representações Lda" adoptar o seguinte horário de funcionamento: -----

- **De Segunda a Sábado** entre as 8 horas e as 22 horas; -----  
 - **Domingos e Feriados**, durante os meses de Novembro e Dezembro entre as 6 horas e as 22 horas e nos restantes meses do ano entre as 8 horas e as 13 horas<sup>3</sup>. -----

## III - Da proposta -----

Em coerência com as razões acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente

<sup>1</sup> O sublinhado é nosso. -----

<sup>2</sup> O sublinhado é nosso. -----

<sup>3</sup> O sublinhado é nosso. -----

decisão administrativa substantivada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, com base nas razões anteriormente expostas, devendo ser adoptado o seguinte horário de funcionamento, nos termos da alín. a), do nº1, do art. 3º, do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste concelho e conforme deliberação<sup>4</sup> tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no dia 2000/11/07, a saber: -----

- **De Segunda a Sábado:** entre as 8 horas e as 22 horas; -----  
 - **Domingos e Feriados:** durante os meses de Novembro e Dezembro entre as 6 horas e as 22 horas e nos restantes meses do ano entre as 8 horas e as 13 horas. -----

b) Alcançado tal desiderato, e no cumprimento do disposto no art. 100º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Para o efeito, deverá ser expedida a competente notificação, nos termos do disposto, sobre a matéria no Código do Procedimento Administrativo, a qual deverá ser acompanhada do texto integral do presente parecer e da deliberação que, sobre o assunto, venha a ser praticada; -----

d) Decorrido o aludido prazo, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitiva, sendo a interessada notificada, nos termos do art. 68º do Código do Procedimento Administrativo; -----

e) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. João Batista. ----  
 É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----  
 À consideração superior. -----

Chaves, 4 de Fevereiro de 2011. -----

A Chefe de Divisão, -----

(Dr<sup>a</sup>. Sandra Lisboa) -----

**DESPACHOO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2011.02.07** -----

Visto. Concorro com a presente proposta, a qual merece o meu inteiro acolhimento. À consideração do Presidente da Câmara, Dr. João Batista. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.07** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

---

<sup>4</sup> Tal deliberação mantém-se inteiramente válida até que sejam alterados os parâmetros plasmados na alín. a), do nº 1, do art. 3º, do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, de molde a permitir que todos os estabelecimentos comerciais pertencentes ao 1º grupo, do referido Regulamento Municipal, possam ficar vinculados a um regime de abertura e funcionamento aproximado ao definido para as Unidades Comerciais de Dimensão Relevante. -----

## 2. PEDIDO DE ALARGAMENTO DO HORARIO DE FUNCIONAMNETO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "GOLD BAR". PROPOSTA Nº. 06/GAPV/2011 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **I - Justificação** -----

Considerando que o órgão executivo municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2010/04/19, adoptou deliberação consubstanciada na redução do horário de funcionamento do Estabelecimento Comercial denominado "Gold Bar", sito na Travessa Cândido dos Reis nº24 e 26, Freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas na Proposta nº 27/GAPV/2011; -----

Considerando que o explorador do aludido Estabelecimento Comercial veio, através de requerimento com NIPG 1047/2011, solicitar que lhe seja autorizado o alargamento do respectivo horário de funcionamento, nos termos do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais em vigor neste concelho, passando o mesmo a funcionar com o seguinte horário: -----

- De Segunda a Sexta - abertura às 13h e encerramento às 2h; -----
- Ao Sábado e vésperas de Feriados e Dias Santos - abertura às 13h e encerramento às 4h; -----

Considerando que, no caso individual e concreto, o horário de funcionamento do referido estabelecimento veio a ser reduzido, mediante deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião realizada no dia 19/04/2010, com fundamento no seu funcionamento excessivo e irregular, provocando ruído incomodativo em prejuízo do sossego dos cidadãos aí residentes; -----

Considerando todo o histórico do estabelecimento comercial em causa, nomeadamente o grande número de processos contra-ordenacionais instaurados contra o aludido estabelecimento e correlacionados com a violação do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, bem como, com a violação do Código de Posturas em vigor neste Município, não esquecendo, ainda, as queixas apresentadas por moradores residentes nessa área de localização ----

Considerando que, na presente data, as circunstâncias da pretensão ora formulada não justificam, de "per si", que o órgão executivo municipal altere a sua decisão, praticada em 2010/04/19, e consubstanciada na redução do horário de funcionamento do estabelecimento comercial denominado "Gold Bar", passando o mesmo a funcionar entre as 8horas e as 24horas, durante todos os dias da semana, excepto aos Sábados ou em dias imediatamente anteriores a feriados ou dias Santos, em que foi autorizado o seu funcionamento até às 2horas do dia imediato, tudo isto, com fundamento na salvaguarda do direito ao repouso, à tranquilidade e ao sono dos cidadãos residentes nessa área de localização, direitos estes constitucionalmente consagrados; -----

### **II - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte Proposta: -----

- a) Que seja praticada decisão administrativa consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo interessado, e traduzida no pedido de alargamento do horário de funcionamento do Estabelecimento Comercial denominado "Gold Bar", de acordo com as razões acima enunciadas, mantendo-se, por isso, inalterável a

decisão já tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião ordinária do pretérito dia 2010/04/19; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do Executivo Camarário, deverá a mesma, numa primeira fase, no cumprimento do disposto no artigo 100º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, ser submetida à audiência prévia dos interessados, sendo o explorador do estabelecimento notificado para, no prazo de dez dias e por escrito, vir ao processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão, expedindo-se, para o efeito, a competente notificação; -----

c) Por último, decorrido o referido prazo, dever-se-á praticar decisão administrativa, agora definitiva, sobre o presente assunto, notificando-se o explorador do referido estabelecimento da decisão tomada, de acordo com as regras fixadas no art. 68º e ss, do Código de Procedimento Administrativo, sobre notificações. -----

Chaves, 07 de Fevereiro de 2011 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

João Gonçalves Martins Batista -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### III

#### EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

##### 1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DED. PARA CONHECIMENTO. ----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --  
-----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

##### 2. APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJECTO DE REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO INFORMAÇÃO N.º 36/DED/2011 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Na sequência da deliberação tomada pelo órgão executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 6 de Dezembro de 2010, veio a ser aprovado o Projecto de Regulamento identificado em epígrafe, nos termos da informação nº350/DED/2010, de 30 de Novembro de 2010; -----

2. Na esteira da estratégia de actuação então delineada, o dito Projecto de Regulamento, no cumprimento do quadro legal aplicável, veio a ser submetido a um período de discussão pública, durante o prazo de 30 dias, garantindo-se a sua adequada divulgação através de Edital nº 130/2010, bem como no site oficial desta Autarquia, nos termos do disposto no art. 91º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações; -----

3. Concluído o referido período de discussão pública, no passado dia 21 de Janeiro de 2011, encontram-se registadas, no correspondente processo administrativo, durante o decurso de tal fase participativa, duas sugestões e ou observações sobre as soluções nele contempladas, as quais mereceram a análise por parte destes

serviços, estando, assim, reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a sua ulterior aprovação definitiva por parte do executivo camarário; -----

4. Refira-se, ainda, que, por iniciativa dos próprios serviços municipais, foram introduzidos, durante este período, pequenos ajustamentos ao clausulado do Regulamento, indissociáveis não só da correcção de erros materiais detectados no respectivo texto, mas também para permitir um melhor aperfeiçoamento da redacção conferida às disposições nele incorporadas, sendo certo que, tais modificações, não comprometem substancialmente a filosofia perfilhada pelo Regulamento; -----

5. Contudo, por razões de certeza, segurança e paz jurídicas, é apresentado, em anexo à presente proposta, documento dando exclusivamente ênfase às alterações acima enunciadas, com a indicação expressa dos artigos que vieram a ser retocados. -----

## **II - Da análise das sugestões/observações apresentadas -----**

a) O Sr. José Alberto Conceição Ribeiro, na qualidade de Presidente da Direcção do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Chaves, veio, via e-mail com registo de recepção às 15h02 do dia 21 de Janeiro de 2011, apresentar sugestão, no sentido do Projecto de Regulamento de Apoio ao Associativismo passar a contemplar mais uma cláusula, sob a epígrafe "Regime Transitório", da qual conste que os pedidos que antecedem a aprovação do regulamento em causa, respectiva publicação e entrada em vigor, dever-se-ão reger pelas normas até àquela data em vigor, conforme documento que se anexa à presente informação. -----

Analisado o seu conteúdo é nosso entender não estar o mesmo, em condições de merecer o acolhimento favorável, susceptível de poder alterar qualquer princípio do Regulamento em causa. Mais pertinência assume a sua rejeição, tanto mais que, recentemente, veio a lume o Decreto-Lei n.º 13/2011 de 25 de Janeiro, que estabelece os critérios para a atribuição de apoios financeiros pelas câmaras municipais às instituições constituídas por trabalhadores municipais. -----

b) O Sr. Dr. José Matos, na qualidade de Presidente da Direcção do Clube de Ténis de Mesa de Chaves, veio, via e-mail com registo de recepção às 15h39 do dia 10 de Janeiro de 2011, apresentar sugestão, conforme documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e se anexa à presente informação. -----

De igual modo, analisado o seu conteúdo, o mesmo não mereceu acolhimento favorável por parte destes serviços, pois as sugestões apresentadas não se adequam à generalidade do Regulamento no que concerne à diversidade de Clubes/Associações e Entidades. -----

## **III - Da Proposta em sentido estrito -----**

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Presidente da Câmara, Dr. João Batista, a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) e b), do n.º 4 e 7, do art. 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em vista à aprovação, agora definitiva, do Projecto de Regulamento de Apoio ao Associativismo, acompanhado das respectivas fichas de candidatura às quatro medidas de apoio; -----

b) Por último, caso o presente Regulamento venha a ser aprovado nos termos anteriormente sugeridos por parte do órgão executivo municipal, dever-se-á promover a sua publicação através de Edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à

tomada da decisão, num jornal local, em jornal oficial, no site oficial desta Autarquia e no respectivo Boletim Municipal. -----

O Técnico Superior -----  
(Maciel Duque) -----

Em anexo: -----

- Fichas de candidatura às medidas de apoio; -----
- O referido Regulamento de Apoio ao Associativismo, com as alterações mencionadas nos pontos 4 e 5 desta informação a negrito. -----

#### **REGULAMENTO DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO -----**

Os Clubes e Associações Desportivas, Culturais e Recreativas assumem, cada vez mais, um papel fundamental no processo de participação dos cidadãos na vida pública e, consequentemente, uma importância significativa no processo de desenvolvimento sustentado do concelho de Chaves. -----

De facto, é através destas colectividades, cujo objecto é o fomento e a prática de actividades desportivas, culturais e recreativas, que está representada a principal via de acesso à prática generalizada de acções neste âmbito pelos diferentes grupos sociais, com um claro e meritório papel na sociabilização, dissipação de tensões, construção de identidade e dinamização cultural e desportiva do Concelho. -----

Contudo, tais colectividades encontram ao longo da sua vida um conjunto de constrangimentos que, não raras vezes, implicam a assumpção, por parte das mesmas, de grandes sacrifícios para levar a efeito as actividades e objectivos que se propõem. -----

Tais constrangimentos acabam, igualmente, por dificultar o aparecimento de novas colectividades, bem como a realização de novas actividades. -----

Neste contexto, é indubitável que os Municípios, enquanto entidades públicas com uma relação de maior proximidade com as populações, têm uma importante função na definição e desenvolvimento de uma política que promova o aparecimento e a realização de projectos culturais, recreativos, artísticos, sociais e desportivos, de iniciativa dos cidadãos, de reconhecida qualidade e interesse para o Concelho, devendo possibilitar a criação de condições técnicas, logísticas e materiais a todos os níveis para o fomento e o apoio a este desenvolvimento. -----

Tanto mais que, de acordo com o disposto no artigo 78º e no art. 79º, da Constituição da República Portuguesa, incumbe ao Estado incentivar e assegurar o acesso a todos os cidadãos aos meios e instrumentos de acção cultural, apoiar iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, bem como, em colaboração com as associações e colectividades desportivas, promover, estimular, orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto. ----

Também, sobre esta matéria, a alínea f), do n.º 1, do art. 13º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, deixa claro que os Municípios dispõem de competências na área dos tempos livres e desporto, enquanto que a alínea b), do n.º 2, do artigo 21º, do mesmo diploma legal, dispõe, expressamente, que é competência dos Municípios "apoiar actividades desportivas e recreativas de interesse municipal." -----

Por sua vez, as alíneas a) e b), do n.º 4, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, estipulam que é competência da Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e ou actividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra. -----

Ora, tendo em conta o quadro de competências legais acima descrito, a Câmara Municipal de Chaves pretende desenvolver uma política que promova o aparecimento e a realização de projectos, de iniciativa dos cidadãos, de reconhecida qualidade e de interesse para o Município de Chaves, tendo plena consciência que tais desideratos só poderão ser alcançados através de parcerias sólidas com o movimento associativo. -----

Contudo, a consolidação de tais parcerias deverá ser acompanhada pela regulamentação do relacionamento entre os seus intervenientes, garantindo-se a completa transparência, rigor, eficácia e democratização dos apoios e financiamentos municipais e, simultaneamente, uma boa utilização dos dinheiros públicos. -----

Assim, com o presente regulamento, pretende-se criar um mecanismo regulador, com o objectivo de estipular de forma clara e concreta, as regras de apoio aos projectos de desenvolvimento desportivo, cultural e recreativo. -----

Neste âmbito é fundamental salientar que os apoios ou participações financeiras concedidas pelas Autarquias Locais, na área do desporto, são tituladas por contratos - programas de desenvolvimento desportivo, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 46º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro e no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro. -----

É a partir destas premissas que se estrutura a presente proposta de Regulamento, que pretende disciplinar a atribuição de apoios aos Clubes e Associações Desportivas, Culturais e Recreativas do Concelho de Chaves, materializado nas seguintes medidas: -----

MEDIDA 1: Apoio ao funcionamento e desenvolvimento da actividade regular. -----

MEDIDA 2: Apoio à organização e realização de actividades pontuais/especiais. -----

MEDIDA 3: Apoio à construção/beneficiação de instalações. -----

MEDIDA 4: Apoio à aquisição de veículos de transporte. -----

Por último, importa referir que o presente Regulamento dá concretização aos objectivos propostos no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infracções conexas da Câmara Municipal de Chaves, em vigor neste concelho, nomeadamente o disposto no Capítulo III - B "Indicação das medidas preventivas", alínea b.b.), a qual prevê, expressamente, o seguinte: -----

"Aprovação de regulamento municipal relativo à concessão de benefícios públicos, que estabeleça os procedimentos e os critérios de atribuição." -----

Nestes termos, ao abrigo das disposições previstas no art.78º e art.79º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na alínea f), do n.º 1, do art. 13º da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, e alín. b), do n.º2, do art. 21º da mesma Lei, e ainda pelo determinado na alínea b), do n.º 4, do art. 64º e alínea a), do n.º 7, do art. 64º ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, a Câmara Municipal de Chaves, em sua reunião ordinária, realizada no dia \_\_\_\_\_, deliberou aprovar o presente Regulamento. -----

## **CAPÍTULO I** -----

### **DISPOSIÇÕES GERAIS** -----

#### **Artigo 1.º** -----

Âmbito e objecto -----

1. O presente regulamento visa definir as normas e condições dos apoios a atribuir pela Câmara Municipal de Chaves aos clubes e

colectividades desportivas, culturais e recreativas sedeadas no concelho de Chaves. -----

2. Podem ainda beneficiar dos apoios previstos no presente regulamento os agrupamentos de clubes e federações, bem como os praticantes individuais residentes no concelho, desde que fomentem actividades de natureza desportiva de relevante interesse municipal.

3. Salvo os casos previstos na Lei, não pode ser objecto de comparticipação financeira o desporto profissional. -----

#### **Artigo 2º** -----

Registo das Associações -----

Para efeitos de acesso aos apoios definidos, todas as Associações e Clubes deverão possuir o seu registo na Câmara Municipal de Chaves, através do preenchimento de ficha própria (anexo 1), à qual terão de anexar os seguintes documentos: -----

a) Fotocópia da escritura pública da sua legal constituição; -----

b) Cópia dos estatutos; -----

c) Cópia do NIPC; -----

d) Declaração de Utilidade Pública, se a tiver; -----

e) Acta actualizada da tomada de posse dos corpos dirigentes. -----

#### **Artigo 3º** -----

Candidatura -----

Para se candidatarem aos apoios previstos no presente Regulamento, as colectividades, para além dos requisitos previstos no artigo 2º, terão de entregar a respectiva ficha de candidatura, devidamente preenchida. -----

#### **Artigo 4º** -----

Prazo de candidatura -----

O processo de candidatura deverá ser entregue até 31 de Outubro. ---

#### **Artigo 5º** -----

Objectivos e princípios gerais -----

1. Os objectivos dos apoios financeiros são os indicados a seguir: -

a) Promover e fomentar o desenvolvimento da prática desportiva no concelho de Chaves, aumentando o número de praticantes das diversas modalidades, estruturando e qualificando os espaços desportivos e de lazer e apoiar equitativamente a iniciativa desportiva e cultural de associações, clubes e colectividades, bem como de cidadãos que pratiquem actividades de natureza desportiva de relevante interesse Municipal; -----

b) Reconhecer o papel essencial dos clubes e organizações desportivas, culturais e recreativas e a importância do fomento do associativismo desportivo e cultural, proporcionando a participação das estruturas associativas do concelho de Chaves na definição da política desportiva e cultural Municipal; -----

c) Garantir a participação de equipas, desportistas, praticantes desportivos, associações culturais e recreativas, nas competições/provas/actividades/encontros de âmbito local, distrital, regional, nacional e internacional; -----

d) Fomentar projectos de desenvolvimento desportivo, criando condições de estabilidade financeira e de programação sustentada de actividades às entidades desportivas do concelho; -----

e) Consagrar um sistema de apoios diversificados e progressivos à prática desportiva em função de critérios objectivos e de mérito; --

f) Integrar a actividade desportiva do concelho nos objectivos comuns de educação pelo desporto e cultura, de hábitos de vida saudáveis e de solidariedade colectiva. -----

2. Constituem princípios gerais da atribuição de apoios os seguintes:



- a) Isenção: o processo de atribuição dos apoios previstos assenta em pressupostos transparentes, justos e equilibrados, sendo de acordo com as disponibilidades financeiras da autarquia; -----
- b) Subsidiariedade: a atribuição de apoios aos clubes desportivos e associações pressupõe que estes se constituam como organizações fundamentais de base do processo de desenvolvimento desportivo, cultural e social; -----
- c) Utilidade social: os apoios serão atribuídos atendendo à respectiva utilidade social do programa de desenvolvimento desportivo e cultural; -----
- d) Planeamento e programação: a atribuição de apoios depende da apresentação de programas de desenvolvimento; -----
- e) Comparticipação: os apoios a conceder representam apenas uma parte dos custos com as actividades, materiais, equipamentos e acções a financiar, de forma a evitar que as actividades das colectividades dependam exclusivamente da ajuda da autarquia; -----
- f) Repercussão social: serão tidas em consideração as aplicações sociais da actividade desenvolvida pelas colectividades em termos de intervenção comunitária e acesso à prática desportiva pelas camadas sociais mais desfavorecidas; -----
- g) Sustentabilidade: os apoios serão atribuídos a entidades que comprovadamente assegurem o funcionamento dos seus órgãos em respeito pelos princípios fundamentais da democracia, com garantia de sustentabilidade e continuidade dos mesmos; -----
- h) Avaliação: a manutenção, redução ou supressão dos apoios concedidos dependerão da avaliação regular, de acordo com a prossecução do plano de actividades apresentado e objectivos propostos. -----

## **CAPÍTULO II -----**

### **APOIO AO FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE REGULAR -----**

#### **Artigo 6º -----**

##### **Candidatura -----**

Para se candidatarem a este apoio, as colectividades terão de entregar a ficha de candidatura (anexo 2) devidamente preenchida e anexar os seguintes documentos: -----

- a) Lista dos praticantes/participantes oficialmente inscritos por modalidade/actividade, com referência para o binómio masculino/feminino; -----
- b) Relatório de Actividades e Contas relativo ao último exercício, com o parecer do Conselho Fiscal e data de aprovação em Assembleia Geral. -----

#### **Artigo 7º -----**

##### **Critérios de apreciação -----**

Na definição dos apoios a atribuir, são observados como factores de ponderação: -----

- a) Número total de praticantes envolvidos (federados e não federados), com seguro; -----
- b) Número de modalidades / actividades; -----
- c) Regime de prática (regular ou pontual); -----
- d) Número de escalões em cada modalidade/actividade; -----
- e) Número de competições/actividades oficiais (distritais, regionais, nacionais e internacionais); -----
- f) Número de competições/actividades não oficiais (distritais, regionais, nacionais e internacionais); -----
- g) Número de treinadores Licenciados em Educação Física e/ou Desporto e treinadores habilitados pelas federações desportivas; ---

- h) Total de horas semanais de actividade de preparação por equipa, no caso de modalidades colectivas, ou por treinador, no caso de modalidades individuais; -----
- i) Total de quilómetros efectuados para cumprir as competições/actividades oficiais, contando-se a distância entre a sede do clube e local da competição/actividade; -----
- j) Actividades físicas para deficientes e idosos; -----
- k) Apoio a pessoal administrativo; -----
- l) Historial associativo; -----
- m) Contributo das actividades propostas para promoção do concelho a nível nacional/internacional; -----
- n) Integração das actividades no quadro de objectivos de desenvolvimento desportivo e cultural concelhio, promoção da actividade física e desportiva e ocupação saudável dos tempos livres de toda a população; -----
- o) A participação em iniciativas lançadas pelo Município de Chaves; -----
- p) Tipo e encargos com instalações utilizadas - próprias, arrendadas, municipais; -----
- q) Atletas que integrem o quadro de Alta Competição ou representação nacional; -----
- r) Capacidade de angariação de outras fontes de financiamento ou de outros tipos de apoio, designadamente participações de outras entidades ou patrocínios. -----

#### **Artigo 8º** -----

##### Cálculo dos apoios -----

1. Para facilitar os cálculos, será utilizado um sistema de pontos. Cada ponto corresponde a um valor determinado em Euros. -----
2. Para o ano de 2011, cada ponto equivale a 1 Euro. As futuras alterações do valor pecuniário dos pontos serão objecto de deliberação em reunião de Câmara. -----

#### **Artigo 9º** -----

##### Critérios de atribuição -----

- 1 - Será determinante para o cálculo do apoio financeiro anual, o número de atletas/participantes nos escalões de formação (até à idade de 18 anos inclusivé), comprovadamente inscritos nas respectivas associações e federações, com prática regular federada e competição regular na época em curso. A cada atleta/participante inscrito serão atribuídos 100 pontos. -----
- 2 - Por cada modalidade/género/escalão que o clube ou associação se faça representar oficialmente, será atribuída a seguinte pontuação:
- 2.1 - Modalidades com participação colectiva: -----
- I. Escolas - 1000 pontos -----
- II. Equipas no Distrital/Regional - 1 000 pontos -----
- III. Equipas no Nacional -----
- a. 1º Nível Competitivo - 6 000 pontos -----
- b. 2º Nível Competitivo - 4000 pontos -----
- c. Restantes níveis/nível único - 2000 pontos -----
- 2.2. Pontuação por mérito nos desportos colectivos e individuais ---
- a) A vitória em campeonato distrital ou regional individual, implica a atribuição de um adicional de 250 pontos; -----
- b) A vitória em campeonato distrital ou regional colectivamente, implica a atribuição de um adicional de 1000 pontos; -----
- c) A vitória em campeonato nacional individual, implica a atribuição de um adicional de 1000 pontos; -----
- d) A vitória em campeonato nacional colectivamente, implica a atribuição de um adicional de 2500 pontos; -----

e) Participação de atletas em Selecções Nacionais implica a atribuição de um adicional de 500 pontos por atleta e época desportiva. -----

3.Desporto Adaptado: A participação de atletas deficientes implica a atribuição de um adicional de 250 pontos por atleta e época desportiva. -----

4. Nível técnico dos treinadores: -----

a) Treinadores licenciados em Educação Física e/ou Desporto e habilitados com o grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 800 pontos por cada um; ----

b) Treinadores licenciados em Educação Física e/ou Desporto, implica a atribuição de um adicional de 400 pontos por cada um; -----

c) - Treinadores habilitados com o grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 400 pontos por cada um; -----

d) Treinadores habilitados com o 2º grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 300 pontos por cada um; -----

e) Treinadores habilitados com o 3º grau máximo da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 200 pontos por cada um; -----

f) Treinadores habilitados com os restantes graus da respectiva Federação Desportiva, implica a atribuição de um adicional de 100 pontos por cada um. -----

5. Apoio médico: -----

a) Acompanhamento de médico especializado, implica a atribuição de um adicional de 400 pontos; -----

b) Acompanhamento de fisioterapeuta/enfermeiro, implica a atribuição de um adicional de 300 pontos; -----

c) Acompanhamento de massagista, implica a atribuição de um adicional de 100 pontos. -----

6. Será atribuído um apoio adicional de 500 pontos para pessoal administrativo, desde que devidamente comprovado (comprovativo da Segurança Social). -----

7. O apoio ao transporte/deslocações dos atletas/participantes/equipas será calculado através do número de quilómetros efectuados, para cumprir as competições/actividades oficiais, contando-se a distância entre a sede do clube/associação e o local de competição/actividade, multiplicado por 0,50 pontos. ----

8. Os clubes que possuam três ou mais modalidades federadas em competição, serão objecto de subsídio adicional, no montante de 10% do total referido. -----

9. Outros níveis competitivos e modalidades poderão ser definidos ou dada equivalência consoante informações da respectiva Associação ou Federação da modalidade. -----

10. As Associações Culturais e Recreativas ou outras que não se integrem nos critérios atrás mencionados, será analisado o respectivo Plano de Actividades, com as actividades calendarizadas, objectivos anuais propostos e razão de ser em função dos estatutos e actividade já desenvolvida. -----

**Artigo 10º** -----

Méritos -----

Os clubes /associações que projectem de uma forma expressiva o nosso Concelho em termos desportivos/culturais, poderão beneficiar de um suplemento que poderá ir até ao máximo de 20000 pontos. -----

**Artigo 11º** -----

Condições -----

1. As colectividades deverão apresentar técnicos habilitados (Licenciados em Educação Física e/ou Desporto ou credenciados pela respectiva federação) que sejam responsáveis pela formação desportiva. -----

2. A formação desportiva deve promover os valores da ética desportiva, a recusa da violência e a não utilização de drogas ou outras substâncias proibidas. -----

3. Os alunos inseridos em Projectos Especiais de Formação Desportiva desenvolvidos pelos clubes ou escolas de formação, nunca poderão ser contabilizados na candidatura ao subsídio anual. -----

4. A concessão de apoios financeiros obriga à aceitação pelas entidades apoiadas do exercício dos poderes de fiscalização da Câmara Municipal de Chaves, destinados a controlar a correcta aplicação dos montantes atribuídos e a avaliar de forma descritiva as actividades propostas. -----

#### **Artigo 12º** -----

Concretização do apoio -----

1. A concretização do apoio será feita caso a caso através de uma das seguintes formas: -----

a) Da atribuição, pela Câmara Municipal, de um subsídio; -----

b) Da celebração de um Protocolo entre o Município e a entidade beneficiária; -----

c) Da celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos casos abrangidos pelo artigo 46º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

2. Para efeito do disposto no número anterior, e fora dos casos previstos na alínea c), será celebrado um protocolo sempre que o valor do apoio a atribuir seja igual ou superior a €50.000 (cinquenta mil euros). -----

#### **CAPÍTULO III** -----

#### **APOIO À ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE ACTIVIDADES PONTUAIS/ESPECIAIS -**

#### **Artigo 13º** -----

Âmbito e objecto -----

1. A autarquia apoiará a organização de pequenos, médios ou grandes eventos desportivos e culturais, acções de formação e seminários, organizados pelas colectividades desportivas ou culturais, Associações de modalidade e Federações, desde que atempadamente programadas e considerados de interesse local, regional, nacional ou internacional. -----

2. Esta medida poderá concretizar-se através de apoio financeiro ou apoio logístico. -----

#### **Artigo 14º** -----

Definição -----

1. Os eventos desportivos a apoiar pela Autarquia deverão inserir-se, preferencialmente, numa modalidade desportiva tutelada por uma Federação devidamente reconhecida. -----

2. Os eventos não competitivos/desportivos a apoiar pela Autarquia estarão, preferencialmente, dependentes da participação de agentes do concelho de Chaves. -----

#### **Artigo 15º** -----

Condições -----

1. As participações, apoios e subsídios para o programa dos eventos desportivos e culturais poderão ser realizadas, nomeadamente, através de participação financeira, alojamento, transportes, alimentação, cedência de instalações, acompanhamento técnico, material e equipamento desportivo. -----

2. Os eventos desportivos e culturais sujeitos a contrato - programa devem observar, as seguintes condições: -----

- a) Participação de clubes, associações, entidades e desportistas/participantes do concelho; -----
- b) Representarem benefícios promocionais para o concelho; -----
- c) Representarem benefícios económicos para o concelho; -----
- d) Deterem interesse para a formação desportiva/cultural; -----
- e) Deterem interesse para o desenvolvimento desportivo e cultural do concelho; -----
- f) Demonstrem ser detentores de qualidades com vista à continuidade da sua realização. -----

#### **Artigo 16º** -----

##### Espectáculos -----

As comparticipações, apoios e subsídios a espectáculos desportivos e culturais que impliquem transmissões televisivas, de âmbito nacional ou internacional, serão objecto de protocolo ou contrato - programa a celebrar entre a Câmara Municipal de Chaves e a entidade promotora do evento e não estão abrangidos pelo presente Regulamento, embora o interesse na sua comparticipação seja apreciado de acordo com os critérios a seguir mencionados, para os espectáculos desportivos: --

- a) Nível qualitativo do evento; -----
- b) Tradição e implementação e antecedentes da actividade pontual; --
- c) Objectivos desportivos, culturais e sociais da actividade -----
- d) Custos inerentes à sua organização e implementação; -----
- e) Autonomia financeira da implementação do evento; -----
- f) Número previsto de espectadores na assistência; -----
- g) Cobertura comprovada nos meios de comunicação social. -----

#### **Artigo 17º** -----

##### Candidatura -----

1. A candidatura decorre nos moldes definidos no art. 3º, com as necessárias adaptações nos casos especialmente contemplados na Lei, podendo ainda ser feita separadamente (anexo 3). -----

2. O processo deve conter, cumulativamente, os seguintes elementos:

- a) Provas competitivas: -----
- Data do evento proposto; -----
- Caracterização do evento proposto; -----
- Número de participantes previsto; -----
- Escalões/competição abrangidos; -----
- Expectativa de cobertura pelos media; -----
- Estimativa orçamental prevista para a sua execução; -----
- Expectativa de apoio financeiro. -----
- b) No caso de intercâmbios o processo deve conter: -----
- Proposta de intercâmbio recebida; -----
- Data prevista; -----
- Caracterização; -----
- Constituição da representação; -----
- Custo estimado. -----

c) No caso de acções de formação ou seminários, a caracterização da actividade proposta e seus objectivos. -----

#### **Artigo 18º** -----

##### Análise de candidatura -----

- 1. As candidaturas são analisadas de forma global. -----
- 2. A atribuição de apoio é feita mediante a relevância da candidatura. -----
- 3. A não concretização da actividade implica a anulação do apoio atribuído. -----

4. A solicitação do apoio logístico deverá ser feita com 30 dias de antecedência. -----

#### **CAPÍTULO IV** -----

#### **APOIO À CONSTRUÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE INSTALAÇÕES** -----

##### **Artigo 19º** -----

Âmbito e processo de candidatura -----

1. Quando se julgar de interesse para o concelho e respeitando os artigos 1º, 2º e 3º deste regulamento, a autarquia apoiará dentro das suas possibilidades, as iniciativas das colectividades do concelho na construção de sedes sociais, desde que haja disponibilidade financeira em orçamento. -----

2. A candidatura a este apoio decorre paralelamente às que se efectuam para outros apoios. -----

3. Privilegiar-se-ão situações de melhoria das condições de exercício e prática do desporto em detrimento das de natureza complementar. -----

4. Serão objecto de exclusão imediata os seguintes factores: -----

a) A inexistência de promoção de Actividades Desportivas/Culturais Regulares ou da candidatura, na época em causa, aos correspondentes subsídios Municipais; -----

b) A inexistência de escalões de formação, nas modalidades praticadas, dirigidas aos jovens do concelho; -----

c) Não ter parecer favorável dos serviços camarários competentes e da Junta de Freguesia da área de implementação do projecto. -----

##### **Artigo 20º** -----

Candidatura -----

Para se candidatarem a este apoio, as colectividades terão de entregar a ficha de candidatura (anexo 4) devidamente preenchida e anexar os seguintes documentos: -----

a) Projecto detalhado das intervenções a realizar, incluindo orçamento previsto das mesmas; -----

b) Entrega das facturas comprovativas das despesas efectuadas com as intervenções realizadas. -----

#### **CAPÍTULO V** -----

#### **APOIO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE** -----

##### **Artigo 21º** -----

Definição -----

A aquisição de meios de transporte por parte dos agentes desportivos/culturais deve reforçar a prática desportiva/cultural, a disponibilidade logística e a parceria local no fomento da actividade desportiva/cultural do concelho. -----

##### **Artigo 22º** -----

Condições -----

1. As participações a atribuir dependerão da disponibilidade financeira da Autarquia e são apenas destinadas a aquisição de viaturas novas ou usadas, para apoio à actividade das respectivas colectividades desportivas do concelho. -----

2. A Autarquia, na atribuição de participações financeiras às colectividades desportivas/culturais, pode estabelecer a obrigatoriedade de aquisição de determinado tipo de viatura, desde que seja economicamente mais vantajoso. -----

3. Este apoio, a atribuir mediante deliberação da Câmara Municipal, apenas é aplicável aos titulares de Estatuto de Utilidade Pública. -

##### **Artigo 23º** -----

**Critérios** -----

As comparticipações financeiras aos agentes desportivos/culturais para aquisição de viaturas para apoio à actividade desportiva, obedecem às seguintes condições: -----

- a) As entidades que promovam a formação desportiva e participem em competições regionais, distritais e nacionais, entidades que, não se encontrando em competição regular, prestem relevante serviço desportivo/cultural, poderão candidatar-se a apoio de 50% do valor de aquisição para uma viatura usada, num máximo de 5.000€, e 50% do valor de aquisição para uma viatura nova, num máximo de 10.000 €; --
- b) As comparticipações financeiras da Autarquia estão dependentes da apresentação, por parte do agente desportivo/cultural, de capacidade de investimento, que assegure o restante capital para a aquisição da viatura a ser alvo de apoio. -----

#### **Artigo 24º** -----

Candidatura -----

Para se candidatarem a este apoio, as colectividades terão de entregar a ficha de candidatura (anexo 5) devidamente preenchida e anexar os seguintes documentos: -----

- a) Cópia do registo de propriedade ou recibo na Conservatória do Registo automóvel; -----
- b) Cópia do livrete; -----
- c) Cópia do recibo/declaração de venda. -----

#### **CAPÍTULO VI** -----

#### **CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS** -----

#### **Artigo 25º** -----

Objecto -----

A cedência de espaços desportivos municipais visa aumentar a rentabilização dos mesmos, privilegiando a formação desportiva, a competição, a promoção de actividade física e desportiva para toda a população, realização de eventos e espectáculos desportivos, optimizando a iniciativa dos agentes desportivos do Concelho. -----

#### **Artigo 26º** -----

Condições -----

1. Os apoios são realizados através da cedência de espaços nas instalações desportivas municipais para realização de aulas, treinos, competições e eventos oficiais, das respectivas modalidades e regem-se pelo regulamento existente para as instalações desportivas Municipais. -----
2. As colectividades estarão sujeitas às taxas em vigor, aplicadas pela utilização das instalações municipais e terão de ser devidamente liquidadas até ao término da época desportiva. -----
3. Em caso de incumprimento do ponto anterior, a Autarquia poderá descontar o valor final no apoio a conceder à colectividade ou não autorizar a cedência das instalações na época seguinte. -----
4. A Autarquia reserva-se o direito de ceder as instalações municipais para a realização de eventos ou espectáculos desportivos, que fora do âmbito das competições oficiais, se revelem de manifesto interesse municipal. -----

#### **CAPÍTULO VII** -----

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS** -----

#### **Artigo 27º** -----

Contratos-Programa -----

Os contratos-programa celebrados com vista à atribuição de comparticipações financeiras, o acompanhamento e controle, modificação, revisão, cessação, incumprimento e contencioso dos contratos, regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro. -----

**Artigo 28°** -----  
 Incumprimentos/falsas declarações -----  
 1- O incumprimento dos projectos ou actividades, das contrapartidas ou das condições estabelecidas no presente Regulamento, no Contrato - Programa, Protocolo ou na deliberação que atribua um subsídio, consoante os casos, constitui motivo para a rescisão imediata dos contratos celebrados, bem como implica a devolução dos montantes recebidos ou, sendo o caso, a reversão imediata dos bens cedidos à posse da Câmara Municipal, sem prejuízo das devidas indemnizações ao Município pelo uso indevido e danos sofridos. -----  
 2- Para além das consequências previstas no número anterior, o incumprimento, por parte do beneficiário dos apoios previstos no presente Regulamento, impedirá a atribuição, a este último, de novos apoios num período a estabelecer pela Câmara Municipal. -----  
 3- A prestação de falsas declarações por parte do beneficiário dos apoios terá, igualmente, as consequências previstas nos números anteriores, sem prejuízo da eventual responsabilidade criminal. ----

**Artigo 29°** -----  
 Direito Subsidiário -----  
 Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente regulamento recorrer-se-á à Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro), à Lei geral, aos princípios gerais de direito e ao disposto no Código de Procedimento Administrativo. -----

**Artigo 30°** -----  
 Revisão -----  
 A Câmara Municipal deve rever o presente regulamento no prazo de 5 anos. -----

**Artigo 31°** -----  
 Entrada em vigor -----  
 O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República. -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2011.02.14** -----

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----  
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.14**  
 Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Vereador do Desporto Arqº. Carlos Penas. -----

**DESPACHO DO SENHOR VEREADOR DO DESPORTO ARQTO CARLOS CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.15**-----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

**3. RECTIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO N° 42/DED 02-02-2011 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR - LISTA DEFINITIVA INFORMAÇÃO N.º 52/DED 10-02-11** -----  
 Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----  
 Por deliberação de Câmara de 07 de Fevereiro foi aprovada a lista definitiva dos candidatos aptos à atribuição da bolsa de estudo para o ensino superior. -----



Considerando que o candidato Ricardo Filipe Moço Coutinho tinha a candidatura pendente pela falta de apresentação de um documento necessário à competente instrução do processo (média de ingresso no Ensino Superior) o qual foi posteriormente entregue em mão nos serviços da Divisão de Educação e Desporto; -----

Considerando que, por lapso, o referido documento foi agrafado a outro processo, o que levou a Comissão de análise a excluir o candidato; -----

Considerando que, no passado dia 8 de Fevereiro, ao proceder-se ao arquivamento dos processos, se deu conta do lapso identificado anteriormente; -----

Considerando que o candidato reúne as condições para ser admitido como apto à bolsa de estudo, não nos primeiros vinte lugares, mas em situação de espera. -----

Assim pelo exposto, a comissão de análise toma a liberdade de submeter à consideração de V. Ex<sup>a</sup>. a seguinte proposta: -----

a) Que seja autorizada a rectificação da lista definitiva dos candidatos admitidos para a atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior, na qual o Candidato Ricardo Filipe Moço Coutinho passa a ocupar a 24<sup>a</sup> posição, conforme lista infra: -----

	Nome do Candidato	Objecto
1	Pedro Miguel dos Santos Teixeira	Renovação
2	Mara Vanessa Martins Fontoura	Renovação
3	Vítor Manuel Martins Ferreira	Renovação
4	Ana Rita Pires Pereira	Renovação
5	Filipa Vilabril Ramos	Renovação
6	Cláudia Sofia Rodrigues Matias	Renovação
7	Marília Rafaela Batista Gonçalves	Renovação
8	Liliana Patrícia Guimarães Martins	1 <sup>a</sup> Candidatura
9	Stephanie Belo Guerreiro	1 <sup>a</sup> Candidatura
10	Deolinda Rosa Moura	1 <sup>a</sup> Candidatura
11	Ana Andreia Ventura Machado	1 <sup>a</sup> Candidatura
12	Marlene Gomes Vilar Ferreira	1 <sup>a</sup> Candidatura
13	António Emanuel Pereira Ferreira	1 <sup>a</sup> Candidatura
14	Silvi Luís do Canto	1 <sup>a</sup> Candidatura
15	Daniela Sofia Pinto Fernandes	1 <sup>a</sup> Candidatura
16	Vítor Gonçalves Fernandes	1 <sup>a</sup> Candidatura
17	Ariana Soraia dos Anjos do Nascimento	1 <sup>a</sup> Candidatura
18	Gabriel Filipe Maeiro dos Santos	1 <sup>a</sup> Candidatura
19	Tânia Seixas Cabeleira	1 <sup>a</sup> Candidatura
20	Joana Maria Lopes Barroco	1 <sup>a</sup> Candidatura
21	Joana dos Santos Gradíssimo	1 <sup>a</sup> Candidatura
22	Heitor Luís Teixeira Luzio	1 <sup>a</sup> Candidatura
23	Diana Carina Cabeleira de Carvalho	1 <sup>a</sup> Candidatura
24	Ricardo Filipe Moço Coutinho	1 <sup>a</sup> Candidatura
25	Andreia Teixeira Freitas	1 <sup>a</sup> Candidatura
26	Katy Teixeira Freitas	1 <sup>a</sup> Candidatura
27	Vanessa Filipa da Costa	1 <sup>a</sup> Candidatura

	Rodrigues	
28	Ana Margarida Ribeiro Barros	1ª Candidatura
29	Daniel Fernando Neves dos Santos	1ª Candidatura

Caso esta proposta mereça concordância de V. Ex<sup>a</sup>, mais se sugere que a mesma seja remetida a reunião de Câmara para rectificação. -----

À consideração Superior -----

Os elementos da Comissão de análise: -----

A Chefe de Divisão -----

(Dr<sup>a</sup>. Lúdia Pinto) -----

Técnica Superior -----

(Dr<sup>a</sup>. Júlia Forte) -----

Técnica Superior -----

(Dr<sup>a</sup>. Zuleika Alves) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.10**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente da Câmara -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.11** -----

À reunião de Câmara para ratificação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA MARCAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO CAMINHO DE SANTIAGO DO INTERIOR DE PORTUGAL. INFORMAÇÃO N.º 58 / DCC/ 11.02.14** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Os Caminhos de Santiago são trilhos percorridos pelos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela, desde o Séc. IX, tendo recuperado, recentemente, grande protagonismo, constituindo um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem. -----

Existem vários Caminhos que percorrem toda a Europa e que desembocam em Santiago de Compostela. Em Portugal, existem pelo menos 2 troços principais, bem identificados na literatura: um pelo litoral, que entra em Espanha por Tui; e outro, interior, que entra em Espanha por Feces de Abaixo, e desemboca no Caminho da Prata. -----

Considerando que o Caminho Português de Interior, ainda desprovido de qualquer marcação ou divulgação, atravessa o território dos Concelhos de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, sendo que neste último concelho o trilho atravessa a fronteira; -----

Considerando que o principal objectivo do projecto em questão visa projectar o Caminho Português Interior como uma via de peregrinação a Santiago de Compostela, fomentando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas; -----

Considerando que após a realização de várias reuniões, que contaram com a presença de técnicos dos supra mencionados municípios, ficou estabelecido a necessidade de se efectivar a assinatura de um protocolo de cooperação, cuja minuta se anexa, tendo em vista a prossecução do projecto. -----

Considerando que o presente protocolo tem por objectivo assumir o projecto de marcação e dinamização do caminho e definir os princípios orientadores de cooperação a estabelecer entre os municípios atravessados pelo Caminho Português Interior de Santiago;

Considerando que o compromisso dos municípios envolvidos no projecto implica: -----

1. Proceder ao levantamento e reconhecimento do percurso, com base em documentação bibliográfica em coordenação com a VitAguiar, E.M.;
2. Elencar pontos de interesse para o turismo e infra-estruturas de alojamento e restauração existentes nas imediações do caminho; -----
3. Elencar escolas e edifícios que, ao longo do caminho, sejam passíveis de reconversão em albergues, para alojamento de peregrinos; -----

4. Proceder à limpeza e marcação do caminho, até Junho de 2011. ----  
Face ao exposto e para que o processo de adesão se efective, sob o ponto de vista formal, torna-se necessário: -----

a) Que o Município de Chaves, se constitua como parceiro cooperador aderente ao projecto denominado "Caminho Português Interior de Santiago". -----

b) Caso esta proposta mereça concordância por parte do executivo camarário, que desde já fique legitimado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves a assinar o respectivo Protocolo de Cooperação, em data a agendar posteriormente. -----

a) Propõe-se também o agendamento desta informação à próxima reunião de Câmara, para deliberação. -----

À Consideração Superior. -----

A Técnica Superior, -----

(Cláudia Araújo) -----

O Técnico Superior -----

(Jorge Leite) -----

Anexo: Minuta do Protocolo de Cooperação para Marcação e Dinamização do Caminho Português Interior de Santiago -----

#### **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A MARCAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO CAMINHO PORTUGUÊS INTERIOR DE SANTIAGO** -----

Os Caminhos de Santiago são trilhos percorridos pelos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela, desde o Séc. IX, tendo recuperado, recentemente, grande protagonismo, constituindo um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem. -----

O Caminho tornou-se muito popular nos últimos anos devido a vários factores: as autoridades espanholas e as juntas locais trabalham para atrair peregrinos, publicitando o Caminho e melhorando as infra-estruturas para os receber, já que são estes "turistas" que mantêm vivas muitas das aldeias ao longo da rota. Outra das razões prende-se com o surgimento de cada vez mais associações que promovem peregrinações em grupo. Existe também uma mudança de mentalidade que promove a ligação com a natureza e publicita este tipo de rotas. ---  
Existem vários Caminhos que percorrem toda a Europa e que desembocam em Santiago de Compostela. Em Portugal, existem pelo menos 2 troços principais, bem identificados na literatura: um pelo litoral, que entra em Espanha por Tui; e outro, interior, que entra em Espanha por Feces de Abaixo, e desemboca no Caminho da Prata. -----

Se é verdade que o Caminho Português do Litoral tem sido alvo de variadas acções, encontrando-se actualmente marcado, e dispondo já de vários albergues e estruturas de apoio, o Caminho Português de Interior, por seu lado, encontra-se, ainda, desprovido de qualquer marcação ou divulgação. -----

O Caminho Português de Interior atravessaria o território dos Concelhos de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, sendo que neste último concelho o trilho atravessaria a fronteira. De facto, a partir desse ponto, em território espanhol, o percurso já se

encontra assinalado com painéis e marcações, conduzindo o peregrino até Santiago. -----

O principal objectivo visa projectar o Caminho Português Interior como uma via de peregrinação a Santiago de Compostela, fomentando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas, bem como de toda a região. -----

Objectiva-se, também, contribuir para o desenvolvimento de um produto estratégico, em termos turísticos, que permita complementar a oferta da região, simultaneamente nas vertentes Turismo Religioso, Turismo de Natureza e Touring Cultural e Paisagístico. -----

Assim, entre: -----

O Município de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, é celebrado o presente protocolo que se regerá pelas seguintes normas:

## **Capítulo I** -----

Disposições Gerais -----

### **Cláusula 1.ª** -----

Objectivos -----

O presente protocolo tem por objectivo definir os princípios orientadores de cooperação a estabelecer entres os municípios atravessados pelo Caminho Português Interior de Santiago. -----

## **Capítulo II** -----

Responsabilidades das partes -----

### **Cláusula 1ª** -----

Coordenador do projecto -----

Fica desde já nomeada, como coordenadora do projecto, a empresa municipal VitAguiar, agindo em representação da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar. -----

### **Cláusula 2ª** -----

Compromissos dos municípios -----

1. Proceder ao levantamento e reconhecimento do percurso, com base em documentação bibliográfica fornecida pela VitAguiar, E.M.; -----

2. Elencar pontos de interesse para o turismo e infra-estruturas de alojamento e restauração existentes nas imediações do caminho; -----

3. Elencar escolas e edifícios que, ao longo do caminho, sejam passíveis de reconversão em albergues, para alojamento de peregrinos; -----

4. Proceder à limpeza e marcação do caminho, até Junho de 2011. ----

### **Cláusula 3ª** -----

Delegação de competências -----

Os municípios poderão delegar noutras entidades a execução do previsto no presente protocolo, assegurando o cumprimento do estabelecido. -----

### **Cláusula 4ª** -----

Vigência -----

Este protocolo produz efeitos a partir da data em que é assinado e é válido até à conclusão dos compromissos assumidos na cláusula segunda. -----

### **Cláusula 5ª** -----

Disposições finais -----

Após a execução dos compromissos, constantes do presente protocolo, os municípios envolvidos comprometem-se a diligenciar pela celebração de outro onde se preveja, nomeadamente, local e número de albergues a construir, material de divulgação, acções de dinamização, e outras necessárias ao desenvolvimento do projecto. --

Vila Pouca de Aguiar, ....., de ....., de 2011. -----

Pelo Município de Viseu -----

Pelo Município de Castro Daire -----  
 Pelo Município de Lamego -----  
 Pelo Município de Peso da Régua -----  
 Pelo Município de Santa Marta de Penaguião -----  
 Pelo Município de Vila Real -----  
 Pelo Município de Vila Pouca de Aguiar -----  
 Pelo Município de Chaves -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.14**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente da Câmara -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.02. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### IV

#### PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

#### V

#### ACÇÃO SOCIAL:

**1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DAS. PARA CONHECIMENTO. ----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA VEREADORA DRA.MARIA DE LURDES, NO USO DE PODERES DELEGADOS. INFORMAÇÃO DA DAS. PARA CONHECIMENTO. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º4. --  
 -----

**A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----**

**3. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO A ANA ISABEL PEREIRA MARTINS. INFORMAÇÃO N.º 46/ 2011-02-03 -----**

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 5. -----

**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.11-----**

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dra. Maria de Lurdes Campos.-----

**DESPACHO DA SRA. VEREADORA DOUTORA MARIA DE LURDES CAMPOS 2011.02.14-----**

Visto. À consideração do Senhor Presidente da Câmara.-----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, 2011.02.14--**  
 À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**4. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 47/ 2011-02-03-----**  
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 6. -----

**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.03 -----**

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dra. Maria de Lurdes Campos.-----

**DESPACHO DA SRA. VEREADORA DOUTORA MARIA DE LURDES CAMPOS 2011.02.09-----**

Visto. À consideração do Senhor Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.02.15 -----**

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**5. ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 49/ 2011-02-03 -----**  
 Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, e que se anexa a presente acta sob o número 7. -----

**DESPACHO DO SR. DIRECTOR DE DEPARTAMENTO SÓCIO - CULTURAL DOUTOR ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.03-----**

Visto. À consideração da Senhora Vereadora, Dra. Maria de Lurdes Campos.-----

**DESPACHO DA SRA. VEREADORA DOUTORA MARIA DE LURDES CAMPOS 2011.02.09**

Visto. À consideração do Senhor Presidente da Câmara.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VI

### PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

#### 1- PLANEAMENTO

##### 1.1 REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DEFINITIVA NA SEQUÊNCIA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

##### **I. ANTECEDENTES -----**

1.1. Em sua reunião ordinária realizada em 3 de Janeiro de 2011, o Executivo Municipal deliberou concordar com a "Proposta de aprovação do Projecto do Regulamento de Compensações e da Matriz do Contrato

de Urbanização elaborados para efeitos de prossecução da execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite”, nos termos do nº 2 do artigo 125º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial<sup>5</sup> e do nº 3 do artigo 20º do Regulamento do Plano de Pormenor da Fonte do Leite<sup>6</sup>, sob proposta da Divisão de Planeamento, Ambiente e Ordenamento do Território consubstanciada na Informação datada de 22 de Dezembro de 2010. -----

1.2. Na sequência da estratégia de actuação definida na mencionada informação, o Projecto do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite veio a ser submetido a um período de discussão pública durante o prazo de 30 dias úteis (com início no dia 6 de Janeiro e termo no dia 16 de Fevereiro de 2011), garantindo-se a sua adequada divulgação através da afixação de editais nos lugares de estilo e sua publicitação no sítio institucional do Município e na imprensa local, em cumprimento das disposições previstas no artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo DL nº 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo DL nº 6/96, de 31 de Janeiro. -----

## **II. DAS PARTICIPAÇÕES APRESENTADAS -----**

### **2.1. Identificação dos requerimentos de participação registados durante o período de discussão pública do projecto de regulamento em apreciação -----**

2.1.1. Concluído o referido período de discussão pública no dia 16 de Fevereiro de 2011, apenas se encontra registada no correspondente processo administrativo e durante o decurso de tal fase participativa, uma participação de um particular abrangido pela execução do plano, o Sr. Mário de Araújo Marracho, proprietário de duas parcelas de terreno (nº 4 e nº 38), cuja cópia se anexa à presente proposta para os devidos efeitos. -----

### **2.2. Do teor das observações e ou sugestões vertidas no requerimento apresentado -----**

2.2.1. Na participação apresentada, o interessado solicita alguns esclarecimentos sobre as soluções contempladas no projecto do regulamento em apreciação e expõe algumas questões de pormenor relacionadas com a proposta de plano, estando este último tipo de questões descontextualizado dos objectivos prosseguidos pela discussão pública do mencionado regulamento, as quais poderão ser oportuna e devidamente ponderadas no âmbito da celebração de contratos de urbanização a celebrar com cada um dos proprietários e cuja matriz já foi aprovada pelo órgão executivo municipal na sua reunião realizada no dia 3 de Janeiro de 2011. -----

2.2.2. Analisando o conjunto e o respectivo âmbito das sugestões e ou observações apresentadas pelo interessado, em sede do período de discussão pública concedido nos termos legais, as mesmas circunscrevem-se, sinteticamente, a quatro grandes áreas de intervenção do mencionado projecto de regulamento, a saber: -----

a) Estatuto das parcelas referidas como "sobrantes", enquanto não abrangidas pela disciplina urbanística do plano de pormenor, e a estratégia preconizada, sobre esta matéria, pela Autarquia; -----

<sup>5</sup> Aprovado pelo DL nº 380/99 de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo DL nº 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações, Adiante designado por RJIGT. -----

<sup>6</sup> Publicado em Diário da República, 2ª Série - nº 245, de 21 de Dezembro de 2009, através do Aviso nº 22926/2009. -----

- b) Critérios de avaliação das parcelas de terreno abrangidas pelo plano de pormenor e estimativa do preço por metro quadrado resultante dessa avaliação; -----
- c) Mecanismos associados à justa distribuição dos encargos e benefícios resultantes da execução do plano de pormenor - perequação dos encargos de urbanização e das cedências; -----
- d) Modalidades de pagamento das compensações: opção de pagamento em espécie ou em numerário. -----

### **III. DO DEVER DE PONDERAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES APRESENTADAS** -----

3.1. O órgão executivo municipal tem o dever de ponderação das sugestões, observações ou petições apresentadas pelos interessados, conforme estabelecido nas disposições combinadas nos artigos 8º, 9º e 117º do Código do Procedimento Administrativo. -----

3.2. A participação apresentada não aponta qualquer desconformidade entre as normas preceituadas no projecto de regulamento em apreciação e o quadro legal em vigor sobre a matéria, nem com os princípios basilares enformadores da actividade de planeamento urbanístico confiados à Autarquia, tais como equidade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade, responsabilidade, entre outros. -----

3.3. Considerando que, independentemente das questões suscitadas pelo peticionário não implicarem qualquer modificação substantiva e ou formal das soluções plasmadas, provisoriamente, no Regulamento de Compensações em apreciação, as mesmas foram objecto de uma resposta por parte do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento consubstanciada no documento apresentado em anexo à presente proposta sob a designação de "*Relatório de ponderação das participações apresentadas no âmbito da discussão pública do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite*", tendo em vista a efectiva ponderação de tais sugestões por parte do executivo camarário. -----

3.4. No relatório mencionado conclui-se que as sugestões e ou observações apresentadas pelo interessado não são passíveis de poder contrariar o espírito, a filosofia e o carácter normativo e operacional do conteúdo do projecto do regulamento em causa, uma vez que não é apontado qualquer comprometimento do princípio da legalidade a que o mesmo está subordinado. -----

3.5. Nestes termos, consideram-se reunidos, do ponto de vista procedimental, todos os requisitos legalmente exigidos para a apresentação da proposta de aprovação definitiva do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite por parte dos órgãos executivo e deliberativo do município. -----

### **IV. DA PROPOSTA DE ACTUAÇÃO** -----

4.1. Em coerência com as razões de facto e de direito supra expostas, sou a propor que superiormente seja adoptada decisão no sentido da aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, ao abrigo do preceituado nas disposições combinadas na alínea a), do nº 6 e na alínea a), do nº 7, ambos do artigo 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, no nº 2 do artigo 125º do RJIGT e do nº 3 do artigo 20º do Regulamento do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, seja aprovada, agora definitivamente pelo Executivo Municipal, a Proposta de Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a Proposta de aprovação do Regulamento em causa ser agendada para a próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar no dia 28 de Fevereiro do ano



corrente, para ulterior sancionamento por parte do citado órgão deliberativo do Município, no cumprimento do disposto na alínea a), do nº 2 e na alínea b), do nº 3, ambos do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações; -----

c) Caso a presente Proposta venha a ser aprovada nos termos anteriormente sugeridos, por parte do órgão deliberativo do Município, deverá promover-se a sua publicação no sítio institucional do Município, no respectivo Boletim Municipal e através de edital a afixar nos lugares de estilo, bem como num Jornal Regional e na 2ª Série do Diário da República, por força do preceituado no artigo 91º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações. -----

d) Por último, deverá ser dado conhecimento das deliberações em causa ao interessado que apresentou a única participação no âmbito da discussão pública do Regulamento de Compensações do PPFL. -----

4.2. A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

**Em anexo:** -----

- Relatório de ponderação das participações apresentadas em sede de discussão pública do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite; -----

- Participação apresentada pelo Sr. Mário de Araújo Marracho; -----

- Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite e respectivos documentos complementares (Anexos I e II). -----

À consideração do Sr. Director de Departamento, -----

Chaves, 17 de Fevereiro de 2011 -----

A Chefe de Divisão -----

(Ana Isabel Morais Gomes Augusto, Arq.ª) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO, ARQTO. RODRIGO MOREIRA DE 2011.02.17.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria pelo que merece o meu inteiro acolhimento. -----

Neste sentido, propõe-se ao Senhor Vice-Presidente que a submeta a Reunião de Câmara para deliberação e, em caso de concordância com a proposta apresentada, se promova o seu agendamento para a próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar em 28-02-2011, para sancionamento. -----

À consideração do Sr. Vice-Presidente, -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.17.** -----

Visto. Concordo. Á reunião de Câmara para deliberação. -----

**RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES APRESENTADAS NO ÂMBITO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO REGULAMENTO DE COMPENSAÇÕES DO PLANO DE PORMENOR DA FONTE DO LEITE** -----

#### **I. ENQUADRAMENTO** -----

O Projecto do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite foi aprovado em reunião do Executivo Municipal realizada em 3 de Janeiro de 2011. Na sequência dessa deliberação, o documento em causa foi submetido a um período de discussão pública durante o prazo de 30 dias úteis (com início no dia 6 de Janeiro e termo no dia 16 de Fevereiro de 2011), divulgada através da afixação de editais nos lugares de estilo e da sua publicitação no sítio institucional do Município e na imprensa local, em cumprimento das disposições previstas no artigo 118º do Código do Procedimento

Administrativo aprovado pelo DL n° 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo DL n° 6/96, de 31 de Janeiro. -----

## **II. PARTICIPAÇÕES APRESENTADAS EM SEDE DE DISCUSSÃO PÚBLICA -----**

### **1.Da identificação dos requerimentos de participação pública registados no processo administrativo -----**

1.1. Durante o período de discussão pública do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, apenas se encontra registada no respectivo processo administrativo a participação de um particular abrangido pela execução do plano, o Sr. Mário de Araújo Marracho, proprietário de duas parcelas de terreno (n° 4 e n° 38). -----

### **2.Do teor das observações e ou sugestões vertidas no requerimento apresentado -----**

2.1. A cópia da participação apresentada foi anexa ao presente relatório para conhecimento. Analisadas as observações e ou sugestões vertidas no requerimento apresentado, conclui-se que as mesmas se circunscrevem, resumidamente, a quatro grandes áreas de intervenção do mencionado projecto de regulamento, a saber: -----

e)Estatuto das parcelas referidas como "sobrantes", enquanto não abrangidas pela disciplina urbanística do plano de pormenor, e a estratégia preconizada, sobre esta matéria, pela Autarquia; -----

f)Critérios de avaliação das parcelas de terreno abrangidas pelo plano de pormenor e estimativa do preço por metro quadrado resultante dessa avaliação; -----

g)Mecanismos associados à justa distribuição dos encargos e benefícios resultantes da execução do plano de pormenor - perequação dos encargos de urbanização e das cedências; -----

h)Modalidades de pagamento das compensações: opção de pagamento em espécie ou em numerário. -----

2.2. Algumas das questões apontadas pelo interessado são de mero pormenor e relacionadas com discrepâncias nas medições de áreas das parcelas do interessado abrangidas pela execução do plano de pormenor, considerando-se que as mesmas estão descontextualizados dos objectivos prosseguidos pela discussão pública do Regulamento de Compensações e que poderão ser oportunamente ponderadas no âmbito da celebração de contratos de urbanização a celebrar com cada um dos proprietários abrangidos, cuja matriz já foi aprovada pelo órgão executivo municipal na sua reunião realizada no dia 3 de Janeiro de 2011 -----

## **III. RESPOSTA ÀS OBSERVAÇÕES E OU SUGESTÕES VERTIDAS NO REQUERIMENTO APRESENTADO -----**

### **1.Metodologia de resposta às questões suscitadas pelo interessado --**

1.1. Após análise de todas as questões apresentadas pelo interessado, foi organizada uma resposta concreta para cada uma delas por parte de técnicos do Departamento de Planeamento envolvidos no processo de execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite. -----

1.2. As respostas apresentadas para cada uma das questões apontadas pelo interessado contemplam a sua ponderação, para efeitos de fundamentação de uma proposta de decisão por parte do Órgão Executivo Municipal. -----

### **2.Resposta a cada uma das questões suscitadas pelo interessado -----**

#### **GRUPO 1 - ÁREAS IDENTIFICADAS NO PLANO DE PORMENOR**

<b>Questão</b>	<b>Parcela 4 - Diferença entre área a expropriar (5,775m<sup>2</sup>) e</b>
<b>1.1</b>	<b>área abrangida pelo PPFL (5,663m<sup>2</sup>)</b>

#### **RESPOSTA**

A diferença resulta do facto de a área do Plano de Pormenor da
--

Fonte do Leite não abranger a totalidade da plataforma da Rodovia de Acesso Prioritário ao Hospital (cujo procedimento de expropriação decorreu noutra unidade orgânica da autarquia), nomeadamente de uma faixa de 2 metros de largura no lado Norte, destinado a passeio, mas cuja execução do mesmo caberá aos particulares, no âmbito da realização de operações urbanísticas [ver peça desenhada anexa]. -----

O facto desta área de cerca de 112m<sup>2</sup> não estar abrangida pela execução do PPFL poderá beneficiar o particular, uma vez que a mesma poderá ser contabilizada para efeitos de cálculo da edificabilidade máxima admissível na sua parcela de terreno (no âmbito de uma operação urbanística ou de um prévio contrato ou acordo entre este e a autarquia), mas resultando numa cedência ao domínio público municipal para a via citada. -----

**Questão  
1.2**

**Parcela 38** - Diferença entre a área do levantamento topográfico encomendado pelo interessado (15.764,35m<sup>2</sup>) e área abrangida pelo PPFL (14.866m<sup>2</sup>)

#### RESPOSTA

O interessado não apresenta o levantamento topográfico da parcela n° 38 (apresenta novamente a configuração da parcela n° 4), não permitindo a estes serviços aferir a discrepância suscitada.

No entanto, considera-se que a diferença resulta do facto de a área do Plano de Pormenor da Fonte do Leite não abranger a totalidade da parcela do interessado. -----

Para efeitos da execução do plano, apenas são contempladas as parcelas ou parte destas abrangidas pela Unidade de Execução nele definida. As parcelas ou parte destas que estejam para além dos limites da Unidade de Execução não relevam para os mecanismos de perequação nem tão pouco para a contabilização do número de votos que consta do Anexo I do Regulamento de Compensações do PPFL.

**Questão  
1.3**

**Requerimento** - face ao exposto nas questões 1.1 e 1.2 o interessado solicita a rectificação das áreas que constam do PPFL e em todos os documentos que sobre este são produzidos e a partir do qual produzem efeitos.

#### RESPOSTA

Tendo em consideração as respostas apresentadas às questões precedentes, considera-se que não existem motivos para a rectificação pretendida pelo interessado. Quaisquer eventuais divergências que se venham a revelar no âmbito da execução do PPFL poderão ser harmonizadas em sede dos contratos de urbanização a celebrar com os particulares, pois tal instrumento contratual contempla todos os direitos e deveres das partes envolvidas na sua celebração. -----

#### GRUPO 2 - ÁREAS SOBRANTES DAS PARCELAS IDENTIFICADAS NO PLANO DE PORMENOR

**Questão  
2**

Áreas sobrantes das Parcelas n° 4 e n° 38

#### RESPOSTA

As áreas que constam dos documentos do PPFL vinculativos dos particulares reportam-se às parcelas ou parte de parcelas abrangidas pela Unidade de Execução do plano. As partes sobrantes não são contabilizadas quer para a perequação dos benefícios e encargos, quer para a contabilização do número de votos por proprietário na comissão de Gestão do Fundo de Compensação que consta do Anexo I do Regulamento de Compensações do PPFL.

As parcelas sobrantas mencionadas pelo interessado serão objecto de análise autónoma do sistema de execução do PPFL. -----  
 O Plano não tem nem pode prever disposições para parcelas de terreno que não estejam abrangidas pelo mesmo. Em sede de execução do plano nada impede o aproveitamento urbanístico de terrenos parcialmente abrangidos pelo plano e parcialmente fora dele, aplicando-se a cada uma o regime em vigor no momento do licenciamento. -----

**Parcela nº 38** -----

Após análise da planta cadastral e do respectivo quadro de proprietários apresentado pelo topógrafo contratado pela autarquia, existe uma parcela (com o nº 12) cuja inscrição na matriz é a de um caminho de consortes (no prolongamento da Rua de Mécia Vasquez Coutinho) em compropriedade dos Senhores Maria Eugénia Martins e Mário de Araújo Marracho. -----

Admitindo estes serviços que a referida "parte sobrança da parcela nº 38", indicada pelo interessado na sua participação, corresponde à mencionada parcela nº 12, então parte da mesma está localizada no espaço canal da Rodovia de Acesso Prioritário ao Hospital - Lanço 3 e será futuramente adquirida pelo Município, uma vez que é necessária para a execução do Lanço da via citada. -----

Contudo, tendo posteriormente entrado em vigor o PPFL, tal expropriação, se ainda fosse necessária na sequência do insucesso da implementação do sistema de cooperação preconizado na programação da execução do plano, seria uma competência da Assembleia Municipal de Chaves e não da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL). -----

Por outro lado, a capacidade construtiva da parte da parcela nº 4 abrangida pela Unidade de Execução do PPFL, está garantida pela atribuição de um Índice Médio de Utilização (Imu) de  $0,65\text{m}^2/\text{m}^2$  - a que corresponde uma Edificabilidade Abstracta (EA) de  $3.680\text{m}^2$ . ----

Embora esta parcela não tenha uma Edificabilidade Concreta (EC), uma vez ser destinada a infra-estruturas viárias - Vias estruturantes e Equipamentos - Centro Coordenador de Transportes, tal edificabilidade está garantida, através dos mecanismos de perequação preconizados no plano e mediante uma compensação de edificabilidade atribuída pelo Fundo de Compensação à parcela nº 38 do interessado (mais concretamente nos lotes numerados 14 a 17 com uma edificabilidade de  $4.440\text{m}^2$ ). -----

Neste sentido, a parcela nº 38 (que tem uma Edificabilidade Concreta de  $9.540\text{m}^2$ ) beneficiará de uma edificabilidade adicional, resultante da aplicação dos mecanismos de compensação do plano, num total de  $13.980\text{m}^2$ , a qual excede o Edificabilidade Abstracta prevista na mesma ( $9.660\text{m}^2$ ). -----

**Parcela nº 4** -----

No que respeita ao aproveitamento da parcela nº 4, cabe referir que, independentemente da vigência do PPFL, parte desta estaria sempre sujeita ao condicionalismo imposto pela execução da via citada e teria que ser adquirida pelo Município para tal fim, pelo que, neste contexto, se justifica ter sido o proprietário notificado dessa intenção. -----

Quanto à parte sobrança da parcela nº 4 e considerando a inclusão da faixa de 2 metros de largura destinado a passeio e não incluído no PPFL, tal como referido na resposta à questão 1.1, poderá ser alvo de uma operação urbanística autónoma, a qual, presentemente, dispõe de um índice de ocupação do solo de  $0,8\text{m}^2/\text{m}^2$ . Ora, como a parcela em causa tem cerca de  $1.182\text{m}^2$ , terá uma edificabilidade

máxima de 945,6m<sup>2</sup>. -----  
 No âmbito de uma operação urbanística ou de um prévio contrato ou acordo entre o proprietário e a autarquia, a tal faixa de passeio com cerca de 112,1m<sup>2</sup> será contabilizado como cedência ao domínio público municipal para infra-estruturas viárias. -----  
 Caso o interessado entenda, poderá associar-se aos proprietários dos terrenos confinantes, tendo em vista o melhor aproveitamento urbanístico da parcela sobranse em análise. -----  
 Estes serviços têm conhecimento da pretensão apresentada pelos proprietários das parcelas n.º 48 e n.º 53 (Sr. Avelino José Lavrador e esposa), para construção de um edifício de habitação colectiva, comércio e/ou serviços no R/C, na sequência de um acordo celebrado com a autarquia para a cedência antecipada de parte das parcelas em causa para a execução da rodovia de Acesso Prioritário ao Hospital. Neste sentido, o Sr. Mário de Araújo Marracho poderá contactá-los para uma eventual associação numa operação urbanística conjunta, beneficiando de condições mais favoráveis para a implantação de um edifício que, nesse caso, abrangeria 3 parcelas. -----  
 Uma operação urbanística deste género seria ainda mais favorável para todos os envolvidos se incluísse a participação da proprietária da parcela n.º 40A - Sr.ª Armada Sevivas Caetano. ---

GRUPO 3 - ESTIMATIVA DO PREÇO POR M2 DE TERRENO NA ZONA	
<b>Questão 3.1</b>	Utilização da Fórmula do CIMI
<b>RESPOSTA</b>	
<p>Sem prejuízo de se partilhar da opinião proferida no que respeita à dificuldade em se estabelecer, em sede de avaliação, uma relação homogénea entre o Valor Patrimonial e o Valor de Mercado, entendem estes serviços que a metodologia seguida no caso do PPFL, utilizando a fórmula do CIMI, é, apesar de tudo, aquela que assenta em factores objectivos, com coerência interna e sem espaço para subjectividade e discricionariedade dos avaliadores. -----</p> <p>Refira-se, a propósito, que foi realizada uma outra avaliação pela Comissão de Avaliação do Património Municipal (CAPM), seguindo o Código de Expropriações, aprovado pela Lei N.º 168/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro, da qual resultaram valores muito inferiores aos obtidos pela fórmula do CIMI. -----</p> <p>Com o intuito de estabelecer um valor justo, o mais próximo possível do valor de mercado, e tendo em conta a conjuntura actual (baixa de preços), a referida Comissão entendeu propor a adopção dos valores resultantes da fórmula do CIMI. -----</p> <p>Destaca-se, ainda, que a maioria dos terrenos se encontra no seu estado rústico, o que, por si só, é factor depreciativo do seu valor por falta de infra-estruturas que lhe permitam um aproveitamento urbanístico imediato e sem encargos adicionais. ----</p>	
<b>Questão 3.2</b>	Utilização do mesmo critério de Valorização dos usos de habitação, comércio disperso e centro comercial
<b>RESPOSTA</b>	
<p>Sem prejuízo de se reconhecer que o CIMI prevê diferentes -----</p> <p>Coeficientes de Afectação (Ca) em função do tipo de utilização dos prédios edificados, assumindo valores de 1,0, 1,1 e 1,2, conforme previstos na tabela II do artigo 41.º do CIMI, ou seja, conforme se trate de habitação, serviços ou comércio, a Comissão de Avaliação</p>	

do Património Municipal entendeu adoptar para o "Ca" o valor de 1,0 tendo em conta que o uso dominante atribuído pelo plano às parcelas incluídas na área de intervenção é a habitação e no pressuposto de estar a adoptar um valor superior ao que seria atribuído à maioria das parcelas caso se optasse por uma avaliação das mesmas tendo em conta o efectivo estado rústico em que se encontra a maioria delas.

<b>Questão 3.3</b>	Sugestão para uma correcta estimativa do Preço por m2 de terreno na zona
--------------------	--

**RESPOSTA**

No que respeita à sugestão de ser nomeada uma "comissão de avaliação, com representantes dos interessados" segundo uma "fórmula de representatividade que garanta a defesa dos proprietários de menor dimensão", estes serviços consideram que esse mecanismo está previsto no "Artigo 11º -Avaliações" do Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, o qual, ao remeter para o "Artigo 31º - Compensação em espécie" do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, prevê, no nº 2, a constituição de uma comissão composta por três elementos: -----

- Um representante da Câmara Municipal; -----
- Um representante do proprietário do prédio; -----
- Um técnico designado por cooptação pela Comissão. -----

**GRUPO 4 - FÓRMULA DE PEREQUAÇÃO**

<b>Questão 4.1</b>	Perequação relativa à edificabilidade
--------------------	---------------------------------------

**RESPOSTA**

Sobre a alegada falta de mecanismos na fórmula, para garantir uma distribuição equitativa das receitas esperadas, estes serviços consideram que a fórmula apenas deve transformar a diferença entre a Edificabilidade Abstracta (EA) e a Edificabilidade Concreta (EC) numa área de terreno equivalente à que seria necessária para realizar tal diferença de construção, face ao índice médio aplicável. -----

Desta forma, a perequação está sempre indexada ao valor do terreno e não a um hipotético valor subjectivo da construção resultante dessa diferença, ou, pior ainda, do lucro indeterminado, calculado pela diferença entre o valor da construção e da respectiva venda, variáveis dependentes das imperfeições e flutuações especulativas do mercado.

<b>Questão 4.2</b>	Perequação relativa às cedências
--------------------	----------------------------------

**RESPOSTA**

No que respeita à perequação das cedências, à referência feita à Portaria 216-B/2008, de 3 de Março, e à alegada necessidade da "criação de um mecanismo que harmonize as cedências necessárias conforme os usos", consideram estes serviços que esta sugestão fica prejudicada por duas ordens de razões: -----

A primeira, porque o valor da Cedência Média (Cm) é fixo (0,665 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>), tendo sido estabelecido pelo plano, o qual já se encontra aprovado, estando tal valor justificado no nº 2 do artigo 21º do respectivo regulamento, publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 245 – 21 de Dezembro de 2009, do qual se transcreve o seguinte extracto: -----

"2 – A área de cedência média (Cm), relativa à unidade de execução

do plano definida no n.º 1 do artigo 18.º, é igual a 0,665 m²/m² de Abc. Este valor foi determinado através do quociente entre a totalidade das áreas destinadas a zonas verdes, equipamentos e vias sem construção adjacente (vias estruturantes), pela totalidade da Abc, existente e admitida, destinada a habitação, comércio e serviços." -----

) A segunda, porque a Portaria em causa, sendo uma referência para a gestão urbanística de operações de loteamento e apenas no caso de tal dimensionamento não estar previsto em Plano Municipal de Ordenamento do Território, não tem aplicação directa às parcelas abrangidas pelo Plano de Pormenor aprovado, na medida em que este já definiu em concreto, para a totalidade da 'Área Plano', o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização colectiva, infra-estruturas viárias e equipamentos de utilização colectiva. -----

#### **Questão**

**4.3**

Perequação de encargos de urbanização

#### **RESPOSTA**

A metodologia de execução da perequação de encargos de urbanização foi desenvolvida em respeito pelo que se encontra estabelecido no artigo 142º do RJGT e no artigo 21º do regulamento do PPFL (já aprovado). Nesta metodologia, teve-se em conta o seguinte: -----

- Tal como previsto no regulamento do PPFL, designadamente na alínea c) do nº 2 do artigo 19º, o Custo Médio de Urbanização (Cmu) "corresponde ao custo médio envolvido na materialização das infra-estruturas e espaços verdes por m² de Abc calculado para a área a que se refere o n.º 1"; -----

- Os encargos com as infra-estruturas das vias estruturantes não foram contabilizados como encargos de urbanização para os proprietários; -----

- Cada proprietário fica obrigado a compartilhar apenas parte dos restantes custos de urbanização na proporção directa dos respectivos benefícios, medidos pela edificabilidade concreta que o proprietário/promotor do lote e/ou parcela passa a deter como resultado da execução do PPFL; -----

- O montante total dos custos de urbanização é actualizado anualmente, em função do custo final efectivo da execução das obras e da taxa de inflação verificada no período em referência, publicitada nos termos legais. -----

- Tais custos ficarão concretamente definidos nos contratos de urbanização que serão celebrados entre a Câmara e os particulares envolvidos, momento em que a ponderação do valor será feita com base em custos reais e actualizados. -----

Neste contexto, entendem estes serviços que as instalações de maior dimensão, traduzida em maior edificabilidade concreta, como será o caso da unidade comercial com a dimensão prevista, participa nos encargos de urbanização geral de forma proporcional e adequada, para além dos encargos inerentes às obras de urbanização de utilização directa, naturalmente de maior dimensão que os demais lotes de dimensão menor. -----

#### **Questão**

**4.4**

Sugestão para uma correcta redistribuição dos proveitos e encargos

#### **RESPOSTA**

No que respeita à «introdução de um factor de correcção que considere "diferentes valorizações para o m² de área bruta de construção de habitação, comércio e serviços (desigualdades criadas



pelo Plano)" como refere José Cardeiro<sup>7</sup>, cabe esclarecer o seguinte: -----

• Embora o autor citado se refira a um modelo complexo, segundo o qual "são incorporadas as diferenças de valor económico entre as parcelas originais, decorrentes de factores como a localização, a proximidade a serviços, acessos, entre outros, e características biofísicas (ex. declives, proximidade ao rio ou ao mar...), bem como as diferenças de valor devidas aos usos e tipologias que o plano propõe", acontece porém, que o mesmo autor acaba por induzir a preferência pelo modelo mais simplificado quando refere que "no entanto, embora o modelo complexo permita atingir situações de maior justiça entre proprietários de um dado plano, esta solução nem sempre se revela a mais vantajosa. De facto, a maior complexidade dos pressupostos de negociação assumidos poderá afectar a operacionalidade dos planos, designadamente pela maior dificuldade de compreensão e aceitação por parte dos vários proprietários envolvidos, sobretudo quando se tratam de pequenos proprietários, não directamente associados com a promoção imobiliária". -----

Foi, precisamente, por partilhar deste entendimento sobre a realidade presente na área do plano em causa que estes serviços consideraram mais ajustado seguir um modelo simplificado para atenuar as desigualdades criadas pelo plano. -----

#### GRUPO 5 – MODALIDADES DE PAGAMENTO

<b>Questão 5</b>	Opção de pagamento em numerário ou em espécie
------------------	---

#### RESPOSTA

As modalidades de pagamento estão definidas e reguladas no "Artigo 8.º- Modalidades de pagamento" do Regulamento que está ser objecto de análise. No que respeita ao critério para aplicação das modalidades previstas, o regulamento estabelece textualmente no nº 1 que a "compensação é paga em espécie ou em numerário". -----

Esta é a regra que permite optar, às partes intervenientes no processo, por uma das duas modalidades. -----

Contudo, por razões de interesse público, foi previsto no nº 4 que a "câmara municipal pode determinar o pagamento da compensação em numerário quando fundamentadas razões de carácter urbanístico o aconselhem"<sup>8</sup>. No entender destes serviços, as "fundamentadas razões" revestem um carácter excepcional e não a regra, pelo que se considera salvaguardado o princípio do respeito pelos direitos e interesses legítimos dos particulares. -----

No caso de terrenos que não possuem qualquer capacidade construtiva, é entendimento destes serviços que, estando integrados na unidade de execução e abrangidos pelos mecanismos de perequação, a compensação dever-se-á operar à medida que os mesmos sejam sujeitos às obras de urbanização por necessidade de concretização da execução programada do plano. -----

#### GRUPO 6 – PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS

<b>Questão</b>	Da representatividade dos interessados
----------------	--

<sup>7</sup> Cardeiro, José (1999). **Avaliação da Execução Perequacionada de Planos Municipais de Ordenamento do Território**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Lisboa: LNEC.-----

<sup>8</sup> Sublinhado nosso. -----



6

**RESPOSTA**

A solução encontrada para determinar a participação dos interessados na eleição dos dois representantes que irão integrar a Comissão de Gestão do Fundo de Compensação, constituída por cinco membros, permite que todos os interessados (proprietários) participem na reunião (assembleia) que elege os seus representantes, com direito a voto proporcional à área territorial de que são legítimos proprietários. -----  
 Não se considerou oportuna a distinção entre pequenos e grandes proprietários. Entende-se que não haverá outra forma mais justa de distribuição de votos que não passe pela proporcionalidade das áreas de terreno abrangidas pela unidade de execução do plano.

**IV. PONDERAÇÃO DAS SUGESTÕES E OU OBSERVAÇÕES APRESENTADAS -----**

1. Na participação apresentada pelo interessado são solicitados alguns esclarecimentos sobre as soluções contempladas no Projecto do Regulamento de Compensações do PPFL e são expostas algumas questões de pormenor relacionadas com a proposta de plano, estando este último tipo de questões descontextualizado dos objectivos prosseguidos pela discussão pública do mencionado regulamento, as quais poderão ser oportuna e devidamente ponderadas no âmbito da celebração de contratos de urbanização a celebrar com cada um dos proprietários e cuja matriz já foi aprovada pelo órgão executivo municipal na sua reunião realizada no dia 3 de Janeiro de 2011. ----

2. A participação apresentada não aponta qualquer desconformidade entre as normas preceituadas no Projecto do Regulamento de Compensações e o quadro legal em vigor sobre a matéria, nem com os princípios basilares enformadores da actividade de planeamento urbanístico confiados à Autarquia, tais como equidade, proporcionalidade, justiça, imparcialidade, responsabilidade, entre outros. -----

3. Considerando que, independentemente das questões suscitadas pelo peticionário não implicarem qualquer modificação substantiva e ou formal das soluções plasmadas, provisoriamente, no Projecto do Regulamento de Compensações objecto de discussão pública, as mesmas foram objecto de ponderação por parte destes serviços, tendo em vista a fundamentação de uma proposta de decisão por parte do executivo camarário. -----

**V. CONCLUSÕES E PROPOSTA DE ACTUAÇÃO -----**

1. No presente relatório conclui-se que as sugestões e ou observações apresentadas pelo interessado não são passíveis de poder contrariar o espírito, a filosofia e o carácter normativo e operacional do conteúdo do projecto do regulamento em causa, uma vez que não é apontado qualquer comprometimento do princípio da legalidade a que o mesmo está subordinado. -----

2. Atendendo às razões de facto e de direito expostas neste relatório, e uma vez que o mesmo será incorporado na proposta de Divisão de Planeamento, Ambiente e Ordenamento do Território que será submetida a reunião dos órgãos executivo e deliberativo municipais para tomada de decisão definitiva sobre o Regulamento de compensações do PPFL, considera-se que superiormente deverá ser adoptada decisão no sentido da manutenção do seu teor. -----

3. Mais se propõe que seja dado conhecimento do conteúdo do presente documento e da deliberação que vier a ser tomada sobre o mesmo ao interessado, para os devidos efeitos. -----

Chaves, 17 de Fevereiro de 2011 -----

O Director do Departamento de Planeamento e Desenvolvimento -----  
 (Rodrigo Moreira, Arq.º) -----  
 A Chefe de Divisão de Planeamento, Ambiente e Ordenamento do  
 Território -----  
 (Ana Isabel Gomes Augusto, Arq.ª) -----  
 A Técnica Superior da Divisão de Gestão Urbanística e Territorial --  
 (Conceição Fernandes Rei, Eng.ª Civil) -----  
 -----

**Projecto de Regulamento de Compensações do Plano de Pormenor da  
 Fonte do Leite** -----

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redacção actual, prevê no seu artigo 125.º a possibilidade de ser associado um fundo de compensação a cada unidade de execução com o objectivo de liquidar as compensações devidas pelos particulares e respectivos adicionais, cobrar e depositar em instituição bancárias quantias liquidadas e liquidar e pagar as compensações devidas a terceiros. -----

Na verdade, *"existe uma íntima relação entre as questões da execução dos planos, perequação compensatória dos benefícios e encargos e a indemnização por danos decorrentes dos planos. Com efeito, a perequação só pode operar na fase da execução das previsões dos planos e, por outro lado, só haverá indemnização por danos decorrentes dos planos, quando não existam mecanismos de perequação, ou quando, apesar de existirem, eles não possibilitem a compensação daqueles prejuízos"* (v. Parecer n.º 115/2003 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República). -----

Por outro lado, cumpre salientar que nos termos do n.º 2 do artigo 120.º do RJIGT as unidades de execução, que podem corresponder a uma unidade operativa de planeamento e gestão, à área abrangida por um plano de pormenor ou a parte desta (cf. n.º 3 da mesma disposição), deverão ser delimitadas de forma a assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso e a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos. -----

O Plano de Pormenor da Fonte do Leite (PPFL), foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de Chaves de 25 de Novembro de 2009, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 16 de Novembro de 2009, tendo sido publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 245 – 21 de Dezembro de 2009. - De acordo com o PPFL, as matérias relativas ao regime aplicável a compensações devidas pela aplicação da perequação compensatória ao nível da Unidade de Execução, nomeadamente pela realização das obras de urbanização pelos particulares e ao fundo obriga à implementação de mecanismos de perequação compensatória relativamente à distribuição equitativa de benefícios e encargos. -----

É com o intuito de prosseguir estas determinações legais, bem como pelo facto de o n.º 2, do artigo 125.º do RJIGT impor que o fundo de compensação deve ser gerido nos termos a definir em Regulamento Municipal, que se elaborou o presente Regulamento. -----

O presente Regulamento foi submetido a apreciação pública nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo e aprovado na reunião da Câmara Municipal de Chaves de \_\_\_\_\_ e sessão da Assembleia Municipal de Chaves de \_\_\_\_\_. -----

**CAPÍTULO I** -----

**Disposições gerais** -----

**Artigo 1.º** -----

**Lei habilitante** -----

O presente Regulamento, de ora em diante identificado apenas por RC, é elaborado ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 125.º do RJIGT aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e ulteriores alterações, bem como no uso da competência regulamentar conferida pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e do poder conferido pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º, ambas da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

## **Artigo 2.º -----**

### **Âmbito de aplicação -----**

O RC aplica-se aos mecanismos de perequação compensatória decorrentes da execução do PPFL e da unidade de execução nele delimitada. -----

## **CAPÍTULO II -----**

### **Da perequação -----**

## **Artigo 3.º -----**

### **Perequação Compensatória -----**

Todas as operações urbanísticas resultantes e realizadas no âmbito da execução do PPFL darão lugar a compensação e à aplicação de mecanismos de perequação compensatória de benefícios e encargos. ---

## **Artigo 4.º -----**

### **Mecanismos de perequação de edificabilidade e de cedências -----**

1 - Nos casos em que os proprietários venham a deter excesso ou falta de edificabilidade relativamente ao índice médio de utilização (Imu) definido para a zona ou excesso ou falta de área de cedência relativamente à área de cedência média (Cm), ficam os mesmos, consoante os casos, obrigados a compensar ou com o direito a serem compensados. -----

2 - Para efeitos de aplicação dos mecanismos de perequação são aplicáveis parâmetros definidos no PPFL: Índice Médio de Utilização (Imu), área de Cedência Média (Cm) e Custo Médio de Urbanização (Cmu), com vista à justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da urbanização. -----

3 - Os valores a que se refere o número anterior são os seguintes: -

a) Imu = 0,65 m<sup>2</sup> de Abc por m<sup>2</sup> de terreno; -----

b) Cm = 0,665 m<sup>2</sup> de cedência por m<sup>2</sup> de Abc; -----

c) Cmu - a distribuição dos custos de urbanização é feita proporcionalmente à área de construção em conformidade com o estabelecido no artigo 7.º. -----

4 - A edificabilidade abstracta (EA) de cada prédio abrangido pelo PPFL resulta do produto do Imu pela área do prédio incluído na unidade ou sub-unidade de execução relevante. -----

5 - A fixação da edificabilidade concreta (EC) decorre do cumprimento das prescrições estabelecidas no plano. -----

6 - A área de cedência abstracta resulta do produto da Cm pela área do prédio incluída na unidade ou sub-unidade de execução relevante.

7 - A Cedência Concreta (CC) é a que está prevista no plano. -----

## **Artigo 5.º -----**

### **Perequação relativa à edificabilidade -----**

1 - Para efeitos de aplicação dos mecanismos de perequação relativamente à edificabilidade de cada prédio abrangido pelo PPFL, a compensação é realizada do seguinte modo: -----

a) Quando a edificabilidade concreta for superior à média, o proprietário, aquando da emissão do alvará ou título equivalente, realiza a compensação a favor do Fundo referido no art. 12.º, em

numerário ou em espécie. -----  
 b) Quando a edificabilidade concreta for inferior à média, o proprietário, aquando da emissão do alvará ou título equivalente, é compensado pelo Fundo referido no art. 12º, em numerário ou em espécie. -----

2 - A fórmula de cálculo da compensação é a seguinte: -----

**V1=[ (EA-EC)/Imu]xVmt** -----

Em que: -----

V1 - Valor da compensação relativa à edificabilidade; -----

EA - Edificabilidade Abstracta; -----

EC - Edificabilidade Concreta; -----

(EA-EC)/Imu - Expressão que determina a área de terreno necessária à concretização da edificabilidade resultante da diferença entre as Edificabilidades Abstracta e Concreta. -----

Vmt - Preço por m2 de terreno na zona, de acordo com o Anexo I -----

**Artigo 6.º** -----

**Perequação relativa às cedências** -----

1 - Para efeitos de aplicação dos mecanismos de perequação relativamente às cedências previstas no PPFL, a compensação é realizada do seguinte modo: -----

a) Quando a área de cedência efectuada for inferior à cedência média, o proprietário deve efectuar a compensação, em numerário ou espécie, a favor do Fundo referido no art. 12.º -----

b) Quando a área de cedência efectiva for superior à cedência média, a compensação é prestada ao proprietário pelo Fundo previsto no art 12.º, em numerário ou espécie. -----

2 - A fórmula de cálculo da compensação é a seguinte: -----

**V2=(ACE-ACM)xVmt** -----

Em que: -----

V2 - Valor da compensação relativa às cedências; -----

ACE - Área de Cedência Efectiva; -----

ACM - Área de Cedência Média; -----

Vmt - Preço por m<sup>2</sup> de terreno na zona, de acordo com o Anexo I. -----

**Artigo 7º** -----

**Perequação de encargos de urbanização** -----

1 - A repartição dos custos de urbanização processar-se-á em respeito pelo que se encontra estabelecido no artigo 142º do RJIGT e no artigo 21º do regulamento do PPFL. -----

2 - Para efeitos de aplicação do mecanismo de perequação dos encargos a que se reporta o artigo 21º do regulamento do PPFL, cada proprietário fica obrigado a compartilhar os custos de urbanização na proporção directa dos respectivos benefícios, medidos pela edificabilidade concreta que o proprietário/promotor do lote e/ou parcela passa a deter como resultado da execução do PPFL. -----

3 - São devidos pelos proprietários/promotores encargos proporcionais à área bruta de construção (Abc) que lhe for licenciada ou admitida, os quais serão satisfeitos através do pagamento de uma taxa (taxa de urbanização) aquando da emissão dos títulos das respectivas operações urbanísticas. -----

4 - O valor da taxa a pagar por cada proprietário/promotor de lote ou parcela, para suporte dos custos de urbanização previstos para a unidade de execução a que se reporta o presente regulamento, é fixado anualmente, tendo por referência o metro quadrado de área bruta de construção que vier a ser licenciada ou admitida para o lote ou parcela em causa. -----

5 - O montante total dos custos de urbanização é actualizado anualmente, em função do custo final efectivo da execução das obras

e da taxa de inflação verificada no período em referência, publicitada nos termos legais. -----

6 - Na fixação dos encargos a assumir referentes aos custos de urbanização são também contabilizados os custos dos projectos urbanísticos de carácter público, dos equipamentos públicos, das obras de infra-estruturas e de obras de urbanização, devendo os demais encargos necessários à concretização da operação urbanística ser contabilizados e assumidos como investimentos. -----

#### **Artigo 8.º** -----

##### **Modalidades de pagamento** -----

1 - A compensação é paga em espécie ou em numerário. -----

2 - A compensação paga em espécie efectua-se através da entrega de prédios urbanos ou suas fracções, prédio rústicos, lotes ou parcelas de terrenos, de valor equivalente à compensação em numerário devida, conforme a avaliação a realizar de acordo com o previsto no art. 11.º. -----

3 - Nas situações previstas no número anterior, os lotes ou parcelas edificáveis podem ser provenientes ou ser cedidos ao fundo de compensação previsto no artigo 12.º, ficando neste caso afectos ao domínio privado municipal. -----

4 - A câmara municipal pode determinar o pagamento da compensação em numerário quando fundamentadas razões de carácter urbanístico o aconselhem. -----

5 - Não são pagas quaisquer compensações se o proprietário se encontrar em situação de incumprimento perante o Município, por dívidas ou obrigações, bem como perante a Segurança Social e a Administração Fiscal. -----

#### **Artigo 9.º** -----

##### **Compensação em espécie** -----

1 - A compensação em espécie é preferencialmente realizada na área da unidade de execução, através de prédios urbanos ou suas fracções, prédios rústicos, lotes ou parcelas de terrenos. -----

2 - A compensação em espécie tem valor igual ao da compensação em numerário. -----

3 - Sempre que se verifique existir saldo entre o valor calculado para a compensação em numerário e o valor dessa compensação a entregar em espécie, o mesmo é pago da seguinte forma: -----

a) Se o saldo for favorável ao fundo de compensação, o mesmo é pago em numerário pelo interessado; -----

b) Se o saldo for favorável ao interessado, o mesmo é-lhe entregue em numerário. -----

4 - Mediante instrumentos contratuais adequados, poderá ser estabelecido entre o Município e os proprietários/promotores que o valor das compensações devidas pode ser liquidado através da realização das obras de urbanização previstas no PPFL, e que devam ser concretizadas em execução do mesmo. -----

#### **Artigo 10.º** -----

##### **Compensação em numerário** -----

1 - A fixação do valor em numerário é efectuada de acordo com as fórmulas previstas no nº 2, do artigo 5.º e no nº 2, do artigo 6.º.

2 - Quando V1 ou V2, resultantes da aplicação das fórmulas referidas no número anterior, forem: -----

a) Negativos, os mesmos correspondem ao montante a cobrar pelo Município a título de compensação, através do Fundo de Compensação;

b) Positivos, os mesmos correspondem ao montante da compensação devida pelo Fundo de Compensação ao proprietário/promotor. -----

#### **Artigo 11.º** -----

**Avaliações -----**

A todas as avaliações que sejam necessárias em virtude da aplicação deste regulamento aplica-se supletivamente o disposto no art. 31º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, aprovado pelos Órgãos Municipais competentes e publicado em Diário da República, 2ª Série – N.º 63, de 31 de Março de 2010. -----

**CAPÍTULO III -----****Fundo de compensação -----****Artigo 12.º -----****Constituição e objectivos do Fundo de Compensação -----**

1 – Tendo em vista a operacionalização dos mecanismos de perequação compensatória previstos no PPFL, a Câmara Municipal de Chaves constituirá um Fundo de Compensação, associado à unidade de execução de acordo com o preconizado no n.º 1, do artigo 125.º, do RJIGT. ---

2 – Para efeitos de gestão e prossecução dos objectivos do Fundo de Compensação compete à Câmara Municipal de Chaves, designadamente: --

a) Proceder à gestão e planeamento operacional e administrativo do Fundo de Compensação, no que respeita à inscrição de rubrica: -----

i) Para cobrança de receitas no orçamento do Município de Chaves; --

ii) Respeitante às despesas do fundo de compensação, através da abertura de códigos GOP (AMR ou PPI) relativa aos investimentos ou compensações derivados das regras do Fundo, utilizando para este efeito os critérios base da contabilidade pública; -----

b) Liquidar as compensações devidas pelos particulares e respectivos adicionais; -----

c) Cobrar e depositar em instituição bancária as quantias liquidadas; -----

d) Liquidar e pagar as compensações devidas a terceiros; -----

e) Discriminar, para efeitos de afectação ao domínio privado municipal, as parcelas edificáveis ou os lotes cedidos por proprietários; -----

f) Adquirir ou permutar prédios ou partes de prédios que correspondem a edificabilidade abstracta não concretizada ou a áreas de cedência em excesso; -----

g) Proceder ao pagamento das indemnizações devidas por expropriações por utilidade pública; -----

h) Aprovar o relatório final de gestão previsto no n.º 5 deste artigo. -----

3 – A Câmara Municipal de Chaves procede à abertura de uma conta bancária específica e autónoma para gerir o Fundo, no âmbito do número anterior. -----

4 – A movimentação da conta bancária referida no número anterior é efectuada com a assinatura conjunta de dois dos membros da Comissão de Gestão designados pela Câmara Municipal, sendo uma delas, a do seu Presidente. -----

5 – O Fundo de Compensação extingue-se com a aprovação pela Câmara Municipal do relatório final de gestão, ouvida a Comissão de Gestão. -----

**Artigo 13.º -----****Participação dos interessados -----**

1 – A participação dos interessados é efectuada através de uma Comissão de Gestão, com a composição estabelecida no artigo seguinte.-----

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se interessados os que no registo predial, na matriz ou em títulos bastantes de prova figurem como proprietários abrangidos pela respectiva unidade de execução. -----

Artigo 14.º -----

**Composição e funcionamento da Comissão de Gestão** -----

1 - A Comissão de Gestão é composta por cinco elementos, sendo três deles designados pela Câmara Municipal de Chaves, um dos quais preside à Comissão, e os restantes, devidamente credenciados nos termos gerais de direito, designados pelas pessoas referidas no n.º 2 do artigo anterior. -----

2 - A designação dos demais elementos que integram a Comissão de Gestão será efectuada em reunião composta pela maioria dos interessados mencionados no n.º 2 do artigo anterior, após convocatória dos mesmos, por parte da Câmara Municipal de Chaves. --

3 - Para efeitos do preconizado no número anterior, os proprietários têm direito ao número de votos indicado no Anexo II, calculados em função da área das parcelas abrangidas pela unidade de execução. ---

4 - A Comissão de Gestão pode ser convocada por iniciativa da Câmara Municipal de Chaves ou mediante petição devidamente subscrita e fundamentada por um terço dos interessados e que, para o efeito, aquela disponibilizará instalações e meios de apoio adequados. -----

5 - A reunião solicitada pelos interessados nas condições do número anterior será convocada nos cinco dias úteis seguintes à recepção do pedido e ocorrerá nos dez dias subsequentes ao da expedição da convocatória. -----

6 - As reuniões da Comissão de Gestão são dirigidas pelo seu Presidente ou, na ausência deste, por outro membro da comissão expressamente designado por aquele. -----

7 - O que resultar das reuniões da Comissão de Gestão deve ser ponderado pelos órgãos do Município quando deliberem sobre assuntos relacionados com a gestão do Fundo de Compensação, com a prossecução dos objectivos do Plano de Pormenor e, em especial, com o respeito devido ao princípio da equidade. -----

8 - O mandato dos membros da Comissão de Gestão cessa quando for verificada uma das seguintes condições: -----

a) Transferência da propriedade de terrenos de que sejam titulares, sendo substituídos pelos novos proprietários; -----

b) Renúncia; -----

c) Extinção do Fundo de Compensação. -----

Artigo 15.º -----

**Gestão do fundo de compensação** -----

1 - O fundo de compensação é administrado pela Comissão de Gestão, a quem compete, nomeadamente: -----

a) Gerir administrativamente todas as receitas e despesas relativas ao fundo de compensação; -----

b) Elaborar um relatório semestral sobre os movimentos do fundo de compensação; -----

c) Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal ou pelos interessados que participam no fundo de compensação; -----

d) Prestar contas no final da sua gerência. -----

2 - Compete ao Presidente da Comissão de Gestão, nomeadamente: -----

a) Representar a Comissão de Gestão perante os órgãos municipais e os interessados referidos no n.º 2 do artigo 12.º; -----

b) Fornecer ao serviço ou departamento competente o Programa de Financiamento de Execução do respectivo plano, o qual deve conter o valor dos bens e dos investimentos devidamente discriminados; -----

c) Dar cumprimento às orientações e directivas emanadas pelos órgãos municipais com vista ao prosseguimento dos objectivos do fundo de compensação; -----

- d) Convocar as reuniões da Comissão de Gestão, por sua iniciativa, com a periodicidade que se mostre mais adequada, ou a pedido de qualquer um dos restantes elementos, com uma antecedência mínima de quatro dias úteis; -----
- e) Incluir na ordem de trabalhos as matérias para deliberação, por sua própria iniciativa ou a pedido de qualquer um dos restantes elementos, neste último caso desde que apresentados com dois dias úteis de antecedência; -----
- f) Dar início às reuniões logo que esteja presente a maioria simples dos elementos da Comissão de Gestão; -----
- g) Autorizar a presença nas reuniões de elementos estranhos à Comissão de Gestão, os quais podem emitir opinião ou parecer desde que devidamente autorizados pelo Presidente, sem direito a voto; ---
- h) Elaborar as actas das reuniões; -----
- i) Exercer o direito de voto, beneficiando de voto de qualidade em caso de empate na votação; -----
- j) Zelar pela regularidade do bom funcionamento do fundo de compensação e pela legalidade das deliberações tomadas pela Comissão; -----
- k) Informar o Presidente da Câmara das irregularidades que venha a tomar conhecimento pelo exercício das suas funções; -----
- l) Promover todos os procedimentos que se mostrem necessários à boa gestão do fundo de compensação. -----

## CAPÍTULO IV -----

**Disposições finais** -----

## Artigo 16.º -----

**Delegação de competências** -----

A câmara municipal pode delegar no presidente da câmara e este subdelegar nos vereadores as competências que lhe estão conferidas no RC. -----

## Artigo 17.º -----

**Derrogações** -----

A aplicação deste regulamento determina a não incidência das taxas pela realização de infra-estruturas e/ou compensações pela não cedência de áreas destinadas à implantação de espaços verdes públicos, equipamentos de utilização colectiva e para as infra-estruturas que, de acordo com a lei e a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio público municipal. -----

## Artigo 18.º -----

**Entrada em vigor** -----

O Regulamento de Compensações entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO****3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO****3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para



todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º8. --

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º9. --

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO, ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO.** -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º10. -

-----  
**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----

**3.4. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ALTERAÇÕES, OBRAS DE AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE DOIS MUROS DE VEDAÇÃO/SUPORTE - GRILLO E FILHOS - ESTRADA DAS ANTAS - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA ENG<sup>a</sup>. BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2011/02/03.** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.- Introdução**-----

1.1.- Grillo e Filhos, Lda, apresenta sob requerimento n.º 213/11, referente ao processo n.º 582/02, elementos, relativos ao pedido de aprovação de projecto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de ampliação<sup>9</sup> de estabelecimento industrial com a actividade de "fabricação de betão pronto" e construção de dois muros de vedação/suporte (lic.<sup>a</sup> inicial n.º 60/04), situado na estrada das Antas, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

**2.- Antecedentes**-----

2.1.-No que diz respeito a antecedentes do presente processo, o requerente é titular do seguinte processo:-----

2.1.1.- Licença n.º 60/04, para construção de unidade fabril de betão pronto e muro de vedação, com a área de 498.63 m<sup>2</sup> e 55.00 ml, respectivamente;-----

**3.-Instrução do Pedido**-----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>10</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, bem como de acordo com o

---

<sup>9</sup> «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

<sup>10</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação-----

n.º1 do art.º 11<sup>11</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas de Edificação, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio;-----
- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;--
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Calendarização da execução da obra;-----

---

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:---

- a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;-----
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----
- e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----
- f) Projecto de arquitectura; -----
- g) Memória descritiva e justificativa;-----
- h) Estimativa do custo total da obra;-----
- i) Calendarização da execução da obra;-----
- j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;-----
- l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----
- m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;-----
- n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----
- o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;-----
- p) Acessibilidades - desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006.-----

<sup>11</sup> Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal.-----

- Termos de responsabilidade (arquitectura e especialidades), subscrito pelo autor do projecto, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Planta de implantação à escala de 1:500;-----
- Plantas à escala de 1:100;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto geo-referenciadas;-----
- Desenho de alterações;-----
- Projecto de especialidades; -----

#### **4.- Localização-----**

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 5 409.00 m<sup>2</sup> está inscrito na matriz com o n.º 3170 - P e descrito na conservatória sob o n.º 2219/19980623 da freguesia de Outeiro Seco.-----

#### **5.- Enquadramento da Pretensão-----**

##### **5.1.- No regime jurídico-----**

5.1.1.- As alterações apresentadas, tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4<sup>12</sup> do Dec.- Lei 555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, por se tratar de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa.-----

##### **5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----**

5.2.1.- O prédio urbano tem na sua totalidade 5 409.00 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória) e está inserido em espaço de classe 2 - espaços industriais, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 B sobre o terreno não impede nenhuma servidão e/ou restrição de utilidade pública;----

##### **5.3.- No Regime de exercício da actividade industrial - REAI-----**

5.3.1.- O presente pedido enquadra-se no disposto no art.º 18<sup>13</sup> do Regime de exercício da actividade industrial, relativamente aos estabelecimentos industriais do tipo 2.-----

---

<sup>12</sup> Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização -----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as excepções constantes da presente secção.-----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa:-----

a) As operações de loteamento;-----

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;-----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

<sup>13</sup> Artigo 18.º -Articulação com o RJUE -----

-1 - Sempre que a instalação do estabelecimento industrial envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, a articulação entre o regime previsto no presente decreto -lei e o regime jurídico de urbanização e edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, é efectuada nos termos dos números seguintes.-----

**6.- Análise da Pretensão-----**

6.1.- Da análise do projecto de alterações apresentado constata-se que: -----

6.1.- O requerente pretende com o projecto apresentado, dar cabal cumprimento às condições impostas pela Direcção Regional da Economia do Norte, no âmbito da vistoria realizada em 23-02-2010, na sequência de uma reclamação apresentada aquela entidade.-----

6.2.- O requerente é titular de Autorização de Exploração, emitida, pela entidade coordenadora (Direcção Regional da Economia do Norte), referente ao estabelecimento industrial com a actividade de "fabricação de betão pronto", pelo que são cumpridas as disposições constantes na alínea b) do n.º 2 do art.º18 do Decreto-Lei n.º 209/2008 de 29 de Outubro.-----

6.3.- As alterações são ao nível do espaço destinado a armazém, ampliação do muro de vedação a Norte e muro lateral das valas adjacentes á rampa de acesso, instalação de um sistema de retenção de areias e projectos de especialidades.-----

6.4.- Há um aumento da área bruta de construção de 55. 77 m<sup>2</sup>, relativamente ao licenciado ao abrigo da licença de construção n.º 60/04, pelo facto de haver ampliação do armazém, ficando agora destinado a oficina.-----

6.5.- Este aumento de área é perfeitamente aceitável tendo em atenção a área do terreno e o Ic (índice de construção) permitido para o local, que é de 0.80 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado á área da parcela, ou seja, área do terreno x índice de construção = 5 409.00.00 m<sup>2</sup> x 0.80 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 4 327.20m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 554.40 m<sup>2</sup> (área bruta licenciada + área bruta a regularizar);-----

---

2 - Tratando-se de estabelecimento industrial do tipo 1 ou do tipo 2 cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de obra sujeita a controlo prévio, o requerente pode apresentar à câmara municipal competente, antes de iniciado o procedimento de controlo da actividade industrial: -----

a) Pedido de informação prévia sobre a operação urbanística, não estando a decisão deste pedido dependente de decisão da entidade coordenadora sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia;-----

b) Pedido de licença ou comunicação prévia, mas a câmara municipal só pode decidir depois de proferida a decisão favorável ou favorável condicionada sobre o pedido de autorização ou sobre a declaração prévia de actividade industrial, ou emitida a certidão comprovativa do respectivo deferimento tácito.-----

3 - Nos estabelecimentos referidos no número anterior, o requerente apresenta obrigatoriamente pedido de informação prévia sobre a operação urbanística à câmara municipal competente sempre que, nos termos de instrumento de gestão territorial ou de licença ou comunicação prévia de loteamento, o estabelecimento se situe em área que não admita expressamente o uso pretendido.-----

4 - Tratando-se de estabelecimento do tipo 3, cuja instalação, ampliação ou alteração envolva a realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio, deve ser dado prévio e integral cumprimento aos procedimentos aplicáveis nos termos do RJUE, só podendo ser apresentado -----

o pedido de registo após a emissão pela câmara municipal territorialmente competente do título de autorização de utilização do prédio ou fracção onde pretende instalar-se o estabelecimento ou de certidão comprovativa do respectivo deferimento tácito.-----

6.6.- O muro Norte, será ampliado em 3.28 metros, numa extensão de 105 ml, o muro lateral das valas adjacentes, será igualmente ampliado em 2.58 metros, numa extensão de 51.20 ml.-----

6.7.- Os espaços pertencentes á classe 2 - Espaços Industriais se destinam-se á instalação de unidades industriais, podendo o Município autorizar a construção de edifícios para armazéns ou instalações comerciais, que ficarão subordinados á disciplina de edificabilidade instituída para instalações comerciais, em conformidade com o disposto no n.º 1 do art. 27<sup>14</sup> do Plano Director Municipal, pelo que o uso industrial, se adequa ao espaço em que se insere.-----

6.8.- O projecto apresentado, está de acordo com o disposto no n.º 1 e 2 do art.º 28<sup>15</sup>, do P.D.M., designadamente:-----

<sup>14</sup> Artigo 27º - Destino de uso-----

1 - Os espaços pertencentes a esta classe destinam-se à instalação de unidades industriais, podendo porém o município autorizar a construção de edifícios para armazéns ou instalações comerciais, que ficarão subordinados à disciplina de edificabilidade aqui instituída para instalações industriais.-----

<sup>15</sup> Artigo 28º - Instalação avulsa de unidades industriais-----

Na ausência de plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz, a instalação avulsa de unidades industriais em parcelas localizadas em espaços desta classe só poderá realizar-se desde que se cumpram os requisitos expressos nos números seguintes:-

1) As parcelas destinadas à referida instalação, na área que estiver integrada em espaço industrial, terão de: -----

a) Confrontar, numa extensão mínima de 20 m, com estrada ou arruamento que delimite o espaço industrial em questão;-----

b) Possuir uma forma em planta que permita a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto à berma da referida via; -----

2) A implantação e a volumetria das edificações terão cumulativamente de: -----

a) Assegurar que no interior da parcela em que se localizam venham a existir espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego nas vias públicas;-----

b) Adoptar como alinhamento da fachada virada à via com que confronta com a parcela o afastamento estabelecido para o local de acordo com as disposições legais ou regulamentares em vigor, o qual não poderá ser inferior a 30 m; -----

c) Manter um afastamento mínimo de 5 m às extremas da parcela e, em simultâneo, um afastamento mínimo de 30 m às linhas limite do espaço industrial estabelecidas na planta de ordenamento; -----

d) Não ultrapassar os seguintes índices urbanísticos, aplicados à área de parcela integrada no espaço industrial: -----

Ic = 0,8 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>; -----

Área de implantação - 70%; -----

3) Quando a parcela destinada à instalação confrontar com estrada nacional ou municipal, exigir-se-á que: -----

a) A área compreendida entre as edificações e a plataforma da estrada contenha espaços de aparcamento pavimentado com dimensão adequada às necessidades geradas pelas actividades a instalar, sendo o espaço sobrance, se existir, devidamente tratado; -----

b) Ao longo da estrada e junto à sua berma seja instalado um separador não transponível pelo tráfego automóvel, estabelecendo um

- 6.8.1.- A parcela confronta numa extensão mínima de 20 metros com a estrada que delimita o espaço;-----
- 6.8.2.- Tem uma forma em planta que permite a inscrição de um rectângulo com as dimensões de 20 m x 30 m, com o seu lado menor sobreposto á berma da referida via;-----
- 6.8.3.- No interior da parcela existem espaços destinados ao movimento de cargas e descargas e ao estacionamento próprio com dimensão suficiente para que não seja prejudicada a normal fluência de tráfego nas vias publicas;-----
- 6.8.4.- Tem como alinhamento da fachada virada á via com que confronta a parcela o afastamento estabelecido para o local, o qual não é inferior a 30 m;-----
- 6.8.5.- Tem um afastamento mínimo de 5 metros ás extremas da parcela e um afastamento de 30 m ás linhas limite do espaço industrial, estabelecidas na planta de ordenamento;-----
- 6.9.- Dado as dimensões da parcela de terreno, o requerente cumpre o especificado na alínea d) do n.º 3 do art.12<sup>16</sup>do Plano Director

---

máximo de duas ligações entre a mesma estrada e a área de estacionamento, obrigatoriamente localizados nos pontos extremos da linha de confrontação da parcela com a plataforma da estrada; -----

c) Seja pavimentada e destinada à circulação automóvel, dentro da parcela, uma faixa contígua ao separador atrás referido com uma largura máxima de 5 m; -----

4) Quando for autorizada uma componente habitacional no âmbito da instalação cumprir-se-ão as seguintes regras: -----

a) A área edificada destinada a fins habitacionais será contabilizada para efeitos de cumprimento dos índices urbanísticos atrás estabelecidos; -----

b) A referida área não poderá constituir-se em fracção autónoma da restante área edificada, passível de comercialização separada desta;

c) Se a instalação se construir por fases, a licença de utilização da parte edificada destinada a habitação ou alojamento só será concedida em simultâneo com a da última fase; -----

d) Nos casos referidos nas alíneas b) ou c) do N° 2 do artigo anterior a respectiva área bruta de construção não poderá exceder 5% da área bruta total da unidade a instalar; -----

5) Ficará a cargo da entidade proprietária da unidade industrial, mediante compromisso formal assumido por quem juridicamente a obrigue, a construção, manutenção e gestão dos sistemas que garantam de modo permanente e eficaz o controlo e tratamento dos efluentes eventualmente produzidos, a eliminação de todas as formas de degradação ambiental resultante da laboração e a preservação ou utilização controlada dos recursos naturais; -----

6) Cumulativamente com todas as disposições anteriores, na instalação e laboração das unidades existentes ou a criar nestes espaços serão cumpridas todas as disposições legais e regulamentares em vigor aplicáveis a cada situação e actividade concreta; -----

7) A instalação avulsa de unidades industriais em áreas integradas em espaços desta classe que estejam subordinadas a plano de pormenor ou operação de loteamento plenamente eficaz reger-se-á pela respectiva disciplina, que terá de respeitar as disposições do artigo seguinte. -----

<sup>16</sup> Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos-----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão

Municipal, ou seja, o mínimo de 6 lugares de estacionamento no interior do lote, são porém previstos 20 lugares.-----

**7.- Parecer Interno-----**

7.1.- Pelo facto de haver alteração ao nível dos projectos de abastecimento de água, águas residuais e pluviais, foi solicitado parecer á Divisão de Abastecimento Publico, a qual emite parecer favorável datado de 2010-12-14.-----

**8.- Proposta de Decisão-----**

8.1.- Propõe-se a aprovação do projecto de alterações, apresentado sob requerimento n.º 213/11.-----

8.2.- Em conformidade com o previsto pelo 4.º parágrafo, do art.º 20, do Dec.-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro alterado e republicado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do art.º 3 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respectivo alvará de licença de construção, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----
- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direcção técnica da obra;-----
- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na actividade, a verificar no acto de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----
- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----
- Plano de segurança e saúde;-----

À consideração Superior -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANISTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 2011/02/08. -----**

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2011/02/11. -----**

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.5. CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE SUPERMECADO - SILVESTRE BORGES FERNANDES - SITO NO LUGAR DE QUADRELAS - FREGUESIA DE VILARELHO DA**

de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento:-----

- a) Um lugar por cada fogo;-----
- b) Um lugar por cada 200 m<sup>2</sup> de área bruta de construção em moradias unifamiliares;-----
- c) Um lugar por cada 120 m<sup>2</sup> de área bruta de construção destinada a habitação colectiva;-----
- d) Um lugar por cada 50 m<sup>2</sup> de área bruta de construção destinada a comércio ou serviços;-----

**RAIA - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA ENGENHEIRA BRANCA MANUELA GIL FERREIRA, DATADA DE 2011/02/08 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1.-Introdução-----**

1.1.- O Sr.º Silvestre Borges Fernandes, apresenta sob requerimento n.º 4062/08 referente ao processo n.º 536/08, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de construção<sup>17</sup>/instalação de um estabelecimento de Comércio a retalho não especializado de produtos alimentares - "Supermercado", situado no lugar de Quadrelas, freguesia de Vilarelho da Raia no concelho de Chaves.----

**2.-Antecedentes-----**

2.1.- Não foram encontrados antecedentes do presente processo, nos arquivos desta Edilidade.-----

**3.-Instrução do Pedido-----**

3.1.- O processo não está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>18</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, nem de acordo com o art.º 13<sup>19</sup> do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação.--

<sup>17</sup> «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;

<sup>18</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação-----

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:---

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;-----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;-----

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;-----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente;-----

f) Projecto de arquitectura;-----

g) Memória descritiva e justificativa;-----

h) Estimativa do custo total da obra;-----

i) Calendarização da execução da obra;-----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;-----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor;-----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação;-----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

<sup>19</sup> Artigo 13.º -Requerimento, comunicação e respectiva instrução-----



1 - Todos os procedimentos previstos no RJUE iniciam -se através de requerimento ou comunicação e obedecem ao disposto nos artigos----- 8.º a 10.º desse diploma e devem ser acompanhados dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal.-----

2 - O requerimento ou comunicação e respectivos elementos instrutórios devem ser apresentados em duplicado, acrescidos de tantas cópias quantas as entidades exteriores a consultar.-----

3 - Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital - CD - nos seguintes termos:-----

a) Os textos - Peças Escritas - deverão ser entregues no formato PDF (Portable Document Format da Adobe Systems), DOC ou DOCX ----- (extensão dos arquivos do Microsoft Word), ou outros formatos que sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais;----

b) As peças desenhadas deverão ser apresentadas num dos seguintes formatos: DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), DWF (Design Web Format da Autodesk), DGN (extensão dos arquivos do Microstation), SHP (extensão dos arquivos da ArcGIS - ESRI), DXF (Drawing Interchange File Format vector graphics (AutoCAD) ou outros formatosque sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais;-----

c) A planta de implantação (obras de edificação) ou a planta de síntese (operações de loteamento e obras de urbanização) devem estar georreferenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendoao Sistema de Coordenadas Hayford -Gauss, Datum73;-----

d) As plantas de Implantação/Síntese deverão ser elaboradas sobre levantamento topográfico, contendo ainda informação sobre a área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveisno local e ou edificações que permitam definir os parâmetros de edificabilidade;-----

e) Os limites físicos da área objecto da pretensão deverão ter umarepresentação gráfica inequívoca;-----

f) A concepção do projecto em suporte informático deverá ser à escala real 1:1 (Uma unidade no desenho correspondente a um metro noterreno), sem prejuízo das escalas normalmente adoptadas na representação em papel; -----

g) O ficheiro com as plantas de Implantação/Síntese deverá ser preferencialmente em formato DWG, organizado de forma que as referidas plantas se projectem sobre o levantamento topográfico já referido eestruturado com os níveis de informação, de acordo com exemplo emformato digital constante no site institucional do Município de Chaves([www.chaves.pt](http://www.chaves.pt)), ou a fornecer pelos serviços municipais, os quais correspondem à nomenclatura dos níveis "Layers" do desenho e do seguinte modo: -----

Nível 1 - Desenho da planimetria existente; -----

Exemplo: NÍVEL 1 -EXISTENTE -COTAS -----

Nível 2 - Quadro de cotas/quadro sinóptico do proposto; -----

Exemplo: NÍVEL 2 -QUADRO DE COTAS-----

Nível 3 - Cadastro existente na parcela a intervir; -----

Exemplo: NÍVEL 3 -EXISTENTE -MURO -----

Nível 4 - Cadastro resultante (deverá corresponder a uma poligonal fechada); -----

Exemplo: NÍVEL 4 -EXISTENTE -LIMITE -TERRENO; -----

Nível 5 - Zonas Exteriores, limites do lote, com descrição de cotas;

**4.- Localização-----**

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 768.00 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 1042 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1780/20101021 da freguesia de Vilarelho da Raia.-----

**5.- Enquadramento da Pretensão-----****5.1.- No regime jurídico-----**

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º<sup>20</sup> do Dec.- Lei 555/99 alterado e republicado pelo Dec.- Lei 26/2010 de 30 de Março, por se tratar

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -ZONAS -VERDES; -----

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -LOTE1 (em Loteamentos) -----

Nível 6 - Implantação(ões), com descrição de cotas; -----

Exemplo: NÍVEL 6 -PROPOSTA -AREA -IMPLANTAÇÃO; -----

Nível 7 - Altimetria proposta (curvas de nível e cotas).-----

Exemplo: NÍVEL 7 -PROPOSTA -CURVA -DE -NÍVEL; -----

Nível 8 - Legendas; -----

Exemplo: NÍVEL 8 -LEGENDA; -----

Nível 9 - Elementos existentes de carácter público; -----

Exemplo: NÍVEL 9 -POSTE -DE -ILUMINAÇÃO; -----

4 - No pedido de informação prévia relativo a qualquer tipo de operação urbanística, o respectivo requerimento deve referir concretamente os aspectos que se pretende ver esclarecidos ou informados. -----

5 - O pedido de informação prévia deve ser instruído com os elementos constantes na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, bem como dos elementos seguintes: -----

a) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;-----

b) Quando o interessado não seja o proprietário do prédio, deve indicara morada do proprietário, bem como dos titulares de qualquer direito real sobre o prédio, com vista à sua correcta notificação por parte da Câmara Municipal, sob pena de aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no n.º 4, do artigo 11.º do RJUE. -----

11 - Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respectivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local.-----

12 - A Declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à i m plantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efectuada no estrito cumprimento do projecto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra.-----

<sup>20</sup> c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área abrangida por operação de loteamento ou plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) don.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

de obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. ---

## **5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----**

5.2.1.- O prédio urbano tem na sua totalidade 768.00 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em dois espaços distintos: em espaço de classe 4, espaços agrícolas e florestais, sub-categoria 4.2.B - espaços Agrícolas Condicionados (RAN+REN) e em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 21 B, sobre parte do terreno impedem restrições/servidões de utilidade pública, designadamente: -----

5.2.2.1. - Restrição relativamente à classificação do solo de acordo com a sua capacidade de uso - solo que possui aptidões e características mais adequadas à actividade agrícola (RAN) e áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial (REN); -----

## **6.- Análise da Pretensão-----**

6.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que: -----

6.1.1.- É proposta uma área bruta de construção de 389.34 m<sup>2</sup>, para o conjunto a edificar, sendo o imóvel a construir de rés-do-chão; ----

6.1.2.- A área de terreno situado dentro do perímetro de construção é de aproximadamente 390.00 m<sup>2</sup>, a implantação da habitação é feita nas duas classes de espaços referidas no ponto 5.2.1.;-----

6.1.3.- Na categoria de espaço em que se projecta parte do imóvel a construir - Reserva Agrícola e Ecológica Nacional, os solos não podem ser objecto de quaisquer acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades; -----

6.1.4.- As Áreas integradas na Reserva Agrícola e Ecológica Nacional, subordinam-se aos respectivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do regulamento do Plano Director Municipal, de acordo com o disposto no art.º 34<sup>21</sup> do Plano Director Municipal. Este Plano, refere na alínea c) do n.º2

---

<sup>21</sup> Artigo 34º - Usos dominantes e seus condicionamentos-----

1 - Os solos integrantes desta classe não podem ser objecto de quaisquer acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades, salvo as previstas neste Regulamento e as excepções consignadas na lei geral, quando aplicáveis.-----

2 - Nos espaços que integram esta classe não é permitida a realização de operações de loteamento urbano.-----

3 - As áreas pertencentes a qualquer das categorias desta classe integradas na Reserva Agrícola Nacional, no aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou na Reserva Ecológica Nacional, que estão devidamente assinaladas nas plantas de ordenamento e de condicionantes, subordinam-se aos respectivos regimes e seus condicionamentos, cumulativamente com as disposições do presente Regulamento.-----

4 - Exceptua-se dos condicionamentos constantes dos números anteriores a construção de equipamentos, instalações ou infra-estruturas de interesse público reconhecido formalmente pelo município e por todas as entidades com jurisdição sobre a área em que se localizem, e desde que de acordo com as exigências da legislação aplicável a cada situação.-----

do art.º 35<sup>22</sup>, que terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicável, quando o local destinado à edificação se situar em área subordinada aos regimes de Reserva Agrícola e Ecológica Nacional; -----

6.1.5.- Chama-se ainda atenção, para o índice de construção estabelecido para o local, no que diz respeito à área inserida dentro do perímetro de construção, que é de  $0.50\text{m}^2/\text{m}^2$  aplicado à área da parcela, ou seja, (área do terreno inserido em espaço Urbano x índice de construção) =  $390.00\text{ m}^2 \times 0.50\text{m}^2/\text{m}^2 = 195.00\text{m}^2$ ; -----

6.1.6.- A construção não cumpre o disposto no art.73<sup>23</sup> do RGEU, ou seja, afastamento mínimo de 3 metros à extrema da parcela, (alçado lateral esquerdo e direito do imóvel); -----

## **7.- Proposta de Decisão-----**

### <sup>22</sup> Artigo 35º - Usos supletivos-----

1 - Para além dos casos referidos no Nº 4 do artigo anterior, nos espaços que integram esta classe e suas categorias só poderão ser autorizadas, como usos supletivos do uso dominante, as actividades, edificações, instalações e infra-estruturas a seguir enumeradas:-----

a) Instalações directamente adstritas às explorações agrícolas, pecuárias, silvo-pastoris ou florestais; -----

b) Habitações unifamiliares; -----

c) Empreendimentos de turismo no espaço rural; -----

d) As actividades correspondentes às situações especiais especificadas na secção IX deste capítulo, de acordo com as disposições que a integram. -----

2 - As autorizações a que se refere o número anterior ficam ainda condicionadas aos seguintes requisitos: -----

a) O equilíbrio da paisagem não poderá ser perturbado pelas actividades, instalações ou edificações em causa, em razão da sua localização, volumetria ou aspecto exterior, nem pelas obras referentes à instalação das infra-estruturas julgadas necessárias em cada caso pelo município, sendo encargo e da responsabilidade do interessado as medidas necessárias a garantir aquele objectivo; ----

b) Terão de estar garantidas a obtenção da água potável e energia eléctrica, a eficaz eliminação de esgotos e acesso automóvel à construção, sem prejuízo para terceiros, mediante a apresentação das autorizações e licenças legalmente exigíveis e dos projectos técnicos necessários, sendo da responsabilidade e encargo do proprietário a realização das respectivas obras; -----

c) Terão de ser cumpridos os condicionamentos e a tramitação legal aplicáveis a cada caso, quando o local destinado à edificação ou instalação se situar em área subordinada aos regimes da Reserva Agrícola Nacional, do aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves ou da Reserva Ecológica Nacional, ou sujeita a qualquer outra servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. -----

### <sup>23</sup> Art. 73.º-----

As janelas dos compartimentos das habitações deverão ser sempre dispostas de forma que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiros, medido perpendicularmente ao plano da janela e atendendo ao disposto no artigo 75.º, não seja inferior a metade da altura desse muro ou fachada acima do nível do pavimento do comportamento, com o mínimo de 3 metros. Além disso não deverá haver a um e outro lado do eixo vertical da janela qualquer obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, devendo garantir-se, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros acima fixado. -----

7.1- Assim, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do art.º 24<sup>24</sup> do Licenciamento, salvo se tal declaração tiver por fim a realização da própria operação urbanística; -----

c) Tiver sido objecto de parecer negativo, ou recusa de aprovação ou autorização de qualquer entidade consultada nos termos do presente diploma cuja decisão seja vinculativa para os órgãos municipais. --- DL555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo DL177/01 de 4 de Junho alterado e republicado pelo Dec.- Lei 26/2010 de 30 de Março, propõe-se indeferimento ao projecto de arquitectura apresentado sob requerimento n.º 130/11.-----

À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 2011/02/11. -----**

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2011/02/11. -----**

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

### **3.6. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJECTO DE ALTERAÇÕES/AMPLIAÇÃO DE UMA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE EDIFICAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO RESTAURAÇÃO - RUI JORGE DA COSTA TEIXEIRA - SITO NO LUGAR DE QUINTA DA SALGUEIRA - FREGUESIA DE SANJURGE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA ENGENHEIRA BRANCA MANUELA GIL FERREIRA, DATADA DE 2011/02/15 -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

#### **1.- Introdução-----**

1.1.- O Sr.º Rui Jorge da Costa Teixeira, apresenta sob requerimento n.º 282/11, referente ao processo n.º 318/05, pedido de aprovação de projecto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de ampliação<sup>25</sup> do estabelecimento de alojamento local - "Hospedaria Quinta da Salgueira" (lic.ª de construção inicial n.º 214/89, alt. lic.ª n.º 255/90 e 153/06 e lic.ª de utilização n.º 01/07), para implantação de uma componente de restauração, situada na Quinta da Salgueira, freguesia de Sanjurge no concelho de Chaves.-----

<sup>24</sup> Artigo 24.- Indeferimento do pedido de licenciamento -----

1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando: -----

a) Violar plano municipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

b) Existir declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação que abranja o prédio objecto do pedido de licenciamento, salvo se tal declaração tiver por fim a realização da própria operação urbanística. -----

<sup>25</sup> «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente; -----

**2.- Antecedentes-----**

2.1.- No que diz respeito a antecedentes do presente processo, há a referir os seguintes:-----

2.1.1.- Licença de construção n.º 214/89 e alt. lic.<sup>a</sup> 255/90, para construção de uma moradia de cave, r/chão e sótão, com a área de 554.20 m<sup>2</sup>.-----

2.1.2.-Alterações Licença de construção n.º 153//06, referente à ampliação e modificação de uma habitação para hospedaria, com aumento de área de 236.23 m<sup>2</sup>.-----

2.1.3.- O imóvel possui Alvará de Licença de Utilização, para estabelecimento de hospedagem n.º 1/07.-----

**3.-Instrução do Pedido-----**

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11<sup>26</sup> da Portaria 232/2008 de 11 de Março, e de acordo com o art.º 13<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> 11.º - Licenciamento de obras de edificação -----

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos:---

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação;-----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;-----

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação;-----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do Território vigente; -----

f) Projecto de arquitectura; -----

g) Memória descritiva e justificativa; -----

h) Estimativa do custo total da obra; -----

i) Calendarização da execução da obra; -----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação; -----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

<sup>27</sup> Artigo 13.º -Requerimento, comunicação e respectiva instrução-----

1 - Todos os procedimentos previstos no RJUE iniciam -se através de requerimento ou comunicação e obedecem ao disposto nos artigos 8.º a 10.º desse diploma e devem ser acompanhados dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal.-----

2 - O requerimento ou comunicação e respectivos elementos instrutórios devem ser apresentados em duplicado, acrescidos de tantas cópias quantas as entidades exteriores a consultar.-----

3 - Os elementos indicados no número anterior (peças escritas e desenhadas) deverão também ser apresentados em suporte digital - CD - nos seguintes termos: -----

a) Os textos - Peças Escritas - deverão ser entregues no formato PDF (Portable Document Format da Adobe Systems), DOC ou DOCX (extensão dos arquivos do Microsoft Word), ou outros formatos que sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais; -----

b) As peças desenhadas deverão ser apresentadas num dos seguintes formatos: DWG (extensão dos arquivos da Autodesk), DWF (Design Web Format da Autodesk), DGN (extensão dos arquivos do Microstation), SHP (extensão dos arquivos da ArcGIS - ESRI), DXF (Drawing Interchange File Format vector graphics (AutoCAD) ou outros formatosque sejam previamente acordados com os serviços técnicos municipais;-----

c) A planta de implantação (obras de edificação) ou a planta de síntese (operações de loteamento e obras de urbanização) devem estar georreferenciados, com ligação à rede geodésica nacional, recorrendoao Sistema de Coordenadas Hayford -Gauss, Datum73; -----

d) As plantas de Implantação/Síntese deverão ser elaboradas sobre levantamento topográfico, contendo ainda informação sobre a área envolvente da parcela, representando elementos físicos identificáveisno local e ou edificações que permitam definir os parâmetros de edificabilidade; -----

e) Os limites físicos da área objecto da pretensão deverão ter umarepresentação gráfica inequívoca; -----

f) A concepção do projecto em suporte informático deverá ser à escala real 1:1 (Uma unidade no desenho correspondente a um metro noterreno), sem prejuízo das escalas normalmente adoptadas na representação em papel; -----

g) O ficheiro com as plantas de Implantação/Síntese deverá ser preferencialmente em formato DWG, organizado de forma que as referidas plantas se projectem sobre o levantamento topográfico já referido eestruturado com os níveis de informação, de acordo com exemplo emformato digital constante no site institucional do Município de Chaves([www.chaves.pt](http://www.chaves.pt)), ou a fornecer pelos serviços municipais, os quais correspondem à nomenclatura dos níveis "Layers" do desenho e do seguinte modo: -----

Nível 1 - Desenho da planimetria existente; -----

Exemplo: NÍVEL 1 -EXISTENTE -COTAS -----

Nível 2 - Quadro de cotas/quadro sinóptico do proposto; -----

Exemplo: NÍVEL 2 -QUADRO DE COTAS-----

Nível 3 - Cadastro existente na parcela a intervir; -----

Exemplo: NÍVEL 3 -EXISTENTE -MURO -----

Nível 4 - Cadastro resultante (deverá corresponder a uma poligonal fechada); -----

Exemplo: NÍVEL 4 -EXISTENTE -LIMITE -TERRENO; -----

Nível 5 - Zonas Exteriores, limites do lote, com descrição de cotas;

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -ZONAS -VERDES; -----

Exemplo: NÍVEL 5 -PROPOSTA -LOTE1 (em Loteamentos) -----

Nível 6 - Implantação(ões), com descrição de cotas; -----

Exemplo: NÍVEL 6 -PROPOSTA -AREA -IMPLANTAÇÃO; -----

Nível 7 - Altimetria proposta (curvas de nível e cotas). -----

Exemplo: NÍVEL 7 -PROPOSTA -CURVA -DE -NÍVEL; -----

do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Estimativa do custo total da obra; -----
- Calendarização da execução da obra; -----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:500; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- Plano de acessibilidades; -----
- Desenhos de alterações; -----
- CD, com peças desenhadas do projecto geo-referenciadas, mas com o levantamento topográfico incompleto; -----

#### **4.- Localização-----**

Nível 8 – Legendas; -----

Exemplo: NÍVEL 8 -LEGENDA; -----

Nível 9 – Elementos existentes de carácter público; -----

Exemplo: NÍVEL 9 -POSTE -DE -ILUMINAÇÃO; -----

4 – No pedido de informação prévia relativo a qualquer tipo de operação urbanística, o respectivo requerimento deve referir concretamente os aspectos que se pretende ver esclarecidos ou informados.-----

5 – O pedido de informação prévia deve ser instruído com os elementos constantes na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, bem como dos elementos seguintes: -----

a) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

b) Quando o interessado não seja o proprietário do prédio, deve indicara morada do proprietário, bem como dos titulares de qualquer direito real sobre o prédio, com vista à sua correcta notificação por parte da Câmara Municipal, sob pena de aplicação, com as necessárias adaptações, do disposto no n.º 4, do artigo 11.º do RJUE.-----

11 – Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respectivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local.-----

12 – A Declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à m plantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efectuada no estrito cumprimento do projecto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra.-----



4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 11 041.08 m<sup>2</sup>, está inscrito na matriz com o n.º 324 e descrito na conservatória do Registo Predial sob o n.º 240/19881003 da freguesia de Sanjurge.----

## **5.- Enquadramento da Pretensão-----**

### **5.1.- No regime jurídico-----**

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4<sup>28</sup> do Dec.- Lei555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, por se tratar de obras de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa. -----

### **5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----**

5.2.1.- O prédio urbano tem na sua totalidade 11 041.08 m<sup>2</sup> (segundo prova documental - Certidão da Conservatória) e está inserido, em classe 4 - espaços agrícolas e florestais, categoria 4.3 - espaços agro-florestais, sub-categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns em conformidade com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal.-----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 A sobre o terreno não impede nenhuma servidão e/ou restrição de utilidade pública.----

## **6.- Consulta a entidades externas ao Município-----**

6.1.- No âmbito do presente projecto de alterações, foi consultada a seguinte entidade, directamente pelo requerente, conforme previsto no art. 13-B<sup>29</sup> do Dec.- Lei555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março: -----

---

<sup>28</sup> Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização-----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as excepções constantes da presente secção.-----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----

- a) As operações de loteamento; -----
- b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----
- c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

<sup>29</sup> Artigo 13.º -B - Consultas prévias-----

1 - O interessado na consulta a entidades externas pode solicitar previamente os pareceres, autorizações ou aprovações legalmente exigidos junto das entidades competentes, entregando -os com o requerimento inicial ou com a comunicação prévia, caso em que não há lugar a nova consulta desde que, até à data da apresentação de tal pedido ou comunicação na câmara municipal, não haja decorrido mais de um ano desde a emissão dos pareceres, autorizações ou aprovações emitidos ou desde que, caso tenha sido esgotado este prazo, não se tenham verificado alterações dos pressupostos de facto ou de direito em que os mesmos se basearam.-----

2 - Para os efeitos do número anterior, caso qualquer das entidades consultadas não se haja pronunciado dentro do prazo, o requerimento inicial ou a comunicação prévia podem ser instruídos com prova da solicitação das consultas e declaração do requerente ou comunicante de que os mesmos não foram emitidos dentro daquele prazo.-----

6.1.1.- Delegação de Saúde, a qual emite parecer favorável datado de 2011-02-07; -----

#### **7- Análise da Pretensão**-----

Da análise do projecto alterações apresentado constata-se que: -----

7.1.- As alterações prendem-se com a ampliação do estabelecimento de alojamento local - "Hospedaria Quinta da Salgueira", para implantação de serviço de restauração - "Restaurante".-----

7.2.- O projecto de arquitectura, aprovado ao abrigo da licença de construção n.º 153/06, referente à ampliação e modificação de uma habitação para hospedaria, teve como base legal o n.º 1 do art. 55 do Plano Director Municipal de Chaves, sendo precedido de reconhecimento de interesse público para o desenvolvimento local, de acordo com deliberação de Câmara de 5 de Dezembro de 2005.-----

7.3.- O projecto de alterações apresentado, tem como base legal, o disposto no n.º 1<sup>30</sup> do art. 56, com a aplicação do índice proposto na alínea b) do n.º 2 do art. 58<sup>31</sup> (face ao disposto no n.º 3 do art.

---

3 - Não tendo o interessado promovido todas as consultas necessárias, o gestor do procedimento promove as consultas a que haja lugar ou, quando aplicável, comunica o pedido à CCDR, no prazo de cinco dias a contar da data do requerimento ou da data da entrega dos elementos solicitados nos termos do n.º 3 do artigo 11.º-----

4 - No termo do prazo fixado para a promoção das consultas, o interessado pode solicitar a passagem de certidão dessa promoção, a qual será emitida pela câmara municipal ou pela CCDR no prazo de oito dias.-----

5 - Se a certidão for negativa, o interessado pode promover directamente as consultas que não hajam sido realizadas ou pedir ao tribunal administrativo que intime a câmara municipal ou a CCDR a fazê-lo, nos termos do artigo 112.º do presente diploma.-----

<sup>30</sup> Artigo 56º - *Restaurantes, discotecas e estabelecimentos afins*----

1 - A instalação de restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins fora dos espaços urbanos e urbanizáveis e dos espaços de uso diversificado só é admissível quando se trate de iniciativa de interesse para o desenvolvimento local reconhecido pelo município, podendo em tais condições localizar-se em espaços pertencentes à classe 4 - espaços agrícolas e florestais. -----

<sup>31</sup> Artigo 58º - *Edificabilidade*-----

1 - As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28º relativas à instalação avulsa de unidades industriais, salvo no que diz respeito ao Ic, que passa a adoptar o valor de 0,25 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>.-----

2 - Às componentes edificadas referentes a instalações hoteleiras ou de alojamento turístico aplicam-se as disposições sobre edificabilidade em espaço rural a seguir mencionadas: -----

a) O disposto no Nº 1 do artigo 37º; -----

b) O disposto nas alíneas b) a f) do Nº 2 do artigo 37º, com as ressalvas de que o valor do Ic mencionado na alínea b) será nestes casos de 0,15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> e de que a percentagem referida na alínea f) será de 15%; -----

c) O disposto no Nº 4 do artigo 37º, quando se tratar das situações de recuperação ou reconversão de usos aí referidas. -----

3 - Às componentes edificadas referentes a restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins e a instalações desportivas ou de recreio

58) do Regulamento do Plano Director Municipal de Chaves, por se tratar da implantação de uma componente edificada referente a restaurante.-----

7.4.- Neste sentido, de acordo com o n.º1 do art.56 do PDM, só é admissível a instalação de restaurantes em espaços pertencentes á classe 4 - espaços agrícolas e florestais, desde que se trate de iniciativa de interesse público para o desenvolvimento local, reconhecido pelo Municipio. Dado que o requerente através do requerimento n.º 302/11, solicitou a este Municipio o reconhecimento de interesse público para o desenvolvimento local, e foi aprovado, conforme deliberação de Câmara de 7 de Fevereiro de 2011, julga-se salvo melhor opinião, que se encontra ultrapassado o condicionalismo para a sua aprovação. -----

7.5.- As alterações preconizam um aumento de área bruta de construção de 300.00 m<sup>2</sup>, relativamente ao licenciado ao abrigo das licenças supra citadas, o que é perfeitamente aceitável tendo em atenção a área do terreno e o Ic (índice de construção) permitido para o local, que é de 0.15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> aplicado á área da parcela, ou seja, área do terreno x índice de construção = 11 041.08 m<sup>2</sup> x 0.15 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> = 1 656.16 m<sup>2</sup> (máxima área bruta de construção permitida) > 1 090.43 m<sup>2</sup> (área bruta licenciada + área ampliada).-----

7.6.- O projecto de arquitectura está de acordo com o estipulado no n.º1 e 2 do art.º 20 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações.-----

7.7. - Sendo certo, que ao abrigo das licenças de construção anteriores, foram acauteladas as áreas mínimas de estacionamento de veículos automóveis, definidas na alínea f) do n.º 3 do art.12 do PDM, que prevê um lugar de estacionamento por cada dois quartos em estabelecimentos de hotelaria e que o projecto de alterações apresentado, não prevê aumento das unidade de alojamento, pelo que se mantem o mínimo de 8 lugares de estacionamento. No que se refere a componente para restauração, terá que ser previsto o mínimo de 95 lugares de estacionamento no interior do lote, sendo 3, para pessoas com mobilidade condicionada, devendo apresentar aquando das especialidades, planta de arranjos exteriores, com a demarcação dos lugares de estacionamento. -----

#### **8.- Proposta de Decisão-----**

8.1.- Propõe-se a aprovação do projecto de alterações á arquitectura, apresentado sob requerimento n.º 282/11.-----

8.2- De acordo com o n.º4 do art. 20º do DL 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, dispõe a interessada do prazo de seis meses para apresentar projectos de especialidades conforme estabelecido no n.º 5 do art.º 11 da Portaria 232/2008 de 11 de Março, designadamente: -----

- Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----
- Projecto de águas pluviais; -----
- Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica; -----
- Projecto de instalação de gás ou declaração de isenção; -----
- Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações; -----
- Estudo de comportamento térmico; -----
- Projecto acústico; -----

e lazer aplicam-se as disposições constantes do número anterior, com excepção da sua alínea a). -----

-Projecto de arranjos exteriores, com a demarcação dos lugares de estacionamento; -----

- Projecto de segurança contra incêndios (para consulta á ANPC); ---

➤ Deve ainda ser apresentada declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE). -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL, SR. ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO, DE 2011/02/15.** -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO VEREADOR MUNICIPAL, CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS DATADO DE 2011/02/15.** -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**3.7. EXECUÇÃO DE DEMOLIÇÃO.DESPEJO SUMÁRIO - ANA GOUVEIA RUA VILANOVA - RUA DA TRINDADE 30 - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DO ARQ. ANTÓNIO MALHEIRO DATADA DE 2011/02/10** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**1. Introdução/Antecedentes**-----

1.1 Em 20 de Setembro de 2010 foi realizada uma vistoria a um edifício situado na Rua da Trindade, 30, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, em cujo relatório se considerou que este apresentava indícios claros de instabilidade, com risco de derrocada, não se tendo considerado viável a reabilitação da construção, pelo que se propôs a sua demolição.-----

1.2 Foi dado um prazo de 30 dias ao proprietário para a execução da demolição, e de um ano para apresentação de projecto de reconstrução do edifício.-----

1.3 O proprietário do referido imóvel, em conjunto com o proprietário do imóvel vizinho apresentou uma exposição, onde veio manifestar a intenção de proceder à sua demolição, em conjunto com a edificação vizinha; no entanto, face a dificuldades na concretização desse objectivo, propunham a instalação dum tapume de protecção, até à concretização das obras de demolição ou reabilitação.-----

1.4 Essa exposição foi objecto da informação desta divisão, datada de 7 de Janeiro de 2011, onde se concordava, condicionalmente, com a estratégia proposta.-----

1.5 Por intermédio do requerimento n.º 3220/10, agora apresentado, o requerente, face ao impasse a que chegou nos contactos com o inquilino do rés-do-chão, visando a desocupação daquele espaço, solicita à Câmara Municipal que proceda ao despejo administrativo daquele espaço.-----

**2. Análise/Proposta**-----

2.1 Considerando que no auto da vistoria realizada a 20 de Setembro de 2010 a comissão de vistorias determinou a demolição do referido edifício, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações (RJUE);-----

2.2 Considerando que o proprietário do prédio pretende levar a efeito a referida demolição e que para tal requereu ao Município o despejo administrativo desse prédio, tal como previsto no n.º 2 do artigo 92.º do RJUE;-----

2.3 Face ao exposto, e nos termos do n.º 1 do artigo 92.º do RJUE, entendemos que o presente pedido está em condições de ser deferido, pelo que se propõe que o assunto seja submetido à apreciação da Câmara Municipal de Chaves, no sentido de determinar a execução do despejo administrativo do prédio situado na Rua da Trindade, 30, na freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, conforme proposta N.º 7/GAPV/2011, que aqui se dá por integralmente reproduzida. A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----  
À Consideração Superior.-----

#### **PROPOSTA N.º 7/GAPV/2011 -----**

##### **I - Da Fundamentação-----**

Considerando que a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, de acordo com o disposto no n.º 3 do Artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações; -----

Considerando que as obras no retrocitado artigo são obras de demolição, as quais devem ser precedidas de vistoria, a realizar por três técnicos nomeados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 90.º do referido diploma legal;-----

Considerando que, no caso sub-judice, fazendo fé no Auto de Vistoria elaborado pelos técnicos nomeados para o efeito, datado de 22 de Setembro de 2010, ficou registada a necessidade de serem realizadas as obras de demolição, no prédio sito na Rua da Trindade, 30, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, a seguir discriminadas:--

"5 [...] Deverá ser notificada a proprietária para executar as seguintes acções:-----

5.1 Demolição da cobertura e dos elementos com estrutura de madeira dos dois pisos superiores (1.º e 2.º andar);-----

5.2 Consolidação das paredes remanescentes, e vedação do acesso ao interior da fracção."-----

Considerando que o retrocitado Auto de Vistoria resulta inequívoco que, não sendo as aludidas obras executadas de imediato, a estrutura de suporte do prédio em questão poderá entrar em colapso, provocando o desmoronamento do edifício;-----

Considerando que, em face da situação acima descrita, o prédio em questão se encontra em risco iminente de ruir, colocando em perigo não só a segurança de pessoas e bens das que aí possuem os seus estabelecimentos comerciais, mas também todas as pessoas que, a pé ou de carro, passam pela Rua da Trindade, em Chaves;-----

Considerando que o desmoronamento do edifício pode acontecer a qualquer momento, entende-se que as obras de demolição previstas implicam necessariamente a desocupação do prédio;-----

Considerando que o despejo sumário para a realização de obras pode ser determinado oficiosamente ou a requerimento do proprietário, quando este pretenda proceder às mesmas, de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do 92.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações;-----

Considerando que os direitos dos inquilinos e ocupantes dos prédio ou prédios só devem ser sacrificados na justa medida em que seja necessário para alcançar o fim visado, na esteira do princípio da proporcionalidade, mormente na vertente do subprincípio da necessidade;-----

Considerando, por último, que, no caso individual e concreto em apreciação, se encontram reunidos os pressupostos legitimadores do accionamento de tal medida cautelar - despejo sumário -, a saber:---

- Realização de prévia vistoria ao imóvel objecto de intervenção, de acordo com o Artigo 90.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações;-----

- Emerge do relatório elaborado pela Comissão a necessidade de realização de obras de demolição, as quais, pela sua natureza e extensão, não podem ser realizadas com a ocupação do prédio pelos respectivos ocupantes, sob pena de perigo iminente para a segurança de pessoas e bens que nele residem e dos transeuntes.-----

## **II - Da decisão**-----

Com base nos fundamentos acima expostos, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário, com base na alínea c), do n.º 5, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e no artigo 92.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, a aprovação da seguinte proposta:-----

a) Que o proprietário do prédio sito na Rua da Trindade, 30, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, proceda, no prazo de 30 dias, às obras de demolição descritas no relatório pericial, datado do pretérito dia 22 de Setembro de 2010, elaborado pela competente Comissão de Vistorias, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;-----

b) Que seja imediatamente desocupado o prédio aqui colocado em crise, a contar do dia subsequente à data da notificação aos ocupantes do mesmo, de acordo com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do Artigo 92.º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações;-----

c) Caso a presente ordem administrativa não seja cumprida voluntariamente pelos respectivos destinatários - proprietário e/ou arrendatário - no prazo fixado, deverão os serviços municipais promover de imediato a sua execução, realizando todas as operações materiais indispensáveis à efectiva desocupação do aludido prédio de pessoas e bens, tudo isto por forma a viabilizar as obras de demolição indispensáveis à segurança do local;-----

d) A presente decisão deverá ser levada ao conhecimento de todos os interessados - proprietário e inquilinos do prédio aqui colocado em crise - expedindo-se, para o efeito, as competentes notificações, sendo as mesmas acompanhadas de cópia integral da presente proposta;

e) A materialização da notificação da presente decisão junto dos respectivos destinatários/interessados, nos termos anteriormente exarados, ficará a cargo da unidade orgânica competente, no caso, a Divisão de Gestão Urbanística e Territorial, adoptando tal unidade, de imediato, todos os formalismos e diligências legalmente necessários e que se mostrem indispensáveis à sua plena eficácia.---

Chaves, 10 de Fevereiro de 2011-----

O Vereador responsável-----

(Arq. Carlos Castanheira Penas) -----

-----  
**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO CASTANHEIRA PENAS, DE 2011.02.15.** -----

Visto. Concorde, à reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## VII OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

### 1- URBANIZAÇÃO

#### 1.1. ESCOLA DR. FRANCISCO CARNEIRO - CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO - REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

##### **A - Antecedentes** -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 3ª Série, nº 43 de 20 de Fevereiro de 2003, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de Dezembro de 2003, o Município de Chaves adjudicou à firma "Santana & Companhia, Lda" a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 10 de Fevereiro de 2004. -----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 484.357,49 € (Quatrocentos e oitenta e quatro mil trezentos e cinquenta e sete euros e quarenta e nove centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições:----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

•Prazo de execução da obra: 540 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

##### **B - Da execução do contrato da empreitada** -----

1.O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 01 de Março de 2004. -----

2.A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, veio, através de ofício registado nos serviços administrativos municipais sob o nº 596 a 12 de Janeiro de 2011, solicitar o reembolso de 3.536,51 euros, retidos na revisão de preços. -----

3.Apresentou para o efeito, Garantia Bancária nº 00364135, do Banco Espírito Santo, S.A, no mesmo valor. -----

##### **C - Da proposta**-----

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Santana & Companhia, S.A"., assim tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia: -----

1. Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação. -----

2. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo: -----

2.1) Remeter cópia à Divisão de Gestão, Económica e Financeira e Patrimonial, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 3.536,51 Euros (Três mil quinhentos e trinta e seis euros e cinquenta e um cêntimos), respeitante ao valor retido na revisão de preços.-----

Unidade Flexível de Empreitadas, 09 de Fevereiro de 2011. -----

A Técnica -----

(Eng<sup>a</sup> Fernanda Serra)-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG<sup>a</sup> AMÉLIA RODRIGUES, DE 10/02/2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG<sup>o</sup>JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14/02/2011.** -----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção por parte do Órgão Executivo, de deliberação nos termos e para os efeitos enunciados no ponto c (da proposta), desta informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

## **1.2. AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE Nº1 DE CHAVES. REEMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS** -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

### **A - Antecedentes**-----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 3<sup>a</sup> Série, nº 80 de 20 de Abril de 2006, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 17 de Agosto de 2006, o Município de Chaves adjudicou à firma "Santana & Companhia, Lda" a execução da referida empreitada. -----

3.O acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 03 de Outubro de 2006. -----

4.O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 477.292,56 € (Quatrocentos e setenta e sete mil duzentos e noventa e dois euros e cinquenta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

• Prazo de execução da obra: 240 dias, a contar da consignação dos trabalhos.-----

### **B - Da execução do contrato da empreitada** -----

1. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 03 de Novembro de 2006. -----

2. A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, veio, através de ofício registado nos serviços administrativos municipais sob o nº 596 a 12 de Janeiro de 2011, solicitar o reembolso de 2.949,63 euros.-----



3. Apresentou para o efeito, Garantia Bancária nº 00364136, do Banco Espírito Santo, S.A, no mesmo valor.-----

**C - Da proposta**-----

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Santana & Companhia, S.A"., assim tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia: -----

3. Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação.-----

4. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo: -----

2.1) Remeter cópia à Divisão de Gestão, Económica e Financeira e Patrimonial, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 2.949,63 Euros (Dois mil novecentos e quarenta e nove euros e sessenta e três cêntimos), respeitante aos valores retidos nos seguintes autos: -----

Auto de Medição Nº	Valor retido em euros
Auto nº13	2.798,90
Auto nº14 (Revisão de Preços)	150,73
<b>TOTAL</b>	<b>2.949,63</b>

Unidade Flexível de Empreitadas, 09 de Fevereiro de 2011.-----

A Técnica-----

(Eng<sup>a</sup> Fernanda Serra) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG<sup>a</sup> AMÉLIA RODRIGUES, DE 10/02/2011.** -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG<sup>o</sup> JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14/02/2011.**-----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção por parte do Órgão Executivo, de deliberação nos termos e para os efeitos enunciados no ponto c (da proposta), desta informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

**1.3. ARQUIVO MUNICIPAL DE CHAVES. - REMBOLSO DE QUANTIAS RETIDAS ---**

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na integra, para todos os efeitos legais.-----

**A - Antecedentes** -----

1.A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 3ª Série, nº 87 de 05 de Maio de 2006, concurso público tendo como objectivo a adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

2.De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 03 de Outubro de 2006, o Município de Chaves adjudicou à firma "Santana & Companhia, Lda" a execução da referida empreitada. -----

3.0 acto adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 06 de Novembro de 2006. -----

4.0 valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 473.555,99 € (Quatrocentos e setenta e três mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições:----  
Tipo de Empreitada: Série de Preços; -----

• Prazo de execução da obra: 270 dias, a contar da consignação dos trabalhos. -----

#### **B - Da execução do contrato da empreitada -----**

1.0 auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 06 de Dezembro de 2006. -----

2.A empresa adjudicatária da empreitada em epígrafe, veio, através de ofício registado nos serviços administrativos municipais sob o nº 596 a 12 de Janeiro de 2011, solicitar a substituição de retenções efectuadas a título de garantia dos trabalhos efectuados no valor de 35.915,21 euros, sendo 29.687,71 euros referentes à empreitada "Arquivo Municipal de Chaves" e 6.227,50 euros referente à empreitada "Arquivo Municipal de Chaves - Aditamento". -----

3.Apresentou para o efeito uma Garantia Bancária nº 2507.002610.393, da Caixa Geral de Depósitos, S.A no valor global de 35.915,21 euros, que se anexa à presente informação. -----

#### **C - Da proposta -----**

Face ao exposto, e de acordo com o estipulado no nº4, artigo 211º do Decreto Lei nº 59/99 de 2 de Março, não se vê qualquer inconveniente no deferimento do pedido da empresa "Santana & Companhia, S.A"., pelo que tomo a liberdade de propor que seja adoptada a seguinte estratégia: -----

1.Agendamento da presente proposta para a próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação. -----

2.Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo: -----

2.1) Remeter cópia à Divisão de Gestão, Económica e Financeira e Patrimonial, com a finalidade de reembolsar a referida empresa o montante de 35.915,21 Euros (Trinta e cinco mil novecentos e quinze euros e vinte e um cêntimos), respeitante aos valores retidos nos seguintes autos: -----

Auto de Medição N°	Valor retido em euros
Auto nº1	1.124,50
Auto nº2	1.101,49
Auto nº3	577,33
Auto nº4	351,57
Auto nº5	797,92
Auto nº6	538,42
Auto nº7	300,12
Auto nº8	430,27
Auto nº9	292,99
Auto nº10	2.355,74
Auto nº11	695,89
Auto nº12	593,45
Auto nº13	1.586,41
Auto nº14	1.122,50

Auto nº15	690,18
Auto nº16	735,07
Auto nº17	1.068,24
Auto nº18	2.083,93
Auto nº19	685,50
Auto nº20	3.116,24
Auto nº21	6.260,83
Auto nº22 (Rev. de Preços)	2.045,25
Auto nº24 (Rev.de Preços)	1.133,87
Auto nº1 (Aditamento)	6.227,50
<b>TOTAL</b>	<b>35.915,21</b>

Unidade Flexível de Empreitadas, 11 de Fevereiro de 2011. -----

A Técnica -----

(Eng<sup>a</sup> Madalena Branco)-----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EMPREITADAS, ENG<sup>a</sup> AMÉLIA RODRIGUES, DE 15/02/2011.**-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria. À Consideração Superior -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG<sup>o</sup> JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15/02/2011.**-----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção por parte do Órgão Executivo, nos termos e para os efeitos enunciados no ponto c(da proposta), desta documento.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

#### **1.4. REABILITAÇÃO DE UM EDIFÍCIO SITUADO NA MADALENA PARA A CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE CONVÍVIO. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA** -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

Apresenta-se em anexo, o projecto de execução, aprovado em Reunião de Câmara de 08 de Novembro de 2010, e o processo de procedimento para a execução da obra "Reabilitação de um Edifício situado na Madalena para a criação de um Centro de Convívio", com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação.

Com o projecto de execução em referência, pretende-se a remodelação e restauro de um edifício, prevendo-se a demolição dos anexos e garagem existentes e a construção de um corpo novo com dois níveis R/chão e 1º piso. -----

**Assim e face ao descrito propõe-se:** -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reabilitação de um edifício situado na Madalena para a criação de um Centro de Convívio"; -----

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **352.075,92 Euros**, (Trezentos e cinquenta e dois mil setenta e cinco

euros e noventa e dois cêntimos), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente: -----

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Plano de Segurança e Saúde -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 210 dias. -----

6. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: João Geraldês -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P.; -----

8. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projecto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP.-----

No entanto, dado tratar-se de uma obra de natureza simples, classificada na categoria I, é dispensável a revisão de projecto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:

1. Levantamentos e análise de campo - O projecto da presente empreitada compreende a reabilitação de um edifício existente, contemplando algumas alterações a nível estrutural, designadamente a demolição dos anexos e garagens e a construção de um novo corpo com dois níveis, R/chão e piso, respeitando a implantação existente, pelo que não existe necessidade de efectuar levantamento de análises de campo. -----

2. Estudo geológico - geotécnico - Dispensável tendo em consideração as características do terreno existente e do tipo de intervenção a realizar, verifica-se que não é necessário estudo geológico - geotécnico, dado que a zona já foi objecto de várias intervenções conhecendo-se a natureza do solo onde é necessário intervir.-----

3. Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito não está sujeita a Avaliação de Impacto ambiental por não se enquadrar nos projectos abrangidos pelas alíneas a) e b) do nº3 pelo nº.

4 do artigo 1 do Decreto Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 197/2005, de 8 de

Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro. -----

4. Estudos de impacto social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - Não é necessário para a obra a realizar. -----

5. Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Não necessários para a obra a realizar. -----

10. É ainda de referir que foram utilizadas a fixação de especificações técnicas por referência acompanhadas da menção "equivalente", dado haver impossibilidade de descrever as características dos materiais de forma suficientemente precisa e inteligível. -----

11. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 352.075,92 €, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.3.2-MC/07010305/0101/2009/4. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Unidade Flexível de Empreitadas, 14 de Fevereiro de 2010. -----

A Chefe de Divisão -----

(Engª Amélia C. G. Rodrigues) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15/02/2011.** -----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que profira decisão conducente à obtenção de deliberação do Órgão Executivo, nos termos e para os efeitos enunciados na presente informação -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

#### **1.5. REABILITAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TELECOMUNICAÇÕES (FIBRA OPTICA) E COMBATE A INCENDIOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CHAVES. PROCEDIMENTO CONCURSAL TENDENTE À ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA** -----

Foi presente a informação, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Apresenta-se em anexo, o projecto de execução, aprovado em reunião de Câmara de 17/01/2011, e o processo de procedimento para execução da obra de Reabilitação e Remodelação das Redes de Iluminação Pública, de Telecomunicações (Fibra óptica) e Combate a Incêndios no Centro Histórico de Chaves, com o intuito de se dar início ao procedimento concursal tendente à sua adjudicação. -----

Com o projecto de execução em referência, pretende-se intervir no centro histórico de modo a reabilitar e/ou remodelar a rede de iluminação pública, relativamente à rede de Telecomunicações, pretende-se criar uma rede de fibra óptica no Centro Histórico de modo a permitir acesso às novas tecnologias de informação e comunicação através da instalação de um serviço de transmissão de voz, dados e imagem, no que concerne à rede de combate a incêndios, pretende-se reforçar a rede de distribuição de água e a substituição

de marcos de incêndio, bem como o reforço da sinalização dos hidrantes. -----

**Assim e face ao descrito propõe-se:** -----

1. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, dado a especificidade dos trabalhos; -----

2. Que seja autorizado pela Executivo, a abertura de um procedimento por Concurso Público, para a adjudicação da obra "Reabilitação e Remodelação das Redes de Iluminação Pública, de Telecomunicações (Fibra óptica) e Combate a Incêndios no Centro Histórico de Chaves";

3. Que o valor base para a presente empreitada seja fixado em **1.436.000,00 Euros**, (Um milhão quatrocentos e trinta e seis mil euros), acrescido do respectivo valor de IVA; -----

4. Que de acordo com o definido na alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, seja adoptado como procedimento prévio à contratação o Concurso Público, sem publicação no JOUE - Jornal Oficial da União Europeia; -----

5. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respectivamente:--

a) Anúncio conforme modelo estipulado no anexo I, da Portaria nº 701 - A/2008; -----

b) Programa de Procedimento; -----

c) Caderno de Encargos; -----

d) Plano de Segurança e Saúde; -----

e) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

6. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 180 dias. -----

7. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

1º Vogal efectivo: Fernanda Serra -----

2º Vogal efectivo: Madalena Branco -----

Suplentes: -----

1º Vogal suplente: João Geraldes -----

2º Vogal suplente: Nuno Bento -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com excepção do disposto no nº2 do artigo 69ª do C.C.P; -----

9. Encontrando-se em vigor da Portaria 701-H/2008 de 29 de Julho, foi na elaboração do presente projecto, tida em consideração a sua aplicação conjuntamente com o artigo 43º da CCP. -----

No entanto, dado tratar-se de uma obra de natureza simples, classificada na categoria II, é dispensável a revisão de projecto, de acordo com o nº2 do artigo 43º do CCP, entende-se também que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº5 do artigo 43ª do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:

1. Levantamentos e análise de campo - O projecto da presente empreitada compreende a intervenção em locais onde já houve inúmeras obras, consistindo a presente obra apenas na substituição (modernização) de infra-estruturas existentes, pelo que não existe necessidade de levantamentos e análises de campo. -----

-2. Estudo geológico - geotécnico - Tendo em consideração que os arruamentos alvo da presente intervenção já foram objecto de várias intervenções, conhecendo-se deste modo a natureza do solo onde é necessário intervir e as características do terreno, verifica-se que não é necessário estudo geológico-geotécnico, -----

3. Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - Verifica-se que a obra do presente projecto não está sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projectos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----

4. Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projecto insere-se numa área urbana, não existindo expropriações, nem se prevendo igualmente qualquer impacto já que se trata de substituição de infra-estruturas existentes.-----

5. Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

10. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa, está estimado em 1.436.000,00 €, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objectivo 2.4.2-MC/07010401/0202/2009/11.----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

Divisão de Empreitadas, 15 de Fevereiro de 2010. -----

A Chefe de Divisão-----  
(Eng.ª Amélia C. G. Rodrigues)-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 15/02/2011.**-----

Visto. Concordo. Proponho ao Sr. Presidente da Câmara que adopte decisão conducente à obtenção de deliberação do Órgão Executivo, nos termos e para os efeitos enunciados na presente informação. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**1.6. ORDENAMENTO DO LARGO DE SANTA ANA - CASA MORTUÁRIA - NANTES.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº11/UFE/2011** -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº11/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind. de Const. Flaviense, Lda, no valor de 37.717,86 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GONÇALVES, DE 15/02/2011.** -----

Visto. Concordo À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 37.717,86 €, (trinta e sete mil setecentos e dezassete euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. --

## **2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

### **2.1. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº16/UFE/2011 -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº16/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 29.569,75 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGºJOÃO CARLOS BOTELHO GONÇALVES, DE 15/02/2011. -----**

Visto. Concordo. À Consideração Superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 29.569,75 €, (vinte e nove mil quinhentos e sessenta e nove euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -

### **2.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DA PASTORIA.- AUTO DE MEDIÇÃO Nº17/UFE/2011 -----**

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº17/UFE/2011, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Sincof, Sociedade Ind.de Const.Flaviense, Lda, no valor de 4.115,96 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais:-----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGºJOÃO CARLOS BOTELHO GONÇALVES, DE 15/02/2011.-----**

Visto. Concordo À Consideração Superior.-----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15. -----**

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 4.115,96 €, (quatro mil cento e quinze euros e noventa e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

## **3- HIGIENE PÚBLICA**

## **4- CEMITÉRIOS**

## **5- PROTECÇÃO CIVIL**

## **6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO**

## **7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

## **8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

## **9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES**



- 10- SEGURANÇA PÚBLICA
- 11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA
- 12- TERMAS
- 13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII  
EXPROPRIAÇÕES

IX  
DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

X  
DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI  
FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XII  
EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII  
ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

-----  
AUSENTOU-SE DA SALA, POR MOTIVOS PROFISSIONAIS, O SENHOR VEREADOR DO  
PARTIDO SOCIALISTA, DR. JOSE CARVALHO MONTANHA, QUANDO ERAM 09 HORAS  
E 45 MINUTOS, NÃO PARTICIPANDO NA ANALISE DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS  
QUE SE SEGUEM. -----  
-----

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PEDIDO DE PARECER PREVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE  
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (ARTIGO 22º, DA LEI Nº. 55-A/2010, DE 31 DE  
DEZEMBRO). INFORMAÇÃO Nº. 07/DSI/2011. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----**

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22.º, da Lei n.º  
55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento  
de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos  
membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da

Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

## **II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar** -----

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços de assistência técnica aos equipamentos de cópia e impressão existentes na Câmara Municipal de Chaves, para vigorar durante o ano de 2011. -----

2. O contrato de aquisição de serviços reveste a natureza de contrato de prestação de serviços e tem como objecto a assistência técnica aos equipamentos de cópia e impressão. -----

3. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa totaliza 26.300,00€, acrescido de IVA à taxa normal em vigor. -----

4. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo, com base no disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 20 de Janeiro. -----

5. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

6. O contrato de aquisição de serviços em causa tem enquadramento orçamental, na rubrica da despesa corrente 020205. -----

## **III - Da proposta** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de assistência técnica aos equipamentos de cópia e impressão da Câmara Municipal de Chaves, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração superior. -----

Paços do Município, 10 de Fevereiro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

João Carlos R. da Rocha -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.0210.** -----

Visto. Concorde com o teor da presente informação, a qual merece o meu acolhimento. Neste contexto deverá a mesma ser agendada para uma próxima reunião ordinária do executivo camarário, em vista à necessária obtenção do correspondente parecer prévio. Sugere-se, assim, o seu agendamento para a reunião do aludido órgão a ter lugar no próximo dia 18.02.2011. À consideração do Presidente da Câmara. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.11.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2.2. PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INFORMAÇÃO Nº. 15/DSU/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

É intenção do Município de Chaves / Divisão de Serviços Urbanos celebrar um contrato de aquisição / prestação de serviços de reparação de máquinas de jardins, para vigorar durante o ano de 2011. -----

Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 11 000€.- Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento de ajuste direto em regime simplificado, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá aqui por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02 02 03. -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração/renovação do contrato de aquisição de serviços de reparação de máquinas de jardins, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À Consideração Superior -----

Chaves, 11 de Fevereiro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

(Paulo Jorge Rodrigues Branco, Eng.) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, ENG. JOSE CARNEIRO, DE 2011.02.14** -----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Vice-presidente. -----

**DESPACHO DO VICE-PRESIDENE DA CÂMARA, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.14** -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.3. PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INFORMAÇÃO Nº.08/DRO/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----  
 É intenção do Município de Chaves / Departamento de Obras e Serviços Urbanos, celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços de reparação de viaturas, para vigorar durante o ano de 2011. -----  
 Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 60.000,00€. -----

Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento de ajuste directo em regime simplificado, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02 02 03. -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição/prestação de serviços de reparação de viaturas, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.---

À Consideração Superior, -----

Chaves, 14 de Fevereiro de 2011 -----

O Chefe de Divisão -----

( Inácio Moraes, Eng.º) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, ENG. JOSE CARNEIRO, DE 2011.02.14** -----

Visto. Concorde. À consideração do Senhor Presidente. -----

**DESPACHO DO SR.PRESIDENE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.14** -

À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.4. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO MÓDULO DE EXECUÇÕES FISCAIS DO ELAG E ALTERAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SISTEMA COMERCIAL ELAG;**

**- ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO -----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----**

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros dos Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

**II - Do contrato de aquisição de serviços a celebrar -----**

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição de serviços para implementação do módulo de execuções fiscais do ELAG e alteração do tarifário do sistema comercial ELAG, para vigorar durante o ano de 2011. -----

2. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é 4.762,00 (quatro mil setecentos e sessenta e dois euros). -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento Ajuste Directo em regime simplificado, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. O contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02.02.25.99. -----

**III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de implementação do módulo de execuções fiscais do ELAG e alteração do tarifário do sistema comercial ELAG, para vigorar durante o ano de 2011, encontrando-se,

no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

Chaves, 15 de Fevereiro de 2011 -----

O Director de Departamento de Administração Geral -----

(Dr. Marcelo Delgado) -----

O Chefe de Divisão de Abastecimento Público -----

(Eng. Artur Baltazar) -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.5. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; - ARTIGO 22º, DA LEI Nº 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.º 54 /DED 2011-02-11** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros dos Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços de professores para o Projecto "Férias Lúdico-Desportivas Municipais Páscoa 2011", para vigorar de 11 a 20 de Abril de 2011 e revestindo a natureza de tarefa. -----

2. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é de 1900€.

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento ajuste directo regime simplificado com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

5. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato. -----

6. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02.02.25.99. -----

III - Da proposta em sentido escrito -----  
Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de professores para o Projecto "Férias Desportivas Municipais Páscoa 2011", para vigorar de 11 a 20 de Abril de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

À consideração superior. -----

O Técnico Superior, -----  
(Maciel Duque) -----

**DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DRA. LÍDIA PINTO DE 2011.01.28** -----

Visto. À consideração do Director de Departamento. -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DR. ANTÓNIO RAMOS DE 2011.02.11**

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do senhor Presidente. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

**2.6. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.º 60/DED/11.02.15** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio** -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos membros dos Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

## **II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar -----**

1. É intenção do Município de Chaves celebrar um contrato de aquisição/prestação de serviços de reparação e manutenção de equipamentos afectos ao Departamento Sócio - Cultural (Piscina Municipal, Pavilhão Municipal, Biblioteca Municipal, Museu, Edifício do Centro Cultural e Edifícios Escolares, para vigorar durante o ano 2011; -----

2. Sendo certo que o valor estimado do contrato em causa é 5.000.00€; -----

3. Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa irá ser lançada mão do procedimento ajuste **directo regime** simplificado com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos; -----

4. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

5. Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objecto do contrato; -----

6. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de aquisição de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 02.02.03. -----

## **III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de aquisição de serviços de reparação e manutenção de equipamentos afectos ao Departamento Sócio - Cultural (Piscina Municipal, Pavilhão Municipal, Biblioteca Municipal, Museu, Edifício do Centro Cultural e Edifícios Escolares), para vigorar durante o ano 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro. -----

Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) O seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação; -----

b) Posteriormente, dar-se o devido conhecimento à Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial. -----



À consideração superior. -----  
 O Director do Departamento Sócio - Cultural -----  
 Dr. António Ramos -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE**  
**2011.02.14.** -----  
 À reunião de Câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade,  
 concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o  
 teor da mesma. -----

**2.7. PEDIDO DE PARECER PRÉVIO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; ARTIGO 22º, DA LEI N.º 55-A/2010, DE 31 DE**  
**DEZEMBRO. INFORMAÇÃO N.13/DRH/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se  
 transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio** -----

1. De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 22º, da Lei n.º  
 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento  
 de Estado para 2011, carece de parecer prévio vinculativo dos  
 membros do Governos responsáveis pelas áreas das finanças e da  
 Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular  
 por portaria dos referidos membros do Governo, a celebração ou a  
 renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos e  
 serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008,  
 de 27 de Fevereiro e ulteriores alterações, independentemente da  
 natureza da contraparte. -----

2. Por sua vez, o n.º 4, da retrocitada disposição legal,  
 esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão  
 executivo municipal e depende da verificação dos requisitos  
 previstos no n.º 3, da mesma norma legal, com as necessárias  
 adaptações. -----

3. De acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º  
 55-A/2010, de 31 de Dezembro de 2010, o parecer previsto no número  
 anterior depende da: -----

a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não  
 subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a  
 qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----

b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 19º, da Lei n.º 55-  
 A/2010, de 31 de Dezembro. -----

**II - Do contrato de aquisição/prestação de serviços a celebrar** -----

1. No dia 31 de Janeiro de 2005, foi celebrado entre o Município  
 de Chaves e Vítor Manuel Fernando Madeira Brás, um contrato de  
 prestação de serviços de Consultadoria Jurídica e de Contencioso, na  
 modalidade de avença. -----

2. O contrato de prestação de serviços identificado supra, começou  
 a produzir efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2005, pelo  
 período de um ano, prorrogável por iguais períodos, desde que não  
 denunciado por qualquer das partes intervenientes com antecedência  
 mínima de 60 dias, conforme o disposto no artigo 6º, do referido  
 contrato de avença. -----

3. Nestes termos, é intenção do Município de Chaves renovar o  
 referido contrato de prestação de serviços de Consultadoria Jurídica  
 e de Contencioso, para vigorar durante o ano de 2011. -----

4. Sendo certo que os encargos financeiros emergentes da renovação  
 do contrato e para o ano de 2011 correspondem ao valor total

ilíquido de 22.789,44€ (vinte e dois mil e setecentos e oitenta e nove euros e quarenta e quatro centésimos)<sup>32</sup>. -----

5. Com vista à adjudicação do contrato de prestação de serviços inicial, foi lançada mão do procedimento de ajuste directo, com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. ----

6. Atendendo à natureza do objecto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

7. De facto, o n.º 1, do artigo 76º, da Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, diploma legal que aprovou o Estatuto da Ordem dos Advogados, o exercício da advocacia é realizado sem subordinação, com autonomia técnica e isenção e não se encontra sujeito à disciplina do órgão contratante, nem impõe o cumprimento de horário de trabalho. -----

8. Tais características colocam igualmente em causa o recurso às modalidades da relação jurídica de emprego público previstas no artigo 9º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, muito concretamente, a Nomeação, o Contrato de Trabalho e a Comissão de Serviços, como, aliás, decorre expressamente do disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro<sup>33</sup>.

9. Por outro lado, importa referir que o advogado em causa é conhecedor profundo de todo o contencioso jurídico do Município de Chaves, tendo tomado a defesa de todas as acções judiciais, quer com sentença já transitada em julgado, quer ainda em fase de julgamento.

10. De acordo com a declaração emitida pela unidade orgânica responsável, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido e que se anexa à presente proposta, o contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental, muito concretamente na rubrica 01.01.07. -----

11. Atendendo ao disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, verifica-se que foi dado cumprimento à redução remuneratória previstas no n.º 1, do art. 19º, do mesmo diploma legal. -----

12. Por último, nem o prestador de serviços em causa, nem o respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum, mantêm qualquer relação com o Município de Chaves, salvo aquela que decorre directamente da celebração do contrato de prestação de serviços que agora se pretende renovar. -----

13. Também não se regista, na presente data, a participação de ex - colaboradores do órgão ou serviço nas actividades profissionais desenvolvidas habitualmente pelo avençado. -----

### **III - Da proposta em sentido estrito -----**

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto nas

---

<sup>32</sup> Valor esse que foi determinado tendo em linha de conta os mecanismos de redução remuneratória impostos pela Lei do Orçamento de Estado em vigor para o ano de 2011. -----

<sup>33</sup> De acordo com o disposto na alínea j), do n.º 1, do artigo 77º, da Lei n.º 15/2005, de 26 de Janeiro, o exercício da advocacia é incompatível com o exercício de funções de funcionário, agente ou contratado de quaisquer serviços ou entidades que possuam natureza pública ou prossigam finalidades de interesse público. -----

disposições combinadas previstas, respectivamente, no n.º 2 e no n.º 4, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no n.º 4, do artigo 35º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e no artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, parecer prévio favorável relativamente à renovação do contrato de prestação de serviços de Consultadoria Jurídica e de Contencioso, na modalidade de avença, celebrado no dia 31 de Janeiro de 2005, com Vítor Manuel Fernando Madeira Brás, para vigorar de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2011, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 3, do artigo 22º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro<sup>34</sup>. -----

À Consideração Superior, -----

Divisão de Recursos Humanos, 15 de Fevereiro de 2011. -----

A Chefe de Divisão -----

(Dra. Paula Cabugueira) -----

**DEPACHO DO DIRECTOR E DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2011.02.15.** -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA, DE 2011.02.15.** -----

À reunião de câmara. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

## **2.8. HASTA PÚBLICA - ALIENAÇÃO DE MATERIAL LENHOSO. INFORMAÇÃO Nº 10/GTF/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Aos 17 dias do mês de Janeiro de 2011, foi aprovada pelo executivo camarário, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, a alienação em hasta pública, do material lenhoso constantes nos lotes: Lote 1 - Quinta do Rebentão (677 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo), Lote 2 - Estradas e Caminhos Municipais (30 toneladas de material lenhoso), Lote 3 - Jardins e Arruamentos Públicos (40 toneladas de material lenhoso) e Lote 4 - Margens do rio Tâmega (80 toneladas de material lenhoso). -----

Assim, e em consonância com o aludido foi publicado, nos lugares habituais e no jornal A Voz de Chaves, o edital n.º 5/2011, o qual identificou a entidade pública alienante, base de licitação, consulta, data limite para apresentação de propostas, local, hora e data da hasta pública, modalidades de pagamento e adjudicação. -----

Refere-se ainda, que as propostas tinham de ser entregues por correio em envelope fechado e com aviso de recepção ou pessoalmente pelos proponentes ou seus representantes, contra recibo, e dar entrada na Secção de Expediente Geral da Divisão Administrativa e Serviços Jurídicos, sita na Praça de Camões 5400 - 150 Chaves, até às 16:00 h do dia 28 de Janeiro de 2011. -----

Mais se informa, que o acto público teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 10:30 horas do dia 31 do mês de Janeiro do

---

<sup>34</sup> Considerando que a renovação do contrato de prestação de serviços em causa veio a ocorrer, efectivamente, no dia 1 de Janeiro de 2011, deverão os efeitos do presente parecer ser reportados a tal data.---

ano de 2011 e teve início após declaração de aberta a Hasta Pública pelo Presidente da Comissão. De seguida procedeu-se à abertura da proposta recebida, constante em anexo, a qual se destina à alienação do lote 4, margens do rio Tâmega, sendo o preço de licitação de 10,50 €/tonelada. -----

Tendo em conta, que a proposta apresenta um valor superior ao valor base de licitação (10 €/tonelada) e não havendo lugar à licitação do procedimento em causa, face à inexistência de qualquer outro interessado ao aludido lote, a comissão remeteu a competente decisão de adjudicação para o órgão executivo nesta matéria - Câmara Municipal, conforme acta de Hasta Pública destinada à alienação do Material Lenhoso em anexo. -----

Refere-se ainda, que o Lote 1 - Quinta do Rebentão (677 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo), Lote 2 - Estradas e Caminhos Municipais (30 toneladas de material lenhoso) e Lote 3 - Jardins e Arruamentos Públicos (40 toneladas de material lenhoso) não obtiveram qualquer proposta nem qualquer manifestação de interesse, aquando da realização da Hasta Pública, para a sua alienação. -----

Mais se informa, que é urgente que se processe à remoção do material dos lotes, não licitados, atendendo ao seguinte: -----

- O material do Lote 1 - Quinta do Rebentão (677 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo) é urgente que se processe ao seu corte e remoção de forma a reduzir o risco de incêndio florestal, no limite da Quinta do Rebentão, parcelas constantes na hasta pública, para que no período crítico que se avizinha, 1 de Julho, esta área esteja mais resiliente ao fogo; -----

- O Lote 2 - Estradas e Caminhos Municipais (30 toneladas de material lenhoso), encontra-se em execução. A execução visa o cumprimento do estipulado no ponto 1 do artigo 15.º, do Decreto-lei n.º 17/09, de 14 de Janeiro e o constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Fruto da aludida execução, resulta o material lenhoso, que foi alvo de Hasta Pública, o qual é obrigatório remover do local até 30 de Junho do corrente ano. Mais se informa, que o aludido material perde peso e como tal valorização à medida que vai secando. -----

- Dado que o período de poda das árvores incide no seu período de dormência (Novembro a Março) as intervenções, estipuladas para o presente ano, estão a ser executadas. Fruto de tal intervenção é necessário eliminar o material lenhoso, alvo da Hasta Pública, e este perde peso e valorização à medida que vai secando. -----

A Hasta Pública, cessante, regeu-se pelo Decreto-lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro e pela Portaria n.º 1152-A/94 de 27 de Dezembro, que regulam os princípios gerais da aquisição, gestão e alienação dos bens móveis do domínio privado do Estado. O n.º 2, do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, refere que a alienação pode ser realizada por negociação directa, com pessoa determinada em caso de: -----

- Reconhecida urgência atenta à natureza do bem (alínea b, do n.º 2, do artigo 9.º do Decreto-lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro); ----

- Quando não tenha sido possível alienar os bens por qualquer das formas previstas (Hasta Pública ou concurso Público). -----

Dá-se ao conhecimento que no dia 03-02-2011 deu entrada no Serviço de Expediente, deste Município uma proposta alternativa ao Edital da Hasta Pública, em nome do Sr. Silvino de Freitas Nobre, para a alienação do lote 1. Mais se informa, que a proposta foi lançada à posterior da Hasta Pública, e o valor proposto de 13 524 € é inferior ao valor base de licitação. -----

A instalação no parque empresarial de Chaves da empresa ECORRED, a qual através da inovação tecnológica irá transformar a energia libertada da queima de material lenhoso em energia eléctrica, irá possibilitar no presente e no futuro, que todo o material lenhoso acumulados no decurso das intervenções s possam gerar dividendos económicos para o Município e não encargos como actualmente acarreta. -----

Cientes desta oportunidade contactou-se a empresa ECORRED a fim de certificar-se se estariam disponíveis para receber o aludido material lenhoso e quais o preços praticados. -----

A resposta foi afirmativa e os preços praticados, para mercadoria entregue nas instalações do Parque das Actividades Empresarial de Chaves, serão de acordo com o tipo de material e em função da sua pesagem nas instalações da fábrica e obedecem ao seguinte: -----

PRODUTO	Preço/Ton
<b>Rolaria de pinho</b>	<b>31€</b>
<b>Rolaria de choupo</b>	<b>29€</b>
<b>Castanheiros sem casca</b>	<b>32€</b>
<b>Castanheiros com casca</b>	<b>31€</b>
<b>BFR <sup>*1</sup> (Triturada)</b>	<b>28€</b>
<b>BFR (Não triturada)</b>	<b>16€</b>

\*1- BFR -Resíduos de exploração florestal (ramas, bicadas, matos, etc.). -----

Mais se informa, que para o Município entregar o material na referida empresa terá de preencher uma ficha de cliente (ficha em anexo). -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir que seja adoptada a seguinte estratégia procedimental: -----

a. Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do executivo camarário, com vista a que o aludido órgão aprove: -----

a.1 - A alienação do lote 4 à proposta apresentada no decurso da Hasta Pública e constante na acta em anexo; -----

a.2 - A alienação dos lotes 1, 2 e 3 por negociação directa, à empresa ECORRED tendo por base que os preços praticados pela mesma são superiores aos valores bases de licitação da Hasta Pública (Valores de Hasta Pública - 21,7 €/m<sup>3</sup> e Valor pago pela Ecorred - 24,05€/m<sup>3</sup>). O valor em causa teve por base que 1 m<sup>3</sup> de madeira de pinheiro bravo corresponde em termos médios a 775 kg. -----

b. Sequencialmente, caso o executivo venha a aprovar a presente informação nos termos anteriormente sugeridos, deverá conceder autorização ao Presidente deste Município para desenvolver todas as diligências necessárias junto dos alienadores. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 14 de Fevereiro de 2011 -----

O Técnico Superior -----  
(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

**Anexo:** Acta da hasta pública para alienação de material lenhoso dos lotes 1 a 4; -----  
 Edital de publicitação da hasta pública. -----  
 Proposta para o Lote 4 decorrente da hasta pública para alienação de material lenhoso dos lotes 1 a 4; -----  
 Modelo da Ficha de Cliente da ECORRED e proposta de preço. -----  
 Proposta alternativa ao Edital n.º 5/2011. -----  
**DESPACHO DO SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2011.02.14.** -----  
 Visto. Concorro. À consideração superior. -----  
**DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2011.02.14.** -----  
 À reunião de câmara. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se -----

## **2.9. PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA - ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA - INFORMAÇÃO Nº 17/DSU/2011** -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----  
 No pretérito dia 17 de Janeiro de 2011 foi aprovado pelo órgão executivo municipal, em reunião ordinária, o procedimento de hasta pública para alienação de veículos em fim de vida (VFV). -----  
 O acto público da referida hasta pública teve lugar no dia 14 de Fevereiro de 2011 e a comissão designada para o acto público teve a seguinte constituição: Presidente, Eng. José António Carneiro, 1º Vogal efectivo, Eng.º Inácio Morais e 2º Vogal efectivo, Eng. Paulo Branco. -----  
 Foram apresentadas até à data limite estabelecida no procedimento, 16:00 horas do dia 10 do mês de Fevereiro de 2011, três propostas para a aquisição dos dois lotes de VFV em concurso como mostra a próxima tabela: -----

MARCA / MODELO	LOTES
Nissan Cabstar	Lote 1 - Veículos ligeiros
Fiat Tempira	
Ford Escort	
Fiat Uno	
Bedford NKR	
Nissan Pick Up	
Peugeot 504	
Volvo N 7-54 (4x2)	Lote 2 - Veículos pesados
Ford D0607	

Tabela n.º 1 - Lotes de veículos em fim de vida para alienação  
 Quanto aos valores propostos por cada concorrente, para a aquisição dos dois lotes de VFV e, face ao preço base de licitação constante no programa de hasta pública, informa-se que as propostas apresentadas continham os seguintes valores: -----

- Recife, Desmontagem de Veículos, Lda., empresa oriunda de Braga e concorrente aos dois lotes de VFV, cuja proposta cumpriu o estabelecido no procedimento de hasta pública, nomeadamente o ponto 4 "Condições de Admissão das Propostas", propôs os seguintes valores: -----  
 o Aquisição do Lote 1, veículos ligeiros, pelo valor unitário de 80 € (cada veículo) + IVA à taxa legal em vigor. -----

o Aquisição do Lote 2, veículos pesados, pelo valor unitário de 170 € (cada veículo) + IVA à taxa legal em vigor. -----

- Recitâmega Unipessoal, Lda., empresa sediada em Chaves e concorrente aos dois lotes de VFV, cuja proposta não cumpriu o estabelecido no procedimento de hasta pública, nomeadamente o ponto 4 "Condições de Admissão das Propostas", pela não apresentação da totalidade dos documentos exigidos, como se pode verificar nos documentos que seguem anexos a esta informação. -----

- Mirapapel, Lda., empresa proveniente de Mirandela e concorrente aos dois lotes de VFV, cuja proposta cumpriu o estabelecido no procedimento de hasta pública, nomeadamente o ponto 4 "Condições de Admissão das Propostas", propôs os seguintes valores: -----

o Aquisição do Lote 1, veículos ligeiros, pelo valor unitário de 120 €. -----

o Aquisição do Lote 2, veículos pesados, pelo valor unitário de 300 €. -----

EMPRESA	CUMPRIU COM O PROCEDIMENTO	VALOR PROPOSTO
RECIFE	Sim	LOTE 1 - 80 € +IVA (Cada veículo)
		LOTE 2 - 170 € +IVA (Cada veículo)
RECITÂMEGA	Não	Empresa excluída
MIRAPAPEL	Sim	LOTE 1 - 120 € (Cada veículo)
		LOTE 2 - 300 € (Cada veículo)

Tabela n.º 2 - Análise das propostas recebidas para aquisição de VFV De referir que apesar da primeira proposta, da empresa "Recife, Desmontagem de Veículos, Lda." apresentar valores com acréscimo do IVA, os resíduos estão isentos desse imposto, ao abrigo da legislação vigente. -----

De acordo com o exposto, o operador de gestão de resíduos que apresentou a proposta com valor base de licitação mais elevado foi "Mirapapel, Lda.", pelo que a comissão lhe adjudicou provisoriamente os lotes de VFV incluídos na proposta, devido à ausência de lances.

Assim sendo, propõe-se que seja aprovada, pelo órgão executivo municipal, a decisão de adjudicação definitiva à empresa que apresentou a proposta com o valor base de licitação mais elevado - Mirapapel, Lda. -----

Caso o Sr. Vereador, Dr. Paulo Alves, concorde com o teor da presente informação, deve a mesma ser presente à próxima reunião de câmara para deliberação. -----

Em anexo: -----

- Cópia da Acta da hasta pública destinada à alienação de VFV ---

- Cópia das propostas apresentadas pelas empresas concorrentes --

- Cópia do procedimento de hasta pública para alienação de VFV

À Consideração Superior -----

Chaves, 15 de Fevereiro de 2011 -----

A Técnica Superior, -----

(Claudia Sofia Fernandes Costa Rego Martins, Dr.ª) -----

O Chefe de Divisão, -----

(Paulo Jorge Rodrigues Branco, Eng.) -----

**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, ENG. JOSE CARNEIRO DE 2011.02.15** -----

Visto. À consideração do senhor vereador responsável. -----

**DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DR. PAULO ALVES, DE 2011.02.15 -----**

Visto. Concorde. À reunião da Câmara para deliberação. -----  
**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se -----

**XIV  
DIVERSOS**

**XV  
ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA  
(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro  
e ulteriores alterações)**

**1. RENOVAÇÃO DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS PREVISTAS NO N.º 4, DO ART. 14º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE EM VIGOR NESTE CONCELHO. PROPOSTA N.º. 8/GAPV/2011. -----**

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

**I - Antecedentes e Justificação -----**

1. Considerando que o órgão deliberativo municipal, em sua sessão ordinária realizada no pretérito dia 21 de Abril de 2003, aprovou o Regulamento Municipal de Publicidade; -----

2. Considerando que o Município de Chaves reconhece o papel primordial que a publicidade desempenha na divulgação e no desenvolvimento da actividade económica dos agentes envolvidos; ----

3. Considerando que a publicidade é hoje, mais do que nunca, um meio indispensável de transmissão da mensagem de prestação dos respectivos serviços que os estabelecimentos disponibilizam; -----

4. Considerando que a publicidade acarreta custos significativos;

5. Considerando que a aplicação quotidiana das taxas estabelecidas no Regulamento Municipal de Publicidade e constantes do seu anexo - Anexo I -, vieram a evidenciar a necessidade de adoptar uma medida de auxílio ao combate à crise económica registada no meio empresarial, muito particularmente a crise sentida pelos pequenos comerciantes; -----

6. Considerando que na sequência da alteração ao Regulamento Municipal de Publicidade, aprovada, respectivamente, pelo órgão executivo municipal no dia 5 de Fevereiro de 2009 e, posteriormente, pela Assembleia Municipal em sede de sessão ordinária realizada no dia 25 de Fevereiro de 2009, o n.º 4, do artigo 14º, do Regulamento Municipal de Publicidade, passou a prever o seguinte: -----

“Está isenta do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento toda a publicidade colocada nos respectivos estabelecimentos comerciais de venda ao público e prestação de serviços com sede no concelho de Chaves, excepto os estabelecimentos de comércio a retalho, de comércio por grosso em livre serviços e os



conjuntos comerciais, abrangidos pelo art. 4º, da Lei nº 12/2004, de 30 de Março, bem como todos os estabelecimentos comerciais que, embora não abrangidos por tal regime legal, devam ser considerados de dimensão relevante ou não detenham a sua sede estatutária no concelho de Chaves.”; -----

7. Considerando que o n.º 6, do artigo 14º, do mesmo Regulamento Municipal, na redacção dada pela alteração acima referida, determina que a isenção a que se refere o n.º 4, do mesmo artigo, é concedida por um período de um ano, sendo possível a sua renovação, até ao limite máximo de cinco anos, mediante deliberação do órgão executivo; -----

8. Considerando, neste sentido, que a isenção concedida ao abrigo da retrocitada disposição do Regulamento Municipal de Publicidade em vigor no Concelho de Chaves, chega ao seu termo no próximo dia 25 de Fevereiro de 2011, caso não seja renovada mediante deliberação do órgão executivo; -----

9. Considerando que as premissas que justificaram a referida isenção se mantêm na presente data, pelo que se justifica a sua renovação; -----

10. Considerando que a renovação consubstanciada na isenção do pagamento de taxas previstas no n.º 4, do art. 14º, do Regulamento Municipal de Publicidade, compete à Câmara Municipal; -----

11. Considerando, por último, que a isenção do pagamento das taxas de publicidade concedida no ano anterior ao abrigo da retrocitada disposição normativa - art. 14º do Regulamento Municipal de Publicidade -, chega ao seu termo no próximo dia 25 de Fevereiro de 2011, e antes dessa data não se prevê que seja realizada qualquer outra reunião do órgão executivo municipal, justificando-se, assim, a urgência na tomada de deliberação sobre o presente assunto; -----

## **II - Da Proposta em Sentido Estrito** -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo camarário a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que, ao abrigo do disposto no art. 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, e de acordo com as razões anteriormente aduzidas, o órgão executivo municipal reconheça a urgência de deliberar sobre o presente assunto, aceitando a introdução do mesmo na sua reunião ordinária a realizar no dia de hoje; -----

b) Que, ao abrigo do disposto no n.º 6, do art. 14º, do Regulamento de Publicidade em vigor no Concelho, seja renovada, pelo período de mais um ano, a isenção do pagamento de taxas previstas no n.º 4, do artigo 14º, do mesmo Regulamento, com efeitos a partir do dia 25 de Fevereiro de 2011; -----

c) Caso a presente proposta seja aprovada nos termos anteriormente sugeridos, dever-se-á dar publicidade à deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, no cumprimento do disposto no art. 91º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, ou seja, através de edital afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da decisão, bem como, em Boletim da Autarquia e no Jornal Regional da área do Município. -----  
Chaves, 17 de Fevereiro de 2011 -----

Presidente da Câmara, -----  
(Dr. João Batista) -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Helena Presa Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---